

LEILA GIOVANA IZIDORO

**RECICLADORES DE BASE E A SUBJETIVIDADE JURÍDICA
“EMPREENDEDORA”**

Uma crítica a partir da América Latina

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Doutor Flávio Roberto Batista

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO – SP

2021

LEILA GIOVANA IZIDORO

**RECICLADORES DE BASE E A SUBJETIVIDADE JURÍDICA
“EMPREENDEDORA”**

Uma crítica a partir da América Latina

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direitos Humanos, sob a orientação do Professor Doutor Flávio Roberto Batista.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO – SP

2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Izidoro, Leila Giovana.

Recicladores de base e a subjetividade jurídica “empreendedora”: uma crítica a partir da América Latina; Leila Giovana Izidoro; orientador Flávio Roberto Batista. – São Paulo, 2021.

233

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2021.

1. Forma jurídica. 2. Sujeito de Direito 3. Empreendedorismo 4. Catadores de Materiais Recicláveis 5. Resíduos Sólidos Urbanos I. Batista, Flávio Roberto, orient. II. Título.

IZIDORO, Leila Giovana. **Recicladores de base e a subjetividade jurídica “empreendedora”**: uma crítica a partir da América Latina. 233 f. Mestrado – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovada em: __/__/__

BANCA EXAMINADORA

1º Examinador (a): _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

2º Examinador (a): _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

3º Examinador (a): _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa não teria sido possível se não tivessem cruzado o meu caminho tantas pessoas maravilhosas que teceram comigo redes de solidariedade, de apoio e de luta. Nesse momento em que mais um ciclo se encerra e outros se iniciam – graças a Exu – agradecer é uma forma de reconhecer que nesta estrada não andei só.

Em primeiro lugar, agradeço à minha mãe, Cida, por ser a maior incentivadora da minha formação acadêmica e profissional e pela sua acolhida sempre pronta e carinhosa. “Eu sou filha de rainha, quem tem mãe não tem medo”. Ao meu irmão, Diego, pelos almoços, caminhadas e marcenarias que marcaram os meses de escrita desta dissertação em São Carlos. À memória de meu pai, Tião, que, com seus olhos contemplativos, me ensinou a grandeza das coisas mais simples da vida. Ao Bruno, meu companheiro de vida, por estar ao meu lado durante todo o processo do mestrado, pelo afeto dos abraços e pelo espírito de revolta, por compartilhar lutas e sonhos pós-pandêmicos.

Registro os meus agradecimentos ao meu orientador, Professor Flávio Roberto Batista, pelo estímulo e atenção ao longo de toda a elaboração da pesquisa, pelos comentários cuidadosos e pela inspiração docente. Aos professores Pablo Biondi e Sylmara Lopes Francelino Gonçalves-Dias, que fizeram parte da banca de qualificação, seus comentários foram essenciais para o amadurecimento da pesquisa! Agradeço também ao professor Marcus Orione e aos companheiros do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Centralidade do Trabalho e Marxismo (DHCTEM), pelas discussões e parcerias.

Às professoras Lea Francesconi, Marta Inez Medeiros Marques e Sylmara Lopes Francelino Gonçalves-Dias, pois as disciplinas que ministraram foram importantes para a reflexão proposta nesta pesquisa.

Gratidão aos amigos da Casa do Estudante, principalmente ao Paulo Leite, Laryssa Luz e Vanessa Ribeiro, por fazerem da Casa um bom lugar. Uma salve especial ao Paulo, que sempre foi um grande incentivador deste mestrado. Ao Ilú Obá de Min, pelo axé e pelas amizades, em especial Napê e Gislaine: nosso reencontro na Bahia foi demais! Às companheiras que fazem parte da história do Coletivo Sycorax – Cecília Rosas, Cecília Farias, Juliana Bittencourt, Shisleni Macedo e Lia Urbini – obrigada por juntas formarmos um sabá de mulheres que conjuram traduções e que estremecem o mercado editorial com o acesso aberto das obras. Um agradecimento especial à Juliana e à Shis, pelas reflexões e comentários neste trabalho.

Agradeço à equipe editorial da Revista Direito GV – professora Catarina Barbieri, Juliana Pasqua, Lyvia Félix, Roberta Canheo e professora Clarissa Gross – pelo aprendizado, amizade e inspiração. Trabalhar com vocês foi incrível! Um agradecimento especial para a Ju Pasqua e para o Miguelzinho, que coloriram os dias cinzas da São Paulo pandêmica; é sempre bom ter vocês por perto!

Quanto à realização do trabalho de campo na cidade de São Paulo, agradeço ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), especialmente ao Davi Amorim, ao Eduardo Ferreira de Paula e à Valquíria Cândido, pelo diálogo e acolhimento nos seus espaços de discussão. Toda admiração e respeito pela luta do MNCR, sigo ao lado de vocês! Gratidão aos funcionários da LOGA Ambiental e da Ecourbis Ambiental que possibilitaram a visita nas centrais mecanizadas de triagem, sobretudo à Elisangela Leal, pela prestatividade. À Casa Causa, pela organização da Semana Lixo Zero São Paulo, que promoveu encontros importantes para esta pesquisa. À Cooperativa Vira Lata, pela recepção em suas instalações e, em especial, ao seu presidente, Wilson Santos Pereira, pela entrevista concedida.

À Agência USP de Cooperação Acadêmica Nacional e Internacional e à *Red de Macro Universidades de América Latina y Caribe*, pela bolsa Santander outorgada para a realização do estágio de pesquisa na Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM). Agradeço especialmente ao professor Márcio Lobo Netto pela presteza nos momentos de pandemia.

Ao professor Héctor Castillo Berthier, por me receber prontamente no *Instituto de Investigaciones Sociales* (IIS-UNAM) e por fornecer contatos valiosos sobre o campo. Ao professor Jaime Osório, pelas aulas inspiradoras e pelas discussões “em tempo real” sobre a crise econômico-sanitária. Aos trabalhadores da UNAM, sobretudo à equipe do IIS-UNAM e da Biblioteca Central, que me deram as boas-vindas e auxiliaram nas dúvidas de acesso ao sistema. Aos funcionários do restaurante da *Unidad de Posgrado* e da Cafeteria Las Islas, locais que frequentei regularmente durante o tempo em que a universidade esteve aberta.

As aventuras e desventuras da pandemia de COVID-19, que marcaram boa parte da minha estadia no México, foram enfrentadas a partir do apoio de uma rede de amizades. Agradeço à Frida Villalobos Guzmán, por ser a melhor amiga que alguém poderia ter, *gracias por las copitas de mezcal, por las pedas*, por me acolher e estar sempre presente! À Breni Hasel Cuenca, pela inspiração revolucionária, pelo incentivo intelectual e pelos ensinamentos sobre história da América Central, ¡ *gracias por tanto*! Vocês são minha família no México e me deram força nos momentos pandêmicos de inércia. Ao Víctor Romero Escalante, pela amizade,

bom-humor e pela luta, admiro seu esforço na difusão das obras de Pachukanis no México! Agradeço *a mi carnal* Luis Lorenzo pelas conversas sobre o campo, pela conexão nos filmes e músicas, *por las salidas a cotorrear por la ciudad*. Aos amigos do Programa de Estudos Latino-Americanos, Sandy Ramírez e Cristóbal Reyes Núñez, pesquisadores talentosos, pela acolhida e pela troca de ideias. À Ana Pamela Gutiérrez Martínez, pela hospitalidade e pelas longas conversas sobre os desafios das mulheres na vida acadêmica e profissional. À Ernesto, família e amigos de La Magdalena Contreras, pelas aventuras e pela conexão Brasil-México. Também agradeço à Leonardo Iván Martínez, escritor e poeta, pela companhia de *pulques* e pelas conversas sobre comidas mexicanas e literatura brasileira.

Na realização da pesquisa de campo na Cidade do México, agradeço aos trabalhadores organizados na *Asociación mexicana para los derechos del reciclador* (MEXIDER) – Carlos García León, Leonardo Reyes González, Jéssica Peña, Karina Manjarrez Robles, Antonio Manjarrez Rojas e Salvador Hernández Cruz –, por me receberem afetivamente e concederem entrevistas à esta pesquisa. Ao *Frente Único de Pepenadores*, em especial ao seu representante, Javier Téllez, pela disponibilidade em colaborar com este estudo e pelas valiosas informações sobre a história de sua organização. Também sou grata aos jornalistas Marco Antonio Martinez, Myriam Vidal Valero, Carla Ramírez Torres e Tania Chacón Ortiz pelas conversas e aproximações do tema. Agradeço às entrevistas concedidas por Tania Espinosa Sánchez, da *Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing* (WIEGO); por Jorge Sánchez Gómez, ex-diretor do Bordo Poniente e assessor da *Secretaría de Medio Ambiente e Recursos Naturales*; e por Juanita Ochoa Chi, professora de economia da Universidade Autônoma da Cidade do México.

Ao núcleo de amigas brasileiras no México, agradeço à Paulete Davoglio Goes pelo reencontro e pela companhia durante a pandemia. À Daniela Fernandes Lacerda, minha amiga de *borrachera* que forma, junto ao Du e à Clarinha, essa família tão querida e que tanto visitei no Altillo Universidad. À Andreza Sant’ana, obrigada pelas caminhadas e sucos nos Viveros de Coyoacán, pela companhia nas viagens, pelo tempo que vivemos juntas em Nonoalco Tlatelolco – difícil esquecer do terremoto do dia 23 de junho de 2020 –, por estarmos juntas no voo humanitário de volta ao Brasil e pelo reencontro no centro de São Paulo.

Agradeço aos amigos que me acolheram nos locais onde fui apresentar trabalhos: à Maria Alice Lang por me receber em Salvador, ao Guilherme Leon, pela acolhida no Recife, à Angélica Albuquerque e ao Rafael Mendonça, pela recepção em Jampa. Obrigada também à Aline Sodré,

Mariana Kinjo, Carolina Costa, Clio Radomysler, Marilove Zeitounlian, Camila Miura, Mariana Gondo, Horácio Amici e Daniel Cajaville, vocês estiveram presentes e me fortaleceram ao longo dessa caminhada. Um agradecimento especial à Marilove, que me ajudou nas mudanças e cuidou das minhas plantas quando estive fora.

Aos amigos da Geografia, João Souza e Priscila Viana, obrigada pelas discussões e parcerias. Aos amigos da San Fran com quem compartilho as angústias cotidianas da pós-graduação: Angélica Albuquerque, Thamíris Molitor, Giovana Labigalini, Juliana Benício, Gabriela Caramuru, Ticiane Natale, Regiane Moura Macedo, Deise Martins, Odara Gonzaga, Débora de Araújo, Daniel Ferrer, Alexandre De Chiara, Daniel Ferreira, Henrique Oliveira e Marianna Haug. Um agradecimento especial à Regiane, Deise e Odara, que fizeram comentários e sugestões valiosas neste trabalho.

Ao Library Genesis e ao Sci Hub, que possibilitaram o acesso aberto e gratuito de muitas das obras citadas nesta pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa concedida, sem a qual não seria possível a dedicação necessária, sobretudo durante a escrita pandêmica desta pesquisa.

Por uma universidade pública, gratuita e de qualidade para todos, todas e todes! Pela valorização da pesquisa no Brasil!

Deixei o leito furiosa. Com vontade de quebrar e destruir tudo. Porque eu tinha só feijão e sal. E amanhã é domingo. ...Fui na sapataria retirar os papéis. Um sapateiro perguntou-me se o meu livro é comunista. Respondi que é realista. Ele disse-me que não é aconselhável escrever a realidade.

- Carolina Maria de Jesus, Quarto de Despejo, 9 de agosto de 1958.

IZIDORO, Leila Giovana. Recicladores de base e a subjetividade jurídica “empreendedora”: uma crítica a partir da América Latina. 2021. 233 p. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar a conformação da subjetividade jurídica dos trabalhadores que atuam na coleta e na triagem de resíduos sólidos urbanos, conhecidos na América Latina como recicladores de base. Assente na teoria do valor-trabalho de Karl Marx e na crítica da forma jurídica trazida por Evgeni Pachukanis, este estudo busca examinar a construção da subjetividade jurídica “empreendedora” dos recicladores a partir do entendimento sobre o papel que cumprem ao longo do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Por meio de um estudo de caso comparado entre a cidade de São Paulo e a Cidade do México, identifica-se que os recicladores de base foram inseridos nos sistemas de gestão integrada de resíduos sólidos a partir de processos de conformação de redes de subcontratação de trabalho, da financeirização do meio ambiente e do avanço de parcerias público-privadas no setor de infraestrutura urbana. Esse cenário adquire relevância com a reestruturação produtiva do capital e com o neoliberalismo, que trazem consigo a obsolescência programada e o aumento na geração de “lixo”, por um lado, e a intensificação da exploração do trabalho e a construção de uma subjetividade jurídica “empreendedora”, por outro. Ao longo da pesquisa, foi utilizada a triangulação de técnicas de obtenção de dados qualitativos, tais como a revisão de literatura, análise documental, entrevistas semiestruturadas e a observação participante. O estudo de caso comparado aponta que, independentemente da regulamentação do trabalho dos recicladores de base, em ambas as cidades a existência destes trabalhadores tem sido funcional para o capital, que os insere nos circuitos de extração de mais-valia e, nas relações de troca, como sujeitos de direito “empreendedores” perante empresas e o Estado.

Palavras-chave: Forma jurídica; sujeito de direito; empreendedorismo; catadores de materiais recicláveis; resíduos sólidos urbanos.

IZIDORO, Leila Giovana. Waste pickers and the “entrepreneurial” legal subjectivity: a critique from Latin America. 2021. 233 p. Dissertation (Master's). Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2021.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the conformation of the legal subjectivity of waste pickers who work in the collection and sorting of urban solid waste, known in Latin America as *recicladores de base*. Based on Karl Marx's work-value theory and on the critique of the legal form brought by Evgeni Pachukanis, this study seeks to examine the construction of recyclers' “entrepreneurial” legal subjectivity based on the understanding of the role they play throughout the development of the capitalist mode of production. Through comparative case study between the city of São Paulo and Mexico City, it is identified that waste pickers were included in the integrated solid waste management systems from processes of conformation of work subcontracting networks, financialization of the environment and advancement of public-private partnerships in the urban infrastructure sector. This scenario acquires relevance with the productive restructuring of capital and neoliberalism, which bring with them programmed obsolescence and the increase in the generation of “garbage”, on the one hand, and the intensification of labor exploitation and the construction of an “entrepreneurial” legal subjectivity, on the other. Throughout the research, triangulation of techniques for obtaining qualitative data was used, such as literature review, document analysis, semi-structured interviews, and participant observation. The comparative case study points out that, regardless of the labor regulation of waste pickers, in both cities the existence of these workers has been functional for capital, which inserts them in surplus value extraction circuits and in exchange relations, as “entrepreneurs” legal subjects before companies and the State.

Keywords: Legal form; legal subject; entrepreneurship; waste pickers; urban solid waste.

IZIDORO, Leila Giovana. Recicladores de base y la subjetividad jurídica “emprendedora”: una crítica desde América Latina. 2021. 233 p. Tesis (Maestría). Facultad de Derecho, Universidad de São Paulo, São Paulo, 2021.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación es analizar la conformación de la subjetividad jurídica de los trabajadores que laboran en la recolección y clasificación de residuos sólidos urbanos, conocidos en América Latina como recicladores de base. Apoyado en la teoría del valor-trabajo de Karl Marx y en la crítica de la forma jurídica presentada por Evgeni Pashukanis, este estudio busca examinar la construcción de la subjetividad jurídica “emprendedora” de los recicladores a partir de la comprensión del rol que desempeñan a lo largo del desarrollo del modo de producción capitalista. Mediante un estudio de caso comparativo entre la ciudad de São Paulo y la Ciudad de México, se identifica que los recicladores de base fueron incluidos en los sistemas de gestión integral de residuos sólidos a través de procesos de conformación de redes de subcontratación laboral, de financiarización del medioambiente y del avance de asociaciones público-privadas en el sector de infraestructura urbana. Este escenario adquiere relevancia con la reestructuración productiva del capital y el neoliberalismo, que traen consigo la obsolescencia programada y el aumento de la generación de “basura”, por un lado, y la intensificación de la explotación laboral y la construcción de una subjetividad jurídica “emprendedora”, por otro. A lo largo de la investigación se utilizó la triangulación de técnicas para la obtención de datos cualitativos, como revisión de literatura, análisis de documentos, entrevistas semiestructuradas y observación participante. El estudio de caso comparativo señala que, independientemente de la regulación del trabajo de los recicladores de base, en ambas ciudades la existencia de estos trabajadores ha sido funcional para el capital, que los inserta en los circuitos de extracción de plusvalía y en las relaciones de intercambio, como sujetos de derecho “emprendedores” ante las empresas y el Estado.

Palabras clave: Forma jurídica, sujeto de derecho, recicladores de base, residuos sólidos urbanos.

LISTA DE TABELAS E ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Sistema de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da cidade de São Paulo.....	26
Figura 2 – Sistema de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade do México	29
Tabela 1 - Quadro síntese da pesquisa.....	30
Tabela 2 – Fonte de coleta de dados	31

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABIPLAST – Associação Brasileira da Indústria do Plástico

ABRALATAS – Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alumínio

ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais

AMLURB – Autarquia Municipal de Limpeza Urbana

ANAP – Associação Nacional dos Aparistas de Papel

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CMT – Central Mecanizada de Triagem

CONIMER – *Confederación Nacional de Industriales de Metales y Recicladores*

COOPERCAPS – Cooperativa de Trabalho e Produção, Coleta, Triagem, Beneficiamento e Comercialização de Materiais Recicláveis da Capela do Socorro

ECOCE – *Ecología y Compromiso Empresarial*

FMI – Fundo Monetário Internacional

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOGA – Logística Ambiental de São Paulo

MEXIDER - *Asociación Mexicana por los Derechos del Reciclador*

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PEAD – Polietileno de alta densidade

PET – Polietileno tereftalato

PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo

PRI – Partido Revolucionário Institucional

PSAU – Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos

RSU – Resíduos Sólidos Urbanos

SUTGDF – *Sindicato Único de Trabajadores del Gobierno del Distrito Federal*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS ..	23
1.1. Desenvolvendo um estudo de caso comparado entre São Paulo e Cidade do México	23
1.2. Examinando a literatura: os recicladores de base enquanto sujeitos de direito	34
1.3. Revisitando o método: a teoria do valor-trabalho em Marx	39
1.4. Reavivando a crítica da forma jurídica em tempos de acumulação flexível.....	45
CAPÍTULO 2 – DO “LIXO” À MERCADORIA: A ASCENSÃO DA INDÚSTRIA DA RECICLAGEM	53
2.1. A geração de desperdícios e a reprodução ampliada do capital.....	55
2.2. A indústria da reciclagem e as cadeias globais de valor	65
2.3. <i>Varrendo o lixo para debaixo do tapete</i> : os limites da disposição final de resíduos.....	75
2.4. O comércio global de resíduos mediado pela forma jurídica.....	83
CAPÍTULO 3 – O TRABALHO QUE GERA VALOR: RECICLADORES DE BASE NA AMÉRICA LATINA	91
3.1. O valor achado no “lixo”: a força de trabalho na base da indústria da reciclagem	93
3.2. Do “trabalho sujo” ao “emprego verde”: os direitos sociais no neoliberalismo	107
3.3. Do trabalho autônomo ao trabalho associado: o sujeito de direito “empreendedor”	124
CAPÍTULO 4 –OS RECICLADORES NA GESTÃO DE RSU EM SÃO PAULO E NA CIDADE DO MÉXICO	135
4.1. <i>Pepena e pre pepena na Cidade do México</i>	136
4.2. Catação na cidade de São Paulo.....	167
4.3. Recicladores de base e a subjetividade jurídica “empreendedora”: uma síntese	193
CONSIDERAÇÕES FINAIS	203
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	207

INTRODUÇÃO

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a existência de uma pandemia mundial causada por um novo tipo de coronavírus, a COVID-19. Na América Latina, estima-se que, até o momento, mais de 1 milhão de pessoas tenham falecido em decorrência desta doença e ao menos 47 milhões de trabalhadores tenham perdido sua fonte de renda devido à crise econômico-sanitária ainda em curso (CEPAL e OIT, 2020). Em maior ou menor medida, o mundo todo tem sido afetado por esse cenário. Entre os trabalhadores mais impactados pela crise econômico-sanitária estão aqueles que trabalham com a coleta e triagem de resíduos, que não apenas prestam um serviço essencial do ponto de vista da limpeza urbana, como vivem da venda de materiais recicláveis e entram em contato direto com descartes que oferecem riscos à saúde. Na América Latina, estes trabalhadores são chamados de recicladores de base.

Meu interesse em estudar o trabalho dos recicladores de base surgiu em 2012, a partir de um projeto de extensão universitária da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo que atuava com cooperativas de catadores de materiais recicláveis da Baixada do Glicério. Esse projeto me possibilitou uma conexão com a realidade do entorno da Faculdade de Direito e do centro da cidade de São Paulo, ao mesmo tempo que aumentou a minha curiosidade sobre o tema. Nos anos seguintes, organizei, junto a outros companheiros e companheiras da graduação, uma atividade de extensão universitária na Faculdade de Direito, uma frente do Serviço de Assessoria Jurídica Universitária – SAJU direcionada a cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis. O grupo durou alguns anos e foi se diluindo conforme os(as) integrantes foram se formando. Em 2015, tive a oportunidade de realizar um intercâmbio acadêmico na *Universidad de la República*, no Uruguai. Lá pude desenvolver o meu trabalho de conclusão de curso e, pela primeira vez, escrever sobre a organização destes trabalhadores que, na realidade uruguaia, são conhecidos como classificadores.

O trabalho de conclusão de curso, intitulado “Representação sindical de trabalhadores cooperados: o caso da UCRUS PIT-CNT no Uruguai”, buscava traçar a relação entre sindicalismo e cooperativismo dentro da agenda da *Unión de Clasificadores de Residuos Urbanos Sólidos* (UCRUS). Essa intersecção dizia respeito ao papel da representação sindical da UCRUS nas instâncias de negociação coletiva, em defesa dos classificadores das cooperativas que atuam no sistema de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos de Montevideu. Nesses espaços, os classificadores faziam as demandas, perante o Estado, às organizações do terceiro setor contratadas para gerir o trabalho das cooperativas de reciclagem.

Ao aprofundar o estudo destas relações de subcontratação no serviço de limpeza urbana, fui encontrando uma cadeia de agentes interessados na gestão dos resíduos, formada por conglomerados de empresas, organizações do terceiro setor e pelo Estado. Quais eram os interesses destes agentes na contratação dos classificadores? O que as relações aparentemente harmônicas de inclusão produtiva e de geração de renda poderiam dizer sobre o papel que estes trabalhadores desempenham nos circuitos de compra e venda de recicláveis? Qual o papel do direito para a conformação ou superação da realidade destes trabalhadores?

Essas foram algumas das questões que me impulsionaram a seguir estudando o tema. Ao longo deste percurso, foi se impondo, cada vez mais, a necessidade de adotar um método que me permitisse ir à raiz das contradições identificadas entre a inclusão e a exclusão dos recicladores de base. Esse método não poderia ser outro senão o método materialista histórico-dialético. A aproximação com este método não foi imediata, ela se deu no decorrer do meu processo de formação enquanto militante e pesquisadora. Um fato notável, ainda no primeiro ano da graduação, foi ter entrado em contato, pela primeira vez, com o livro “Teoria geral do direito e marxismo”, de Evgeni Pachukanis, nas monitorias de Introdução ao Estudo do Direito. A edição do livro era ainda a de 1988, da Editora Acadêmica, e ele só viria a fazer parte da minha trajetória acadêmica, de fato, a partir de 2017, quando foi publicado pela Editora Sundermann, por meio da tradução de Lucas Simone e da coordenação do professor Marcus Orione.

A presente pesquisa é fruto desta trajetória, pois busca desvendar a construção da subjetividade jurídica dos recicladores a partir da aplicação do método materialista histórico-dialético, tendo como base a teoria do valor trabalho de Marx e a crítica da forma jurídica de Pachukanis. Isso significa uma revolução no entendimento do que é o direito, pois as relações jurídicas não são enquadradas como decorrência de normas jurídicas ou de um direito natural inerente ao ser humano, mas sim como resultado do desenvolvimento de relações sociais historicamente determinadas. Para Pachukanis (2017), o direito é uma forma “mistificada” de uma relação social específica: a relação de troca mercantil capitalista. Isso significa que ao mesmo tempo que a forma-mercadoria é a unidade originária mais abstrata do modo de produção capitalista, a sua expressão nas relações capitalistas de troca se dá pela forma jurídica, por meio de transações jurídicas, como as de compra e venda, entre sujeitos de direito, proprietários de mercadorias.

De acordo com Marx (2017a), o processo que dá início ao desenvolvimento do capitalismo é o de acumulação primitiva ou originária, que exclui os trabalhadores da propriedade dos meios

de produção, impedindo-os de trabalhar para si mesmos e de obter o produto do próprio trabalho, não lhes restando alternativa senão vender a sua capacidade física e mental como força de trabalho, sua única mercadoria disponível. Assim, os trabalhadores excluídos do acesso à propriedade dos meios de produção são incluídos novamente, como força de trabalho subordinada ao capital, totalidade que se reproduz mediante sua autovalorização. A autovalorização do capital depende de sua capacidade de exclusão-inclusão da força de trabalho na produção capitalista. Isso porque, na esfera da produção imediata de mercadorias, a força de trabalho produz o valor cristalizado nas mercadorias e um valor excedente, que é apropriado pelo capital na forma de mais-valia.

Já na esfera da circulação, por meio do pagamento de um salário, todo o trabalho aparece como trabalho pago. São eliminados todos os traços da divisão entre tempo de trabalho necessário para a produção de novas mercadorias e tempo de trabalho excedente, apropriado como mais-valia. Por meio do contrato de compra e venda da força de trabalho, o trabalhador figura ao lado do capitalista como um sujeito igual em direitos, que troca a força de trabalho por outra mercadoria equivalente. O contrato reitera, assim, a existência de uma igualdade jurídica entre o trabalhador e o capitalista, ambos na condição de proprietários. Esta forma de aparecimento da igualdade jurídica exclui o momento da desigualdade social, que se dá por meio da exploração da força de trabalho.

Essa oposição entre a esfera da produção e a da circulação de mercadorias é parte constituinte do modo de produção capitalista. Grespan (2019) sintetiza a relação dialética entre igualdade jurídica e desigualdade social da seguinte forma:

Para Marx, a oposição entre igualdade jurídica e desigualdade social é dialética. Elas não são esferas alternativas nem ocorrem ao mesmo tempo, apesar uma da outra, e sim por causa uma da outra. É porque exclui o trabalhador da propriedade dos meios de produção que o capital o reduz a vendedor de sua força de trabalho e pode, desse modo, incluí-lo como capital variável; é por incluí-lo que o capital se valoriza, reproduzindo em escala ampliada o seu poder de excluir o trabalhador sempre e cada vez mais. A desigualdade social se opõe à igualdade de contrato, mas a determina; por seu turno, essa igualdade se opõe à desigualdade social, mas a alimenta. Como propriedade dos meios de produção, a propriedade privada se reforça pelo monopólio crescente do capital, pela concentração e expropriação até de alguns capitalistas por outros, mas ela também se legitima como propriedade dos meios de consumo que se estende a todos, em especial a assalariados. O reforço da igualdade na esfera da circulação esconde o seu contrário, o reforço da desigualdade na esfera da produção. (GRESPLAN, 2019, p. 89, grifos meus)

Esse processo pode ser identificado na própria constituição da ocupação dos recicladores de base, que ocorre por meio da reinserção de sua força de trabalho nos circuitos de extração da

mais-valia na cadeia de valor da reciclagem¹. Assim, antes mesmo de se pensar sobre o papel que estes trabalhadores desempenham na gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, é preciso observar como os recicladores estão inseridos na base da indústria da reciclagem. É nesse sentido que busco demonstrar como a inclusão dos recicladores de base nos sistemas de gestão de resíduos sólidos urbanos (RSU) – que se apresenta como uma relação de igualdade jurídica entre Estado, empresas e trabalhadores atuando em prol do bem comum – exprime seu nexo contraditório, a exploração da força de trabalho dos recicladores na base da indústria da reciclagem, no contexto local e internacional.

Assim, a pesquisa busca identificar os processos de exploração da força de trabalho dos recicladores nas cadeias da reciclagem, a partir de sua participação nos sistemas de gestão de resíduos sólidos urbanos, de maneira a evidenciar que a sua condição como sujeito de direito relaciona-se com o papel que cumprem na produção capitalista. Ao coletarem, triarem e colocarem novamente os recicláveis na esfera da circulação, como matéria prima para novos processos produtivos, os recicladores de base estão realizando contratos de compra e venda de sua própria força de trabalho, que pressupõem a igualdade entre vendedores e compradores. No entanto, essa igualdade é uma forma de aparecimento de uma desigualdade maior, uma vez que os recicladores realizam um trabalho por peça na base de cadeias globais de valor formadas por vários intermediários e lideradas por grandes empresas.

Para além disso, a hipótese que se pretende demonstrar é a de que os recicladores de base são entendidos, no atual desenvolvimento do modo de produção capitalista, como sujeitos de direito “empreendedores”². Para defender esta hipótese, a pesquisa está embasada em um estudo de caso comparado entre duas cidades da América Latina: São Paulo e Cidade do México. Na construção destes casos, foi utilizada uma triangulação de técnicas de obtenção de dados, tais como observação participante, entrevistas semiestruturadas, análise documental e revisão de literatura. Ao avançar na compreensão das iniciativas de inserção do trabalho dos recicladores de base nos sistemas de gestão de RSU em ambas as cidades, identifica-se a construção de uma subjetividade jurídica “empreendedora” destes trabalhadores relacionada à organização em

¹ Nesta dissertação, utilizo o termo “cadeias de valor” ou “cadeias globais de valor” para me referir a um momento específico da autoexpansão do capital, relacionado ao contexto de acumulação flexível, no qual emerge a multiplicação de formas de ampliação de extração de mais-valia, por meio do fracionamento dos processos produtivos e da subcontratação (terceirização, uberização, etc) do trabalho. Uma análise mais profunda sobre o tema pode ser encontrada em Starosta e Caligaris (2017).

² Ao longo desta pesquisa utilizo o termo “empreendedores” entre aspas, pois entendo que os recicladores de base não são, de fato, empreendedores, mas sim trabalhadores submetidos a uma lógica ainda mais intensa de subordinação do trabalho ao capital, aliada à construção desta subjetividade pretensamente empreendedora.

empreendimentos de economia social e solidária, como cooperativas e associações, ou até mesmo como microempreendedores autônomos, que atuam em um mercado competitivo na obtenção e venda de recicláveis. Busca-se entender, então, como, no neoliberalismo, a necessidade de adaptação permanente a uma ordem econômica baseada na concorrência generalizada se expressa na forma jurídica segundo o contexto.

Assim, no primeiro capítulo, apresento os pressupostos teórico-metodológicos que guiaram a elaboração desta pesquisa e o caminho trilhado no desenvolvimento do estudo de caso comparado entre a cidade de São Paulo e a Cidade do México. A partir dessa apresentação, sigo para uma breve revisão da literatura, a fim de localizar os pontos cegos no entendimento dos recicladores de base como sujeitos de direito. Ao identificar a necessidade de reconstruir o campo desde um método materialista histórico-dialético, recorro à teoria do valor trabalho de Marx e à crítica da forma jurídica de Pachukanis, que auxiliam no entendimento da relação entre o direito e o modo de produção capitalista, como apresentado nesta Introdução.

Por meio da “amarração” teórico-metodológica da pesquisa, busco entender o campo em que os recicladores de base estão inseridos e em que momento tal ocupação se constitui enquanto tal. Assim, o primeiro passo é dado no segundo capítulo, onde localizo como a produção de desperdícios e o seu aproveitamento como novas mercadorias são processos inerentes ao modo de produção capitalista. A tendência à superprodução de mercadorias – e de capital, em última instância – está intimamente conectada à produção de desperdícios e à fabricação de materiais cada vez mais complexos e nocivos ao ser humano e ao meio ambiente. A tendência à taxa de utilização decrescente das mercadorias (MÉSZÁROS, 1996) tem sido um meio utilizado, cada vez mais, para ampliar a quantidade de mercadorias lançadas ao mercado, ao mesmo tempo que mais mercadorias são descartadas em recorde de tempo. Essa superprodução de mercadorias relaciona-se diretamente à necessidade de expansão da autovalorização do capital, em sua reprodução ampliada.

O impulso por autovalorização do capital por meio da geração de desperdício é o mesmo que conduz ao desenvolvimento de uma indústria da reciclagem. A indústria da reciclagem se desenvolve como uma espécie de indústria de suprimentos de matérias-primas para novos processos produtivos e assim garante também a constituição de uma economia mais circular do ponto de vista capitalista. Essa é uma tendência do padrão de acumulação flexível, que se baseia sobretudo na obsolescência programada das mercadorias como forma de garantir um consumo sempre constante e expansivo. A indústria da recuperação, que cumpriu um papel importante

no período entre guerras (ZIMRIG, 2004), recebeu um novo impulso a partir de meados do século XX, por meio da incorporação da reciclagem nas logísticas reversas dos maiores geradores de resíduos – sobretudo de embalagens – em um contexto neoliberal de mundialização do capital e de financeirização do meio ambiente.

Essas relações se tornam mais evidentes a partir da década de 1980 por meio do desenvolvimento da chamada “gestão integrada de resíduos sólidos urbanos”, modelo baseado na combinação de métodos de prevenção, redução, recuperação e disposição de resíduos. O aumento da geração de resíduos não apenas provocou certo colapso nos sistemas de disposição final de “lixo” nas cidades como também impulsionou o comércio internacional de resíduos. O comércio internacional de resíduos é a maior evidência da absorção do “lixo” pela forma mercadoria e, por conseguinte, pela forma jurídica. Tal processo de mercantilização do “lixo” foi incorporado pelo direito internacional do meio ambiente, que estabeleceu as condições para a financeirização da natureza, isto é, para a absorção dos impactos destrutivos da expansão capitalista ao meio ambiente como uma externalidade intrínseca ao próprio desenvolvimento. Assim funcionam os mecanismos dos créditos de carbono, que servem como uma “compensação” equivalente os danos ambientais causados por determinadas atividades econômicas.

O desenvolvimento da indústria da reciclagem só foi possível a partir do comércio de recicláveis em larga escala, cuja viabilidade depende de todo um conjunto de produtividade no qual a mobilidade, flexibilidade e adaptabilidade da força de trabalho de recicladores cumprem um papel essencial. O capítulo 3 busca demonstrar que os recicladores de base são trabalhadores assalariados, que realizam um trabalho por peça, cuja remuneração depende da quantidade e da qualidade dos materiais que conseguem recuperar em determinado tempo de trabalho, o que, por si só, caracteriza a necessidade de autogestão da produtividade para garantir melhores remunerações. Assim, o objetivo desse capítulo é o de ressaltar as formas “vampirescas” de sucção do trabalho dos recicladores de base por meio do capital, que ocorre por meio da intensificação da exploração da sua força de trabalho.

A reestruturação produtiva e o neoliberalismo levaram a um apagamento do assalariamento, o que pode ser observado por meio do número crescente de reformas flexibilizantes das legislações sociais. O fato é que, com a ascensão de um padrão de acumulação flexível, a obsolescência programada garante, por si só, a continuidade da circulação de capital. O consumo não precisa mais ser realizado em massa, bastando que apenas uma parte da população

seja capaz de garantir um consumo constante. Assim, o assalariamento indireto dos direitos sociais não ocupa mais o lugar central que tinha em tempos fordistas, sendo transferidas as responsabilidades da reprodução da força de trabalho cada vez mais para os próprios trabalhadores, como patrões de si mesmos. Os direitos sociais de solidariedade, sobretudo os do meio ambiente, parecem cumprir um papel importante nessa transição. A ocupação dos recicladores de base, que frequentemente era malquista e vista como um “trabalho sujo”, passou a ganhar visibilidade e ser frequentemente incluída na concepção de “emprego verde”, encampada por organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas e a Organização Internacional do Trabalho.

Assim, é a partir da exposição e análise das complexas mudanças que ocorreram a partir de meados dos anos 1980 que busco situar o desenvolvimento da subjetividade jurídica dos recicladores de base enquanto “empreendedores de si mesmos” (DARDOT e LAVAL, 2016), sendo essa a única forma pela qual o ordenamento jurídico tem considerado a sua existência. A partir da organização em empreendimentos de economia social e solidária, ou simplesmente em micro e pequenas empresas, esses trabalhadores passam a assumir todos os custos do seu negócio. Essa situação é caracterizada como de extrema instabilidade social e econômica e, na prática, significa a busca constante por captação de recursos e financiamentos público-privados. Por meio dessa análise, meu objetivo é denotar que a regulamentação do trabalho fordista já não é a mais benéfica para o capital, que tenciona a reconfiguração de uma regulamentação do trabalho mais flexível.

No quarto e último capítulo analiso mais de perto como tais determinações se apresentam na construção da subjetividade jurídica desses trabalhadores nas cidades de São Paulo e Cidade do México. Por meio de um estudo de caso comparado, apresento as conjunturas históricas da organização dos recicladores de base em cada uma das cidades, até a sua inserção em sistemas de gestão integrada de resíduos sólidos, identificando as suas particularidades e semelhanças. A partir da descrição de fatos mediatos e conjunturais, é possível identificar que ambos os casos considerados isoladamente se articulam e constituem uma totalidade na qual atuam mediações que constroem a subjetividade jurídica “empreendedora” dos recicladores de base.

Ao longo dessa pesquisa, utilizo a expressão “recicladores de base” para me referir de forma mais ampla a todos os trabalhadores que atuam na coleta e triagem de resíduos na América Latina. Quando trato da realidade brasileira, utilizo o termo “catadores de materiais recicláveis”; no contexto mexicano, falo em “*pepenadores*” ou “voluntários” do serviço de

coleta domiciliar. Da mesma maneira, utilizo a expressão brasileira “catação” e a mexicana “*pepena*” para designar o trabalho de coleta e triagem dos recicladores de base em cada uma das conjunturas. Escolho manter no original expressões em idiomas estrangeiros quando elas demarcam contextos históricos específicos, embora na transcrição de entrevistas e de documentos tenha optado pela minha própria tradução, a fim de garantir maior acessibilidade ao texto.

Ainda que as questões de raça e de gênero não estejam no escopo desta pesquisa, elas permeiam toda a existência dos (as) recicladores(as) de base, uma vez que o modo de produção capitalista se reproduz sobre uma rede de desigualdades que foi construída no corpo do proletariado mundial, como é o caso do racismo e do sexismo (FEDERICI, 2017). Assim, deve-se entender que dentro da divisão social do trabalho existe sua dimensão sexual e racial, o que explica por que o trabalho com a limpeza urbana e com a recuperação de resíduos é uma atividade generificada e racializada. No entanto, ao longo da dissertação não adotarei uma linguagem inclusiva quanto à flexão de gênero, pois apesar de compreender a necessidade de utilizá-la em determinadas situações, aqui ela se colocaria de forma bastante repetitiva e comprometeria a fluidez da leitura. Por isso, evidencio que quando trato dos recicladores de base, catadores de materiais recicláveis, voluntários e *pepenadores*, estou levando em consideração os homens e as mulheres que atuam na coleta e/ou triagem de resíduos sólidos urbanos.

Por fim, ao longo desta dissertação me reportarei aos leitores e às leitoras na primeira pessoa do singular, pois faz parte dos pressupostos teóricos-metodológicos desta pesquisa questionar a pretensa neutralidade científica que permeia a noção positivista de produção do conhecimento.

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A gente vive repetido, o repetido, e, escorregável, num mim minuto, já está empurrado noutro galho. Acertasse eu com o que depois sabendo fiquei, para de lá de tantos assombros... Um está sempre no escuro, só no último derradeiro é que clareiam a sala. Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia (ROSA, 1994, p. 86).

O objetivo deste capítulo é anunciar de forma mais detalhada os pressupostos teórico-metodológicos que guiaram a elaboração deste estudo. Em um primeiro momento, recordo o caminho trilhado ao longo da elaboração de um estudo de caso comparado, descrevendo seu ponto de partida, suas curvas, ruas sem saída e seu ponto de chegada. A partir dessa apresentação, sigo para uma breve análise da literatura, a fim de localizar os pontos cegos no entendimento dos recicladores de base como sujeitos de direito. Ao identificar a necessidade de reconstruir o campo desde um método materialista histórico-dialético, avanço para uma apresentação de um conceito de trabalho alinhado à teoria do valor trabalho de Marx, que auxilia no entendimento da relação entre o direito e o modo de produção capitalista.

Assim, apresento, ao final, uma abordagem da forma jurídica como uma decorrência da própria forma mercadoria, relacionando como as alterações organizacionais do trabalho trazidas pelo padrão de acumulação flexível se refletem na construção de novas subjetividades jurídicas dos trabalhadores. Esse movimento foi possível a partir de uma série de questionamentos no próprio desenrolar da pesquisa: conforme se adentra no campo, nas camadas externas que pareciam harmoniosas (a inclusão social dos recicladores de base nos sistemas de gestão de resíduos urbanos), passa-se a descobrir seus nexos contraditórios (a exploração dos recicladores na base da cadeia da reciclagem). A apresentação de tais descobertas se dará ao longo do estudo, a partir da própria racionalidade imanente dessas relações.

1.1. Desenvolvendo um estudo de caso comparado entre São Paulo e Cidade do México

Para analisar como os recicladores de base são conformados como sujeitos de direito na atualidade, começo apresentando a proposta do estudo de caso comparado entre as realidades laborais desses trabalhadores na cidade de São Paulo e na Cidade do México. Esse tipo de abordagem não se inicia com um caso circunscrito, *a priori*, pois essa delimitação ocorre a partir da identificação de uma situação problemática (BARTLETT e VAVRUS, 2017). É por isso que os estudos de caso comparado requerem, em primeiro lugar, um esclarecimento teórico

do objeto de estudo, que sirva de bússola para identificar locais adequados que contribuam para a pesquisa de campo (NADAI e MAEDER, 2005).

No presente caso, a situação problemática identificada foi a exploração da força de trabalho dos recicladores na base da cadeia da reciclagem, em que grandes empresas se beneficiam do trabalho de *catação* ou *pepena* com o objetivo de reduzir custos com matérias-primas e com a própria logística que envolve a revalorização dos recicláveis. Ainda, foi identificado que o Estado também se beneficia diretamente do trabalho dos recicladores na redução de custos com transporte e disposição final de resíduos, além de cumprir o papel de intermediador da mão de obra desses trabalhadores para o grande capital.

Como busco demonstrar ao longo desta dissertação, o trabalho dos recicladores de base era considerado residual à economia, até tomar corpo e centralidade a partir da década de 1980, quando do fechamento dos lixões a céu aberto e da intensificação das medidas repressivas contra esses trabalhadores. Há uma conexão entre a reorganização produtiva do trabalho e o avanço do capital sobre novas fronteiras, entre as quais se encontram a fronteira entre o que é lixo e o que é reciclável, entre o descarte de resíduos, que gera sujeira e oferece perigo, e a separação de materiais valiosos, cuja prática é fruto de uma economia racional e limpa. A assunção de um discurso ambiental foi, assim, essencial para que a financeirização atingisse o setor de resíduos sólidos e energias renováveis, o que, sem dúvida, impacta na relevância que tem sido atribuída ao trabalho dos recicladores de base na atualidade.

Meu interesse, em específico, foi o de investigar as realidades laborais dos recicladores de base que atuam de forma autônoma, em cooperativas ou associações, e que realizam a coleta, triagem e comercialização de resíduos sólidos municipais. A escolha por este recorte deu-se também porque identifiquei, ao longo da pesquisa exploratória, que houve, a partir dos anos 1990, um aumento na proposição e aprovação de legislações que estabeleceram diretrizes para programas de gestão integrada de resíduos sólidos nas cidades latino-americanas.

A América Latina é um território que congrega diferentes realidades sociais unidas em torno de uma mesma história de desenvolvimento econômico, marcada pelo colonialismo e pelo imperialismo. Atualmente esta região também é considerada a região mais urbanizada do mundo, onde 80% da população vive em cidades (ONU-HABITAT, 2012). Assim, a escolha por realizar um estudo de caso na cidade de São Paulo parte do entendimento acerca do lugar que ela ocupa na região, estando entre as duas maiores cidades do continente. O espaço urbano

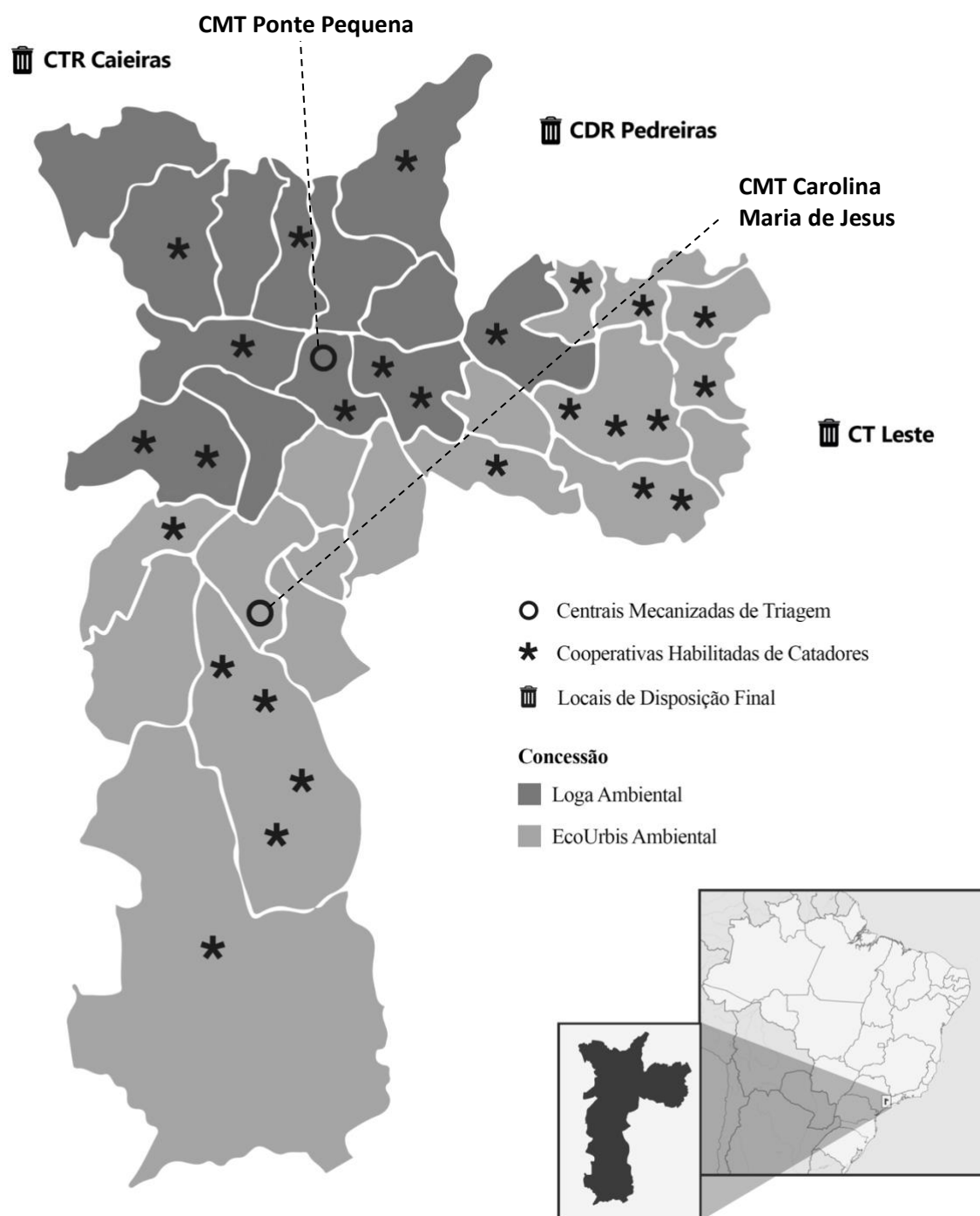
é um terreno da luta de classes e o planejamento e as políticas urbanas são direcionados a fornecer condições de estrutura espacial para a reprodução da força de trabalho e de sua compra e venda (MARQUES, 2020). Em *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (1845), Engels já argumentava que a urbanização é uma consequência da industrialização, de forma que a alta concentração de trabalhadores e o aumento na geração de resíduos, decorrentes também dos impulsos à industrialização, são processos que movimentam o trabalho e o mercado de recicláveis nas cidades mais urbanizadas da América Latina.

Além disso, a escolha por realizar a pesquisa na cidade de São Paulo vem da aproximação que tive, entre 2012 e 2014, com organizações de catadores na Baixada do Glicério. Naquela época já se vinha discutindo a elaboração de um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos na cidade, o que se concretizou em 2014, com a construção de duas Centrais Mecanizadas de Triagem (CMTs) e a criação do Fundo Paulistano de Reciclagem. Essas propostas geraram muitos debates e insatisfações sobre as formas de contratação dos catadores de materiais recicláveis pela Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), já que não incluíam estes trabalhadores na coleta seletiva porta-a-porta, modelo reivindicado pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

A primeira Central Mecanizada de Triagem inaugurada pela PMSP foi a CMT da Ponte Pequena, sob administração da empresa concessionária Logística Ambiental – LOGA, que é a responsável pela gestão de resíduos sólidos da parte noroeste da cidade. Já participaram da gestão da CMT Ponte Pequena as cooperativas de catadores de materiais recicláveis Coopere Centro (2014-2016), Cooperativa Vira Lata (2016-2020) e, atualmente, a Cooperativa Capela do Socorro (Coopercaps). A segunda Central Mecanizada de Triagem da cidade, a CMT Carolina Maria de Jesus, sob administração da empresa Ecourbis Ambiental, responsável pela gestão sudeste da cidade, é gerida desde a sua inauguração, em 2014, pela Coopercaps. As cooperativas que operam as CMTs, tal qual as cooperativas habilitadas pela AMLURB, recebem os materiais coletados pelas empresas concessionárias, e realizam a triagem antes que os resíduos deste processo sejam direcionados a aterros sanitários.

Na figura abaixo identifico a localização da cidade de São Paulo dentro do território brasileiro, na América do Sul, e represento a parte do atual sistema municipal de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos em que os catadores de materiais recicláveis atuam.

Figura 1 – Sistema de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da cidade de São Paulo



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelo site do Reciclômetro, PMSP (2014), Jacobi e Besen (2011) e Wikipedia Commons. CTR Caieiras é a Central de Tratamento de Resíduos situada no município de Caieiras, CDR Pedreiras é o Centro de Disposição de Resíduos situado em Guarulhos e CT Leste é a Central de Tratamento de Resíduos Leste, na Cidade Tiradentes, extremo leste de São Paulo.

A partir dessas definições, foi estabelecido um recorte geográfico e temporal para a pesquisa, que se expandiu à medida que um estágio de pesquisa na *Universidad Nacional Autónoma de México* (UNAM) ampliou o estudo para a Cidade do México. A possibilidade de traçar

comparativos sobre a condição laboral dos recicladores de base entre as duas maiores cidades da América Latina, uma no hemisfério sul e outra no hemisfério norte, trouxe um novo impulso para esta pesquisa. Tanto o Brasil quanto o México são os únicos países latino-americanos entre os sete maiores geradores de resíduos sólidos urbanos do mundo³, e São Paulo e Cidade do México podem ser consideradas cidades irmãs, pois ambas possuem cerca de 1.500 km² de extensão e uma população em torno de 10 milhões de habitantes.

Essa comparação, no entanto, se colocou de forma desafiadora, já que poderia incorrer em igualações superficiais ou na transposição de categorias de um lugar ao outro sem levar em consideração informações importantes sobre contextos específicos. É por isso que os estudos de caso comparado adotam o que Maxwell (2013, p. 29) denominou de “orientação de processo”, isto é, uma maneira de enxergar o mundo em termos de conexão entre pessoas, situações e processos por meio dos quais os eventos se desenrolam ao longo do tempo, em diferentes ambientes. Essa abordagem processual do estudo de caso comparado considera “processos *através do espaço e do tempo e compara constantemente* o que está acontecendo em um cenário com o que aconteceu em outros lugares e momentos históricos” (BARTLEET e VAVRUS, 2017, p. 912).

Entendo que a abordagem do estudo de caso comparado, tal como descrita anteriormente, nada mais é do que uma aplicação do método de análise materialista histórico-dialético de Marx. Em outras palavras, é a partir do estudo dos processos históricos que é possível se apropriar da essência da concretude social subjacente às suas abstrações, reproduzindo-as na forma de um concreto pensado (BATISTA, 2013). Dessa maneira, a comparação proposta não está baseada em uma replicação de casos, isto é, na seleção de eventos que se espera que produzam resultados previsíveis a partir de certa teoria adotada. Pelo contrário, utiliza-se o estudo de caso comparado como um meio de colocar a dialética marxista em movimento.

Assim, o caso da Cidade do México passou a ser construído a partir de uma reflexão constante com a realidade de São Paulo, já conhecida. Para isso, foram considerados tanto o histórico das organizações de *pepenadores* e a existência de voluntários na coleta domiciliar como a sua conformação no modelo atual de gestão integrada de RSU na Cidade do México⁴. Não foi

³ De acordo com informações da empresa Statista (2018), em 2017, o Brasil foi o quarto país em geração de resíduos sólidos municipais, enquanto o México ocupava a sétima posição.

⁴ Tanto os *pepenadores* como os voluntários são considerados recicladores de base e estão inseridos no modelo de manejo de resíduos sólidos urbanos da Cidade do México. O termo *pepenador*, de origem náhuatl, é mais antigo, e relaciona-se àqueles trabalhadores que coletam e triam resíduos nas ruas e nos lixões, já o termo “voluntário”

estabelecido, então, um recorte temporal preciso para ambos os casos, pois o que guiou a pesquisa foi a identificação dos processos que levaram à conformação dos recicladores de base nos modelos atuais de gestão integrada de RSU.

Na Cidade do México, esse modelo conta com três plantas de seleção, onde operam três organizações de *pepenadores*. Na Planta de Seleção de Santa Catarina, a operação está sob a responsabilidade da *Unión de Pepenadores Rafael Gutiérrez Moreno* desde 1996. Já a Planta de Seleção San Juan de Aragón Fase I é operada pela *Asociación de Selectores de los desechos Sólidos de la Metrópoli* desde 1994. O *Frente Único de Pepenadores*, que está a cargo da Planta de Seleção San Juan Aragón Fase II desde 2012, é a organização que mais foi deslocada, tendo trabalhado pela primeira vez na planta de seleção do Bordo Poniente, desde 1994 até o fechamento do aterro, em 2011.

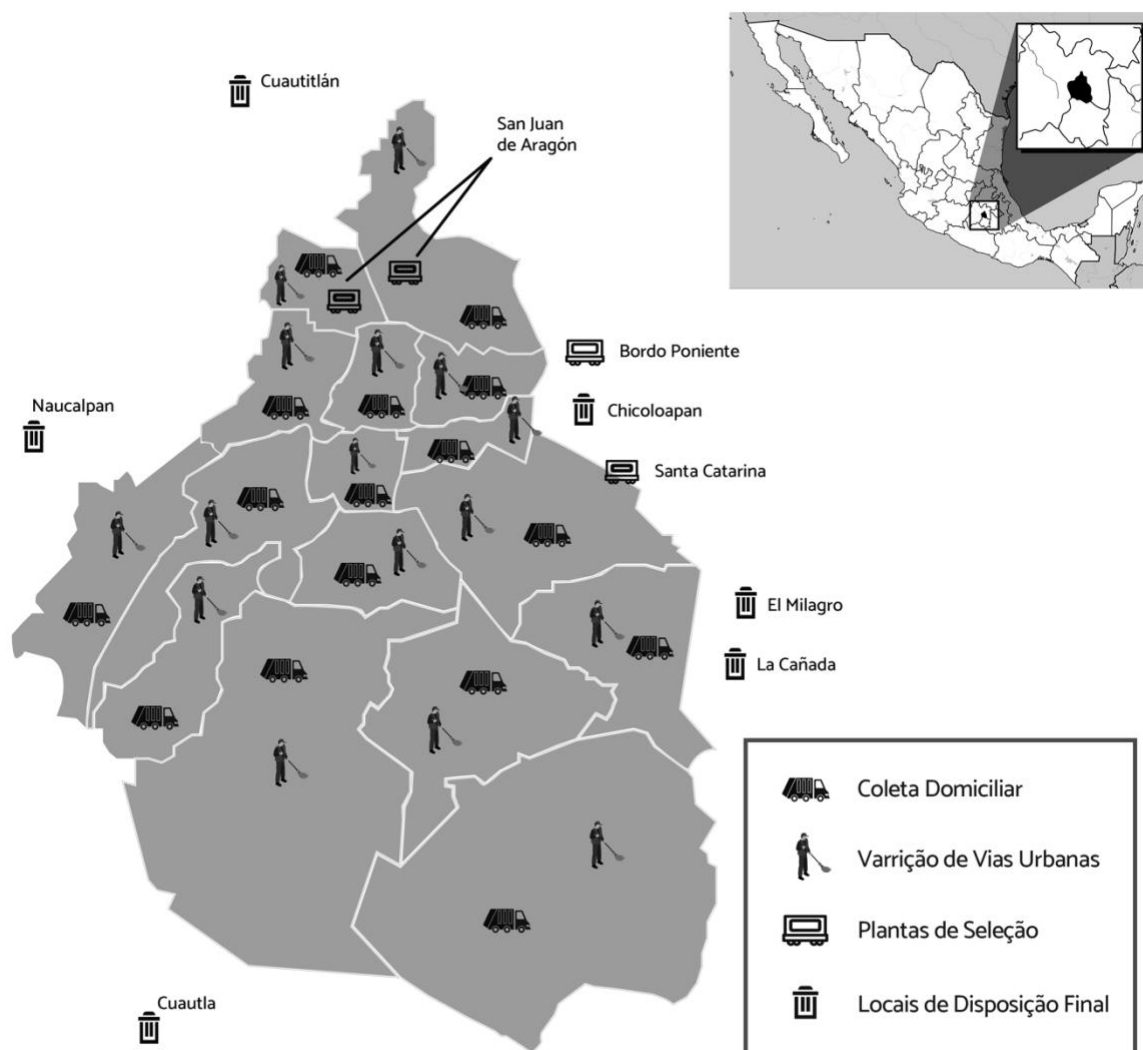
As plantas de seleção são o ponto intermediário entre o recebimento dos resíduos recolhidos na coleta domiciliar e a disposição final dos restos. Na coleta domiciliar, os caminhões passam pelas rotas estabelecidas dentro de cada uma das 16 *delegaciones* administrativas da cidade⁵. Nas rotas, os caminhões param na esquina de cada quarteirão, tocando um sino que avisa sua chegada para que as pessoas saiam de seus domicílios e lhes entreguem o “lixo”. Nesses circuitos é que trabalham os recicladores de base chamados de “voluntários”, que vivem da venda dos recicláveis e trabalham junto aos assalariados das delegações administrativas da cidade, motoristas e varredores.

Na sequência, apresento a localização da Cidade do México no mapa do país, na América do Norte, e a distribuição geográfica de parte do modelo de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos adotado na cidade. O objetivo é evidenciar em quais etapas deste modelo são encontrados os recicladores de base, tanto os “voluntários” da coleta domiciliar e da varrição de rua, nas diversas rotas estabelecidas em cada divisão administrativa da cidade, como também nas três plantas de seleção, onde atuam os *pepenadores*.

remete ao caráter não remunerado dos recicladores de base que atuam junto aos trabalhadores assalariados nos caminhões de coleta oficiais da cidade ou na varrição das ruas.

⁵ Como veremos no Capítulo 4, a Cidade do México é dividida em 16 unidades administrativas, chamadas de *delegaciones* ou *alcandías*.

Figura 2 – Sistema de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade do México



Fonte: Elaboração própria a partir de SEDEMA (2020) e Wikipédia Commons. Destaco a existência da planta de seleção de Bordo Poniente na figura, embora ela não opere desde 2011, quando a organização de recicladores que ali atuava foi deslocada para a planta de seleção de San Juan de Aragón Fase II. Todos os locais de disposição final de resíduos se encontram fora dos limites territoriais da Cidade do México.

O Plano de Gestão Integral de Resíduos Sólidos em vigor na Cidade do México durante a realização deste estudo diz respeito ao período de 2016-2020. Outro fator de destaque, nesse lapso temporal, foi a publicação da Recomendação 07/2016, da *Comisión de Derechos Humanos de la Ciudad de México* (CDHCM), considerada um marco no reconhecimento do trabalho desempenhado pelos recicladores na cidade, sobretudo aqueles que trabalham na coleta domiciliar. Assim, ao longo da pesquisa exploratória, foram identificadas semelhanças e diferenças entre a organização dos recicladores de base nas duas cidades e até mesmo dentro de cada uma delas.

Abaixo apresento o quadro síntese da pesquisa, que descreve os principais objetivos e hipóteses desta dissertação.

Tabela 1 - Quadro síntese da pesquisa	
Fenômeno. Os recicladores de base como sujeitos de direito.	
Objeto de estudo. A inserção dos recicladores de base nos sistemas de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos (RSU).	
Objetivo geral. Identificar os processos de exploração da força de trabalho dos recicladores na base da indústria da reciclagem, a partir de sua participação nos sistemas de gestão de resíduos sólidos urbanos em duas cidades da América Latina, de maneira a evidenciar que a sua condição como sujeito de direito relaciona-se com o papel que desempenham na produção capitalista.	Objetivos específicos. (1) Repensar o papel dos recicladores na base na economia capitalista, evidenciando as formas de exploração de sua força de trabalho; (2) Avançar na compreensão das iniciativas de formalização do trabalho dos recicladores de base na América Latina; (3) Contribuir para o entendimento acerca da construção de uma subjetividade jurídica “empreendedora” direcionada aos trabalhadores que atuam na base da cadeia de valor da reciclagem.
Problema de pesquisa. Em que medida os recicladores podem ser entendidos enquanto sujeitos de direito a partir de sua inserção nos sistemas de gestão de RSU?	
Questão 1. Que realidades concretas de exploração da força de trabalho dos recicladores na base das cadeias da reciclagem são dissimuladas em sua inserção na prestação de um serviço essencial de limpeza urbana?	
Questão 2. O que as estratégias de formalização dos recicladores de base em sistemas de gestão integrada de RSU podem nos dizer sobre a construção de um sujeito de direito “empreendedor”?	
Proposição 1. Os recicladores de base são entendidos como sujeitos de direito pois seu trabalho consiste na logística de resgatar mercadorias dispostas no “lixo”, por meio da coleta e revalorização de materiais recicláveis. Ao se apropriarem destas mercadorias, as colocam novamente na esfera da circulação, por meio de relações contratuais de compra e venda, que pressupõem a igualdade entre vendedores e compradores. No entanto, essa igualdade é uma forma de aparecimento de uma desigualdade maior, uma vez que os recicladores realizam um trabalho por peça na base de cadeias globais de mercadorias e sua força de trabalho se insere nos circuitos de extração de mais-valia.	

Proposição 2. Na América Latina, a partir da década de 1990, foram desenvolvidos modelos de gestão integrada de RSU com a inclusão dos recicladores de base. Esse processo ocorreu em um momento de mudanças significativas no padrão de acumulação de capital e de impulso a uma regulamentação neoliberal do trabalho. O incentivo à formalização destes trabalhadores como cooperativas, associações ou trabalhadores autônomos é a representação da subjetividade jurídica “empreendedora” na normatividade. Ainda nos contextos em que esta tendência à regulamentação do trabalho não tenha se efetivado, os trabalhadores têm sido entendidos enquanto sujeitos de direito “empreendedores”, nas relações de troca com empresas e municípios. Nesse contexto, os recicladores se inserem em processos mais complexos de extração de mais-valia e de desenvolvimento da forma jurídica.

A partir desse quadro síntese da pesquisa, colocou-se como problema central: “como obter informação sobre algo que importe ao conhecimento acadêmico sobre o direito?” (QUEIROZ, 2015, p. 64). Em primeiro lugar, foram consideradas como fontes primárias o material que constitui o próprio objeto da pesquisa: estudos exploratórios, pesquisa documental e de campo. Já as fontes secundárias são fontes de segunda mão que se referem a fontes primárias, mas não se confundem com elas, como é o caso da revisão bibliográfica. A tabela a seguir sintetiza as fontes utilizadas nesta pesquisa.

Tabela 2 – Fonte de coleta de dados		
Fontes	Técnicas	Informações
Primárias	Observação participante	Informações variadas para construir um mapeamento do campo.
	Entrevista não estruturada	Obtenção de um mapeamento do campo quando a observação participante não foi viabilizada.
	Entrevista semiestruturada	Contexto histórico sobre a inserção dos recicladores de base no sistema de gestão de resíduos sólidos. Entendimento sobre a cadeia de compra-venda de recicláveis e sobre o funcionamento das organizações desses trabalhadores em diferentes conjunturas.
	Revisão documental	Análise de documentos técnicos e legislações internacionais, nacionais e municipais para entender o contexto normativo. Principais mobilizações e conflitos envolvendo recicladores de base

		em notícias de jornais. Análise de dados estatísticos do setor e análise de tendências. Atualizações sobre o campo por meio de eventos online organizados por diferentes atores, no contexto da pandemia.
Secundárias	Revisão bibliográfica	Informações variadas para construir um mapeamento do campo. Análise das principais metodologias e teorias utilizadas pela literatura no estudo do tema.
		Contexto histórico sobre a inserção dos recicladores de base nos sistemas de gestão de resíduos sólidos urbanos.

De acordo com o esquema apresentado, buscou-se realizar uma análise qualitativa do tema por meio do cruzamento de dados primários e secundários. Em São Paulo, foi realizada observação participante, no segundo semestre de 2019, a partir de duas visitas à CMT Carolina Maria de Jesus e à CMT Ponte Pequena. Nesse período, também participei de eventos nos quais esteve presente o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e, por meio dessa aproximação, pude acompanhar algumas reuniões do Comitê de Catadores da Cidade de São Paulo.

Além disso, diante das medidas de distanciamento impostas pelo COVID-19 em 2020, muitos dados foram colhidos a partir de *lives* e outros eventos online realizados pelo MNCR, rede Recicla Sampa, entre outros atores relacionados à temática no Brasil e, em particular, na cidade de São Paulo. Englobar como fonte de dados o material produzido nas redes sociais foi importante para acompanhar mais de perto os impactos da pandemia nas condições de trabalho e de vida dos catadores e catadoras de materiais recicláveis que trabalham na cidade. Além disso, publicizá-las como fonte de dados em pesquisas cumpre um papel de visibilizar as histórias contadas a partir dos próprios agentes do campo, além de disponibilizar conteúdos abertos e facilmente acessíveis pela internet, em comparação à tradicional obtenção de dados que permanecem no universo da própria pesquisadora.

Em São Paulo, não foram encontradas dificuldades substanciais de acesso a dados primários. No entanto, rápidas mudanças no cenário pesquisado ao longo da própria condução do estudo fizeram com que novo trabalho de campo fosse necessário. Tal necessidade se deu, sobretudo, a partir da saída da Cooperativa Vira Lata da gestão da CMT Ponte Pequena e do

estabelecimento de um novo contrato com a Coopercaps, que assumiu, por meio da Rede de Comercialização da Zona Sul, a gestão do Fundo Paulistano de Reciclagem, antes gerido pela Rede Paulista de Comercialização Solidária de Materiais Recicláveis. Por essa razão, nos “últimos minutos do segundo tempo” da entrega da dissertação, no primeiro semestre de 2021, foi realizada entrevista com representante da Cooperativa Vira Lata, para entender as motivações da saída da cooperativa da operação da central mecanizada de triagem.

Na Cidade do México, foram realizadas entrevistas com os seguintes atores: *Asociación mexicana para los derechos del reciclador* (MEXIDER), *Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing* (WIEGO), *Comisión de Derechos Humanos de la Ciudad de México* (CDHCM), *Frente Único de Pепенadores* e *Secretaría de Medio Ambiente y Recursos Naturales* (SEMARNAT). Outros convites para entrevistas foram feitos, porém, no contexto da pandemia, não foram recebidas respostas. Também busquei uma aproximação com pesquisadores do tema, que me forneceram informações valiosas sobre o campo. Um dos motivos para ter buscado criar uma rede de contatos foi a dificuldade de acesso às três Plantas de Seleção, onde trabalham as organizações de *pepenadores* atualmente.

A história de Rafael Gutiérrez Moreno, conhecido como “o rei do lixo” pelos meios de comunicação mexicanos, ilustra bem as dificuldades de aproximação do campo. Berthier (2006) oferece uma definição bastante rica de Rafael Gutiérrez, quando do seu assassinato, em 1987: *ex-pepenador*, *ex-motorista da coleta domiciliar*, *ex-líder sindical*, *fundador e líder vitalício da Unión de Pepenadores*, *ex-deputado do Partido Revolucionário Institucional (PRI)*, deixou órfãos cerca de 18 mil *pepenadores*. Como veremos neste estudo, a família de Gutiérrez permanece liderando a Planta de Seleção de Santa Catarina, sob a direção de sua esposa Guillermina de la Torre e seus filhos, entre os quais está Cuauhtémoc Gutiérrez de la Torre, deputado recentemente investigado por liderar uma rede de prostituição organizada dentro do Partido Revolucionário Institucional. A existência de uma “máfia do lixo” já explica, por si só, as dificuldades de acesso a determinados grupos e os possíveis receios de adentrar o campo “desavisada”.

Apesar disso, é possível afirmar que o método de observação participante foi utilizado, em certa medida, ao acompanhar como é realizada a coleta domiciliar e a varrição nas ruas da Cidade do México, pela própria vivência, durante os meses de estágio de pesquisa na UNAM. Ao longo desse período foi possível identificar também a existência do comércio de todo tipo de materiais de segunda mão em *tianquis* [mercados de pulgas] e a compra de todo tipo de móveis e

eletrodomésticos usados aos sons dos veículos dos *perifoneadores*. Embora não sejam objeto de estudo dessa pesquisa, por não estarem vinculados diretamente ao sistema oficial de gestão integrada de resíduos, fazem parte de uma cadeia de comércio de materiais reutilizados que diz muito sobre a extensão dos “negócios do lixo” na Cidade do México.

Assim, as dificuldades de acesso ao campo na Cidade do México estiveram relacionadas aos seguintes fatores: i) heterogeneidade da organização do trabalho dos recicladores de base (voluntários, *barrenderos*, *perifoneadores*, *pepenadores* que trabalham nas ruas, aterros e plantas de seleção) e ausência de uma organização nacional de recicladores de base que seja representativa localmente, que organize as distintas reivindicações dos trabalhadores e que sirva como ponte; ii) existência histórica de organizações de *pepenadores* vinculadas a líderes autoritários e sua relação com atividades ilícitas, o que converte o campo em um lugar onde se deve pesquisar muito bem como acessar; iii) não pertencer à comunidade a ser estudada dificulta a aproximação e a confiança, ainda mais em lugares onde a entrada de pessoas alheias é muito limitada, porque os grupos são formados por redes familiares ou de bairro, desconfiadas por já ter passado por situações de abuso e de exploração; iv) a inexistência de uma rede de pesquisadores organizada dificulta o acesso ao campo e a troca de ideias e informações sobre o tema.

De todo modo, as maiores dificuldades em aceder o campo, tanto na Cidade do México, como em São Paulo, passaram a se relacionar ao cenário da pandemia da COVID-19. Por isso, foquei-me na obtenção de fontes primárias por meio de requerimentos de acesso à informação direcionados a órgãos públicos, e na coleta de dados secundários, ampliando a realização de uma revisão de literatura sobre o tema que pudesse ser capaz de expandir meu conhecimento sobre o campo.

1.2. Examinando a literatura: os recicladores de base enquanto sujeitos de direito

Com a finalidade de localizar o recorte teórico proposto nesta dissertação, pareceu-me adequado iniciar por uma breve revisão da literatura, que seja capaz de situar o estado da arte sobre a compreensão dos recicladores de base como sujeitos de direito. O objetivo, neste tópico, é evidenciar as contribuições e debilidades da bibliografia sobre o tema, que serão alvo de discussão teórica e metodológica ao longo deste estudo. É importante lembrar que o levantamento bibliográfico que será exposto a seguir não se propõe como sistemático ou

exaustivo, mas sim exemplificativo de algumas tendências comuns nas pesquisas focadas no estudo dos recicladores de base, sobretudo no campo do direito.

A maior parte da literatura, no campo jurídico e além, converge ao localizar uma série de violações aos direitos humanos dos recicladores, a partir de um entendimento sobre as condições de marginalidade e de exclusão social que permeiam a existência desses trabalhadores (SEVERI, 2014; PASQUALETO, 2019). Algumas abordagens evidenciam essas condições ao focar em uma associação entre estes trabalhadores e os materiais que coletam. Partindo da concepção de que o “lixo” é associado com tudo aquilo que é sujo e desordenado (DOUGLAS, 2012), os próprios recicladores seriam vistos como restos, como “descartáveis”, “refugos humanos” (BAUMAN, 2005).

Dessa forma, a literatura é praticamente uníssona ao relacionar a ideia de “sujeito de direito” à urgente dignificação do trabalho dos recicladores, por meio de uma ressignificação do valor social da atividade que exercem. Conforme Pinheiro (2018), haveria uma cegueira psicossocial sobre a importância do trabalho dos recicladores para a coletividade, o que dissimularia o reconhecimento desses trabalhadores enquanto sujeitos de direito. No mesmo sentido, haveria uma necessidade em “trabalhar a autoestima dos catadores, fazendo-os perceberem-se sujeitos de direitos, realizadores de um trabalho que traz benefícios para si e para toda a comunidade” (FREITAS, 2005, p. 197).

Enquanto sujeitos de direitos, os recicladores de base seriam, então, vistos como “heróis urbanos”, que garantem a limpeza para determinada coletividade, e como “agentes ambientais” (FERRAZ *et al.*, 2012), que asseguram até mesmo o futuro da humanidade e das próximas gerações, ao contribuírem para a preservação do meio ambiente. O reconhecimento da dignidade desse trabalho perpassaria, necessariamente, pelo seu reconhecimento no ordenamento jurídico, a partir da regulamentação da sua profissão e da efetivação de seus direitos humanos. Os recicladores de base seriam, então, sujeitos de direitos, a partir do momento em que forem reconhecidos seus direitos à cidade, seus direitos à cidadania (DIAS, 2002), seus direitos ao trabalho (BOSI, 2008) e seus direitos à saúde e a um meio de trabalho seguro e equilibrado (PASQUALETO, 2019).

No Brasil, por exemplo, boa parte da literatura admite que os catadores de materiais recicláveis passaram a ser entendidos enquanto sujeitos de direito a partir do reconhecimento legal da profissão no Código Brasileiro de Ocupações, ocorrido em 2002, e de uma série de leis, entre

as quais se destaca a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que reforça o papel do setor ao garantir o seu direito de participar de políticas públicas. A literatura que estuda o trabalho dos recicladores de base na América Latina, em geral, tem apontado para o mesmo caminho, de associar os recicladores como sujeitos de direito a partir do momento em que são reconhecidos pela positivação de leis e em que são incluídos nos arranjos de políticas públicas direcionadas ao setor, levando em consideração sua organização em cooperativas e associações (SCHAMBER *et al.*, 2018).

Apesar das evidentes boas intenções da literatura corrente ao abordar a temática, ela incorre em problemas de ordem metodológica. A positivação de normas que reconhecem o trabalho digno e decente dos recicladores para a coletividade apenas flutua nas nuvens do “dever ser”. Ao investigarmos a fundo como tem se desenvolvido historicamente a ocupação dos recicladores de base e quais as suas atuais condições de vida e de trabalho, verificamos que esses trabalhadores não vendem apenas matéria-prima para indústria, como também sua própria força de trabalho. O trabalho excedente realizado pelos recicladores é apropriado por todos os agentes da cadeia de valor da reciclagem com os quais comercializam e constitui uma redução de custos significativa com a disposição final de resíduos para os municípios.

Entendo que as demandas jurídicas dos recicladores de base, assim como as de tantos outros trabalhadores, são, na verdade, demandas sociais pelo gozo material daquilo que o reconhecimento jurídico pleiteado representa. As necessidades dos seres humanos, então, são traduzidas como direitos humanos, por meio do idealismo da chamada “dignidade humana”. O questionamento diante do qual me coloco nesta pesquisa é, então, o seguinte: devo, aqui, me somar à defesa do reconhecimento jurídico e da positivação de direitos humanos dos recicladores de base para uma possível melhoria de sua posição econômica ou buscar um caminho mais efetivo de questionar o papel desempenhado pelo direito na realidade social na qual estes trabalhadores estão inseridos? Tendo a trilhar o caminho mais longo, a partir da percepção de que há um “impulso imanente do capitalismo em transformar as demandas sociais em direitos, o que significa não atendê-las, e sim submetê-las aos regramentos da forma jurídica”, isto é, incorporá-las a uma relação de custo-benefício sempre tendente a favorecer o capital (BIONDI, 2015, p. 244).

Assim, é preciso ter clareza sobre o fato de que o trabalho dos recicladores de base não surgiu para suprir uma demanda de limpeza urbana (não são “heróis urbanos”) ou para diminuir a

emissão de CO² na atmosfera (não são “heróis ambientais”), mas sim porque trabalhadores expropriados, sem encontrar onde vender sua força de trabalho, viram na venda de resíduos uma fonte de renda. A partir do momento em que coletam os materiais recicláveis, criam um novo valor, e, por meio da venda desses resíduos recuperados à indústria da reciclagem, cumprem um papel significativo na produção capitalista.

A partir desse ponto fundante da relação dos recicladores com o seu trabalho, também questiono uma série de pressupostos dados como fatos sobre o papel do Estado, do cooperativismo, das políticas públicas, do direito, dos próprios materiais recicláveis. É por isso que se faz necessário adotar um método que seja capaz de localizar o trabalho dos recicladores de base na história material de nossas geografias. Assim, ao longo da dissertação, busco analisar o trabalho dos recicladores a partir do ponto de vista da produção capitalista, o que será possível a partir da teoria das formas ou dos modos de produção, que parte “do presente histórico como uma ‘chave’ para compreender as formas sociais do passado” (NAVES, 2008, p. 49).

Uma abordagem marxista sobre o tema pressupõe sair das concepções pobreza-vulnerabilidade-exclusão-distribuição-inclusão-políticas públicas e situar o trabalho dos recicladores a partir da produção capitalista. Isso também pressupõe uma teoria social sobre os resíduos, longe daquelas que os entendam apenas como sujeira e desordem (DOUGLAS, 2012) ou os estude do ponto de vista técnico, como nas engenharias. Estudos como os de Foster (2005), Moore (2015), Burkett (2014) e O’Connor (1998) trazem uma contribuição, nesse sentido, ao reconstituírem a história ambiental por meio do método materialista histórico-dialético como a história das relações capitalistas com a natureza⁶. Aquilo que é entendido como “lixo”, então, passa a se tornar sujeito à uma dialética simultânea entre sua produção, disposição, recuperação e revalorização, o que nos faz imaginar infinitas formas de penetração do capital nos processos de transformação da natureza (COOPER, 2010).

Nesse contexto, em que o “lixo” passa a ser uma mercadoria explorada em escala cada vez mais internacionalizada, o papel do Estado se torna fundamental. O estudo de Wong (2014) sobre o trabalho dos *karung guni* em Cingapura e na Malásia reforça o papel central desempenhado pelo Estado para o desenvolvimento e estruturação de cadeias transnacionais de mercadorias

⁶ Alguns desses autores acreditam ser possível identificar uma preocupação ambiental na obra de Marx, sobretudo quando o autor trata da questão metabólica. Não é meu objetivo aprofundar essa discussão neste estudo, senão que evidenciar o tratamento dado por Marx (2017b) ao incentivo para a reutilização de resíduos dentro do modo de produção capitalista, o que ocorre a partir da produção de resíduos em larga escala, como uma alternativa econômica diante do encarecimento das matérias-primas.

recicláveis. De acordo com o autor, o Estado eventualmente garantiria a reprodução da força de trabalho dos recicladores de base com programas sociais e políticas públicas de subsídio destinadas a estes trabalhadores e assim providenciaria força de trabalho barata para as indústrias e para si mesmo.

Por isso, o pressuposto essencial que deve ser criticado na literatura corrente é a concepção a-histórica de trabalho, utilizada como sinônimo de garantia de um sentido do ser social. É certo que o trabalho concreto, como a relação mais simples do ser humano com a natureza, pode ser encontrado em todos os períodos históricos. Marx (2017a, p. 120) enfatiza n'O capital, que “como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana”.

No entanto, no modo de produção capitalista, esse trabalho que deveria ser a finalidade básica do ser social, de produção de valores de uso para suprir as necessidades humanas, se reduz à sua única possibilidade de subsistência, enquanto trabalho abstrato (ANTUNES, 2006). Na abstração do trabalho concreto se torna possível a efetivação do valor, assim, o trabalho abstrato pode ser definido como aquilo que é apagado das relações de troca e medido pelo tempo do trabalho socialmente necessário contido nas mercadorias. Essa diferenciação entre trabalho concreto e trabalho abstrato é fundante do modo de produção capitalista e o cerne da teoria do valor de Marx. “É um pressuposto para a universalização da troca de mercadorias que o trabalho abstrato funcione como forma de igualdade” e “... a cada passo da reprodução (fictícia) do capital, mais intensa se torna a generalidade do trabalho” (LACERDA, 2014, pp. 15-16).

Da mesma forma que o trabalho é historicamente determinado, o direito tem uma história real paralela, “que se desenvolve não como um sistema de ideias, mas como um sistema específico de relações no qual os homens entram em consequência não de uma escolha consciente, mas porque a isso lhes obrigam as condições da produção” (PACHUKANIS, 2017, p. 92). Uma abordagem que relacione o trabalho e o direito no capitalismo faz-se necessária para entender o campo dos recicladores de base na atualidade, sendo necessário partir dos pontos cegos encontrados na revisão de literatura a esse respeito para avançar no entendimento das relações concretas que se dão na base da cadeia da reciclagem.

1.3. Revisitando o método: a teoria do valor-trabalho em Marx

Tal como exposto anteriormente, não é possível tratar da produção em geral ou do trabalho em geral, sem observar as condições materiais de produção em determinado tempo e espaço. O objetivo deste tópico é, então, trazer uma exposição das principais categorias e tendências do modo de produção capitalista a partir da crítica da Economia Política de Marx e revisitá-las sob as lentes de teóricos marxistas que analisam o processo de acumulação flexível. Essa tentativa de revisitação é importante para compreender as modificações nas forças produtivas e nas relações de produção de uma formação socioeconômica determinada: a economia mercantil-capitalista.

O capital é a categoria que exprime a dinâmica do capitalismo enquanto movimento de constante superação e de reposição de suas contradições. Dessa forma, não trato aqui de uma mera narrativa histórica e linear, porque, tal como ensina Grespan (2012, p. 32), “a ordem das categorias econômicas depende de sua articulação dentro da sociedade burguesa moderna”. Assim, o desenvolvimento do capital enquanto categoria só ocorre quando há produção de mercadorias, quando a mercadoria dinheiro é trocada pela força de trabalho enquanto mercadoria (trabalho assalariado) e quando os produtos do próprio trabalho se colocam enquanto propriedade alheia, por meio da extração de mais-valia⁷.

Na circulação simples, Marx trata das categorias mais abstratas do capital em geral. Nessa esfera, os produtos adquirem a forma de mercadorias, pois ao mesmo tempo que são objetos com valor de uso, são portadores de valor de troca no mercado. Na economia capitalista, o valor de troca de uma mercadoria não pode se expressar diretamente por meio da quantidade de tempo de trabalho que foi necessário para produzi-la, individualmente, mas sim por meio de uma determinada quantidade de outra mercadoria. Esta expressão do valor de uma mercadoria com a ajuda de outra se acha sob uma forma de valor relativo, enquanto a mercadoria que lhe serve de medida constitui a chamada forma equivalente do valor. A forma equivalente do valor é um equivalente universal, que pode ser atribuída a qualquer mercadoria (GRESPLAN, 2012).

Marx rejeitou as teorias que derivavam o valor a partir do valor de uso, o dinheiro a partir das propriedades técnicas do ouro e o capital da produtividade técnica dos meios de produção

⁷ Embora as edições mais recentes da obra de Marx no Brasil tenham optado pela tradução desta categoria como “mais valor”, utilizo o termo “mais-valia”. Entendo, tal como Teixeira (2020, p. 239), que “mais-valia, como categoria, é algo que ultrapassa o sentido da exploração, pois é composta também por um sentido de equivalência, sendo esta, como se depreende do capítulo 2 de O capital, o ponto de partida da sua elaboração como categoria”.

(RUBIN, 1987). Assim, em sua teoria do valor-trabalho, o valor de uso, isto é, a utilidade social dos produtos, é o pressuposto e não a fonte do valor de troca, sendo que é este último que é formulado de maneira generalizada. Segundo Marx (2017a), apesar do valor de troca depender do valor de uso, este fica bloqueado enquanto o produto estiver no circuito das trocas. O valor de troca é medido a partir do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma determinada mercadoria, isto é, quando o valor de uso de um bem só possui valor porque nele está materializado trabalho humano abstrato (MARX, 2017a).

Nesse sentido, a teoria do valor-trabalho inova justamente ao identificar a força de trabalho como uma mercadoria especial no modo de produção capitalista. A novidade reside no fato de que é através da compra da força de trabalho que se gera um valor além daquele que foi pago nessa mercadoria por meio do salário, o que é possível a partir da extração da mais-valia. Em linhas gerais, a mais-valia corresponde ao valor acrescido às mercadorias produzidas na parte da jornada de trabalho que ultrapassa o tempo necessário para produzir o equivalente aos meios de vida do trabalhador. O salário é, então, a expressão do tempo de trabalho necessário para a produção, sendo que o tempo de trabalho excedente não é pago na forma salarial, mas sim incorporado pelo capitalista como mais-valia.

O processo de exploração da força de trabalho envolve uma articulação entre a esfera da produção e a esfera da circulação. A mais-valia é gerada na esfera da produção, onde é consumida a força de trabalho, mas é na circulação onde ela se realiza completamente, pois é na esfera em que se trocam equivalentes que ela é transformada em lucro, a partir do momento em que as mercadorias produzidas pelo trabalhador são vendidas no mercado. É na esfera da circulação também que ocorre a troca da mercadoria força de trabalho por um salário, que, tal qual na circulação simples, pressupõe-se que seja a ela equivalente.

De acordo com Marx, para vender a força de trabalho como mercadoria, em troca de um salário, o trabalhador, então, deve dispor de sua força de trabalho enquanto pessoa livre: “ele e o possuidor de dinheiro se encontram no mercado e estabelecem uma relação mútua como iguais possuidores de mercadorias, com a única diferença de que um é comprador e o outro, vendedor, sendo ambos, portanto, pessoas juridicamente iguais” (MARX, 2017a, p. 242). No entanto, essa igualdade jurídica não é observável na realidade material, já que a liberdade na venda de sua força de trabalho não significa uma escolha para o trabalhador, mas a única alternativa, já que ele “não tem outra mercadoria para vender, livre e solto, carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho” (MARX, 2017a, p. 244).

Assim, tal como frisa Grespan (2012), a igualdade jurídica não é a aparência ilusória da desigualdade verdadeira, mas sim sua forma de aparecimento. Para compreender tal dualidade, é preciso entender que a circulação é parte do processo “global” de produção e que a igualdade é um momento da desigualdade mais profunda e, inclusive, condição necessária para que a relação entre desiguais se dê no mercado. A desigualdade que permite a situação em que trabalhadores e capitalistas apareçam como livres e iguais é fruto do processo de acumulação originária do capital, que priva os trabalhadores de seus meios de vida.

Segundo Marx, o capitalismo não poderia ser desenvolvido sem uma concentração prévia de capital e de trabalho, o que demandou a separação dos trabalhadores e das trabalhadoras dos meios de produção, por meio de um processo de acumulação originária ou primitiva. Para isso, foi essencial o processo de cercamento de terras comunais e a consequente expulsão do campesinato para as cidades, bem como o colonialismo e a escravidão⁸. A partir desse processo, houve a expansão da urbanização nas cidades e da proletarianização dos trabalhadores, que desprovidos de meios de produção, não tinham outra alternativa senão vender a única mercadoria que possuíam, sua própria força de trabalho. Assim, a propriedade dos meios de produção confere ao capitalista o direito de se apropriar do produto do trabalho de outrem.

De acordo com Grespan:

O mundo dos produtores de mercadorias em que todos são proprietários dos meios de produção e, por isso, iguais entre si e livres na disposição de seus bens e de suas pessoas, nunca existiu de fato como tal. É uma “abstração” necessária para a definição de capital em geral, uma etapa da recomposição das determinações constitutivas deste último em seu desenvolvimento sistemático, que a apresentação se propõe a reproduzir como desenvolvimento categorial. É também um ponto de partida comum ao da Economia Política, cujos pressupostos de igualdade e justiça Marx pretende inverter e subverter através do desdobramento de suas consequências obrigatórias (GRESPLAN, 2012, p. 97).

Na esfera da circulação e da produção imediata de mercadorias, o valor se torna o sujeito de um processo de autovalorização do capital, “aparecendo ora como dinheiro, ora como mercadoria, altera sua própria grandeza e, como mais-valor, repele [*abstösst*] a si mesmo como valor originário valoriza a si mesmo” (MARX, 2017a, p. 230). Partindo dessa constatação, Marx divide o capital total em: capital constante, parte que se converte em meios de produção, ou

⁸O autor elenca os fatores que levaram à acumulação originária por meio do colonialismo: “a descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravidão e o soterramento da população nativa das minas, o começo da conquista e saque das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles negras” (MARX, 2017a, p. 821). Federici (2017) acrescenta que o processo de acumulação originária também se deu a partir do fenômeno conhecido como caça às bruxas, isto é, a perseguição e assassinato de mulheres durante o período do Iluminismo, como uma forma de disciplinamento dos corpos para o trabalho e de expropriação de conhecimentos comuns sobre a reprodução social.

seja, matérias-primas, matérias auxiliares e meios de trabalho e que não alteram sua grandeza de valor no processo de produção⁹; e capital variável, isto é, força de trabalho, que modifica seu valor no processo de produção (MARX, 2017a). A mais-valia existe, então, porque a força de trabalho opera sob condições impostas pelo capital e passa a fazer parte dele como um de seus momentos, o capital variável.

A taxa de lucro capitalista é determinada pela relação entre mais-valia e o capital total, sendo alterada pela composição orgânica do capital, isto é, pela composição técnica de valor do capital (Marx, 2017b). Por isso, o aumento da composição orgânica do capital significa a progressiva diminuição relativa do capital variável em proporção ao constante, isto é, meios de produção em detrimento da força de trabalho. Esse movimento leva a uma dinâmica mais complexa do desenvolvimento do capital, a fim de compensar um pequeno ou nulo crescimento em sua parte variável e de manter seus lucros, o que denota a necessidade de maior exploração da força de trabalho a partir de novas formas de extração de mais-valia.

Nesse ponto, é preciso entender a complexificação nas formas de extração de mais valia. A mais-valia absoluta é a forma básica em que se expressa a relação capital-trabalho e é extraída pelo aumento absoluto do tempo de trabalho excedente, com o prolongamento da jornada de trabalho. No entanto, sua extração é restringida pela própria limitação temporal do dia de trabalho. A solução possível, nesse caso, é a extração da mais-valia relativa, por meio da diminuição do tempo de trabalho necessário, ampliando assim a parte excedente do tempo de trabalho dentro de uma jornada admitida como fixa (MARX, 2017a).

Ambas as formas de extração da mais-valia são utilizadas para ampliar o trabalho excedente sobre o tempo necessário. Mas, para produzir maior quantidade de mais-valia relativa, o capital deve revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, processo que passa por três momentos básicos: cooperação, em que os trabalhadores são reunidos pelo capital pra realizar uma mesma tarefa; divisão do trabalho na manufatura, em que o capital divide e coordena as tarefas entre os trabalhadores, a partir da especialização individual; e a grande indústria, na qual a ferramenta do trabalhador se transforma em máquina (GRESPLAN, 2012). A produção de mais-valia relativa, supõe, então:

⁹ Na verdade, a parte constante do capital só é transferida ao produto pela atuação do trabalho vivo, ao reproduzir o equivalente do seu próprio valor, e ainda produz um excedente, um mais-valor que pode variar, maior ou menor de acordo com as circunstâncias (MARX, 2017a; GRESPLAN, 2012). Assim, indiretamente, a mais-valia também compõe o capital constante.

... um modo de produção especificamente capitalista, que, com seus próprios métodos, meios e condições, só surge e se desenvolve naturalmente sobre a base da subsunção formal do trabalho sob o capital. O lugar da subsunção formal do trabalho sob o capital é ocupado por sua subsunção real (MARX, 2017a, p. 578, grifos meus).

A subordinação do trabalho ao capital ocorre “formalmente”, na circulação, com a relação jurídica de compra e venda da força de trabalho e, “realmente”, ela se estabelece na esfera da produção imediata, “quando o assalariado se defronta com os meios de produção enquanto poder estranho e dominador de sua atividade viva” (GRESPLAN, 2006, p. 117). O resultado desse processo de subordinação do trabalho é o reforço do fetiche do capital, em que a força de trabalho “aparece como força produtiva que o capital possui por natureza, como sua força produtiva imanente” (MARX, 2017a, p. 408).

Marx descreveu brilhantemente a impossibilidade de autovalorização do capital sem a exploração da força de trabalho, substância do valor das mercadorias. Segundo o autor, “o capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga” (MARX, 2017a, p. 307). O capital se coloca, dessa maneira, cada vez mais como um elemento totalizante, que subordina o trabalho às suas determinações e necessidades “vampirescas”. A substância do valor não se determina como sujeito, como totalidade, pelo lado do trabalho, mas sim pelo lado do capital, por isso o capital assume um caráter fetichista e contraditório de sujeito, que se apropria da força de trabalho como um momento seu – capital variável – e o exclui como totalidade potencial (GRESPLAN, 2012).

Na extração de mais-valia relativa, ao diminuir o tempo de trabalho em que o trabalhador produz o equivalente ao valor de sua força de trabalho (trabalho necessário), o trabalho excedente se coloca cada vez mais como condição do trabalho necessário (ANTUNES, 2006). Como consequência, reduz-se o valor da própria mercadoria força de trabalho, o que implica em salários menores e na necessidade do barateamento dos meios de vida necessários à reprodução destes trabalhadores. Dessa forma, o capital não só obtém mais-valia em geral, como também comanda o processo de trabalho, eleva sua produtividade e barateia as mercadorias, por meio de um aumento na produtividade nos ramos da economia que garantem tais meios de vida¹⁰.

¹⁰ Um exemplo desse processo é o desenvolvimento da chamada Revolução Verde, que, a partir de um incremento tecnológico na composição do capital constante, isto é, por meio da tecnologia no campo, do cultivo de monoculturas e do uso massivo de agrotóxicos e variedades geneticamente modificadas, produziu um barateamento no valor de troca dos alimentos, ao mesmo tempo que gerou valores de uso nocivos ao meio ambiente e ao ser humano (TORRES, 2016).

Há uma contradição entre aumentar o capital constante e diminuir o capital variável, que se resolve na estruturação de um exército industrial de reserva, que fica à margem do processo produtivo, mas que “permanece à disposição para emprego futuro em caso de necessidade” (BIONDI, 2015, p. 44). A classe trabalhadora que forma o exército de reserva funciona como uma espécie de ajuste na redução dos salários daqueles trabalhadores empregados. Em outras palavras, quando há maior oferta de trabalho do que demanda, a parte desempregada exerce pressões sobre a parte empregada, de forma que esta se encontra obrigada a aceitar os ditames do capital ou também somar as filas do exército industrial de reserva.

Desde o início dos anos 1970 vivenciamos uma intensificação no quadro de crise estrutural, que levou o capital a desenvolver “práticas materiais da destrutiva auto-reprodução ampliada” (ANTUNES, 2006, p. 168). Nesse cenário, temos uma combinação de extração ampliada de mais-valia absoluta e mais-valia relativa. De acordo com Antunes (2006), o modo de produção capitalista necessita, cada vez menos, de trabalho estável e mais de formas diversificadas de trabalho flexível. Daí a importância crescente da absorção do exército industrial de reserva, cuja condição precária de existência é que os qualifica para o trabalho.

Na reprodução ampliada do capital, a mais-valia é extraída do proletariado, em conjunto, em favor da classe capitalista, e a apropriação deste excedente em nível social, mediada pelo mercado, reveste-se da forma de lucro (BIONDI, 2016). De acordo com Mészáros (*apud* ANTUNES, 2006), o antagonismo entre capital social total e totalidade do trabalho é modificado em função de circunstâncias socioeconômicas locais, posição relativa de cada país na estrutura global da produção capitalista e maturidade relativa do desenvolvimento sócio histórico. Assim, para entender a reprodução em escala global, é preciso analisar as formas contemporâneas da divisão internacional do trabalho, cujas determinações não podem simplesmente ser encontradas olhando para as relações de concorrência entre capitalistas individuais.

Analisar as formas contemporâneas da divisão internacional do trabalho pressupõe também uma compreensão sobre o desenvolvimento desigual e combinado como lei geral da história do capitalismo. Essa compreensão foi trazida por Trotsky e é de suma importância para entender a realidade da América Latina, até mesmo porque o autor tem sido referência na construção do

pensamento marxista latino-americano¹¹. Em *A história da Revolução Russa*, Trotsky define a lei do desenvolvimento desigual e combinado da seguinte maneira:

A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. Sem esta lei, tomada, bem entendido, em todo o seu conjunto material, é impossível compreender a história da Rússia, como, em geral, a de todos os países chamados à civilização em segunda, terceira ou décima linha (TROTSKY, 2017, p. 34).

Assim, o desenvolvimento seria desigual porque implica que países capitalistas tardios nem sempre seguem o caminho dos países de capitalismo avançado, e combinado porque o sistema capitalista, em sua totalidade, é um arranjo de formas arcaicas e contemporâneas, que são dois lados da mesma moeda da autovalorização do capital. O avanço de um padrão de acumulação flexível, na atualidade, me leva a resgatar essa articulação, tendo em vista que a indústria da reciclagem utiliza uma combinação de formas de organização do trabalho, muitas das quais são consideradas pela literatura como pré-capitalistas. A análise da inserção dos recicladores de base nos sistemas de gestão integrada de resíduos sólidos na América Latina também denota a coexistência de métodos “arcaicos” de trabalho com certas tecnologias modernizantes na separação de recicláveis, enquanto em países de capitalismo avançado os mesmos sistemas são majoritariamente mecanizados. Por isso entendo que a noção de totalidade que a teoria do desenvolvimento desigual e combinado oferece é essencial para localizar as mudanças organizativas neoliberais em uma mesma unidade, isto é, dentro do próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista.

1.4. Reavivando a crítica da forma jurídica em tempos de acumulação flexível

A crítica da economia política de Marx é fundamental para entender o funcionamento do modo de produção capitalista e também oferece elementos importantes para elaborar uma crítica marxista do direito. A esfera da circulação de mercadorias é entendida por Marx como “um verdadeiro Éden dos direitos inatos do homem”, pois:

Ela é o reino exclusivo da liberdade, da igualdade, da propriedade e de Bentham. Liberdade, pois os compradores e vendedores de uma mercadoria, por exemplo, da força de trabalho, são movidos apenas por seu livre-arbítrio.

¹¹ Aqui me refiro sobretudo à contribuição do pensamento de Trotsky para a elaboração da teoria marxista da dependência, que, a despeito de sua importância, não será alvo de discussão nesta dissertação.

Eles contratam como pessoas livres, dotadas dos mesmos direitos. O contrato é o resultado, em que suas vontades recebem uma expressão legal comum a ambas as partes. Igualdade, pois eles se relacionam um com o outro apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade, pois cada um dispõe apenas do que é seu. Bentham, pois cada um olha somente para si mesmo. A única força que os une e os põe em relação mútua é a de sua utilidade própria, de sua vantagem pessoal, de seus interesses privados. E é justamente porque cada um se preocupa apenas consigo mesmo e nenhum se preocupa com o outro que todos, em consequência de uma harmonia preestabelecida das coisas ou sob os auspícios de uma providência todo-astuciosa, realizam em conjunto a obra de sua vantagem mútua, da utilidade comum, do interesse geral (MARX, 2017a, pp. 250-251).

Em Marx já é possível localizar que a ideia moderna de igualdade está enraizada na forma social de igualdade que emergiu historicamente do desenvolvimento da forma-mercadoria¹². Assim como a crítica da economia política marxiana nos ensina que a forma-mercadoria é a unidade originária e mais abstrata do modo de produção capitalista, a crítica marxista do direito proposta por Pachukanis nos auxilia no entendimento de que a expressão jurídica dessa forma-mercadoria, na circulação, se dá pela subjetividade jurídica.

Para Pachukanis, o direito é uma forma mistificada de uma relação social específica: a relação de troca mercantil capitalista. Em outras palavras, as relações capitalistas de troca se dão sob o aspecto de transações jurídicas, como as de compra e venda, de maneira tal que a forma-mercadoria só se realizaria completamente por meio da forma jurídica. A forma jurídica é, então, a forma pela qual ocorre a propagação das “relações de fato entre pessoas contrapostas umas às outras como produtoras de mercadorias” (PACHUKANIS, 2017, p. 232). Afinal, de acordo com Marx:

As mercadorias não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se umas pelas outras. Temos, portanto, de nos voltar para seus guardiões, os possuidores de mercadorias. (...) Para relacionar essas coisas umas com as outras como mercadorias, seus guardiões têm de estabelecer relações uns com os outros como pessoas cuja vontade reside nessas coisas e que agir de modo tal que um só pode se apropriar da mercadoria alheia e alienar a sua própria mercadoria em concordância com a vontade do outro, portanto, por meio de um ato de vontade comum a ambos. Eles têm, portanto, de se reconhecer mutuamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, seja ela legalmente desenvolvida ou não, é uma relação volitiva, na qual se reflete a relação econômica (MARX, 2017a, p. 159, grifos meus).

Assim, o princípio da subjetividade jurídica decorre inevitavelmente das condições da economia mercantil-monetária, de maneira que a esfera da circulação mercantil é a produtora das diversas figuras no direito. A contribuição de Pachukanis, no entanto, não se limita a uma

¹² Conforme Naves (2008), Marx, em *Crítica do programa de Gotha*, já demonstra o vínculo entre a forma jurídica e a forma mercadoria quando trata da igualação dos dispêndios de trabalho segundo o princípio da troca de equivalentes.

determinação simples entre direito e circulação mercantil. O autor parte do entendimento marxiano de que o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações e assim entende a determinação do direito pelas relações de produção como um dos momentos constitutivos de uma complexa sobredeterminação (NAVES, 2008).

Pachukanis ainda ressalta que as formas jurídicas necessárias ao surgimento das relações de produção capitalistas só se constituem porque as categorias do direito já existiam na esfera da circulação pré-burguesa (NAVES, 2008). Porém é apenas na sociedade burguesa capitalista que ocorre a “mercantilização” universal, quando praticamente todo objeto se torna mercadoria e, sobretudo, quando a própria força de trabalho se constitui como mercadoria. Segundo Pachukanis (2017, p. 141), é “ao mesmo tempo que o produto do trabalho adquire a qualidade de mercadoria e se torna portador de valor” que “o homem adquire a qualidade de sujeito jurídico e se torna portador do direito”. Assim, é o trabalho abstrato que cria o indivíduo abstrato que, na linguagem jurídica, é traduzido como sujeito de direito. Nas palavras do autor:

Assim como a multiplicidade natural das qualidades úteis do produto é na mercadoria apenas um simples invólucro do valor, e os aspectos concretos do trabalho humano dissolvem-se em trabalho humano abstrato, como criador do valor, de modo semelhante, a multiplicidade concreta das relações do homem para com a coisa surge como vontade abstrata do proprietário, e todas as particularidades concretas que diferem um representante do gênero *Homo sapiens* de outro dissolvem-se na abstração do homem em geral, como sujeito jurídico (PACHUKANIS, 2017, p. 142).

É por isso que o direito opera a mediação de uma troca decisiva para a constituição e reprodução das relações de produção capitalistas: a troca de força de trabalho por salário (NAVES, 2008). A subjetividade jurídica se expressa, nesse sentido, porque o indivíduo é livre para vender ou não sua força de trabalho no mercado, em troca de um salário, e ele e o comprador da força de trabalho se relacionam na condição de proprietários por meio de contratos. Assim, o sujeito de direitos é, por definição, um sujeito equivalente, porque o direito é elemento constituinte de uma sociedade que exige a mediação de um equivalente geral para que os diversos trabalhos privados independentes se tornem trabalho social (NAVES, 2008).

No entanto, como apresentado anteriormente, uma vez que os trabalhadores foram separados dos meios de produção, a venda da força de trabalho no mercado não se trata de uma escolha, mas de uma necessidade. Dessa maneira, o sujeito de direito não tem escolha de não ser livre, o capital obriga o trabalhador a ser livre. A igualdade é apenas uma forma de aparecimento e se relaciona com o fetichismo da mercadoria, uma vez que os guardiões das mercadorias devem se reconhecer enquanto proprietários privados para, por meio de um ato de vontade comum a

ambos, “apropriar da mercadoria alheia e alienar a sua própria”. Nesse sentido, “o fetichismo da mercadoria completa-se com o fetichismo jurídico” (PACHUKANIS, 2017, p. 146).

De acordo com Biondi (2018, p. 226), o nível de enraizamento social do fetichismo jurídico na sociedade capitalista se expressa na ideologia jurídica, “que é também um sistema de relações imaginárias dos homens e mulheres com o mundo existente” e, sobretudo, que “atua conforme às mediações ditadas pelas próprias condições materiais de existência”. Essa conceituação é baseada no entendimento de Althusser (1996, p. 133), para quem “toda ideologia invoca ou interpela os indivíduos como sujeitos concretos, pelo funcionamento da categoria de sujeito”. A interpelação de que trata Althusser é o que constitui os sujeitos em seu duplo sentido: como livres e plenos de autonomia, nas relações de troca, e como assujeitados a uma estrutura social que se impõe sobre suas escolhas. Essa é uma leitura perfeitamente cabível ao sujeito de direito interpelado pela ideologia jurídica, como apontam Edelman (2016), Batista (2013) e Kashiura (2015).

No entanto, para a dogmática jurídica, há uma inversão de sentido do termo “sujeito de direito”, pois a filosofia burguesa do direito acaba tomando a condição de sujeito de direito como algo sublime, a partir do ponto de vista kantiano (PACHUKANIS, 2017). Em um primeiro momento, se entende a subjetividade jurídica como a emanção da humanidade do ser humano e a realização de sua dignidade, já que as qualidades jurídicas essenciais seriam inerentes ao ser humano (BIONDI, 2015). A doutrina jurídica parte, assim, da relação jurídica pronta e não se pergunta sobre as causas que levaram os seres humanos, “de indivíduo zoológico”, se transformarem em sujeitos de direito (PACHUKANIS, 2017, p. 139).

A teoria jusnaturalista, como bandeira revolucionária da burguesia em sua luta contra a sociedade feudal, expressava o fundamento da propriedade privada em um contrato primitivo. Segundo Pachukanis (2017, p. 152), os jusnaturalistas concebem o poder como fenômeno abstrato e racionalista, reduzindo-o à manutenção da paz, sendo excepcional a destinação do Estado de ser instrumento do direito. Nesse sentido, o direito encontraria sua justificativa em valores intrínsecos ao ser humano, enquanto um direito natural.

Já em um instante posterior, da consolidação do pensamento burguês e de construção do Estado de direito, a subjetividade jurídica passou a ser entendida, pelas teorias juspositivistas, como “concedida aos súditos de um Estado pela graça do legislador” (BIONDI, 2015, p. 124). O positivismo jurídico, então, identifica o direito como um conjunto de normas garantidas pelo

poder coercitivo do Estado, que tem o poder criador do ordenamento jurídico e qualificador dos indivíduos como sujeitos de direito, reconhecendo a humanidade dos seres humanos na lei positivada. A teoria pura do direito, de Hans Kelsen, é a teoria mais representativa do positivismo jurídico, ao considerar o Estado como ordem normativa, retirando dele toda a sua materialidade e elevando-o ao puro pensamento.

Dentro da visão positivista dos direitos humanos, estão os teóricos que encontram os fundamentos dos direitos humanos apenas na norma positivada, isto é, quando normatizados nos ordenamentos jurídicos estatais, na condição de direitos fundamentais, sendo Norberto Bobbio um dos reconhecidos expoentes dessa perspectiva. De outro lado, encontram-se aqueles teóricos que, como Comparato (2010), se apoiam em um “juspositivismo ético”, isto é, advogam que o fundamento dos direitos humanos se encontra na consciência ética coletiva de que a dignidade da condição humana é um direito natural, ainda que estes direitos não sejam reconhecidos no ordenamento estatal ou em documentos normativos internacionais. Em ambos os casos, no entanto, “o dever jurídico não é capaz de encontrar para si um significado autônomo e oscila eternamente entre duas fronteiras extremas: a coerção exterior e o dever moral ‘livre’” (PACHUKANIS, 2017, p. 197).

É por esse motivo que Pachukanis (2017, p. 71) considera que o estudo das relações jurídicas não pode ser compreendido propriamente por meio da técnica jurídica, ressaltando a incapacidade do direito, como disciplina teórica autônoma, de formular uma teoria geral sem se confundir com a psicologia e a sociologia. Porém, as concepções de natureza psicológica ou sociológica que tentaram aproximar-se do direito como fenômeno real frequentemente mesclavam um conhecimento puramente tecnológico do fenômeno jurídico com outras disciplinas consideradas complementares das ciências sociais, como uma história das formas econômicas ou uma história das instituições.

Esse é o caso do “socialismo jurídico”, que busca tratar o socialismo a partir de uma concepção jurídico-filosófica ou, do ponto de vista jurídico, visa tratar o direito a partir de uma concepção sociológica. Segundo seus defensores, o processo de luta social rumo ao comunismo passa pelo entendimento de que a finalidade da luta dos trabalhadores é a realização dos princípios dos direitos humanos. Esse objetivo se expressa na obra de pensadores como Menger, que acreditava que “somente quando as ideias socialistas se converterem em princípios jurídicos sensatos os estadistas serão capazes de reconhecer a extensão das alterações necessárias na

ordem jurídica vigente, no interesse da sofrida massa popular” (ENGELS e KAUTSKY, 2012, p. 45). Os limites dessa concepção passam, portanto, pelos próprios limites da ideologia jurídica.

Pachukanis, em sua obra, critica tanto as teorias positivistas quanto as socialistas jurídicas, expressando-se da seguinte maneira: “o direito como sinônimo da estrutura oficial do Estado e o direito como lema da luta revolucionária: eis aí um campo para infinitas controvérsias e para as mais incríveis confusões” (PACHUKANIS, 2017, p. 124). De acordo com o autor:

Os possuidores de mercadorias livres e iguais que se encontram no mercado o são somente na relação abstrata de compra e venda. Na vida real eles são ligados uns aos outros por relações variadas de dependência. São o vendeiro e o grande atacadista, o camponês e o dono de terras, o devedor arruinado e seu credor, o proletário e o capitalista. Todas essas inúmeras relações de dependência de fato compõem a base genuína da organização do Estado. Entretanto, para a teoria jurídica do Estado, elas como que não existem (PACHUKANIS, 2017, p. 178).

A gênese do Estado de direito, cujo poder emana como “vontade geral” impessoal, localiza-se no desenvolvimento da própria sociedade burguesa, que se constitui como um mercado, em que cada comprador e vendedor é sujeito de direito. Conforme argumenta Naves (2008), é a ideologia jurídica que permite a expressão do Estado como manifestação de interesse geral dos diversos contraditórios interesses particulares que se chocam na sociedade civil, anulando as contradições de classes, em prol do “bem comum”. Assim, homens e mulheres que pertencem a determinada classe e contexto social, são, ao mesmo tempo, o indivíduo “universal” das relações de troca e o cidadão que participa do Estado, o que nada mais é do que a própria categoria de sujeito de direito.

É a partir da distinção jurídica entre o público e o privado que passa a ocorrer a separação entre Estado e sociedade civil. Segundo Pachukanis, os direitos públicos e privados são os mesmos, sendo os primeiros apenas um pouco transformados, pois “invadem a esfera em que deveria dominar um interesse geral impessoal, refletido nas normas do direito objetivo” (PACHUKANIS, 2017, p. 131). De forma semelhante, Hirsch (2005) caracteriza o Estado como uma formação sócio-política específica da sociedade capitalista, responsável pela manutenção das condições de reprodução social do capital e, portanto, garantidora de interesses privados.

É possível situar historicamente essas mudanças sobretudo a partir do século XVIII, quando o Estado de direito se constitui enquanto tal. Até mesmo a doutrina jurídica estabelece frequentemente uma relação entre a normatividade e o desenvolvimento do Estado

contemporâneo. Por exemplo, a clássica divisão dos direitos humanos em três gerações se relaciona aos direitos de liberdade, igualdade e fraternidade, remetendo aos ideais da Revolução Francesa, que é considerada um marco na construção do Estado burguês. Assim, “na medida em que as relações entre as pessoas são construídas como relações entre sujeitos, temos diante de nós a condição para o desenvolvimento da superestrutura jurídica com suas leis formais, seus tribunais, processos, advogados e assim por diante” (PACHUKANIS, 2017, p. 59).

Essa superestrutura jurídica é passível de alterações, mas independentemente de seu conteúdo, os conceitos jurídicos fundamentais da teoria geral do direito mantêm seu significado. Em outras palavras, a forma jurídica se mantém como uma “moldura da vontade”, com a sua função social de organizar as relações econômicas entre “guardiões de mercadorias” (BIONDI, 2015). No entanto, com a complexificação das relações de produção, a subjetividade jurídica se universalizou, “quase sempre na esteira do rastro de destruição da acumulação primitiva capitalista” (BIONDI, 2015, p. 135), e os impactos dos processos de subsunção real do trabalho ao capital também atingiram as formas de aparecimento dessa subjetividade¹³.

Segundo Batista (2013, p. 140), “a contradição fundamental da sociedade é dialeticamente determinada por si mesma, mediada pela influência da eficácia relativamente autônoma de superestruturas que ela própria determinou, por isso, pode ser chamada sobredeterminada”. Então, o conceito de sobredeterminação também diz respeito ao fato de que a forma jurídica depende do modo específico de organização do processo de trabalho pelas relações de produção capitalistas. Nesse sentido, uma questão metodológica importante para este estudo é entender como “a evolução histórica traz consigo não apenas uma mudança no conteúdo das normas jurídicas e uma modificação dos institutos do direito, mas também o desenvolvimento da forma jurídica como tal” (PACHUKANIS, 2017, p. 96).

Ainda segundo Pachukanis (2017, p. 76), “a teoria marxista deve pesquisar não apenas o conteúdo material da regulamentação jurídica nas diferentes épocas históricas, mas dar uma interpretação materialista à própria regulamentação jurídica como forma histórica determinada”. Dessa maneira, é importante apreender a natureza real do fenômeno jurídico nas

¹³ Ao analisar a relação entre ideologia jurídica e o desenvolvimento do modo de produção capitalista, Correia (2021) argumenta a existência de uma subsunção hiper-real do trabalho ao capital na pós-modernidade. De acordo com o autor, a subsunção hiper-real seria “a fase em que a circulação retoma o seu papel originário de se postular predominante, tentando esconder totalmente o trabalho da produção” (CORREIA, 2021, p. 13). Nesse esquema, a ideologia jurídica é intensificada com o objetivo de esconder a violência do capital e de justificar a subsunção do trabalho ao capital, que também passam a ser mais intensas.

relações de produção ao mesmo tempo que se depreende que a normatividade também é uma expressão desse mesmo processo de troca de mercadorias (NAVES, 2008).

Nesse sentido, Harnecker (1978, p. 29) destaca que, ao mesmo tempo que elaboramos uma análise das formações sociais, de sociedades historicamente determinadas, é preciso realizar uma investigação da conjuntura, do momento atual de uma formação social, definido pela correlação de forças presentes. O conhecimento desses objetos concretos não pode ser deduzido da teoria marxista, pois “o desenvolvimento dos conceitos corresponde à real dialética do processo histórico” (PACHUKANIS, 2017, p. 92). Assim, o conhecimento depende de um estudo empírico concreto, uma aplicação criadora da teoria marxista. O objetivo dessa dissertação é aceitar esse desafio de uma aplicação criadora da teoria marxista, a partir de uma análise sobre o funcionamento da cadeia produtiva da reciclagem e o lugar que os recicladores de base ocupam no modo de produção capitalista e, portanto, na própria categoria de sujeito de direito.

CAPÍTULO 2 – DO “LIXO” À MERCADORIA: A ASCENSÃO DA INDÚSTRIA DA RECICLAGEM

É graças ao caráter massivo desses resíduos que eles são convertidos em objetos de comércio e, com isso, em novos elementos da produção. Apenas como resíduos da produção coletiva e, por conseguinte, da produção em larga escala, eles assumem essa importância para o processo de produção e se conservam como portadores de valor de troca (MARX, 2017b, p. 108).

Para que se possa elucidar a construção da identidade dos recicladores de base enquanto sujeitos de direito na atualidade, é preciso entender o campo em que eles estão inseridos e em que momento tal ocupação se constituiu enquanto tal. Embora a recuperação de materiais seja tão antiga quanto a própria civilização, a concepção do que se entende por reciclagem pode ser localizada na metade do século XX, quando houve uma expansão da indústria de recuperação a partir de uma série de fatores relacionados ao desenvolvimento do capitalismo neoliberal. Assim, o objetivo deste capítulo é situar o desenvolvimento do que hoje se entende como cadeias de valor da reciclagem a partir do ponto de vista da produção de resíduos na sociedade capitalista.

Um primeiro passo para localizar historicamente o crescente aumento na geração de desperdícios é identificar a necessidade de reprodução ampliada do capital. A tendência à superprodução de mercadorias, fenômeno que leva à formação de crises, está intimamente conectada à produção de desperdícios e à fabricação de materiais cada vez mais complexos e nocivos ao ser humano e ao meio ambiente. Além disso, a tendência da taxa de utilização decrescente das mercadorias (MÉSZÁROS, 1996), que leva à geração de resíduos, tem sido um meio utilizado, cada vez mais, para diminuir o tempo de rotação do capital¹⁴, aumentando a capacidade de extração de mais-valia e de geração de lucros.

A partir desse quadro, será explicitado como o mesmo impulso por autovalorização do capital que leva ao desperdício conduz ao desenvolvimento de uma indústria de recuperação de matérias-primas. No capitalismo industrial, a necessidade das indústrias de diversos ramos produtivos em obter matérias-primas mais baratas e até mesmo em obter alguma matéria-prima, em tempos de escassez, foi o que impulsionou o desenvolvimento do setor, sobretudo no período entre guerras. No entanto, a flutuação dos preços das *commodities* no mercado internacional afeta o preço dos recicláveis, tornando a recuperação vantajosa apenas em

¹⁴ Conforme será explicado mais abaixo, o capital se repete e se renova constantemente em determinada periodicidade, denominada rotação, cujo tempo depende da soma do tempo de produção e do tempo de circulação de determinadas mercadorias.

determinados contextos. Apesar disso, desde meados do século XX, a geração de novos valores de troca destrutivos, como embalagens plásticas em geral, foi se expandindo e tornou-se um problema cada vez mais latente para a saúde e o meio ambiente. A promoção da reciclagem, a partir desse período, deu um novo impulso à indústria da recuperação, por meio da incorporação da reciclagem nas logísticas terceirizadas e no *greenwashing*¹⁵ realizado pelos maiores geradores de resíduos, em um contexto de mundialização do capitalismo monopolista e de ascensão neoliberal.

Na sequência, será traçado o desenvolvimento da chamada “gestão integrada de resíduos sólidos urbanos” no continente americano, sobretudo a partir do impulso ao fechamento dos lixões desde a década de 1970. O objetivo é demonstrar as consequências do aumento da geração de resíduos nos colapsos dos sistemas de disposição final de “lixo” e como, a partir desse momento, se tornam mais visíveis as relações entre a prestação de um serviço público essencial e os interesses privados na mercantilização dos resíduos. Essa mercantilização dos resíduos pode ser vista pelo avanço das parcerias público-privadas na criação de aterros sanitários – em que o Estado assume os riscos e grandes empresas gerem os lucros da extração de um recurso energético, o biogás – e pela venda de resíduos sólidos urbanos entre os recicláveis que são comercializados internacionalmente nas cadeias globais de valor da reciclagem. Nessas cadeias, os recicláveis cumprem a função de matéria-prima para a indústria doméstica, para as grandes geradoras de embalagens e para países em expansão industrial, como os do Leste Asiático.

Por fim, o capítulo termina discutindo como o processo de mercantilização do “lixo” foi incorporado pelo direito internacional do meio ambiente. O objetivo é demonstrar como a forma jurídica que medeia as relações de troca de resíduos se expressa na normatividade e quão determinante é o processo de financeirização da natureza para o estabelecimento da indústria da reciclagem na atualidade. Ao longo de todo o capítulo, é possível observar como as relações imperialistas e monopolistas, inerentes ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, usam o capital a seu favor, de forma que a história do “lixo” é mais complexa do que possa parecer em um primeiro momento.

¹⁵ *Greenwashing* ou lavagem verde é um termo pejorativo popularizado na década de 1990 pelo Greenpeace para descrever a prática de marketing verde, que busca trazer uma imagem ambiental positiva das empresas que não corresponde à realidade (PAGOTTO, 2013).

2.1. A geração de desperdícios e a reprodução ampliada do capital

Em 2020 foi publicado um estudo na revista *Nature* intitulado “*Global human-made mass exceeds all living biomass*”. O artigo apontava que, desde o início do século XX, a massa total de objetos produzidos pela atividade humana vem crescendo em enorme velocidade, duplicando-se a cada vinte anos, ao ponto de ultrapassar a biomassa total da Terra em 2020 (ELHACHAM *et al.*, 2020)¹⁶. Os dados desta investigação compreendem o espaço temporal de desenvolvimento do próprio modo de produção capitalista, da Segunda Revolução Industrial ao presente, e permitem visualizar os impactos da reprodução ampliada do capital sobre o meio ambiente.

É nesse sentido que podemos entender como a geração de restos, processo comum ao metabolismo natural e à vida em sociedade, apenas se coloca enquanto uma problemática a partir do momento em que são gerados desperdícios em quantidades massivas. Os desperdícios, então, podem ser considerados inerentes à própria lógica de funcionamento do capitalismo, em sua busca por uma acumulação infinita. A geração massiva de resíduos se torna uma realidade em consequência da superprodução de mercadorias, intensificada pelo avanço técnico-científico que traz consigo uma produção baseada em matérias primas cada vez mais complexas e de difícil absorção pelos processos de decomposição natural e de transformação industrial.

A especificidade do modo de produção capitalista reside no fato de que “um valor de uso ou bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato” (MARX, 2017a, p. 116). Dessa maneira, as necessidades humanas passam a ser subordinadas aos valores de troca, que aparecem como independentes do valor do uso nas relações de troca, assim como o trabalho passa a ser subsumido ao capital, que aparece como totalidade. Os valores de troca se colocam como destrutivos, pois a reprodução do capital requer sua expansão constante rumo a novas fronteiras, transformando força de trabalho e meios de vida em mercadorias com a finalidade de autovalorização.

O que interessa para a economia capitalista, em última instância, é que certa quantidade de valor de troca seja efetivamente realizada na mercadoria por meio de relações de compra e venda. Na esfera da circulação, a equivalência aparece como um meio de igualar os valores no momento

¹⁶ Outras pesquisas estimam o nível pelo qual a população humana ultrapassa a quantidade sustentável de recursos na Terra por meio da medição do *Earth Overshoot Day* [Dias de Saturação da Terra], calculado pela *Global Footprint Network* dividindo a quantidade de recursos naturais gerados pela Terra no ano pela pegada ecológica, isto é, o consumo humano de recursos da Terra, multiplicando pelo número de dias de um ano.

da troca, por meio da forma-dinheiro. Assim, o preço é a expressão, em dinheiro, do valor relativo de determinada mercadoria, composto pela quantidade de trabalho socialmente necessário cristalizado nela, o que engloba também o trabalho pretérito da reposição das matérias-primas e dos meios de produção empregados. O objetivo, nas relações capitalistas de compra e venda, é a obtenção de lucros, o que é possível a partir da extração de mais-valia, do sobretrabalho não remunerado que se materializa como uma parte da quantidade de trabalho que a mercadoria encerra¹⁷. Esse processo não leva em consideração nenhuma preocupação com a finalidade última da mercadoria trocada, pois “o capital define a utilidade em termos de vendabilidade, no domínio do valor de troca” (MÉSZÁROS, 1996, p. 70).

Como apontado anteriormente, na sua gênese histórica, o modo de produção capitalista não podia obter o impulso necessário para o seu desenvolvimento sem forçosamente liberar os meios de produção dos trabalhadores e os converter em capital. Por sua vez, no seu atual funcionamento, depois que as mercadorias são transformadas em capital, a partir das relações de troca, uma parte significativa desse capital tem de constantemente se reconverter em meios de produção para ser capaz de investir em seu ciclo de autorreprodução ampliada (MÉSZÁROS, 1996). Nesse processo, o capitalismo contemporâneo encontrou na geração de desperdícios uma alternativa para continuar se reproduzindo e ganhando elevação da taxa de lucro, através da “produção destrutiva de valores de troca” (ANTUNES, 2006, p. 90).

Assim, o capital se repete e se renova constantemente em determinada periodicidade, denominada rotação, cujo tempo depende da soma do tempo de produção e do tempo de circulação de determinadas mercadorias. Os circuitos do capital produtivo podem ser entendidos a partir da divisão entre capital fixo e capital circulante. O capital fixo é a parte do capital constante (meios de produção) que não circula na forma de uso da mercadoria em cada circuito. Em outras palavras, a sua rotação é peculiar porque seu valor é transferido gradativamente aos produtos ao longo dos ciclos, como é o caso do desgaste das máquinas e instalações. Já o capital circulante é transformado pelo processo de trabalho na materialidade do produto, tal como as matérias primas e auxiliares e os salários (MARX, 2014).

¹⁷ Esse é o aspecto destrutivo essencial do capital sobre a força humana que trabalha, reduzida a uma mercadoria, cujo preço, no mercado, assim como o das demais mercadorias, é medido pelo valor dos meios de subsistência necessários à sua manutenção e reprodução e à de sua família, regulado pela quantidade de trabalho necessário para produzi-los (MARX, 1953).

A dinâmica circular do capital, assim, se expande conforme o tempo de rotação do capital for menor, o que permite a realização do valor e da mais-valia de forma cada vez mais rápida. Esse encurtamento da rotação do capital é possível por meio do aumento da produtividade, que, em grande parte, é imposto pela concorrência capitalista. O avanço técnico-científico e os constantes aperfeiçoamentos dos meios de produção “roubam o valor de uso” (MARX, 2017b, p. 143) das tecnologias já existentes, isto é, do capital fixo, que se torna ultrapassado, e impulsionam a superprodução de capital. O maior problema enfrentado pela superprodução de capital é justamente não encontrar um consumo que consiga absorvê-la. Neste cenário, parte das mercadorias só consegue cumprir seu processo de circulação e de reprodução com uma contração de preços, isto é, com a desvalorização do capital que ela representa (MARX, 2017b).

Trato aqui, então, de um processo de crise, em que são identificados problemas de realização do capital no mercado, isto é, de paralisação de suas funções em determinada etapa da circulação¹⁸. Segundo Harvey (2019, p. 22), as crises são “violentas explosões que servem para restaurar um equilíbrio, não momentos que indicam o fim do capitalismo”, de modo que o elemento destrutivo do capital também é aquele capaz de garantir a estabilidade do sistema. Como já mencionado, a criação de valor novo acaba levando à desvalorização do capital antigo e essa mesma desvalorização se coloca como um meio ou um momento para uma valorização maior. No Livro II de *O Capital*, Marx sintetiza essa contradição da seguinte maneira:

As épocas em que a produção capitalista desenvolve todas as suas potencialidades mostram-se regularmente como épocas de superprodução, porquanto as potências produtivas jamais podem ser empregadas a ponto de, com isso, um valor maior poder não só ser produzido como realizado; mas a venda das mercadorias, a realização do capital-mercadoria e, assim, também a do mais-valor, está limitada não pelas necessidades de consumo da sociedade em geral, mas pelas necessidades de consumo de uma sociedade cuja grande maioria é sempre pobre e tem de permanecer pobre (MARX, 2014, p. 412, grifos meus).

Assim, não é possível afirmar que o problema da geração massiva de resíduos esteja vinculado à existência, de fato, de uma sociedade que se constitua de modo homogêneo como uma sociedade do consumo ou do hiperconsumo (LIPOVETSKY, 2007). O que existe, na realidade, “são as relações antagônicas de distribuição, que reduzem o consumo da grande massa da sociedade” (MARX, 2017b, p. 284). Há uma preponderância do desenvolvimento desigual e combinado na relação entre produção e consumo, ou seja, os padrões de consumo em países de capitalismo avançado não são os mesmos dos países periféricos. Tal fato pode ser observado

¹⁸ Para uma análise mais aprofundada sobre os usos e sentidos que Marx faz da questão da crise n’ *O capital*, ler Batista (2018).

nas “apertadas de cinto” que foram sujeitas as classes trabalhadoras brasileiras e mexicanas depois da “evaporação dos respectivos ‘milagres’ de desenvolvimento expansivo, enquanto os Estados Unidos, em particular, (...) tem de continuar desperdiçando enormes quantidades de recursos” (MÉSZÁROS, 1996, p. 57).

São as próprias condições contraditórias do capitalismo, em sua reprodução ampliada, que levam à produção de resíduos em massa. Entre as medidas relacionadas à expansão da acumulação de capital, atizadas pela concorrência, encontram-se o imperialismo, o monopólio, os investimentos estatais na economia, o militarismo, os gastos relativos com publicidade e, em última instância, o próprio desperdício puro e simples. Esse desperdício é a consequência última da criação de uma escassez artificial, buscando a ampliação do valor de troca em detrimento das necessidades humanas.

A escassez artificial é utilizada quando há a eliminação de excedentes antes que determinada mercadoria seja trocada no mercado e seu valor realizado, justamente como um meio de regular o seu preço final. Horton (1997) exemplifica a relação destrutiva do capital com relação à natureza ao tratar da eliminação de salmões ocorrida no Alaska em 1991, devido a uma reprodução maior de peixes do que o esperado. Nesse caso, a provisão da própria natureza acabou rebaixando o tempo de trabalho necessário para a produção de salmão e seu valor de troca diminuiu, tendo em vista uma oferta maior do que a demanda podia absorver. A solução, então, foi a destruição do valor de uso em favor do valor de troca.

Um exemplo bastante conhecido da história do Brasil que ilustra a utilização da escassez artificial foram as políticas adotadas durante o governo de Getúlio Vargas, em resposta a Crise de 1929, que levaram à queima de milhões de sacas de café como uma solução para manter o preço da mercadoria no mercado exportador¹⁹. Segundo Abreu (2014, p. 84), “a destruição de estoques de café foi equivalente, em 1931, a cerca de 10% da safra de 1931-1932, aumentando na década até alcançar, em 1937, o equivalente a mais de 40% da safra de 1937-1938. Foram destruídas mais de 70 milhões de sacas entre 1931 e 1943”. Esse episódio marcou o fim da República Velha e a inauguração de um período de industrialização nacional, mas também

¹⁹ Medidas como esta foram adotadas por vários governos durante aquele período, levando até mesmo à criação de normas como a Lei de Ajuste Agrícola (*Agricultural Adjustment Act*), promulgada pelo governo Roosevelt em 1933, que buscava equilibrar a oferta e a demanda na agricultura e na pecuária nos EUA, onde foram destruídas safras inteiras e cabeças de gado.

demonstra como naquele capitalismo agrário já eram utilizadas medidas a favor do monopólio das oligarquias cafeeiras.

O papel do Estado como regulador das trocas capitalistas se torna ainda mais explícito nas crises econômicas e no controle protecionista que leva ao fenômeno da escassez artificial. Exemplos de controle de oferta e demanda se estendem a períodos mais recentes, como na crise de 2008, em que a União Europeia comprou laticínios e os descartou para aumentar o preço dessas mercadorias artificialmente (WATERFIELD, 2009). No entanto, os limites da demanda efetiva não são colocados em xeque apenas nas crises cíclicas do capitalismo, mas tem se evidenciado, cada vez mais, como um componente estrutural das crises.

Por meio de estratégias publicitárias, o capitalismo também provê sua expansão, criando novas necessidades e demandas que antes poderiam ser consideradas supérfluas. Empresas como Nike, Burberry e Louis Vuitton literalmente realizam uma queima de estoque de produtos “exclusivos” para que itens de coleções anteriores não sejam vendidos abaixo dos preços de mercado (LIEBER, 2018). Assim, o desperdício de mercadorias ainda que em boas condições de uso é o que permite que os preços ofertados por essas empresas continuem altos. O que ocorre na indústria da moda é justamente uma aceleração na rotação do capital, uma vez que os ciclos da moda ficaram mais curtos por causa do *fast fashion*. Há uma pressão para colocar novos produtos no mercado constantemente, o que afeta a geração de desperdícios de “mercadorias fora de moda”.

De certa maneira, o que estou chamando de escassez artificial muito se relaciona ao fenômeno da obsolescência programada. Essa é uma manifestação da taxa de utilização decrescente das mercadorias (MÉSZÁROS, 1996). A diferença entre escassez artificial e obsolescência programada reside, assim, não tanto nos mecanismos que levam ao seu desenvolvimento, mas nas suas formas de aparecimento: na primeira o desperdício é gerado antes de as mercadorias serem trocadas no mercado e não se relacionam, necessariamente, a mudanças produtivas na qualidade dos produtos fabricados; na segunda, o desperdício é gerado após o consumo e é decorrente da adoção de técnicas produtivas que visam à rápida descartabilidade das mercadorias.

Produtos que poderiam ser bem mais duráveis são desenhados para durarem um curto prazo de validade para estimular a alta rotatividade de trocas de mercadoria no mercado, isto é, para encurtar o tempo de rotação do capital. A tendência da taxa de utilização decrescente das

mercadorias é inerente ao modo de produção capitalista e pode ser observada até mesmo no capitalismo industrial. No início do século XIX, por exemplo, já havia o estímulo à descartabilidade para aumentar o fluxo de vendas, por meio da ascensão da chamada indústria de lã artificial (*shoddy industry*), que consistia na reutilização de lã reciclada de roupas velhas e trapos para fabricação de novo vestuário (MARX, 2017b). O processo utilizado nessa indústria é conhecido como reciclagem de circuito aberto²⁰, pois a reutilização de tecidos velhos possui um limite relacionado ao próprio material, que a cada reutilização vai perdendo em qualidade – perde-se o valor de uso –, até as fibras não suportarem mais sua reutilização. A *shoddy industry* pode ter sido um dos primeiros casos de obsolescência programada, descrito por Marx em *O capital*, quando ironiza que “a ‘grande vantagem’ para o ‘consumidor’ consiste no fato de que suas roupas de lã necessitam de apenas um terço do tempo anterior para desgastar-se e um sexto para desfiar-se” (MARX, 2017b, p. 131).

No entanto, o uso do termo “obsolescência programada” ganhou corpo, de fato, ao ser relacionado às medidas assumidas durante o padrão de acumulação fordista, especialmente na adoção de modelo anual de veículos²¹. Tal concepção foi encabeçada pela *General Motors* e seguida por fabricantes de outros ramos produtivos, que também realizaram alterações de estilo ao *design* de produtos para ampliar suas vendas a partir de “inovações”²². A troca de carros a cada ano foi incentivada pelo *american way of life*, isto é, pelo estímulo a um estilo de vida consumista de um país capitalista em expansão. Em consequência da descartabilidade dessas mercadorias, nos EUA houve o aumento de cemitérios de carros, locais onde eram depositadas as carcaças de automóveis, peças sobressalentes e veículos velhos indesejados, o que impulsionou o desenvolvimento de um mercado de vendas de carros e peças de segunda mão.

A tendência da taxa de utilização decrescente das mercadorias toma novos conteúdos conforme o modo de produção capitalista se expande e os padrões de acumulação se modificam. Conforme argumenta Moore (2015), existe uma inclinação não linear, porém crescente, da

²⁰ Mais abaixo retomo essa ideia da reciclagem de circuito aberto e fechado que, na realidade, se baseia na análise do ciclo de vida do produto. Em linhas gerais, a partir dessa perspectiva, o circuito fechado seria aquele em que o produto completa inteiramente o seu ciclo de vida, sendo reaproveitado em sua totalidade, enquanto no circuito aberto não há aproveitamento total e há rejeitos que ainda são destinados ao descarte.

²¹ Outro exemplo digno de nota é a redução da vida útil das lâmpadas logo no início do século XX, determinada pela cartelização do setor. A Lâmpada Centenária, que ilumina uma unidade dos bombeiros na cidade de Livermore, nos Estados Unidos, desde o início do século XX sem nunca ter queimado, talvez seja o último exemplar desse tipo de mercadoria com uma vida útil prolongada.

²² O presidente da GM, Alfred P. Sloan, publicou na década de 1920 o documento intitulado “*An Economic Theory of Planned Obsolescence*”, no qual se utilizou o termo “obsolescência programada” pela primeira vez que se tem notícia na história.

curva de acumulação de resíduos ao longo da história do capitalismo, com uma série de aumentos acentuados após 1945, 1975 e 2008. Além disso, com o avanço das forças produtivas, as qualidades dos recursos vão se tornando mais tóxicas, tal como foi “a transição da mineração de aluvião para a mineração de ouro com cianeto, ou a crescente participação da mineração a céu aberto na produção mundial de carvão”²³ (MOORE, 2015, p. 271).

Os Trinta Gloriosos (1945-1975) que se seguiram ao final da Segunda Guerra Mundial foram responsáveis por um crescimento econômico e aumento no consumo, sobretudo nos países membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Esses também foram os anos de avanço das políticas keynesianas pós-Grande Depressão e do *Welfare State* para os países capitalistas avançados. Houve um estímulo à urbanização ainda maior do que nos anos anteriores, os salários aumentaram, assim como o consumo em massa de utensílios eletrodomésticos. Foi uma época de pleno emprego, do *baby boom*, do crescimento da produção industrial e da reconstrução dos países devastados no pós-guerra.

Os países de capitalismo tardio, como é o caso do Brasil e do México, também experimentaram, ao longo desses anos, crescimento econômico e industrialização interna. No México, pode-se considerar como marco da industrialização no país a promulgação da *Ley Federal del Trabajo* (LFT) em 1931. Além disso, o governo Lázaro Cárdenas (1934-1940) representou uma época de reformas agrárias e estatizações, entre as quais encontram-se as raízes da criação da Petróleos Mexicanos (Pemex), em 1938. Esse impulso ao desenvolvimento industrial no México teve seu ápice durante o governo de Miguel Alemán Valdés (1946-1952).

No Brasil, de forma semelhante, a Revolução de 1930 representou o fim das oligarquias cafeeiras e o início da Era Vargas (1930-1945), período no qual houve o impulso à industrialização e a positivação da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), em 1943. Durante o segundo governo eleito de Getúlio Vargas (1951-1954), foi criada a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), em 1953. Dessa forma, apesar das inúmeras diferenças que podem ser encontradas entre o *cardenismo* e o *getulismo*, ambos representam um momento da história em que foram colocados esforços na construção de estados desenvolvimentistas (SCHNEIDER, 1999). Os processos de “revolução industrial” de ambos os países estiveram estreitamente relacionados à positivação de direitos trabalhistas, a fim de garantir uma força de trabalho disciplinada ao trabalho industrial, e à criação da indústria petroquímica nacional, que representava o

²³ No original: “...the transition from placer to cyanide gold mining, or the rising share of strip mining in world coal production” (MOORE, 2015, p. 271).

desenvolvimento dos meios de produção baseado em uma matriz energética não renovável e em ascensão naquele momento.

Conforme Chesnais e Serfati (2003), durante os Trinta Gloriosos os mecanismos de concentração de capital e de formação de oligopólios mundiais foram constituídos, sobretudo, por indústrias como a do automóvel e do petróleo, sendo que essa última tem interesse estratégico e militar para os países imperialistas. De fato, esses interesses imperialistas se tornaram mais evidentes com a criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e, sobretudo, a partir dos sucessivos Choques do Petróleo na década de 1970. De lá para cá, a indústria petroquímica tem avançado cada vez mais na produção de matérias-primas industriais nocivas ao meio ambiente e ao ser humano e que são o motor energético do desenvolvimento atual e futuro.

A produção de plásticos, por exemplo, foi fruto do avanço tecnológico da indústria petroquímica, movimento liderado por multinacionais como Dupont, Exxon, Dow Chemical, entre outras, que difundiram a aplicabilidade de seus produtos em equipamentos hospitalares, distribuição de alimentos, itens de segurança, transporte, etc. Potes, garrafas e sacolinhas de plástico se tornaram uma alternativa barata e durável no acondicionamento e transporte de alimentos, sem contar uma infinidade de outras mercadorias produzidas com componentes plásticos. Segundo relatório da fundação *Changing Markets*, em 1950 a produção global de resinas de plástico era de 2,3 milhões de toneladas, passando a 162 milhões de toneladas em 1993 e, em 2015, essa produção anual chegou ao redor de 450 milhões de toneladas (TANGPUORI *et al.*, 2020, p. 19).

No caso do México, essa expansão foi intensificada pela assinatura do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN ou NAFTA), em 1994, o que dinamizou o padrão de consumo no país. Segundo Ochoa Chi (2019), a partir da década de 1990, a explicação para o aumento na produção de resíduos no México passou a se relacionar ao crescente ingresso de mercadorias estadunidenses e canadenses no país, não só nas cidades como no campo²⁴, além do aumento de lojas de conveniência que vendem esses produtos. O NAFTA imprimiu um novo impulso em matéria de resíduos urbanos e industriais, desencadeando uma superprodução e superacumulação de lixo, que veio acompanhada por acordos internacionais de concessão de

²⁴ Em Chiapas, estado mais indígena do México, o consumo de refrigerante é 30 vezes superior à média mundial (DÍAZ, 2020).

serviços de gestão de resíduos a empresas transnacionais²⁵. Em 2018, passou a ser discutido um novo acordo entre estes países, denominado Tratado México, Estados Unidos, Canadá (T-MEC), que entrou em vigor em julho de 2020 e se tornou conhecido como “NAFTA 2.0”. Nesses tratados, não só mercadorias como também serviços públicos e leis nacionais se tornaram tema de compra e venda entre nações (OCHOA CHI, 2019).

Além disso, nos últimos quarenta anos, um novo ramo da economia foi criado e provocou a expansão dos meios de comunicação: o setor de informatização e de eletrônicos em geral, composto majoritariamente por computadores, *tablets* e *smartphones*. A informática já nasceu no berço da obsolescência programada, de maneira que os aparelhos eletrônicos são programados para durarem uma quantidade curta de tempo. Muitas vezes se impõe a necessidade ao consumidor de comprar um novo computador porque o que possui já não suporta atualizações de softwares, ou a troca de um celular por um novo, devido à fragilidade dos componentes com que esses aparelhos são fabricados.

Ao lado dos resíduos eletrônicos, segue avançado o setor das embalagens plásticas. Com a crise relacionada à pandemia da COVID-19, intensificou-se uma noção de limpeza que associa o uso de embalagens plásticas e individuais como seguras para a saúde, pois evitariam a propagação do vírus. Nesse contexto de urgência sanitária, grandes geradoras de embalagens, por meio de seus projetos socioambientais e de filantropia no terceiro setor, têm fornecido doações de embalagens plásticas para hospitais e outros estabelecimentos de saúde. Esse cenário se soma a um aumento no uso de aplicativos de entrega de comida e, consequentemente, na circulação de embalagens.

Em tempos pandêmicos, não é exagero dizer que vivemos uma crise ecológica e civilizacional. No entanto, frequentemente são ressuscitadas teorias malthusianas para explicar como a causa da degradação do meio ambiente está relacionada ao aumento populacional e à pobreza. Beira o absurdo a argumentação que coloca a exaustão dos recursos naturais do planeta na conta dos trabalhadores que são justamente expropriados desses recursos pela própria lógica da acumulação capitalista. É por isso que as causas da crise ecológica e civilizacional só podem

²⁵ Na mesma época, o Brasil entrava no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), porém seus impactos na economia brasileira não foram semelhantes aos impactos do NAFTA no México, uma vez que a relação comercial entre o Brasil e os demais países periféricos da América do Sul não é comparável à relação entre México, de um lado, e EUA e Canadá, de outro.

ser encontradas no próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista e como consequências últimas de sua crise estrutural.

Ainda que os impactos ambientais e sanitários dessa crise estrutural atinjam mais determinados grupos que outros, é possível afirmar que eles alcançam a totalidade das relações sociais. Estima-se, por exemplo, que os mares e oceanos estejam contaminados com uma infinidade de macro e microplásticos e que o ser humano ingira cerca de 121 mil micropartículas de plástico ao ano (VEIGA, 2019). O próprio Planeta Terra está cercado de detritos espaciais e a órbita terrestre se tornou um grande museu de antigas cruzadas tecnológicas. Apesar disso, não temos vislumbrado até agora uma crise do capital capaz de colocar fim em si mesmo. A preocupação com o meio ambiente e com a continuidade da civilização humana só é importante ao capitalismo na medida em que ela pode ser contabilizada como um limite em sua própria lógica expansiva, de forma que:

O verdadeiro obstáculo à produção capitalista é o próprio capital, isto é, o fato de que o capital e sua autovalorização aparecem como ponto de partida e ponto de chegada, como mola propulsora e escopo da produção; o fato de que a produção é produção apenas para o capital, em vez de, ao contrário, os meios de produção serem simples meios para um desenvolvimento cada vez mais amplo do processo vital, em benefício da sociedade dos produtores (MARX, 2017b, p. 289).

Assim, da mesma forma que a sociedade capitalista se apresenta como uma “imensa acumulação de mercadorias”, fenômeno que leva à produção de desperdícios, ela também se coloca como uma “cadeia ininterrupta de relações jurídicas” (PACHUKANIS, 2017, p. 78). Isso significa que o impulso expansivo do capital, sempre em busca de novas fronteiras para avançar, novos espaços para ocupar e novos recursos a serem alçados ao status da forma-mercadoria, também provoca, consequentemente, uma ampliação do alcance da forma jurídica. Muitas dessas relações são seladas na superestrutura jurídica, de forma que a observação das normas positivadas também fornece pistas sobre esse processo de reprodução ampliada do capital. Esse movimento atinge até mesmo a transformação do meio ambiente em mercadoria.

O objetivo maior deste estudo, qual seja, analisar os recicladores de base enquanto sujeitos de direito em um cenário de reprodução ampliada do capital, não pode deixar de considerar que a superprodução de resíduos que hoje ameaça o meio ambiente e a própria existência do ser humano é fruto da tendência à expansão do capital, que busca encontrar uma forma de superar constantemente as contradições profundas em seu seio. É por isso que, se “a crise ecológica planetária tem sua origem nos fundamentos e nos princípios de funcionamento do capitalismo”,

a crise de produção do lixo só pode ser uma crise do capitalismo (CHESNAIS; SERFATI, 2003, p. 41).

Ao mesmo tempo que o avanço das forças produtivas e o desenvolvimento de novos ramos de produção levaram ao aumento da geração de lixo, também tem sido estimulada a recuperação de resíduos enquanto recursos, que são absorvidos como matérias-primas em novos ciclos produtivos. É a geração massiva de resíduos que tem ampliado o interesse pelo reaproveitamento dos resíduos enquanto mercadoria e fornecido as bases para o desenvolvimento de uma cadeia global de reciclagem. Tal mercantilização se torna mais visível na configuração atual do capital financeiro, em que a emissão de gases do efeito estufa se transformam em créditos de carbono e a recuperação de resíduos se convertem em certificados de logística reversa. É o que abordarei ao longo desse capítulo.

2.2. A indústria da reciclagem e as cadeias globais de valor

Em 2015, a indústria de resíduos sólidos, no mundo todo, era avaliada em 433 bilhões de dólares, com projeção de crescimento para 562 bilhões de dólares em 2020 (STATISTA, 2012). Apenas no Brasil, estima-se que a economia proporcionada pela reciclagem gire em torno de 10 bilhões de reais ao ano, conforme dados da Folhapress²⁶, enquanto no México o negócio gera cerca de 100 bilhões de pesos mexicanos ao ano (PÉREZ, 2014), ao menos o dobro do valor contabilizado no mercado brasileiro. Em ambos os países, a porcentagem de reciclagem anual gira em torno de 10% (INECC-SEMARNAT, 2012; IPEA, 2013).

Em termos comparativos com a quantidade de lixo que ainda é direcionada a aterros, a reciclagem parece não ter um impacto significativo atualmente²⁷. No entanto, os resíduos sólidos urbanos são apenas uma porção do “lixo”, a maior parte dele é preenchida por resíduos de produção que não são direcionados à gestão de resíduos domiciliares. Partindo desse quadro mais amplo, pode-se enxergar como o comércio de recicláveis pode significar, para as indústrias, uma redução de custos significativa com novas matérias primas, a depender das variações dos preços das *commodities*. Para o Estado, a participação privada do setor da reciclagem na gestão municipal de resíduos também pode representar uma redução de custos com a disposição final de resíduos. Os grandes geradores de resíduos também incentivam a

²⁶ Os dados obtidos pelo MNCR, CEMPRE, ABRELPE, ABRALATAS, ABIPLAST, ANAP e Tetra Pak foram analisados pela Folhapress e publicados em matéria online (OLIVEIRA, 2017).

²⁷ Ainda há de se considerar que no México e no Brasil, de 50 a 60% dos resíduos gerados são orgânicos.

indústria da reciclagem, a partir de uma logística reversa compensatória de parte dos descartáveis que lançam no meio ambiente. Todos parecem ganhar economicamente com a reciclagem, mas o problema da geração de resíduos absolutamente não é o cerne da questão.

As primeiras preocupações econômicas com a produção e reaproveitamento dos dejetos, ainda no capitalismo industrial, tratavam-se, em grande parte, da reutilização de resíduos orgânicos, como excrementos animais e humanos. Marx já evidenciava, no livro III de *O capital*, o desperdício da economia capitalista ao não garantir nenhuma forma de aplicação produtiva dos resíduos do consumo, definidos da seguinte maneira:

Resíduos do consumo são as matérias naturais expelidas pelos seres humanos, os restos de roupa em forma de retalhos etc. Os resíduos do consumo são da máxima importância para a agricultura. No que se refere à utilização, tem-se na sociedade capitalista um desperdício colossal; em Londres, por exemplo, com o adubo produzido por 4,5 milhões de seres humanos não ocorre a essa economia fazer nada melhor do que, com enormes custos, utilizá-los para empestar o Tâmsa²⁸. (MARX, 2017b, p. 129)

A reutilização de resíduos orgânicos foi defendida por autores como Engels, no *Anti-Dühring*, ao sustentar que os excrementos das cidades deveriam produzir plantas em vez de doenças (ENGELS, 2016). Também Lênin, em *A questão agrária e a crítica de Marx* (1901), alertava sobre a irracionalidade do desperdício de fertilizantes naturais, denotando, inclusive, a importância das usinas de tratamento de esgotos, que usavam os dejetos urbanos com enorme lucro para a agricultura, ainda que utilizassem apenas uma parte pequena desse refugo (FOSTER, 2005).

O próprio modo de produção capitalista se desenvolveu a partir de setores estratégicos, como o da mineração, da construção naval, da agricultura, da produção têxtil, entre muitos outros ramos que foram criados conforme se desenvolveram novas técnicas de exploração da força de trabalho e de apropriação da natureza. Em cada um dos momentos do desenvolvimento da indústria têxtil, papelaria, de metais, de plásticos e de eletrônicos mais complexos, é possível identificar uma economia voltada à recuperação de resíduos, sejam eles de produção ou de consumo. Esse avanço pode ser traduzido pelo seguinte trecho de *O capital*:

Cada progresso da química multiplica não só o número das matérias úteis e as aplicações úteis dos materiais já conhecidos, e assim amplia, com o crescimento do

²⁸ Justus von Liebig, em *Letters on the subject of the utilization of the municipal sewage* (1865) também se baseou em uma análise da situação do rio Tâmsa para defender a reciclagem orgânica como uma parte indispensável de um sistema urbano-agrícola racional, pois ela garantiria a devolução dos nutrientes contidos no esgoto ao solo (FOSTER, 2005).

capital, as esferas de aplicação deste último, mas ensina, ao mesmo tempo, a lançar de volta ao ciclo do processo de reprodução os excrementos dos processos de produção e de consumo, criando, dessa forma, sem gasto prévio de capital, nova matéria para o capital (MARX, 2017a, p. 680).

Nessa passagem, Marx denota a importância de lançar os resíduos dos processos de produção e de consumo novamente em um ciclo produtivo, com a finalidade de reprodução do próprio capital a custos baixos ou inexistentes. Em outras palavras, o reaproveitamento de resíduos como matéria-prima permite uma acumulação de capital necessária para dar impulso à reprodução do processo produtivo sem investimentos prévios de capital. Essa transformação de descartáveis em mercadorias que serão utilizadas em novos processos produtivos só é possível graças ao caráter massivo da produção de resíduos. Apenas como resíduos da produção coletiva, isto é, frutos do trabalho social em larga escala, eles “assumem essa importância para o processo de produção e se conservam como portadores de valor de troca” (MARX, 2017b, p. 108).

O valor das matérias primas e dos materiais auxiliares compõe o capital circulante, de forma que esses valores constituem por inteiro o valor do produto final, que será vendido como mercadoria em cada ciclo de rotação do capital. Daí o preço do produto ser afetado em um grau maior pelo preço da matéria-prima: se o preço da matéria-prima cai, aumenta a taxa de lucro; se aumenta o preço da matéria-prima, diminui a taxa de lucro²⁹. Por isso, considerando mantidas as grandezas do capital variável, a recuperação de resíduos tende a baratear os custos com matéria-prima e a redução de custos com essa parte do capital constante eleva proporcionalmente a taxa de lucro.

A taxa de lucro depende também da qualidade da matéria-prima: se ela for boa, gera menos resíduos e necessita uma massa menor de matéria-prima para a mesma quantidade de trabalho; se ela for de má qualidade, o trabalhador precisa de mais tempo para trabalhar a mesma quantidade de matéria prima (MARX, 2017b). No caso de matérias-primas recicláveis, há uma limitação em seu processo de recuperação, relacionada às próprias características químicas dos materiais. Latas de alumínio e outros tipos de metais podem ser transformados em algo novo e da mesma qualidade, isso é conhecido como “reciclagem de circuito fechado”. Outros materiais só podem ser reciclados em um “circuito aberto ou em cascata” e são transformados em algo de menor qualidade, até que esses materiais se tornem degradáveis e inutilizáveis, como é o caso de alguns tipos de plástico, tecidos e papel. Assim, há uma preocupação em adquirir

²⁹ A diferença entre taxa de lucro e taxa de mais-valia é explicada por Marx na seguinte passagem: “a taxa de lucro é a proporção entre o mais-valor e o capital total adiantado, ao passo que a taxa de mais-valor é a proporção entre o mais-valor e a parte meramente variável desse capital” (MARX, 2017a, p. 591).

matérias-primas de maior qualidade, até mesmo dentre os recicláveis. Isso ocorre não apenas pelas características químicas dos materiais, como também pelas condições de limpeza, beneficiamento e “pureza” com relação às matérias primas virgens.

Os recicladores de base são os responsáveis – assim como os consumidores – por atingir esses parâmetros de qualidade nos materiais recicláveis, principalmente dos resíduos sólidos urbanos. Segundo Marx (2017b, p. 111), a prevenção de desperdícios e o consumo dos meios de produção da maneira requerida pela própria produção dependem, em parte, “do adestramento e da formação dos trabalhadores combinados”. No entanto, “essa disciplina se torna supérflua em condições sociais nas quais os trabalhadores operam por conta própria”, “com a prática do salário por peça” (MARX, 2017b, p. 111). Como tratarei mais detalhadamente no próximo capítulo, são essas as condições sociais em que se encontram os recicladores na base da indústria da reciclagem.

Levando em consideração as oscilações provocadas pela concorrência no comércio exterior, veremos que a escolha ou não pela compra de recicláveis é determinada por um cálculo de custo-benefício na busca pelos preços mais baixos de matéria-prima. A recuperação de matérias primas descartadas só vale o esforço quando os preços dos recicláveis são menores que os preços das matérias primas virgens. Assim, esse impulso à recuperação de materiais, na história do capitalismo, depende das condições materiais de produção e tende a ser intensificado em determinados padrões de acumulação.

Durante a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, por exemplo, estabeleceu-se uma abordagem inovadora para o gerenciamento de resíduos enquanto suprimentos para a indústria pesada e armamentista. É o que Carl Zimring descreve em seu estudo sobre as organizações que comercializavam sucata no Cinturão da Ferrugem³⁰, nos Estados Unidos, entre as décadas de 1870 a 1930. A indústria da sucata de metais (*scrap industry*) naquela região se desenvolveu a partir das demandas por metais advindas da indústria pesada desde meados do século XIX e se tornou muito lucrativa, sobretudo com o início da Primeira Guerra Mundial, quando a demanda industrial armamentista elevou os preços do ferro e do aço (ZIMRING, 2004).

³⁰ Cinturão da Ferrugem (*Rust Belt*) é o termo utilizado desde a década de 1980 para designar a região de industrialização mais antiga e mais extensa dos EUA, localizada no nordeste do país e que abrange os estados de Michigan, Wisconsin, Indiana, Illinois, Ohio, Pensilvânia e Nova Iorque. Até a década de 1970, a região era conhecida como Cinturão da Manufatura, pois era onde estava concentrada a indústria pesada no país. Devido à deterioração da região após esse período, ela passou a ser designada pelo termo “Ferrugem”.

Para conseguir realizar negócios em um campo altamente competitivo e com clientes gigantes da indústria, parte dos recicladores e negociantes de sucata passaram a se profissionalizar e a se organizar em associações, como a *National Association of Waste Material Dealers*, fundada em 1913, e o *Institute of Scrap Iron and Steel*, em 1928. Zimring menciona ainda que apesar do crescimento dessas organizações, que funcionavam como um monopólio, a pobreza e a informalidade continuaram existindo ao longo dos anos e cada vez mais trabalhadores imigrantes e de grupos racializados se somaram ao setor³¹.

O exemplo da organização dos comerciantes de sucata nos EUA no início do século XX possui relevância para o entendimento de como grupos marginalizados e sem trabalho passaram a ser imersos em uma subjetividade jurídica “empreendedora”. A organização em pequenas e médias empresas e em associações fez com que alguns desses trabalhadores conseguissem se estabelecer como comerciantes e sobreviver em um mercado competitivo. A concorrência, no entanto, fez com que muitos outros trabalhadores permanecessem na marginalidade. Como veremos mais a frente, é possível traçar paralelos entre este exemplo e o novo impulso ao empreendedorismo trazido pela racionalidade neoliberal (DARDOT e LAVAL, 2016), em que os recicladores de base também passam a ser entendidos enquanto sujeitos de direito “empreendedores” a partir do momento em que fazem parte da cadeia global da reciclagem.

Durante a Segunda Guerra Mundial, tanto os Estados Unidos quanto a então Grã-Bretanha solicitaram ajuda aos seus cidadãos para recuperar materiais para o esforço de guerra. A propaganda de fomento à reciclagem dos EUA “Salvage for Victory” instruía as pessoas a levar resíduos de todo tipo de material, tais como papel, tecido, metais, borracha e até mesmo óleos residuais de cozinha para serem reciclados como combustível para explosivos. No entanto, os esforços para recuperar materiais recicláveis nessa época não foram realmente direcionados à destruição de Hiroshima e Nagasaki, mas sim voltados à obtenção de matérias-primas para os próprios fabricantes de bens de consumo que financiaram essas campanhas.

Dessa forma, os óleos residuais de cozinha não foram reciclados como combustível para explosivos, mas sim como matéria-prima para que os fabricantes de sabão pudessem evitar o racionamento de gordura (ROCKOFF, 2007). Seria um exagero considerar que a quantidade de

³¹ É interessante notar, ainda, que a presença de negociantes de sucata nas cortes estadunidenses, nessa época, pouco se relacionava a leis direcionadas à saúde pública, correspondendo mais a alegações de fraude ou recebimento de propriedade roubada e a disputas sobre peso e qualidade dos materiais entregues (ZIMRING, 2004, p. 87). Muitas vezes, essas queixas eram expressas em uma retórica racista e xenofóbica, que relacionava a etnia e o status de imigrante dos negociantes a práticas comerciais antiéticas.

resíduos recuperados para o esforço de guerra tenha sido indispensável para a própria viabilidade armamentista ou até mesmo significativa para a consolidação de uma indústria da reciclagem. De acordo com Rockoff (2007, p. 39), a quantidade de ferro e aço recuperada nos EUA em 1942 foi apenas 9% acima da quantidade recuperada em 1937, o pico do pré-guerra, e, em 1950, mais sucata de ferro e aço estava sendo processada do que durante qualquer ano da Segunda Guerra Mundial.

É curioso notar como, nesse cenário armamentista, a recuperação de materiais esteve relacionada a um discurso patriota de coletividade em busca de um “bem comum”, o que demandou todo um aparato publicitário na campanha “Salvage for Victory”, para salvar, realmente, as empresas estadunidenses. O atual impulso à reciclagem parece compartilhar alguns desses pressupostos, já que as campanhas direcionadas à temática se relacionam a certos direitos humanos de solidariedade, apelando para a responsabilidade individual de cada um em favor de um mundo sustentável até mesmo para as futuras gerações, quando, na realidade, o que está em jogo é a própria reprodução das condições de produção capitalista.

Até o período da Segunda Guerra Mundial, a recuperação de materiais não era concebida sob o termo “reciclagem”. David Graeber (2012) localiza o termo em inglês, *recycling*, como utilizado pela primeira vez na década de 1920 para descrever tecnicamente procedimentos industriais de refinamento de petróleo. De acordo com o autor, o termo só foi utilizado para designar a reutilização de resíduos sólidos domésticos na década de 1960, relacionado a um comprometimento moral de um sistema industrial baseado no princípio da sustentabilidade ecológica. Segundo Tangpuori *et al.* (2020), a preocupação com a reciclagem, a partir dessa época, veio como uma forma de processar os volumes crescentes de embalagens colocadas no mercado e melhorar a reputação de materiais plásticos que estavam sendo lançados no meio ambiente.

Em razão do encerramento da Segunda Guerra Mundial, esse movimento acompanhou uma reconfiguração importante rumo à expansão do comércio mundial, por meio da criação de organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas (ONU). A ONU, em especial, foi fundada com o objetivo de promover a paz e a segurança entre nações, evitando a propagação de um novo conflito de

ordem mundial³². De acordo com Biondi (2015, p. 185), a forma jurídica internacional evoluiu o a tal ponto que a ONU proclamou a comunidade internacional como uma comunidade de iguais, “festejando a igualdade soberana de seus membros com a mesma hipocrisia com que os apologistas do capital celebram a igualdade dos cidadãos em cada país capitalista”. Ao longo dos anos que se seguiram, a ONU teve um papel cada vez mais crescente na definição dos interesses do capital monopolista, utilizando, para isso, a promoção dos direitos humanos, inclusive do direito a um meio ambiente sustentável.

A insustentabilidade ambiental passou a ser vista como um problema crescente na década de 1970. Nessa época, foram organizadas grandes manifestações ambientais nos Estados Unidos, que se concentraram na responsabilização da indústria pela proliferação de descartáveis que estavam contaminando o meio ambiente. Como resposta, as empresas, que continuaram produzindo valores de troca destrutivos, começaram a lançar campanhas de “conscientização”, nas quais a poluição era tratada apenas como uma questão de responsabilidade individual dos consumidores. “*People start pollution. People can stop it*” foi o slogan de uma famosa campanha da organização “sem fins lucrativos” *Keep America Beautiful*, criada pelas empresas que mais lucraram durante e após a Segunda Guerra Mundial, sobretudo fabricantes de embalagens de todos os tipos³³.

A emergência de um padrão de acumulação flexível, em um contexto de crise e de desenvolvimento do neoliberalismo, representou uma série de mudanças tecnológicas e organizacionais. A produção *just-in-time*, a precarização e a subcontratação da força de trabalho, o monetarismo e a expansão ininterrupta do valor das mercadorias produzidas foram alguns dos fenômenos condensados no Consenso de Washington³⁴. Do ponto de vista da administração empresarial, a logística passou a ter centralidade na gestão do fluxo de mercadorias em cadeias de suprimentos. A gestão desse fluxo depende da colaboração entre fornecedores, parceiros comerciais e clientes, em uma cadeia de subcontratações. A reciclagem e a reutilização passaram, assim, a ser englobadas na concepção de logística a partir do conceito de logística reversa, cuja preocupação é a estruturação de canais que facilitem o retorno de

³² A ONU englobou a única organização internacional do Tratado de Versalhes que sobreviveu à Segunda Guerra, a Organização Internacional do Trabalho. Ao longo dos anos, outras organizações foram se entrecruzando na estrutura da ONU.

³³ As campanhas da *Keep America Beautiful* vinham, desde a década de 1960, colocando o descarte de embalagens como uma questão moral e individual dos consumidores.

³⁴ O Consenso de Washington foi uma série de medidas de ajuste macroeconômico elaboradas em 1989 pelo FMI, Banco Mundial e Departamento do Tesouro dos Estados Unidos e direcionadas aos países latino-americanos.

produtos ao ciclo produtivo, além de atrelar ao conceito de ciclo de vida do produto (GONÇALVES-DIAS, 2009).

As cadeias globais de suprimento ou cadeias globais de valor são uma forma concreta e mais recente de aparecimento das tendências à concentração e à centralização de capital em nossa sociedade (STAROSTA e CALIGARIS, 2017). Assim, as relações intercapitalistas nessas cadeias “se lastreiam numa contraditória unidade entre cooperação e competição: coopera-se para competir” (BIONDI, 2015, p.72). É desse modo que grandes capitais conseguem se apropriar da mais-valia liberada por pequenos e médios capitais ao longo da cadeia. Nessa esteira, a cadeia global de reciclagem se desenvolve porque, além dos lucros que uma empresa pode obter com a exploração direta da força de trabalho, também há ganhos relacionados à obtenção de mercadorias recicladas como resultado do trabalho social em outros ramos produtivos ao longo da cadeia de suprimentos.

O impulso à reciclagem a partir da década de 1970 passou, então, a se relacionar a uma pretensa busca pelo bem comum, parecida com o patriotismo que alavancou a reciclagem em tempos de guerra, mas que se traduziu na consolidação de direitos sociais de solidariedade, sobretudo o direito ambiental. De acordo com Tangpuori *et al.* (2020), grandes empresas geradoras de embalagens têm aumentado, cada vez mais, a produção de plásticos baratos, flexíveis e multicamadas, que são impossíveis de reciclar, ao mesmo tempo que tentam promover a reciclagem como uma panaceia para a geração de desperdícios. Multinacionais como Braskem, Chevron, Dow e ExxonMobil, por exemplo, investiram 1,5 bilhões de dólares na fundação da iniciativa *Alliance to End Plastic Waste*. Esse valor parece significativo, mas não se compara aos 186 bilhões de dólares investidos em novas instalações petroquímicas dessas empresas apenas entre 2010 e 2017 (TANGPUORI *et al.*, 2020, p. 14).

Assim, a prática da reciclagem passa a ser inserida dentro de um conjunto de ações que hoje conhecemos como *greenwashing* (“lavagem verde”), isto é, estratégias de marketing empresarial que buscam trazer uma imagem positiva das empresas na solução de problemas ambientais ocasionados pela própria produção capitalista³⁵. Essa prática, na realidade, está conectada a um conjunto maior de ações que se relacionam à defesa dos direitos do meio ambiente em prol da acumulação de capital, que é sintetizada na passagem a seguir:

³⁵ Para mais informações sobre *greenwashing*, ler Pagotto (2013).

O Deus que falhou, na imagem da onipotência tecnológica, é agora recomposto e novamente apresentado sob o disfarce do interesse ecológico universal. Há dez anos a ecologia podia ser tranquilamente ignorada ou desqualificada como totalmente irrelevante. Atualmente, ela é obrigada a ser grotescamente desfigurada e exagerada unilateralmente para que as pessoas – suficientemente impressionadas com o tom cataclísmico dos sermões ecológicos – possam ser, com sucesso, desviadas dos candentes problemas sociais e políticos (MÉSZÁROS, 2002, p. 987)

Os ganhos ambientais da reciclagem são frequentemente evidenciados e supervalorizados por conglomerados empresariais. Layrargues (2003) demonstra as falhas no discurso da Latasa Reciclagem, que em propaganda oficial argumenta que a recuperação de alumínio deve ser preservada porque há ganhos ambientais na redução do espaço que esses materiais ocupam nos aterros. No entanto, a disposição de alumínios representa menos de 1% da massa total de resíduos que vão parar nos aterros, o que significa que a preocupação ambiental, sem dúvida, não faz parte das justificativas que levaram à criação e ao funcionamento dessa empresa. Mesmo quando há esforços consideráveis na reciclagem, ela ainda não é capaz de resolver o problema da produção massiva de resíduos. Em 2012, por exemplo, se reciclavam 15 milhões de toneladas de plástico no mundo, quando essa quantidade representou apenas 5% do total de novos plásticos produzidos naquele ano (VELIS, 2014).

Assim, não é possível argumentar que os processos de recuperação de materiais sejam uma maneira de solucionar os problemas ambientais que vêm se intensificando nos últimos tempos devido à reprodução ampliada de capital. O que hoje é entendido como reciclagem não é a recuperação de recursos, pura e simplesmente, que ocorre em um lugar historicamente indeterminado. É por isso que opto por utilizar o termo “indústria da reciclagem”, ele é mais preciso ao relacionar a reciclagem enquanto um processo industrial que se desenvolve no seio do capitalismo. Trato, então, da reciclagem enquanto uma reposição categorial do capital em crise (LACERDA, 2014), pois a mesma motivação de autovalorização do capital que faz com que sejam lançados cada vez mais resíduos no meio ambiente é a que impulsiona a recuperação de parte desses resíduos como matérias-primas em novos ciclos produtivos.

Isso não significa que não existam projetos e estratégias de reciclagem popular verdadeiramente ambientais, eles estão presentes em toda a América Latina e no mundo. Ochoa Chi (2019), por exemplo, resgata a experiência popular de gestão de resíduos em San Antón e Alpuyecá, no estado de Morelos, no México. Essas estratégias partem da denúncia do avanço destrutivo do capital sobre seus povoados e compartilham o sonho coletivo de recuperar o meio ambiente e os meios de vida que garantem a reprodução dessas comunidades desde épocas pré-colombianas. No entanto, a mesma autora adverte que essas experiências não devem ser

romantizadas, sem levar em consideração como essas estratégias ambientais populares acabam sendo englobadas pelos interesses de organismos financeiros internacionais, em sua busca por transformar as regiões da periferia do capitalismo em novas fontes de lucros.

Uma observação de todo o quadro do problema dos resíduos me leva à compreensão de que o capital segue incorporando tudo que vê pela frente, sobretudo pela forma com que a ideia de sustentabilidade tem se alinhado aos novos patamares de produtividade neoliberais e a inclusão da financeirização do meio ambiente tem modificado o status jurídico dos resíduos e selado sua existência a partir da forma-mercadoria. Nesse sentido, Graeber (2012) nos auxilia no entendimento de como a ideia da reciclagem é inteiramente dependente da lógica da propriedade:

Afinal, são os arranjos de propriedade que permitem a transferência de direitos aos objetos por meio de transações comerciais e, portanto, permitem a “circulação” de objetos da esfera da produção para a esfera do consumo em primeiro lugar. Afinal, se limpamos uma garrafa de plástico e colocarmos algum líquido novo nela dentro de nossas casas, ou decidirmos imprimir no outro lado de documentos antigos, normalmente não nos referimos a isso como “reciclagem”. Isso é apenas reutilização. O desvio de um objeto para um novo uso é referido como reciclagem apenas quando abandonamos nossas reivindicações de propriedade e permitimos que o objeto saia da casa e tenha um valor comercial novamente atribuído a ele (GRAEBER, 2012, p. 287, tradução minha, grifos meus).

A partir do momento em que um proprietário descarta um objeto que estava em sua posse, seja em locais considerados apropriados para sua disposição ou não, ele automaticamente está afastando qualquer reivindicação de direito sobre aquele objeto. É esse movimento que possibilita a apropriação dos materiais descartáveis por novos possuidores, tanto por meio de um trabalho logístico de seleção e separação entre pilhas de descartáveis, como a partir da própria doação de materiais previamente separados pelos próprios possuidores originários dessas mercadorias. Nas periferias do capitalismo, essa relação de apropriação dos resíduos foi o que permitiu a absorção de uma mão-de-obra excedente, a partir de uma prática que hoje se tornou uma profissão totalmente nova, a do reciclador de base.

No entanto, para entender como foi possível a incorporação dos recicladores de base nos sistemas de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, na atualidade, é necessário avançar na compreensão sobre o próprio desenvolvimento dessa atividade como um serviço essencial desempenhado pelo Estado. Esse processo se dá sobretudo a partir da década de 1970, quando se intensifica a discussão sobre os limites da disposição final de resíduos em lixões e aterros. A partir desse momento, se tornam mais visíveis as relações entre a gestão de resíduos nos

municípios e as cadeias globais de valor da reciclagem, onde os interesses públicos se descortinam cada vez mais como interesses privados.

2.3. Varrendo o lixo para debaixo do tapete: os limites da disposição final de resíduos

Nos últimos cinquenta anos, na América Latina e no mundo, o problema da disposição final de resíduos em lixões e aterros sanitários tem sido alvo de debates. Como abordado anteriormente, a gestão dos desperdícios se torna uma problemática de relevância a partir do momento em que há uma produção em massa de resíduos, o que acontece em decorrência nas necessidades da reprodução ampliada do capital e da crescente urbanização e desenvolvimento tecnológico. Com a industrialização e a urbanização características do desenvolvimento capitalista, a construção do espaço urbano e a disciplina do trabalho se tornaram de fundamental importância para a expansão da produção. A gestão dos restos, assim, também passou a se inserir no conjunto de medidas disciplinadoras da força de trabalho nas cidades.

O advento de epidemias, como a cólera e a febre amarela, foram marcos na história da gestão dos restos. No Brasil, tais epidemias ameaçavam a continuidade da expansão cafeeira e da própria política de imigração em massa (MIZIARA, 2001). Os restos passaram a ser entendidos, então, como causadores de doenças que acometiam a classe trabalhadora, em plena transição do trabalho escravizado para o trabalho assalariado. O papel do Estado, a partir da epidemiologia, passou a ser fundamental para controlar os perigos que os locais de depósito de lixo ofereceriam à reprodução social da força de trabalho.

Em São Paulo, por exemplo, a prática de depositar o lixo recolhido pelo município à margem esquerda do Rio Tietê, próximo à Ponte Pequena, se tornou um problema. O Código de Posturas do Município, legislação imperial editada em 1875, foi a primeira a ditar as regras de ocupação do espaço e passou a determinar que o lixo deveria ter um destino determinado e não mais ser disposto em becos, buracões, ribanceiras e quintais das casas. Anos mais tarde, o Código Sanitário do Estado de São Paulo estabelecia como norma básica para combater os restos que o seu destino seriam os vertedouros a céu aberto (MIZIARA, 2001). Os dejetos foram, assim, colocados enquanto externalidade indesejável e, por isso, a gestão de resíduos sólidos preferível se tornou aquela que transportasse e dispusesse tais resíduos o mais longe possível dos centros das cidades.

Do ponto de vista das empreiteiras do ramo da construção civil, que foram as primeiras a atuarem na prestação desse serviço em São Paulo e em outras cidades da América Latina, o transporte e a disposição de resíduos em aterros a céu aberto passaram a ser um novo negócio. A grande vantagem da aterragem, para estas empresas, é que a operação envolvia majoritariamente o transporte dos resíduos e um local para sua disposição final, o que demanda baixos custos e praticamente nenhuma tecnologia. Além disso, após completarem sua vida útil, os aterros a céu aberto se tornam áreas de interesse especulativo, muitas vezes utilizadas pelas mesmas empreiteiras como forma de expansão imobiliária.

Um exemplo desses diferentes usos do espaço pelo capital pode ser encontrado no bairro de Santa Fé, na Cidade do México. Desde a década de 1930, a indústria da construção civil vinha explorando minas de areia na região, ao ponto de, nos anos seguintes, serem criados diversos buracos no local, devido ao extrativismo. Os terrenos, nessa região, passaram a se tornar vantajosos para a disposição final de resíduos, e em vários pontos de Santa Fé foram construídos aterros à céu aberto. Na década de 1960, o bairro abrigou um dos maiores lixões da cidade, e no seu entorno foi criada um grande bairro de recicladores. No final da década de 1980, o lugar passou por um processo de especulação imobiliária, recebendo inversões estrangeiras e de multinacionais mexicanas, ao mesmo tempo que os lixões na região foram fechados e as comunidades do entorno deslocadas. Atualmente, sobre as montanhas de detritos que caracterizavam a paisagem do passado, encontra-se construído um dos maiores centros financeiros da capital do México.

Com relação aos espaços de disposição final do lixo, há uma diferença técnica importante entre aterros a céu aberto e aterros sanitários. O aterro ou lixão a céu aberto é a forma de disposição final de resíduos mais contaminante e prejudicial à saúde porque são lugares onde os resíduos são despejados indiscriminadamente, sem nenhum tipo de tratamento. Já o aterro sanitário compreende a disposição, acomodação e compactação de resíduos sobre um leito impermeável e uma cobertura com terra ou outro material inerte para controle da proliferação de vetores e da emissão de gases e lixiviados. O aterro sanitário também conta com um projeto de engenharia e controle de entrada, não permitindo o acesso de recicladores, e é possível canalizar a exploração de gás metano como atividade comercial. Um meio termo entre os dois seria o aterro

controlado, que recebe algum tipo de tratamento dos resíduos, não sendo um vertedouro a céu aberto, mas tampouco um aterro sanitário³⁶.

No entanto, as soluções de aterragem de resíduos apresentam limites espaciais e temporais, uma vez que os locais de disposição final possuem uma vida útil de algumas dezenas de anos. Se levarmos em consideração a crescente urbanização e produção de resíduos urbanos, chegaremos à conclusão de que os aterros não se colocam como uma solução viável de expansão para a gestão de resíduos a longo prazo. Mais importante que isso, no entanto, são os custos globais de lidar com a rápida acumulação municipal de resíduos sólidos, que aumentará de 205 bilhões de dólares por ano, em 2010, para 375 bilhões de dólares em 2025, segundo previsões do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (WILSON *et al.*, 2015). Por isso, do ponto de vista do Estado, a primeira razão para buscar outras formas de gestão de RSU seria a redução de custos com o transporte e a disposição final, que é paga por tonelada de resíduos descartados.

Tal como a expansão urbana irrompe fronteiras e cria conurbações, o “lixo” passa a se tornar uma fonte de conflitos locais no urbano, rompendo até mesmo as divisas territoriais de um município a outro. As comunidades impactadas pela disposição massiva de resíduos geralmente estão localizadas nas periferias das grandes cidades e são as primeiras a enfrentar os riscos da contaminação do meio ambiente na saúde local e no acesso a seus meios de vida. Conforme a produção de resíduos se expande e a limitação espaço-temporal dos aterros se torna um problema, a gestão dos resíduos acaba rompendo fronteiras entre Estados e gerando uma *crise geopolítica do lixo* em nível internacional.

São inúmeros os casos de comunidades que se organizaram para reivindicar o fechamento de aterros e lixões, ou a se manifestarem contra a instalação de usinas de incineração. Muitas dessas reivindicações se traduziram na organização de mobilizações locais, como as que a literatura estadunidense conhece como movimento *Not in my backyard* (NIMBY) – Não no meu quintal³⁷. Segundo Haeger e Haddad (2015), a partir da década de 1980, o NIMBY se tornou um termo empregado para discutir uma ampla gama de protestos comunitários que

³⁶ Segundo Espinoza *et al.* (2011, p. 131), tanto no lixão a céu aberto como no vertedouro controlado, é comum encontrar a presença de recicladores de base. Na prática, muitos projetos denominados de “aterros sanitários” também são, de fato, aterros controlados.

³⁷ O movimento surgiu nos Estados Unidos e há outras formas de denominação, tais como LULU (*Locally Unwanted Land Use*), NIABY (*Not in Anybody's Backyard*), NOPE (*Not On Planet Earth*), e até mesmo BANANA (*Build Absolutely Nothing Anywhere Near Anyone*) (HAEGER e HADDAD, 2015). Muitos dos protestos relacionados ao NIMBY foram ações higienistas de classe média e alta contra instalações de serviços públicos, como estações de metrô, que viriam a “descaracterizar” o bairro.

emergiram em resposta a ameaças ao meio ambiente, principalmente protestos contra projetos financiados por governos com atividades poluidoras.

Os impactos da instalação de lixões, aterros e incineradores podem ser considerados como uma expressão de racismo ambiental ou racismo climático, isto é, a forma mais visível de como comunidades racializadas são as mais afetadas pela negatividade da disposição de resíduos e pela emissão de poluentes. Estudos recentes vêm utilizando esse termo para explicar como as questões climáticas estão imbricadas com o racismo estrutural. Nesse contexto, utiliza-se o conceito de justiça ambiental para descrever as reivindicações dessas comunidades pela reparação das consequências ambientais e pela responsabilização de empresas e de Estados em torno da pauta socioambiental.

O movimento por justiça ambiental visibiliza os impactos mais gritantes dos valores destrutivos do capital e como eles afetam de maneira mais intensa as parcelas da sociedade mais exploradas. Um exemplo de ação que está baseada nos termos da justiça ambiental é a realização de *Toxic Tours* (turismo tóxico), lançada pelo Greenpeace México em 2013, cujo objetivo é promover visitas às zonas poluídas e visibilizar a situação dos seus habitantes. Ainda assim, o alcance do movimento por justiça ambiental é, em última instância, os tribunais e a técnica jurídica, que transformam as reivindicações sociais por um meio ambiente livre de poluição em uma indenização financeira como compensação equivalente aos danos causados.

Essa é a forma com que o direito trata questões estruturais do capitalismo. Por exemplo, o crime ambiental cometido pela Vale em Brumadinho, em 2019, e que deixou ao menos 270 pessoas mortas em decorrência do rompimento da uma barragem de rejeitos de minérios, foi “reparado” por meio de indenização às famílias atingidas, enquanto a empresa continua com seus projetos extrativistas na região. Semelhante foi o desfecho do caso George Floyd – homem negro assassinado pela polícia de Minneapolis, nos EUA – que, embora tenha incitado importantes protestos por justiça racial ao redor do mundo, se traduziu em um acordo judicial milionário de reparação econômica e não em medidas que pudessem combater efetivamente o racismo estrutural.

Aqui é possível observar uma contradição até mesmo com relação às manifestações pelo fim dos lixões. O encerramento dos vertedouros a céu aberto foi um processo impulsionado quase que simultaneamente em todo nosso continente a partir da década de 1970. Muitos dos recicladores de base que ali trabalhavam se organizaram para defender a sua fonte de renda e

seu espaço de trabalho, ainda que essa luta possa ser lida como uma reivindicação a favor de uma produção destrutiva e contra os preceitos da justiça ambiental³⁸. A justiça ambiental não nos fornece bases para avançar na compreensão dessas manifestações aparentemente contraditórias, que se relacionam à precarização do trabalho dos recicladores, cujas raízes se encontram na produção capitalista. Até mesmo com os recicladores que se manifestaram contra o fechamento dos lixões e buscaram seus direitos nos Tribunais, foi estabelecida uma relação indenizatória, como foi o caso dos catadores do Jardim Gramacho, por exemplo (LIMA, 2018). Suas condições de trabalho e de vida, no entanto, permaneceram inalteradas.

Embora a gestão de resíduos sólidos tenha sido delegada pelo Estado a empresas privadas desde o início da operação desse setor de infraestrutura urbana, Ramírez (2010) identifica que o fechamento dos lixões se tornou um mecanismo de intensificação dessa privatização. Segundo o autor, em 1965 os Estados Unidos aprovaram a *Solid Waste Disposal Act* (SWDA) e, na década de 1970, a *Resource Conservation and Recovery Act* (RCRA), e o país passou a privatizar a destinação final dos resíduos por meio de concessões, como aconteceu em Nova Iorque, com a contratação da maior empresa do setor no mundo, a *Waste Management*, fundada em 1968.

Esse processo de intensificação da privatização do setor pode ser apreendido em um relatório do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, criado em 1978, que considera que as cidades sustentáveis e inclusivas são aquelas que incorporam o setor privado em nichos de serviços urbanos sustentáveis (ONU-HABITAT, 2020). Entre as áreas prioritárias de inovação do setor privado mencionadas no documento se encontram os setores de transformação dos serviços urbanos de energia, saneamento e economia circular. Esse movimento marca o que Harvey (2005) chama de empreendedorismo urbano, que traz consigo a noção de “parceria público-privada”, fenômeno que evidencia um papel mais amplo do Estado, não apenas como estabilizador da economia, mas como facilitador dos interesses estratégicos do capitalismo.

Assim, a transição do regime fordista-keynesiano de acumulação capitalista para um regime de acumulação flexível esteve relacionada a um avanço de investimentos privados em infraestruturas urbanas, que são sinônimo de maiores lucros, já que os riscos são assumidos

³⁸ No Brasil, é possível elencar vários conflitos entre autoridades e catadores no fechamento de lixões, tal como ocorreu no Lixão da Estrutural, em Brasília; no Jardim Gramacho, em Duque de Caxias; em Aguazinha, em Olinda; e no Aurá, em Belém.

quase que totalmente pelo Estado. Dessa forma, o impulso ao fechamento dos vertedouros a céu aberto não se relaciona apenas aos limites espaço-temporais das soluções de aterragem e a uma preocupação socioambiental com o entorno. Até mesmo porque as medidas de fechamento dos lixões fazem parte de projetos de transição desses espaços para aterros sanitários, cuja viabilidade também depende de cálculos espaço-temporais. De acordo com Relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (ESPINOZA *et al.*, 2011), os objetivos da transição de lixões a céu aberto para aterros sanitários estão mais relacionados ao aumento, na América Latina, de projetos de extração de biogás nesses espaços, a partir de financiamento dos bônus de carbono, que garantem pagamentos anuais pela redução de emissões de metano.

É por isso que há uma tendência à construção de aterros sanitários regionais, que coletam quantidades de resíduos em maior escala e, conseqüentemente, geram mais biogás e mais lucros para as empresas concessionárias que gerenciam o manejo municipal de resíduos sólidos. Esse é um terreno de oportunidades para expansão de grandes grupos empresariais transnacionais, que, por meio de filiais que ocultam seu caráter de monopólio, vendem seus serviços como os mais modernos e ambientalmente seguros para o tratamento dos resíduos perigosos das cidades em crescimento dos países periféricos (OCHOA CHI, 2019).

De fato, alguns estados dos EUA e países da Europa chegaram a experimentar uma saturação de aterros sanitários nos seus territórios a partir dos anos 1990. No entanto, buscar alternativas próximas, em países de capitalismo avançado, não era uma saída, devido aos altos custos da disposição final de resíduos. De acordo com Ochoa Chi (2019), nos EUA os custos de tratamento de resíduos tóxicos chegam a 3 mil dólares por tonelada, enquanto nos países dependentes esses resíduos simplesmente são enterrados sem nenhum tratamento por menos de 20 dólares por tonelada.

Esse é um dos fatores que tem impulsionado o comércio internacional de resíduos já existente, que também é movido pela alta demanda por matérias-primas baratas. De acordo com Marx e Engels (2008), o mercado mundial é impulsionado porque as indústrias nacionais acabam buscando matérias-primas provenientes das regiões mais distantes, assim como seus produtos também passam a se destinar a todos os cantos da Terra. Trata-se assim de uma circulação universal, uma interdependência geral entre os países em busca de importar matérias-primas recicladas mais baratas de determinados países e exportar suas mercadorias finais ao mercado consumidor global, inclusive àqueles mesmos exportadores de recicláveis.

Assim, o comércio de resíduos não pode ser resumido a uma troca ecologicamente desigual entre o “Norte” e o “Sul” do mundo (BARSALOU e PICARD, 2018). Grande parte desse comércio ocorre entre países em processo de expansão industrial, sobretudo no Leste Asiático, que importam resíduos para servirem de matéria-prima para a sua crescente demanda produtiva. Nos últimos anos, a China foi o país que mais se destacou no comércio internacional de resíduos, sendo a maior importadora de plásticos, metais e papel recuperados do mundo (STEPHENSON e FAUCHER, 2018). Segundo Alexander e Reno (2012, p. 4), é sintomático que, “na primeira década do século XXI, a mercadoria de maior exportação da maior economia do mundo (os Estados Unidos) para a próxima maior economia (China) seja sucata”. Para Harvey (2004, p. 186), no entanto, a situação entre os dois países não é descrita de forma tão simplista, pois “aceitar que a China é uma potência em ascensão não significa considerá-la autônoma com relação aos Estados Unidos: o vínculo entre essas duas economias é cada vez mais de dependência recíproca, porém tensa”.

Essa dependência também pode ser observada pela forma com que os EUA e os demais países exportadores de resíduos se viram afetados com as alterações das políticas chinesas de importação de resíduos. Desde 2009 a China vem apoiando a transição de uma economia dependente de importação de matérias-primas recicláveis para uma economia apoiada em uma maior recuperação e reprocessamento de materiais domésticos. Em 2013, o país lançou a Operação Cerca Verde, para conter abusos de envio de materiais altamente contaminantes, e, em 2017, a Operação Espada Nacional, que estabeleceu a redução progressiva dos índices de contaminação, vetando as importações de materiais, incluindo várias categorias de têxteis, papel e plástico (STEPHENSON e FAUCHER, 2018). A decisão chinesa de não mais importar *yang laji*, isto é, lixo estrangeiro, foi notificada à Organização Mundial do Comércio, como uma decisão comercial e não relacionada à proteção do meio ambiente.

As remessas de resíduos, a partir da proibição chinesa, foram transferidas para outros países asiáticos, como Indonésia, Tailândia³⁹ e Malásia, mas não há garantia de que estes países também não sigam os mesmos passos da China. Os principais motivos dessas proibições não estão relacionados, propriamente, à questão ambiental, mas sim porque os custos de importação já não estão compensando ou porque se tornou mais lucrativo comprar resíduos de suas próprias indústrias nacionais. Por isso a indústria da reciclagem se torna, cada vez mais, um setor

³⁹ Segundo Tangpuori *et al.* (2020), após a proibição chinesa a importação de resíduos plásticos provenientes dos EUA aumentou 2000% na Tailândia nos primeiros seis meses de 2018.

competitivo e a busca em garantir a qualidade dos materiais comercializados tem sido essencial para adquirir novos mercados internacionais.

O comércio de resíduos também flui cada vez mais dos países da periferia para os países de capitalismo avançado. Como O'Neill (2019) argumenta, a Bélgica é o maior importador de resíduos eletrônicos da Índia, responsável por mais de 92% de suas exportações desses materiais. Não por coincidência, na Bélgica também está localizada a sede de uma fundição multinacional, a Umicore, que processa resíduos eletrônicos como parte de sua matéria-prima para extração de metais preciosos. Também há um fluxo de comércio de resíduos entre países do “Norte”, como é o caso da Suécia, que importa resíduos de outros países europeus para utilizá-los na geração de energia, por meio da incineração.

Dessa forma, passamos a entender como a gestão de resíduos sólidos urbanos pode estar completamente interligada com a indústria da reciclagem, por meio de cadeias globais de valor. De forma mais ampla, observamos também como a *crise geopolítica do lixo* é fruto, na realidade, da geopolítica do imperialismo, do monopólio e do desenvolvimento desigual e combinado. Tal como as relações centro-periferia nas cidades são permeadas pela lógica da disposição-recuperação de resíduos, os países centrais-periféricos são conectados no mercado mundial da reciclagem, o que demonstra, mais uma vez, que não existem fronteiras para a expansão da mercantilização do “lixo”, pois não há fronteiras para o capital.

Até aqui foram apresentadas as contradições internas do modo de produção capitalista, que busca a acumulação de abundâncias por um lado, e a propagação de escassez e miséria, de outro. É esse movimento de desenvolvimento desigual e combinado que leva à adoção de práticas imperialistas e coloniais e ao crescimento do comércio exterior, como meios de garantir uma reprodução ampliada do capital. Essa desigualdade fundante e essencial para a existência e reprodução do capitalismo se reproduz em larga escala porque ela pressupõe a equivalência e a igualdade como forma de aparecimento na esfera da circulação, o que se dá por meio da mediação jurídica entre proprietários privados de mercadorias que trocam entre si. Todo o emaranhado de relações traçadas no mapa-múndi da circulação de resíduos é mediado pela forma jurídica. A regulamentação dos resíduos como mercadoria fornece pistas para traçar os processos de reprodução do capital e, a partir deles, entender, enfim, qual o papel dos recicladores na base das cadeias globais de valor da reciclagem. Logo chegarei lá.

2.4. O comércio global de resíduos mediado pela forma jurídica

Como visto até aqui, os problemas ambientais decorrentes da acumulação e do descarte de resíduos são entendidos como externalidades inexoráveis da produção e do consumo, isto é, os resíduos e a poluição são percebidos como um resultado racional e esperado da sociedade capitalista, e por isso precisam ser aceitos e normalizados. Tal constatação é reforçada pela positivação de normas que realizam uma “metamorfose legal” de resíduos perigosos em mercadorias recicláveis (BARSALOU e PICARD, 2018).

O que antes era associado à poluição e à destruição do meio ambiente se torna uma mercadoria a ser lançada ao mercado, trocada na circulação e reduzida à forma jurídica. Isso significa que os efeitos negativos dos resíduos são calculados de acordo com a lógica da equivalência: a resposta aos danos causados é medida por um sistema de responsabilidade socioambiental que garante uma compensação pecuniária a título de indenização ou multa. Enquanto isso, a mediação das relações de compra e venda de recicláveis ocorre por meio da positivação jurídica sobre os resíduos, que ajusta o grau de circulação dessas mercadorias no espaço. Esse movimento só foi possível por conta do avanço do capitalismo financeiro sobre o meio ambiente. Assim, o campo do “direito dos resíduos” se constrói também como um meio de facilitar a circulação e a redistribuição global de descartáveis, incluindo suas externalidades: exportação de poluentes, venda de lixo tóxico, compra de quota de emissão de gases dos países periféricos, tudo dentro do pacote do capital fictício.

No que se refere ao tratamento internacional dado aos resíduos sólidos, a Convenção de Basiléia para o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito, de 1989, é considerada um marco histórico no qual o comércio de resíduos se tornou uma atividade econômica legalmente sancionada. Sua origem está relacionada à combinação de iniciativas de políticas do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), criado na Conferência de Estocolmo, de 1972, e casos envolvendo incidentes de despejo de resíduos que se tornaram famosos na mídia. As obrigações gerais da Convenção confirmam a legalidade de comércio internacional de resíduos, facilitando o seu “movimento” (palavra citada cerca de 70 vezes no texto da Convenção), às custas de sua eliminação (citada apenas duas vezes).

Diante da impossibilidade material de eliminação de resíduos, a Convenção organiza e racionaliza sua circulação global por meio da Gestão Ambientalmente Segura (ESM - *Environmentally Sound Management*) de resíduos perigosos. Essa é uma evidência clara da

mercantilização de resíduos perigosos, que se realiza por meio de um Procedimento de Consentimento Prévio Informado (PIC - *Prior Informed Consent*). Em outras palavras, desde que o Estado importador dê o consentimento, os resíduos perigosos são legalmente comercializados no mercado internacional (BARSALOU e PICARD, 2018).

Assim, o “lixo eletrônico”, que compreende uma categoria ampla de materiais plásticos e metais que podem ou não ser considerados resíduos em geral ou resíduos perigosos, pode ser comercializado internacionalmente se Estados soberanos alegarem que os resíduos que gerenciam, exportam e importam não estão no escopo da Convenção. O Estado, mais uma vez, aparece não apenas como regulamentador das relações de troca, mas como peça-chave dos interesses da produção capitalista. Tais interesses são perpassados pela lógica do imperialismo e do colonialismo, uma vez que o que é “perigoso” na Europa pode facilmente se tornar uma mercadoria “reciclável” na Ásia.

Esse colonialismo tóxico se tornou ainda mais evidente quando, em 1991, Lawrence Summers, então economista-chefe e vice-presidente do Banco Mundial, argumentou, em correspondência pessoal divulgada meses depois (THE ECONOMIST, 1992), que o Banco deveria encorajar o despejo de lixo tóxico na África. Nesta correspondência, Summers expõe que deve ser feita uma escolha eficiente dos locais de despejo de resíduos: em países de menor custo e com menores salários. Segundo ele, nessas localidades, a pobreza faz com que a expectativa de vida seja muito menor e, por isso, a demanda por um ambiente limpo por razões estéticas e de saúde são menores ou inexistentes se comparada com às da classe média e alta dos países desenvolvidos, e, além disso, nos países periféricos, a população morre antes de contrair os efeitos negativos da poluição.

Assim, se faz sentido reduzir emissões aonde for mais barato, os países de capitalismo avançado têm direito a pagar por reduções de emissões de carbono nos países da periferia. A partir daí aparecem os “direitos de poluir” como contrapartida aos créditos obtidos dos países que poluem menos, o que não representa uma medida do cuidado com o meio ambiente, mas sim uma medida da circulação de títulos financeiros entre nações desigualmente poluentes (BIONDI, 2015). É por isso que a questão da divisão internacional do trabalho, do imperialismo, do desenvolvimento desigual e combinado, que são traços fundamentais do capitalismo, permanecem na atualidade, ainda que nessa fase neoliberal pretensamente preocupada com a questão ambiental.

Ao longo da década de 1990, os países de capitalismo avançado começaram a articular, na agenda das Nações Unidas, a criação desse mecanismo de financiamento para “ajudar” os países em desenvolvimento a lidar com os fenômenos ambientais de forma mais “eficaz”. A construção do problema ambiental na agenda internacional se fez, então, em torno da poluição causada pela pobreza e se focou nas contribuições dos países de capitalismo avançado e na intervenção de empresas transnacionais, sem mencionar a demanda crescente dos próprios países centrais por matérias primas e por recursos naturais dos países periféricos ou o uso contínuo de combustíveis fósseis.

Dessa maneira, é possível observar como o desenvolvimento das políticas internacionais de proteção ao meio ambiente andou lado a lado com o avanço de Programas de Ajustes Estruturais e de endividamento na América Latina (SALVIATTI, 2013). Ao mesmo tempo que a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo), de 1972, proclamava o direito do ser humano a um meio ambiente saudável e o dever de protegê-lo e melhorá-lo para as gerações futuras, as agências multilaterais criavam condições para facilitar a tomada de empréstimos pelas empresas e governos que procuravam alternativas de investimentos em infraestrutura nos países latino-americanos. É nesse cenário que, até os nossos dias, se desenvolve o campo dos “direitos humanos e empresas”, como pauta de destaque na agenda da ONU.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92), de 1992, trouxe consigo uma série de compromissos com relação à agenda ambiental, a partir da adoção de diversos mecanismos, entre os quais destacam-se, para os fins desta pesquisa, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (Cúpula da Terra) e a Agenda 21, que elenca os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). A Cúpula da Terra trouxe à tona a necessidade do estabelecimento de metas de diminuição das emissões de gases do efeito estufa (GEE) com o objetivo de amenizar o processo de aquecimento global causado pela “ação antropogênica” na Terra. Para tal, estabeleceu que as partes signatárias se reuniram em conferências (“Conferências das Partes” – COPs), as quais levaram à criação do Protocolo de Kyoto, em 1997.

O Protocolo de Kyoto instituiu oficialmente as emissões de gases de efeito estufa como uma nova mercadoria (UNFCCC, 2013), sendo articulado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) – criado na Conferência de Estocolmo – e pelo Banco Mundial. O

Protocolo instituiu três mecanismos centrais para lidar com as emissões de gases que provocam o efeito estufa, a partir do capitalismo neoliberal financeirizado: o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (*Clean Development Mechanism* – CDM), o comércio internacional de emissões e a implementação conjunta. São esses os mecanismos que permitem que um país cumpra a sua quota de diminuição de poluentes investindo em projetos socioambientais sediados em outros países envolvidos com o Protocolo de Kyoto (UNFCCC, 2007). Na América Latina, mais de 25% dos projetos registrados no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo correspondem a programas de gestão e disposição de resíduos sólidos municipais (ESPINOZA *et al.*, 2011).

Ainda em 1997, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), braço do Banco Mundial na América Latina e Caribe, realizou pela primeira vez uma avaliação da gestão de resíduos sólidos na América Latina. Nesse relatório, o Banco também explicita que o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser aplicado aos resíduos sólidos desde a década de 1960, mas somente na Rio 92 é que ocorreu a sua consolidação. Tal fato deu-se porque entre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da Agenda 21 encontra-se a recomendação de práticas de redução de geração de resíduos e de aumento da reciclagem e da reutilização, exigindo-se a aplicação do conceito de gestão do ciclo de vida de produtos de maneira a conciliar desenvolvimento econômico e a preocupação ambiental (ESPINOZA *et al.*, 2011, p. 35).

Segundo Chesnais e Serfati (2003, p. 71), a Rio 92 foi um “vetor do reforço dos direitos do capital sobre a natureza”. De fato, naquele mesmo ano foram criadas associações “sem fins lucrativos” dedicadas à promoção da reciclagem dentro do conceito de gestão integrada de resíduos sólidos municipais. Entre essas organizações encontra-se o Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE), incentivado pela Rio 92, que “fortificou o engajamento da iniciativa privada nas décadas seguintes até os dias atuais de forma a atingir novos padrões de impacto positivo para a sociedade” (CEMPRE, 2019, p. 5). O CEMPRE atua na Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Uruguai, e engloba grandes empresas e grupos econômicos geradores e fabricantes de embalagens, tais como Ajinomoto, Arcor, Klabin, Tetra Pak, Unilever, Vigor, McDonald's, Gerdau, Johnson, Danone, Nestlé, Coca Cola, Ambev, Natura e Pepsico.

Outro evento de destaque no âmbito da ONU foi a Conferência das Partes nº 21, a COP 21, em 2015, na qual continuaram sendo discutidas e postergadas as metas de diminuição da taxa de emissões de gases do efeito estufa no meio ambiente. Nesse encontro, foi negociado o Acordo de Paris e houve uma renovação da Agenda 21, por meio da publicação das 169 metas da Agenda 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O Banco Mundial passou a disponibilizar cada vez mais fundos de investimentos climáticos. Os mercados de carbono se intensificaram, englobando certificados de obrigações renováveis, esquemas de comercialização de licenças de aterro sanitário⁴⁰, créditos por compostagem de resíduos orgânicos e certificados de logística reversa⁴¹.

Na Agenda 2030, o estímulo à reciclagem é mencionado, especificamente, como uma das metas a serem atingidas a fim de minimizar os impactos das cidades sobre o sistema climático global. No objetivo 6, o aumento substancial da reciclagem e da reutilização segura em âmbito mundial é colocado como uma das metas para uma gestão sustentável da água e de um saneamento universal. Ao mesmo tempo, também é incentivada a cooperação internacional em atividades e programas relacionados à reciclagem e a tecnologias de reuso nos países em desenvolvimento. Já no objetivo 12, que trata dos padrões de produção e de consumo sustentáveis, o incentivo à reciclagem e ao reuso aparece como uma forma de diminuir a geração de resíduos, ao mesmo tempo que se incentiva as grandes empresas e transnacionais a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações sobre elas em seus relatórios.

Nesse contexto, os termos economia circular e lixo zero passam a ser expressões recorrentes. As políticas e programas de economia circular e lixo zero oferecem oportunidades para empresas que podem investir em tecnologias avançadas de recuperação e reciclagem de materiais (O'NEILL, 2019), em um contexto em que há uma necessidade, por parte do Estado, de redução de custos na gestão de resíduos sólidos urbanos. Esses custos representam cerca de 20% dos orçamentos municipais, em média, sendo a maior despesa individual da maioria dos municípios nos países periféricos (RIBEIRO-BROOMHEAD e TANGRI, 2021). O conceito de gestão integrada de resíduos sólidos, assim como o de economia circular, abarca, em sua essência, a ideia de reciclagem, porque reflete a busca por uma gestão racional dos resíduos, com o seu reaproveitamento máximo, ao incorporá-los em novos ciclos produtivos. Esse

⁴⁰ Como é o caso das *Landfill Allowance Trading Scheme*, no Reino Unido (CALAFATE-FARIA, 2013).

⁴¹ No Brasil, desde 2013 existe um mercado online de compra e venda de créditos de logística reversa, a partir de iniciativas como a do Banco Verde do Rio (BV Rio).

processo é possível a partir das concepções sobre responsabilidade compartilhada dos resíduos, logística reversa, princípio do poluidor-pagador, entre tantos outros conceitos que hoje estão sendo incluídos no campo organizacional das empresas e também como princípios do direito ambiental.

Do ponto de vista da produção capitalista, toda economia é circular e, como já mencionado anteriormente, quanto menor o tempo de rotação do capital, mais lucros podem ser gerados. A promessa da economia circular reside, então, na redução de resíduos gerados, rumo a uma sociedade “lixo zero”, o que, de forma sucinta, é impossível, tanto pelo atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, como pela tendência expansiva do capital. A transição para uma sociedade sustentável por meio do empreendedorismo social é simplesmente um aprofundamento das desigualdades socioambientais existentes no capitalismo.

Tal argumento ganha força ao identificarmos como o termo economia circular se popularizou a partir dos materiais de divulgação da Fundação Ellen MacArthur, fundada em 2009, e que tem entre suas parceiras empresas como Google, Danone, Renault, Philips, Unilever, H&M Group, Nestlé, Coca Cola, Walmart, Veolia e Pepsico. Em conjunto com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), a Fundação Ellen MacArthur lançou, em 2018, o Compromisso Global da Nova Economia do Plástico para 2020, com mais de 500 empresas signatárias, que firmaram o compromisso de incluir os resíduos plásticos na produção de novas mercadorias (ELLEN MACARTHUR FOUNDATION, 2020). No entanto, os compromissos voluntários das empresas participantes da Nova Economia do Plástico não vão longe o suficiente e não há aplicação de consequências para aquelas empresas que não cumpram as metas.

Além disso, uma nova economia do plástico é sinônimo de que o plástico prevalecerá nos próximos anos como matéria-prima desejável, de forma que esse tipo de compromisso – tal como aqueles que vêm sendo realizados entre as grandes empresas monopolistas desde a década de 1970 – buscam melhorar seus processos produtivos com vista a ampliar a sua produção de valores de troca destrutivos, ao mesmo tempo que são reconhecidas como “amigas do meio ambiente”. Segundo Tangpuori *et al.* (2020, p. 60), o melhor desempenho entre as empresas signatárias da Nova Economia do Plástico é o da Coca-Cola, a maior geradora de embalagens plásticas do mundo. A Coca-Cola só conseguiu produzir 10% de embalagens recicladas em

2019, em um universo de produção anual de cerca de 3 milhões de toneladas de plástico, quase todo feito de plástico virgem.

Outro acordo, no âmbito interestatal, é a Iniciativa Economia Verde, impulsionada pelo PNUMA, que, em relatório de 2011, fez o chamado para um novo acordo global, o *Green New Deal*. Segundo o documento (PNUMA, 2011), o *Green New Deal* foi projetado como uma resposta à crise econômica e recomenda um pacote de investimentos públicos, bem como de políticas complementares e reformas nos preços, que visa dar início a uma transição para uma economia verde e ao mesmo tempo revigorar economias e empregos e lidar com a pobreza persistente.

Heron e Dean (2020), em seu artigo “Revolução ou ruína”, fazem uma reflexão importante sobre o *Green New Deal*, apontando que ele requer a continuidade da existência das empresas responsáveis pela mudança climática porque busca fazer com que essas empresas paguem pelos seus danos. Como bem pontua Biondi (2015, p. 273), o fetiche do direito na forma de ambientalismo jurídico é justamente pagar pelo dano ecológico, “monetizá-lo com um valor equivalente, como se esta fosse uma solução espetacular”. Assim, se o capitalismo encontra, nas próprias relações de troca econômico-jurídicas, uma resposta à crise climática, ele não pode ser abolido. Ou ainda:

Em vez de montar um mercado de direitos poluentes, com o pretexto de que os países pobres poderão ganhar dinheiro com a venda de suas licenças, seria muito melhor ter feito a espiral dos mecanismos da dívida, cancelar a dívida e dar, assim, aos países endividados, a chance de atender às suas necessidades usando métodos de produção não poluentes e sem desperdício (MILLET e TOUSSAINT; 2004, p. 130, tradução minha).

Embora o aprofundamento dessas questões não seja o objetivo principal desta pesquisa e demande estudos mais amplos, é importante mencioná-las como parte constituinte do contexto no qual estão inseridos os recicladores de base. Até mesmo porque os créditos de logística reversa, que são utilizados pelas empresas na lógica do capital fictício da mercantilização da natureza, também têm sido estudados como uma forma de remuneração pelos serviços ambientais prestados pelos recicladores de base. Essa discussão será retomada mais à frente.

Neste tópico foi possível verificar como o capital fictício transforma as poluições industriais em mercados, em novos campos de acumulação, o que se reflete na positivação de tratados de direito internacional do meio ambiente que garantem, na verdade, a livre circulação de resíduos no comércio internacional. Nesse cenário se torna ainda mais visível o papel do capital

monopolista, que surge da fusão de monopólios produtivos com o capital bancário (SALVIATTI, 2013). Também se evidencia que a produção capitalista dos países periféricos, no comércio internacional, está subordinada à acumulação de capital nos países centrais, “que são a sede dos monopólios mais poderosos e que compõem o oligopólio mundial – o espaço econômico do imperialismo por excelência” (BIONDI, 2015, p. 90).

Pretendeu-se realizar, até aqui, uma compreensão do presente dos recicladores de base no quadro de uma reconstrução das organizações econômico-sociais que conduziram a esse presente. O objetivo dessa explanação foi o de apresentar os resíduos absorvidos pela forma jurídica e sua mediação pelo direito positivado, o que só foi possível a partir de um entendimento sobre o capital enquanto totalidade, a partir de sua reprodução ampliada. A reconstrução das relações de produção e recuperação de resíduos no capitalismo pressupõe uma apropriação analítica prévia desses objetos, para então apresentar as contradições que os permeiam.

No entanto, esse foi apenas um primeiro movimento no sentido de compreender as realidades dos recicladores de base na América Latina e, sobretudo, nas cidades de São Paulo e Cidade do México. Neste capítulo foram apresentadas algumas determinações do campo em que estes sujeitos se inserem, porém é preciso observar mais de perto as diferentes formas de manifestação que as relações mercantil-capitalistas podem assumir em determinado tempo e espaço. O próximo passo nessa direção é analisar o trabalho que está por trás dessa logística que permite que os recicláveis alcancem o topo das cadeias globais de valor. Afinal, como bem disse Marx, as mercadorias não podem ir sozinhas ao mercado. É a partir desse movimento que buscarei me aproximar também de uma compreensão mais profunda sobre a construção da subjetividade jurídica destes trabalhadores.

CAPÍTULO 3 – O TRABALHO QUE GERA VALOR: RECICLADORES DE BASE NA AMÉRICA LATINA

Um dos trabalhos mais infames, abjetos e mal pagos, para o qual são preferencialmente empregados rapazes e mulheres, é o de classificar farrapos. É sabido que a Grã-Bretanha, além de seus inúmeros esfarrapados próprios, constitui o empório para o comércio de farrapos do mundo inteiro. Eles afluem do Japão, dos mais longínquos Estados da América do Sul e das Ilhas Canárias. Mas as principais fontes de suprimento são Alemanha, França, Rússia, Itália, Egito, Turquia, Bélgica e Holanda. Servem como adubo, para a fabricação de estofos (para roupa de cama), *shoddy* (lã artificial) e como matéria-prima do papel. Os classificadores de farrapos servem como transmissores de varíola e de outras epidemias, cujas primeiras vítimas são eles mesmos (MARX, 2017a, pp. 534-535)

Na América Latina, a revalorização de resíduos como recicláveis só é possível por meio de um trabalho intensivo e insalubre na base da indústria da reciclagem. Esse trabalho é um trabalho logístico, que recruta pessoas desempregadas em várias partes dos territórios empobrecidos pelo capitalismo, que passam a coletar todo tipo de materiais descartados nas ruas e lixões das cidades e a vendê-los para ferros-velhos e outros intermediários, que fazem a revenda para indústrias de transformação e, mais recentemente, para as empresas geradoras, que trocam esses resíduos recuperados por créditos semelhantes aos de carbono. Esses trabalhadores têm se organizado coletivamente em torno dos seus interesses em comum, que cada vez mais passam a ser definidos pela indústria da reciclagem.

Só é possível existir a indústria da reciclagem a partir do comércio de recicláveis em larga escala, cuja viabilidade depende de todo um conjunto de produtividade no qual a mobilidade, flexibilidade e adaptabilidade da força de trabalho de recicladores ocupam um papel essencial. Medina (2011) demonstra, por exemplo, como na América Latina os recicladores de base têm sido essenciais para o desenvolvimento da indústria de papel por mais de quatro séculos. A indústria papelreira mexicana vem tentando utilizar a maior quantidade de papel reciclável e papelão recuperados pelos *pepenadores* a fim de sobreviver à competição internacional a partir da abertura econômica trazida ao país pelo NAFTA. No Brasil, mais de 60% de todas as embalagens produzidas no país são recuperadas após o uso pelo trabalho dos catadores de materiais recicláveis (CEMPRE, 2013) e a reciclagem de latas de alumínio para bebidas é de quase 100% graças a esses mesmos trabalhadores (ABRALATAS, 2020). Assim, o objetivo desse capítulo é o de ressaltar as formas “vampirescas” de sucção do trabalho dos recicladores de base por meio do capital.

Em um primeiro momento, analiso a caracterização dos recicladores de base como trabalhadores que fazem parte da superpopulação relativa ou do exército de reserva. A partir da

década de 1970 houve um aumento acentuado do desemprego na América Latina, que se intensificou com a adoção de planos de ajuste estrutural e a consequente crise da dívida externa na região. Nesse contexto, o trabalho dos recicladores de base se tornou uma alternativa de subsistência para muitas famílias e também uma forma de inserção precária e flexível dentro das cadeias de valor da reciclagem. Assim, o objetivo é identificar que os recicladores de base são trabalhadores assalariados, que realizam um trabalho por peça, cuja remuneração depende da quantidade e da qualidade dos materiais que conseguem recuperar em determinado tempo de trabalho, o que, por si só, caracteriza a necessidade de autogestão da produtividade para garantir melhores remunerações.

Na sequência, serão dados alguns passos no entendimento da subjetividade jurídica dos recicladores de base, tendo em vista que esses trabalhadores passaram por processos de criminalização do seu trabalho, frequentemente associado à vadiagem e à mendicância, sobretudo no contexto de fechamento dos lixões e de proibição de circulação nas ruas das cidades latino-americanas. No entanto, a ocupação, que sempre esteve nas fronteiras da informalidade e da ilegalidade, passou a ser analisada, cada vez mais, a partir de políticas de organismos financeiros internacionais voltadas à transição da informalidade à formalidade. Dessa forma, a partir de uma análise sobre as alterações dos padrões de acumulação de capital e sua relação com as mudanças nas superestruturas jurídico-políticas, busca-se localizar uma nova concepção de emprego e de direitos sociais não mais relacionada ao pacto fordista-keynesiano.

A reestruturação produtiva e o neoliberalismo levaram a um apagamento do assalariamento, o que pode ser observado por meio de reformas nas legislações sociais, sobretudo a trabalhista. O fato é que em tempos de acumulação flexível, por conta da obsolescência programada, o consumo não precisa mais ser realizado em massa, bastando que apenas uma parte da população seja capaz de garantir um consumo constante. Assim, o assalariamento indireto dos direitos sociais não cumpre mais o papel fundamental que tinha em tempos fordistas, sendo transferidas todas as responsabilidades na garantia da reprodução da força de trabalho para os próprios trabalhadores como patrões de si mesmos. Os direitos sociais de solidariedade, sobretudo os do meio ambiente, parecem cumprir um papel importante nessa transição. A ocupação dos recicladores de base, que frequentemente era malquista e vista como um “trabalho sujo”, passou a ganhar visibilidade e ser frequentemente incluída na concepção de “emprego verde”, encampada por organismos internacionais como a ONU e a OIT.

Por fim, o capítulo busca trazer algumas reflexões em torno da economia social e solidária, a fim de demonstrar que houve um aumento expressivo no número de associações e cooperativas na América Latina, sobretudo a partir da década de 1990. Na mesma época foram realizadas reformas legislativas que incluíam a figura jurídica da cooperativa como uma das hipóteses de inexistência de vínculo empregatício entre associados e empresas tomadoras de serviço. Também foram estabelecidos os primeiros planos de gestão integrada de resíduos sólidos na região, com a participação de organismos financeiros e agências de cooperação internacional, momento em que se estimulou a formalização e inclusão de organizações de recicladores de base nesses arranjos, por intermédio do Terceiro Setor. É a partir da análise das complexas mudanças que ocorreram nesse período que é possível identificar que a legalização dos recicladores enquanto sujeitos de direito “empreendedores” não é fruto de uma organização autônoma do setor e limita a potência política desses trabalhadores ao universo contratual e da sustentabilidade de seus empreendimentos.

3.1. O valor achado no “lixo”: a força de trabalho na base da indústria da reciclagem

Ao mesmo tempo que o processo de reprodução ampliada do capital leva a um desperdício de matérias-primas e à produção de valores de troca destrutivos ao meio ambiente, ele degrada a força humana de trabalho e elimina grande quantidade de trabalhadores dos processos produtivos. Assim, o avanço técnico-científico, impulsionado pela concorrência capitalista, ao visar a produção de lucros e não as necessidades humanas, tem como consequência avassaladora o desemprego estrutural. É a partir da análise desses fenômenos que podemos situar o desenvolvimento da ocupação dos recicladores de base na atualidade.

Estima-se que, no mundo, existam entre 15 e 26 milhões de pessoas que se dedicam à atividade de revalorização e recuperação de matérias-primas através da coleta, triagem e separação de recicláveis (OIT, 2012a). Apenas na América Latina, calcula-se que existam mais de 4 milhões de trabalhadores atuando como recicladores de base (BID, 2011), número cada vez mais crescente diante das crises econômicas que a região vem enfrentando⁴². A maior parte dos estudos que tratam da organização histórica dessa categoria localiza um aumento expressivo na quantidade de trabalhadores nesse setor a partir da década de 1970, quando o desemprego

⁴² Esses números são estimativas que refletem para baixo a quantidade real de trabalhadores que atuam como recicladores de base. Há inúmeras limitações estatísticas, entre as quais a ausência de censos atualizados na maior parte dos países e a falta de identificação com a categoria por parte de trabalhadores que realizam essa atividade esporadicamente.

estrutural se colocou como uma realidade e condição fundamental da acumulação flexível de capital⁴³.

Dentro do modo de produção capitalista, o desemprego não é uma aberração, mas sim a parte contabilizada oficialmente do que Marx denominou de superpopulação relativa ou exército industrial de reserva. O exército industrial de reserva abarca uma massa adicional de trabalhadores, parcialmente ou inteiramente desocupados, que é excedente com relação às necessidades médias de valorização do capital (MARX, 2017a). A existência dessa massa de trabalhadores desocupados é consequência do avanço tecnológico, que introduz métodos que demandam menos tempo de trabalho para produzir quantidades cada vez maiores de produto. Assim, o desemprego pode ser identificado como uma condição necessária para dar continuidade ao próprio processo de acumulação. Isso porque a existência de uma população excedente e sempre disponível para ser inserida no mercado de trabalho regula para baixo as taxas de salário dos trabalhadores em geral. Além disso, a concorrência entre a massa trabalhadora disponível e os trabalhadores ocupados coloca a esses últimos a possibilidade de serem substituídos a qualquer tempo caso não se sujeitem aos ditames do capital.

De acordo com Marx, a superpopulação relativa pode ser flutuante, latente, estagnada e pauperizada. A superpopulação relativa flutuante engloba trabalhadores que ora são repelidos, ora são atraídos para determinado ramo de atividade. Eles transitam de função em função, no âmago da indústria, e são ao mesmo tempo empregados e reserva de trabalho. A superpopulação relativa latente, por sua vez, envolve trabalhadores rurais que são repelidos do campo pela revolução técnica agrícola, e em consequência, migram para as cidades e zonas metropolitanas. Já a superpopulação relativa estagnada é um exército ativo que se emprega em atividades irregulares, eventuais e marginais. São trabalhadores cuja condição de vida afunda-se abaixo do nível médio da classe trabalhadora, pois a sua remuneração não se aproxima da renda necessária para manter uma família nos níveis de vida impostos pela sociedade moderna (MARX, 2017a; BRAVERMAN, 1981).

⁴³ Schamber (2006) faz uma diferenciação entre o que considera que seriam os recicladores de base estruturais, que iniciaram suas atividades nos lixões e nas ruas da cidade antes mesmo da década de 1980, e os recicladores conjunturais, um grupo mais diverso que se integrou à atividade a partir da década de 1990 e que trabalha organizado em associações e cooperativas. Entendo que até mesmo os recicladores a que o autor se refere como conjunturais são hoje estruturais, pois o trabalho com a recuperação de resíduos vem absorvendo sempre mais trabalhadores impactados pelo desemprego estrutural. Ainda assim, essa diferenciação em períodos é útil para entendermos o processo de organização dos recicladores de base, que, de fato, a partir dos anos 1990 passaram a se reunir em cooperativas e associações, como veremos ao final deste capítulo.

A superpopulação relativa também é composta por uma camada de trabalhadores que frequentemente se encontra em situações de pauperismo. O pauperismo é o hospital ou o asilo do exército de reserva, porque engloba pessoas nem sempre aptas ao trabalho, que vivem em condições de miséria e indigência. É a parcela que perdeu sua condição de existência – a venda da sua força de trabalho – e depende de auxílios financeiros, gastos que o capital sabe muito bem transferir “para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média” (MARX, 2017a, p. 719).

A partir da década de 1970, presenciamos um longo período de crise estrutural do capitalismo. Por um lado, houve uma superprodução de mercadorias nos países de capitalismo avançado e, por outro, ocorreu uma limitação na absorção desses excedentes pelo consumo mundial. Esse cenário foi intensificado pela desvalorização do dólar, somada à elevação dos preços das mercadorias em geral, a partir dos sucessivos choques do petróleo⁴⁴. Conforme exposto no capítulo anterior, as crises são momentos de “destruição criativa” em que o capital busca preservar seu processo de valorização. Nesse momento histórico, a solução encontrada foi uma reestruturação produtiva impulsionada pelo capitalismo financeiro e fundamentada nos ditames do neoliberalismo.

A reestruturação produtiva significou uma alteração no padrão de acumulação, pois introduziu um complexo de inovações organizacionais: a flexibilização e a intensificação do trabalho, a criação de novos setores da produção, novas maneiras de fornecimento de serviços, a complexificação e fragmentação da classe trabalhadora, entre outros. Assim, o padrão de acumulação flexível trouxe uma diminuição do operariado industrial e o avanço de um subproletariado na indústria de serviços (ANTUNES, 2006). Por meio da ampliação da jornada e de inovações tecnológicas, os novos modelos de gestão poupadores de mão-de-obra levaram ao desemprego estrutural e à ampliação do exército industrial de reserva.

Em contextos como esse, os trabalhadores buscam formas de garantir a sua subsistência e a de sua família, já que não possuem a propriedade dos meios de produção e não conseguem trocar sua força de trabalho por um salário. Uma das formas de sobrevivência encontradas por esses trabalhadores foi a atividade de coleta, seleção e venda de materiais recicláveis. Podemos,

⁴⁴ A desvalorização do dólar foi fruto da alteração no padrão monetário internacional para taxas flutuantes de câmbio. Essa alteração do padrão ouro-dólar, acordado desde Bretton Woods (1944), fez parte das medidas tomadas pelo governo dos EUA, conhecidas como “Choque Nixon”. Os organismos financeiros internacionais criados em Bretton Woods passaram a ter papel cada vez mais central no ajuste econômico internacional.

então, caracterizar os recicladores de base como parte dos trabalhadores que compõem um grande exército de reserva e que sentem de maneira mais intensa os impactos do desemprego estrutural e das crises econômicas.

Burgos (2013) entende que os catadores avulsos e moradores de rua da cidade de São Paulo corresponderiam à categoria de *lumpemproletariado*⁴⁵ e estariam na esfera do pauperismo, em sua parte apta para o trabalho. Porém, a heterogeneidade das situações laborais e de vida em torno da recuperação de resíduos na América Latina nos leva a crer que essa é uma análise que não pode ser estendida a todos os contextos. Assim, é possível localizar no perfil dos recicladores de base trabalhadores oriundos de todas as esferas da superpopulação relativa. Em geral, são adultos, idosos, crianças e adolescentes já atingidos historicamente por outros processos de acumulação. São homens e mulheres expulsos dos campos, exércitos de migrantes e imigrantes recentes, desempregados que vem de outras relações trabalhistas precárias ou até mesmo de empregos formais, massas de mulheres donas-de-casa, mães e trabalhadoras domésticas, populações racializadas cujos ancestrais foram escravizados, idosos e pessoas com deficiência que não conseguem se inserir em outros ramos de atividade e pessoas em situação de moradia precária e de pobreza extrema.

Dessa forma, o trabalho da *catação*, como é conhecido no Brasil, ou da *pepena*, como é designado no México, já nasce como um trabalho precário e não regulamentado pela legislação laboral, isto é, como um trabalho informal. No México, um dos resultados da crise econômica e da desvalorização do peso mexicano foi o aumento na porcentagem de trabalhadores informais, de 35,8% nos anos 1980 para 51% da força de trabalho, em 1995 (ZUÑIGA, 2003, *apud* MEDINA, 2011). Nessa época, houve um aumento no número de *pepenadores* nos aterros e de trabalhadores voluntários na coleta domiciliar de resíduos urbanos. Os efeitos da crise também foram sentidos no Brasil, onde o grau de informalidade, que era de 36,6%, em 1986, aumentou para 37,6%, em 1990, e chegou a 50,8% em 2000 (SABADINI e NAKATANI, 2002). Nesse cenário, o número de catadores de materiais recicláveis também cresceu nas ruas,

⁴⁵ Marx e Engels utilizam o termo *lumpemproletariado* pela primeira vez em *A ideologia alemã*. O termo aparece também no *Manifesto do Partido Comunista*, em *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*, *O dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, e n' *O capital*. Lumpenproletariado significa, literalmente, “proletariado em farrapos”, e, figurativamente, caracteriza uma camada de trabalhadores vadios, trapaceiros, que não se ocupam em nenhuma atividade produtiva e que, em tempos de crise, se tornam uma massa manipulável pelos movimentos reacionários. Na minha concepção, a utilização desse termo não oferece referência a um grupo social específico e está relacionada a uma discussão sobre quem são os “sujeitos revolucionários” que extrapola os fins dessa pesquisa.

nos lixões e até mesmo em alguns arranjos coletivos de trabalho que passaram a realizar a coleta seletiva nas cidades.

A atividade de recuperação dos resíduos nasce ligada à própria necessidade de reprodução social dos trabalhadores sem trabalho e por isso é caracterizada como uma atividade autônoma, doméstica e familiar. A economia doméstica cumpre um papel importante, porque muitas vezes os resíduos são coletados nas ruas ou lixões por pessoas da mesma família – de diferentes gerações, sem distinção de idade – que levam esses materiais para centros de armazenamento que são suas próprias casas, quintais ou terrenos próximos da vizinhança, onde são classificados e posteriormente comercializados. Essas formas artesanais de organização do trabalho acabaram se desenvolvendo para além da subsistência familiar e passaram a compor uma rede de comercialização de recicláveis coletados.

A partir desse momento, esses trabalhadores voltam à esfera da circulação capitalista, não apenas como comerciantes de recicláveis, mas como vendedores da sua própria força de trabalho. A compra e venda da força de trabalho no mercado é mediada pela circulação, mas ocorre na esfera da produção. No processo de trabalho, por meio do consumo do valor de uso da força de trabalho dos recicladores, incorpora-se um valor que é cristalizado na mercadoria produzida. Isso significa que os materiais recicláveis não são coletados, separados e beneficiados por eles mesmos, pois como qualquer mercadoria, seu valor é determinado pela quantidade de tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção, materializada em seu valor de uso. Assim, a capacidade de trabalho dos recicladores de base é o fermento vivo que reanima o valor de uso de materiais primas descartadas no “lixo” e as converte em “material reciclável”.

Além disso, o valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são duas grandezas distintas. A força de trabalho é vendida como qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à sua produção, isto é, pelo valor dos meios de subsistência essenciais à sua manutenção e de sua família (MARX, 2017a)⁴⁶. A sua valorização, por outro lado, ocorre como resultado da duração prolongada deste processo de trabalho, isto é, por meio da extração de uma mais-valia do tempo de trabalho excedente. O conteúdo desse processo que gera a mais-valia na esfera da produção imediata é realizado, na esfera da circulação, por meio da transação

⁴⁶ Segundo Batista (2013, p. 239), “embora essas necessidades refiram-se à subsistência da família do trabalhador, elas se tornam relevantes para a determinação do valor e do preço da mercadoria força de trabalho enquanto necessidades estruturais do modo de produção”.

de compra e venda da força de trabalho como uma troca equivalente a um salário. A exploração ocorre, na esfera da produção imediata, em uma dimensão de classe, porém, na circulação, ela “desaparece” nas relações contratuais entre indivíduos possuidores de mercadorias, iguais em direitos e deveres.

É por meio da forma jurídica, baseada na igualdade contratual entre o trabalhador e o capitalista, que todo trabalho realizado aparece como pago por meio de um salário. O que não aparece é o momento da desigualdade: o conteúdo do processo de valorização do capital, que é marcado pela extração de mais-valia a partir da divisão entre trabalho necessário e trabalho excedente, isto é, entre trabalho pago e trabalho não pago (GRESPLAN, 2012). A concepção de que os recicladores de base atuam apenas na esfera da circulação, sem nenhuma relação com a produção, oculta a extração da mais-valia e é um dos motivos pelos quais se acredita que esses trabalhadores são empreendedores. No entanto, pouco importa que a individualidade do contrato entre recicladores de base e intermediários e/ou empresas apareça como compra e venda de recicláveis e não de força de trabalho, com a forma salarial. Isso porque os recicláveis são o produto do processo de trabalho realizado pelos recicladores. Daí a importância de se utilizar o termo indústria de serviços, tal como falo em indústria da reciclagem, para caracterizar o campo no qual os recicladores estão inseridos.

Do ponto de vista da produção, existe uma distinção entre o trabalho produtivo, que gera um excedente para o capitalista – a mais-valia – e o trabalho improdutivo, que não gera mais-valia, mas pode concorrer para a sua formação. Por exemplo, o trabalho doméstico, que pode tanto ser um trabalho produtivo como improdutivo. Conforme argumentam Correia e Biondi (2011), caso a trabalhadora doméstica seja contratada a partir de uma empresa de intermediação de mão-de-obra, ela produzirá mais-valia para sua empregadora. Se essa mesma trabalhadora for contratada diretamente por uma família, não há extração de mais-valia, pois seus patrões não lucram com a sua força de trabalho, ao contrário, ela é vista como um gasto a mais no orçamento. É nesse sentido que o trabalho não remunerado da dona de casa pode ser visto como uma redução de custos com a reprodução das condições de manutenção da força de trabalho e da vida como um todo.

De forma semelhante, o trabalho dos recicladores de base pode tanto ser considerado produtivo como improdutivo. Ele é produtivo ao considerá-lo como parte de uma cadeia de subcontratações em torno do suprimento de matérias primas para a produção de novas

mercadorias. Nesse cenário, ocorre a extração de mais-valia na exploração da força de trabalho que se encontra na base da cadeia da reciclagem. Por outro lado, do ponto de vista da relação entre recicladores e Estado, o trabalho da recuperação de recicláveis é englobado no que se concebe como gestão integrada de resíduos sólidos urbanos e concorre para a limpeza urbana, ainda que esta não seja sua finalidade principal. Embora o Estado não explore diretamente a força de trabalho dos recicladores, a presença desses trabalhadores é vista pela ótica da redução de custos com serviços de infraestrutura urbana que também garantem a reprodução das condições de exploração direta da força de trabalho nas cidades.

No entanto, o processo de acumulação flexível do capital tornou mais sutil a diferença entre trabalho produtivo e improdutivo: ambos se tornaram uma massa indiferenciada que atua em favor dos interesses da gerência capitalista, conforme argumenta Braverman (1981). O autor ainda identifica que o processo de trabalho produtivo se tornou, cada vez mais, um processo coletivo, e que o trabalho improdutivo também se expandiu “tão extraordinariamente, que adquiriu a mesma estrutura dúplice como trabalho produtivo pela divisão capitalista do trabalho” (BRAVERMAN, 1981, p. 353).

Biondi (2020, p. 315) também entende que “em função da terceirização de várias atividades, o capital tornou produtivo um grande contingente de assalariados que, antes, eram contabilizados apenas como despesas inevitáveis”. Assim, a partir de uma visão do capital total e não apenas dos capitalistas individuais e isolados, é possível entender que uma ampla gama de trabalhadores considerados improdutivos realiza, na realidade, um trabalho produtivo, cuja extração de mais-valia é ampliada. Isso só é possível ao incorporar uma quantidade significativa da superpopulação relativa nas cadeias de subcontratação de vários processos produtivos que demandam um trabalho manual e intensivo. Esse é o caso dos recicladores de base.

Ainda que os contratos de compra e venda celebrados, formalmente ou não, entre recicladores de base e compradores, refiram-se ao produto do processo de seu trabalho (os materiais recicláveis), a dimensão salarial da contraprestação pelo trabalho realizado continua existindo. O assalariamento dos recicladores de base ocorre, majoritariamente, por meio do salário por peça, que é uma forma de remuneração baseada na capacidade de produção do trabalhador, ou seja, o salário depende da quantidade de peças nas quais o trabalho consegue se condensar durante um determinado tempo. Segundo Marx, o salário por peça não é outra coisa que uma forma transmutada de salário por tempo, mas possui algumas peculiaridades:

A qualidade do trabalho é controlada, aqui, pelo próprio produto, que tem de possuir uma qualidade média para que se pague integralmente o preço de cada peça. Sob esse aspecto, o salário por peça se torna a fonte mais fértil de descontos salariais e de fraudes capitalistas. Ele proporciona ao capitalista uma medida plenamente determinada para a intensidade do capital. Apenas o tempo de trabalho que se incorpora numa quantidade de mercadorias previamente determinada e fixada por experiência vale como tempo de trabalho socialmente necessário e é remunerado como tal (MARX, 2017a, p. 623, grifos meus).

Esse é justamente o caso dos recicladores, que para serem remunerados, precisam coletar, separar, preparar e comercializar volumes consideravelmente altos de materiais recicláveis. A supervisão do trabalho, então, se torna praticamente irrelevante em um contexto em que o que define o controle e o aumento da intensidade do trabalho dos recicladores é a própria forma salário. Aqueles recicladores que não conseguem alcançar grandes volumes de materiais recicláveis não realizam a comercialização com grandes indústrias que transformam essa matéria-prima em novas mercadorias. Esse é o caso dos recicladores que atuam de forma autônoma e individual, que tendem a vender as suas mercadorias para intermediários, que comercializam diretamente com as indústrias transformadoras/geradoras.

Nesse sentido, o salário por peça facilita “a interposição de parasitas entre o capitalista e o assalariado”, ou seja, favorece a existência de intermediários cujos lucros provêm exclusivamente da diferença entre “o preço do trabalho pago pelo capitalista e a parte desse preço que eles deixam chegar efetivamente ao trabalhador” (MARX, 2017a, p. 624). Essa relação descrita por Marx é perfeitamente aplicável aos recicladores de base, pois a exploração do trabalhador pelo próprio trabalhador ocorre nos momentos em que donos de ferro velho e líderes de organizações coletivas de trabalho se aproveitam do trabalho dos recicladores de base, comprando materiais mais baratos e vendendo mais caro para as empresas finais ou em degraus mais altos da cadeia. Em geral, esses intermediários – ferros velhos, centros de coleta, depósitos – possuem uma capacidade de armazenamento maior e vendem em maior quantidade, o que também contribui para conseguir melhores preços diretamente com as empresas recicladoras/geradoras.

Como bem identificou Villanova (2012), embora os recicladores não sejam empregados formalmente das empresas recicladoras e geradoras de resíduos, eles constituem uma força de trabalho explorada por esses capitais. É a diminuição dos ciclos de rotação desses capitais que estabelece os ritmos de trabalho dos recicladores, cuja produtividade não é imposta diretamente pelo capitalista, mas pelo salário por peça. As cadeias globais de valor dependem de relações de cooperação entre subcontratantes e fornecedores e o trabalho por peça pressupõe uma relação

entre os recicladores na base e as empresas do topo. Nesse cenário, o antagonismo entre capital e trabalho não é eliminado, mas é organizado e gerenciado a partir de uma “subsunção real da subjetividade operária à lógica do capital” (ALVES, 1999). Assim, é possível identificar como o padrão de acumulação flexível se utiliza do salário por peça e de outras artimanhas já bem conhecidas na história do capitalismo para construir uma subjetividade jurídica dos recicladores de base nas cadeias de valor da reciclagem.

O salário por peça, por demandar uma intensificação do trabalho, é um caso de extração de mais-valia absoluta, a forma básica em que se expressa a relação capital-trabalho pelo aumento do tempo de trabalho excedente. No entanto, como há uma limitação física da ampliação da jornada, a exploração da força de trabalho dos recicladores é combinada com a extração de mais-valia relativa. A remuneração por peça faz com que os recicladores almejem a ampliação da escala da produção e busquem formas de aumentar a produtividade do seu trabalho, a fim de obter maiores salários. Ao se organizarem coletivamente, seja por meio do trabalho familiar, em cooperativas ou associações, esses trabalhadores buscam investir em máquinas que possam auxiliá-los no processamento de maiores volumes de recicláveis em um menor tempo de trabalho. Ainda que cada reciclador trabalhe de forma autônoma, ter um espaço de trabalho compartilhado e algumas facilidades como prensa e balança garantem o armazenamento de maiores volumes de recicláveis preparados para a venda.

De acordo com Marx (2017a), uma característica do salário por peça é que, de um lado, ele proporciona aos trabalhadores o desenvolvimento de uma individualidade, um sentimento de liberdade, independência e autocontrole e, por outro, a concorrência de uns contra os outros. Nesse sentido, o salário por peça se adequa perfeitamente aos ditames do neoliberalismo, que trouxe consigo o desenvolvimento do “indivíduo-empresa universal”, isto é, de uma subjetividade dos trabalhadores baseada na universalização de um modelo de competição generalizada na economia e na própria sociedade (DARDOT e LAVAL, 2016). A competição entre os recicladores de base demonstra essa realidade. As associações e cooperativas de reciclagem competem entre elas, com recicladores autônomos, com micro e pequenas empresas e com outros intermediários. Conforme aumenta o desemprego, aumenta o número de trabalhadores atuando na coleta e seleção de recicláveis, o que impacta a quantidade de materiais escoados para os recicladores que já atuam no setor.

Dessa forma, a curto prazo, o que define o salário por peça são os níveis de destreza dos trabalhadores individuais ou sua capacidade de atuação conjunta para obter maiores volumes de recicláveis coletados em um determinado tempo. No entanto, é importante ressaltar que, contraditoriamente, a longo prazo, o aumento do volume de toneladas/dia coletadas durante um mesmo tempo leva a uma diminuição do tempo socialmente necessário para a produção dessas mercadorias e, conseqüentemente, a uma diminuição do valor do produto. Esse processo impacta diretamente na diminuição do preço do salário de todos os demais trabalhadores na mesma atividade, de forma que a intensificação do trabalho encontra o seu limite como meio de ampliação dos salários, sem a introdução de novas tecnologias, que também rebaixa o valor dos recicláveis.

Além disso, como mencionei em capítulo anterior, a escolha pela reciclagem de determinados materiais depende de um cálculo de custo-benefício por parte das empresas de acordo com a relação entre os preços dos recicláveis e das matérias-primas virgens. No Brasil, por exemplo, como não há cobrança de taxa para destinação de resíduos têxteis em aterro, e, muitas vezes, os custos das fibras têxteis recicladas é igual ou maior do que matérias primas virgens, os fornecedores da indústria da moda deixam de comprar têxteis de segunda mão (MODEFICA *et al.*, 2020). Esse mesmo cálculo é realizado por todos os demais ramos produtivos e afeta a concretização das vendas dos recicladores de base e, conseqüentemente, a sua remuneração. Assim, a pressão dos trabalhadores por um controle nos preços dos materiais recicláveis pode não surtir o efeito desejado, já que o mercado tenderá a preferir as matérias-primas virgens mais baratas.

O preço dos materiais recicláveis também depende da flutuação do preço das *commodities* no mercado global. Segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, 2016), os preços internacionais do petróleo têm uma forte influência nas variações de preço de todos os materiais (papel, papelão, metais não ferrosos e plástico), já que o transporte é um componente de maior peso na estrutura de custos. Os mercados asiáticos e a cotação do dólar também exercem forte influência nos preços domésticos de todos os materiais (LOBO *et al.*, 2016). Essa variação de preços afeta tanto a remuneração dos recicladores de base como pode comprometer a própria existência de sua ocupação – e de seus empreendimentos – frente à competitividade e aos riscos da atividade econômica, enquanto os grandes compradores de matérias-primas reutilizadas acabam se protegendo da volatilidade e dos riscos do mercado.

Em períodos de crise, a flutuação dos preços dos recicláveis se torna ainda mais preocupante para os recicladores de base. Segundo Villanova (2012), os efeitos da crise de 2008 foram sentidos pelos recicladores, pois em 2009 houve uma diminuição de 50 a 90% dos preços dos materiais recicláveis. Uma matéria publicada no El País Brasil, em 2015, demonstra como os catadores da cidade de São Paulo tiveram que dobrar a sua jornada de trabalho naquele ano para compensar a queda no preço da sucata (CORTEZ, 2015). As palavras de Gabriel Felipe Ortega, catador entrevistado, sintetizam a situação: “eu preciso coletar cem quilos de papelão para comprar um quilo de pão, que está custando 13 reais na padaria. (...) O quilo de pão está mais caro que o quilo de cobre, a sucata de maior valor no ferro-velho”⁴⁷.

Diante dessa realidade, Birkbeck entende que esses trabalhadores fazem parte de um “proletariado autônomo”:

Eles são pouco um mais do que trabalhadores terceirizados industriais casuais, ainda que tenham a ilusão de serem autônomos. Eles podem estar em posição de decidir quando trabalhar e quando não, mas o fator crítico é o controle sobre os preços dos materiais recuperados, e esse controle cabe definitivamente aos seus consumidores industriais. É por esta razão que chamo os catadores de lixo de “proletários autônomos”, sublinhando assim a natureza essencialmente contraditória de sua localização de classe. Eles são autônomos, mas na realidade vendem sua força de trabalho (BIRKBECK, 1978, p. 1174, tradução minha).

Nesse sentido, ser remunerado pelo preço dos recicláveis no mercado é a primeira configuração de um compartilhamento dos riscos e dos custos entre grandes empresas e trabalhadores que atuam nos primeiros níveis das cadeias de valor da reciclagem e que contribuem para a finalidade desses empreendimentos. Os recicladores de base não enriquecem por meio da coleta e separação dos resíduos, pois o preço dos materiais comercializados sequer garante suas necessidades básicas, assim como não paga as contas dos seus empreendimentos coletivos. É por isso que os recicladores de base dependem, cada vez mais, de políticas de concessão de créditos e outras formas de financeirização da economia.

Entre essas formas encontra-se o pagamento por serviços ambientais urbanos (PSAU), que relaciona políticas públicas de geração de renda com o fomento à formalização empresarial dos recicladores de base. Serviços ambientais são serviços prestados e bens vendidos que têm alguma relação com a prevenção e o controle da poluição e com o uso de recursos naturais

⁴⁷ A flutuação do preço dos materiais recicláveis é instável. O preço do cobre em 2015 já não é o mesmo de 2020, pois houve um aumento de seu preço em decorrência da demanda internacional, em meio à crise econômica e sanitária do COVID-19. Esse aumento de preços tem incentivado até mesmo o furto de fios de cobre em espaços públicos, inclusive em unidades básicas de saúde que tiveram prejuízos no armazenamento das vacinas contra o novo coronavírus (BLOOMBERG NEWS, 2020).

(OCDE, 2005). No contexto urbano, os serviços ambientais se relacionam aos serviços de saneamento básico, gestão de resíduos sólidos urbanos, manutenção de áreas verdes e o transporte coletivo (IPEA, 2010). Trata-se de uma proposta que, no Brasil, vem tomando corpo desde a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos Urbanos, em 2010, mas que ainda não foi implementada de forma ampla, nem parece ter se disseminado na América Latina como um todo.

De acordo com relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010), a aplicação do PSAU à gestão de resíduos sólidos urbanos apenas se direciona a cooperativas e não a catadores individuais. O PSAU poderia ser implementado por meio de três mecanismos: i) um pagamento por produtividade, isto é, por tonelagem de resíduos coletados; ii) uma política de acréscimos compensatórios por tipo de material, que multiplica um coeficiente pelo valor a ser pago por tonelada coletada, de acordo com o mecanismo de pagamento por produtividade; iii) um fundo de crédito cooperativo, operacionalizado por bancos, fundos ou cooperativas de crédito, com o objetivo de custear melhorias na operacionalização dos empreendimentos. Em linhas gerais, o PSAU busca premiar a eficiência, de acordo com a classificação das cooperativas em grupos de produtividade, que receberiam distintas remunerações. Os dados até aqui mencionados apontam para a criação de mais um mecanismo endereçado à ampliação da produtividade dos recicladores de base em busca de maior remuneração, o que intensifica a subordinação do seu trabalho ao capital (IZIDORO, 2019).

Assim, não é possível concordar com análises como a de Sicular (1992), que entende que os recicladores de base seriam camponeses engajados em uma economia de coleta, isto é, que sua atividade seria pré-capitalista, como a dos caçadores-coletores. O autor argumenta que as relações capitalistas são definidas pelo controle dos meios de produção e por isso os recicladores não poderiam ser considerados proletários, porque eles gerem o próprio trabalho e são donos dos meios de produção – os materiais recicláveis. Ao analisar a inserção laboral dos recicladores na base das cadeias globais de valor da reciclagem, verifica-se que esse argumento não se sustenta.

A principal causa do desenvolvimento da ocupação dos recicladores de base é o desemprego, momento em que os trabalhadores, já despojados de seus meios de produção, não conseguem vender a única mercadoria que possuem – a sua própria força de trabalho – em troca de um salário. Ao se apropriarem dos recicláveis, esses trabalhadores não passam a ser donos dos meios de produção. Enquanto matéria-prima, os recicláveis coletados são apenas uma parte dos

meios de produção, que precisam ser transformadas pela parte fixa do capital, máquinas e instalações. Ainda que em alguns arranjos os recicladores tenham acesso a máquinas como esteiras, prensas e caminhões, a partir do acesso a créditos de fomento, e trabalhem em instalações próprias, alugadas ou concedidas pelo Estado, eles permanecem subordinados a uma cadeia de transformação e de comercialização dos recicláveis.

As empresas transnacionais que ocupam o topo dessas cadeias globais de valor tendem a existir como encarnações de todas as formas do capital. Só assim elas enfrentam a concorrência mundial e evitam que seus concorrentes se apropriem de parte do valor por elas produzido. Até mesmo seus resíduos podem ser reutilizados como matéria-prima em novos ciclos produtivos, por meio de redes de subcontratação compostas por pequenas empresas que reduzem os custos de produção das transnacionais monopolistas. Essas redes são tecidas em torno do ciclo de determinado produto e instauram uma relação de longo prazo com uma grande empresa ou grupo econômico central, o que é um fenômeno típico do padrão de acumulação flexível.

Assim, as formas atuais de subcontratação do trabalho não derivam de um retorno a modelos anteriores ao capitalismo, mas são fruto da combinação de práticas já conhecidas pelo capital com novos métodos organizacionais defendidos pelo neoliberalismo (BIONDI, 2020). As inovações organizacionais do trabalho em tempos de acumulação flexível utilizam formas heterogêneas de exploração, pois combinam processos de organização fordista com relações artesanais ou familiares, possibilitando uma diversificação das relações contratuais (TAVARES, 2002). Nesse sentido, coexistem recicladores de base autônomos, em unidades familiares, organizados em cooperativas, associações, micro e pequenas empresas, todos buscando, de certo modo, ampliar a quantidade de resíduos triados para conseguir maior valor na comercialização, estabelecer contratos com municípios e grandes empresas e, se possível, captar recursos para a melhoria de seus empreendimentos.

Diante do exposto até aqui, é possível concluir que a circulação da força de trabalho dos recicladores de base ocorre por meio de um acordo voluntário entre esses trabalhadores e os municípios e as empresas para quem prestam serviços. Os contratos de prestação de serviços tratam da compra e venda de recicláveis, quando muito preveem uma remuneração vinculada à produtividade ou a um fundo comum, que também se constitui a partir da comercialização. Assim, as relações desiguais de produção na base da indústria da reciclagem e a configuração de redes de subcontratação não aparecem nesse momento de igualdade jurídica da troca. A

mais-valia extraída na produção não é visibilizada, nem sequer se fala em uma contraprestação salarial, mas sim em comercialização de resíduos. Nesse processo de autovalorização do capital, os resíduos se valorizam enquanto a força de trabalho dos recicladores se desvaloriza.

O objetivo desse tópico foi expor que o “lixo” só se torna matéria-prima reciclável por meio do processo de trabalho no qual o capital consome a força de trabalho dos recicladores de base. Ao identificar que os recicladores são assalariados por peça e explorados por meio da extração combinada de mais-valia absoluta e relativa, foi possível localizar o lugar que ocupam na cadeia global de valor da reciclagem. A análise desses processos fez com que se avistasse a construção da subjetividade jurídica desses trabalhadores por meio da venda de sua força de trabalho para os municípios, grandes empresas e outros intermediários da cadeia da reciclagem. No entanto, o que aparece nessas transações são apenas os resíduos comercializados, de modo que os recicladores se colocam como sujeitos de direito enquanto possuidores dessa mercadoria reciclável, que materializa o tempo de trabalho necessário para a sua produção (coleta, separação, transformação)⁴⁸.

Embora a subjetividade jurídica decorrente das relações de troca mercantil se manifeste como parte estrutural do modo de produção capitalista, seria muito limitado dizer que ela seja sempre igual. O capitalismo é indissociável da história de suas transformações, dos conflitos de classe que o moldam, das estratégias de acumulação que o renovam, tornando-o mais complexo. As crises de superacumulação aparecem na história do capitalismo como uma oportunidade de destruição-criação para o capital e repercutem no desenvolvimento de certos padrões de acumulação e de certa sociabilidade. Assim, localizar a construção da subjetividade jurídica dos recicladores de base em um padrão de acumulação flexível significa entender como, no neoliberalismo, a necessidade de adaptação permanente a uma ordem econômica baseada na concorrência generalizada se expressa na superestrutura jurídico-política. Nesse cenário, a positivação dos direitos de solidariedade, sobretudo os direitos do meio ambiente, tem cumprido um papel importante em delinear novas concepções sobre o que é emprego e formalidade do trabalho. É o que será abordado a seguir.

⁴⁸ De acordo com Pachukanis (2017, p. 142): “Se economicamente a coisa domina o homem, pois, como mercadoria, ela materializa em si uma relação social que não depende do homem, juridicamente o homem domina a coisa, pois, na qualidade de seu possuidor e proprietário, ele mesmo torna-se apenas a encarnação de um sujeito de direitos abstrato e impessoal, um produto puro das relações sociais”.

3.2. Do “trabalho sujo” ao “emprego verde”: os direitos sociais no neoliberalismo

Conforme exposto até agora, os recicladores de base são trabalhadores que exercem uma atividade econômica, ainda que precária, desempenhando um papel que contribui para a acumulação de capital. Realizam um trabalho produtivo que está inserido na cadeia da reciclagem, mas a sua relação salarial com as empresas ou com o município para quem prestam serviços não é perceptível. Por meio das relações de troca, esses sujeitos econômicos estabelecem relações contratuais enquanto sujeitos de direito, de maneira que não é pelo reconhecimento estatal ou das normas jurídicas que os recicladores adquirem subjetividade jurídica. A lei não cria, mas encontra esses sujeitos, uma vez que a camada mais alicerçada da superestrutura jurídica, as relações de propriedade, encontra-se em contato íntimo com as relações de produção (PACHUKANIS, 2017).

Embora o caminho entre a relação de produção e a relação jurídica não passe pela intermediação do Estado e de suas normas, a superestrutura jurídico-política concreta possui um papel fundamental em seu conteúdo. Em outras palavras, a relação econômica de troca deve estar presente para que surja a relação jurídica do contrato de compra e venda. No entanto, o poder político pode, com o auxílio da lei, “regular, substituir, condicionar e concretizar, dos modos mais diversos, a forma e o conteúdo desse negócio jurídico. A lei pode, do modo mais detalhado, definir o que pode ser comprado e vendido, como, em que condições e por quem” (PACHUKANIS, 2017, p. 120).

Nesse sentido, o objetivo deste tópico é identificar em que condições legais a força de trabalho dos recicladores de base pode ser comprada e vendida. Mas tratando-se de uma parcela da superpopulação relativa, isto é, de trabalhadores que frequentemente não conseguem vender a sua força de trabalho no mercado, cumpre começar a exposição pela sua negativa. Assim, antes de definir as condições legais de venda da força de trabalho dos recicladores, deve-se definir o que ocorre caso ela não seja vendida e esses trabalhadores permaneçam à margem da sociedade de trocas capitalistas.

Ao analisar mais de perto a história da profissão dos recicladores de base, é possível identificar que ela trilha as fronteiras da informalidade e da ilegalidade, isto é, da não regulamentação laboral e até mesmo de sua proibição. O trabalho realizado pelos recicladores tem sido historicamente criminalizado, ao ser relacionado à vadiagem, à mendicância e à miséria. Punir os pobres pela própria pobreza tem sido uma estratégia utilizada pelo capitalismo para garantir

mão-de-obra e impedir a cessação da exploração da força de trabalho desde os seus primórdios. A responsabilização por estar sem domicílio e sem trabalho é entendida como se fosse do próprio indivíduo que se encontra nessa situação, apagando as condições materiais que levaram ao fenômeno do desemprego e da marginalização social, o que, em última instância, é decorrência do próprio impulso expansivo do capital. Assim, o direito penal atua sobre a força de trabalho excedente, uma vez que não trabalhar é considerado um ato ilícito, restando ao exército de reserva duas escolhas: ou ser preso por vadiagem e mendicância ou arranjar um trabalho para desfrutar de um salário mínimo: é uma escolha entre serem punidos ou mal pagos (BATISTA, 1990).

A maioria dos relatos sobre a criminalização do trabalho de coleta e venda de recicláveis na América Latina são localizados a partir da década de 1970, quando aumentaram os índices de desemprego e parte da superpopulação relativa passou a se dedicar à atividade. Houve um impulso ao fechamento dos lixões e à expulsão dos recicladores de base que ali trabalhavam, devido ao desenvolvimento de parcerias público-privadas na gestão municipal de resíduos sólidos. Nesse contexto, os governos também estabeleceram medidas de proibição de circulação dos trabalhadores em determinados bairros das cidades, confisco de seus instrumentos de trabalho e dos materiais recicláveis coletados, a vedação ao uso de carroças movidas por tração animal e a implementação de contêineres herméticos nas ruas (IZIDORO, 2016).

Nem mesmo a formalização do trabalho dos recicladores de base, por meio de sua inserção nos arranjos de gestão de resíduos sólidos, fez com que esses trabalhadores passassem imunes às tentativas de o mesmo Estado que lhes concedeu o uso de terrenos para operação de seus empreendimentos expulsá-los quando for conveniente. Esses acontecimentos demonstram a mobilidade da força de trabalho dos recicladores de base, que se transformam em uma população relativamente nômade, pois estão sujeitos a demolições e realocações constantes de seu local de trabalho no espaço urbano.

Esse poder coercitivo, que segue presente na realidade dos recicladores, não descaracteriza a lei do valor marxiana ou a própria forma jurídica. A lógica da equivalência permanece quando os recicladores impactados pelo fechamento dos lixões buscam uma reparação indenizatória pela perda de sua fonte de trabalho nos Tribunais⁴⁹ ou são inseridos em outras formas de

⁴⁹ É uma potencialidade, tendo em vista que não são todos os recicladores impactados pelo fechamento dos lixões que buscam uma indenização, simplesmente pelo fato de que nem todos são assessorados juridicamente para que possam optar ou não por ingressar com uma ação judicial.

organização do trabalho consideradas mais adequadas ao desenvolvimento da indústria da reciclagem. Assim, se por um lado o Estado, em nome de todos os proprietários e em prol da manutenção da ordem, exerce a coerção contra os indivíduos sem condições de vender a única mercadoria que possuem, por outro lado, ele cumpre um papel central na regulamentação das condições de compra e venda dessa mesma força de trabalho.

Assim, a atividade relacionada à coleta, seleção e venda de recicláveis tem se transmutado da criminalização de um “trabalho sujo” à formalização de um “emprego verde”. Essa transformação só foi possível no neoliberalismo, quando emerge uma nova regulamentação do trabalho, que também foi influenciada pelos direitos do meio ambiente e que busca a formalização de relações de trabalho mais flexíveis. Até o final da década de 1980 não havia um sistema de gestão integrada de resíduos sólidos generalizado na América Latina, nem qualquer sistema de logística reversa. Mas no contexto neoliberal, o “lixo”, produzido em quantidades cada vez maiores, deixou de ser apenas relacionado à sujeira e passou a se vincular também à recuperação de recursos, à separação dos descartáveis em categorias, à pureza dos materiais e à financeirização do meio ambiente.

Como vimos até aqui, a financeirização da natureza contribuiu para a valorização do lixo como mercadoria e a acumulação flexível incorporou a exploração da força de trabalho dos recicladores na base da indústria da reciclagem. Assim, o desenvolvimento da indústria da reciclagem, em praticamente todos os casos, não levou à contratação dos recicladores de base como empregados, mas os inseriu nos arranjos neoliberais de subcontratação. Dessa forma, evidencia-se que o mais importante na virada neoliberal não foi tanto a desregulamentação do Estado, mas sim uma mudança na sua forma de intervenção, em nome de imperativos técnicos de gestão e eficácia que fomentaram uma regulamentação do trabalho mais flexível (DARDOT e LAVAL, 2016), na qual os recicladores de base passaram a ter relevância⁵⁰.

Em linhas gerais, a configuração do vínculo empregatício tem sido definida nas legislações sociais a partir da presença de determinados elementos fático-jurídicos entre empregado e empregador, como a personalidade, a remuneração, a habitualidade e, sobretudo, a subordinação. É o que definem, por exemplo, os artigos 2º e 3º da Consolidação das Leis Trabalhistas no

⁵⁰ De acordo com Rosaldo (2016), em pesquisa realizada na Colômbia, a abertura do processo de privatização da coleta de lixo urbano, o avanço do terceiro setor e a retomada democrática criaram o cenário para os recicladores de base se inserirem nesse mercado como cooperativas. Esses fatores também impulsionaram as organizações de recicladores de base em outros países da América Latina, sobretudo na América do Sul.

Brasil⁵¹ e o artigo 20 da Lei Federal do Trabalho, no México⁵². Não é objetivo desta pesquisa realizar um debate doutrinário ou jurisprudencial com relação a este tema, apenas situar a constituição das políticas de emprego que levaram ao desenvolvimento dos direitos sociais e ao seu enfraquecimento.

Para isso é necessário realizar um apanhado histórico que relacione a constituição de determinados regimes ou padrões de acumulação do capital e a superestrutura jurídico-política a eles adjacentes. Percorreremos as principais características do padrão de acumulação fordista e as políticas econômicas keynesianas relacionadas à positivação dos direitos sociais para então nos debruçarmos nas alterações que levaram ao desenvolvimento do padrão de acumulação flexível e à aplicação de políticas econômicas neoliberais, que vêm estabelecendo uma nova regulamentação do trabalho, aliada aos direitos do meio ambiente.

O padrão de acumulação fordista remete ao desenvolvimento de um sistema de organização produtiva em linhas de montagem, idealizado no início do século XX. O avanço técnico-científico que garantiu o desenrolar desse padrão de acumulação levou a uma crise de superacumulação, a crise de 1929, também conhecida como a Grande Depressão. Naquele momento, como prioridade para a recuperação da economia, foram colocadas políticas que garantissem um mercado consumidor capaz de absorver a superprodução de mercadorias. O New Deal (1933-1937), adotado pelo então presidente estadunidense Franklin Roosevelt, veio como resposta a esse desafio, prevendo uma série de medidas para conter os efeitos da Grande Depressão, que foram disseminadas para além dos EUA. Em linhas gerais, o plano econômico partia do entendimento de que, se a falta de consumo não podia ser resolvida pela criação de um mercado consumidor externo, seria necessário criar um mercado interno, com garantia de pleno emprego e de renda para aqueles que não podem trabalhar (BATISTA, 2015).

No mesmo sentido, Keynes, em seu livro *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (1936), defendia o papel do Estado no estímulo ao pleno emprego e na distribuição de renda como uma via de equilíbrio das contradições inerentes ao capitalismo. Assim, o pacto fordista-keynesiano

⁵¹ Art. 2º - Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.

Artigo 3º. Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário (BRASIL, 1943).

⁵² No original: “Artículo 20. Se entiende por relación de trabajo, cualquiera que sea el acto que le dé origen, la prestación de un trabajo personal subordinado a una persona, mediante el pago de un salario. Contrato individual de trabajo, cualquiera que sea su forma o denominación, es aquel por virtud del cual una persona se obliga a prestar a otra un trabajo personal subordinado, mediante el pago de un salario. La prestación de un trabajo a que se refiere el párrafo primero y el contrato celebrado producen los mismos efectos” (MÉXICO, 1970).

significou uma aliança entre capital e trabalho, que foi selada na construção de um Estado Social ou Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*). Todo o arcabouço de direitos sociais relacionados à concepção de emprego remete a esse compromisso *welfarista* que se traduziu como um acordo em prol do consumo de massa.

A construção do Estado de Bem-Estar Social não ocorreu de forma homogênea ao redor do mundo, levando em consideração as contradições da divisão internacional do trabalho e do desenvolvimento desigual e combinado. Ainda assim, é possível afirmar que a positivação de direitos sociais foi um movimento que ocorreu na mesma época em várias partes do mundo, ainda que com diferentes intensidades. Boschetti descreve da seguinte forma esse período:

Algumas circunstâncias determinadas, contudo, possibilitaram instituir sistemas de direitos e deveres que, combinados com a instituição de tributação mais progressiva e ampliação do fundo público, alteraram o padrão de desigualdade entre as classes sociais. Alterar o padrão de desigualdade não significa superar a desigualdade, mas provocar a redução das distâncias entre rendimentos e acesso aos bens e serviços entre as classes. O Estado Social é fenômeno próprio da sociabilidade capitalista, mas se concretiza sob diferentes condições em cada país capitalista. Por isso, mesmo com imensas disparidades entre os países do capitalismo central e periférico, o desenvolvimento de políticas sociais passou a ser uma tendência geral das sociedades capitalistas, que instituíram sistemas de proteção social e passaram a assumir um papel fundamental na garantia das condições gerais de produção, por meio da socialização dos custos da produção (BOSCHETTI, 2016, p. 20, grifos meus).

Foi a socialização dos custos da produção com o Estado que garantiu o desenvolvimento dos direitos sociais, entre os quais se encontra o direito do trabalho, isto é, aquele ramo da superestrutura jurídica criado especialmente para regulamentar as condições em que pode se dar a compra e venda da força de trabalho. Para a doutrina juslaboralista, a justificativa de ser do direito do trabalho se encontra em sua função protetiva do trabalhador. Na obra clássica do uruguaio Plá Rodriguez, *Princípios de Direito do Trabalho* (1978), o autor reivindica o princípio da proteção desse ramo do direito, que serviria como uma espécie de compensação pelas desigualdades econômicas existentes entre o trabalhador hipossuficiente e o empregador autossuficiente. De forma semelhante, o mexicano Mario de La Cueva, em seu livro *El nuevo derecho mexicano del trabajo* (1972), defende uma posição próxima à do socialismo jurídico, pois acredita que o direito do trabalho é um direito imposto pelo trabalho ao capital, isto é, um direito de classes que previne os danos sofridos pelas vítimas da industrialização e garante uma existência que satisfaça as necessidades materiais dos trabalhadores e de sua família.

No entanto, conforme explica Kashiura Jr. (2009, p. 159), a proteção jurídica garantida pelo direito do trabalho não visa acabar com a exploração, mas sim reduzir o seu grau e mantê-la possível. Dessa forma, o trabalhador, que é proprietário apenas de sua força de trabalho, é um hipossuficiente que merece a proteção jurídica diante do empregador, que é proprietário de dinheiro e autossuficiente. Além disso, o direito do trabalho assume a forma jurídica porque visa reestabelecer a “equivalência perdida com a afastamento muito drástico entre valor e preço da mercadoria força de trabalho” e “é essencial para que o consumo se mantenha em níveis que permitam o escoamento da produção para a realização da mais-valia” (BATISTA, 2013, pp. 240-241). Isso significa que, com o direito do trabalho, ocorre um assalariamento indireto, fazendo com que a força de trabalho seja uma mercadoria menos custosa para o capital, desobrigando empregadores de pagar todos os custos com a reprodução social do trabalhador (BIONDI, 2015).

Dessa forma, a proteção garantida aos trabalhadores ao longo do Estado de Bem-Estar Social foi o meio encontrado para proteger a paz social e assegurar certo equilíbrio ao capitalismo, especialmente em um contexto de Guerra Fria. Tanto é assim que, tão breve quanto desapareceram as contingências ameaçadoras do capitalismo, a flexibilização do direito do trabalho se tornou necessária para o capital (KASHIURA, 2009). Na verdade, com a diminuição do tempo de rotação do capital, por meio da obsolescência programada, o consumo da classe trabalhadora foi adquirindo cada vez menos relevância. As relações de compra e venda se tornam mais dinâmicas devido à baixa qualidade das mercadorias, produzidas para durarem uma quantidade menor de tempo, e direcionadas ao consumo de alguns setores sociais e não da sociedade como um todo. Isso faz com que o direito do trabalho se torne cada vez mais desnecessário estruturalmente, pois basta garantir o consumo setorizado e não aumentar o poder de compra de todos os trabalhadores.

As políticas de pleno emprego são o pano de fundo do desenvolvimento dos direitos trabalhistas e de um sistema de seguridade social, o que foi possível gerindo o endividamento público como uma tentativa de eliminar a possibilidade de crises de superprodução. No entanto, na prática não é possível sustentar essa política econômica por muito tempo, já que as pessoas empregadas produziram cada vez mais e seria sempre necessário alguém para consumir, gerando uma necessidade ampliada de mais empregos para garantir esse consumo e assim por diante, o que se torna insustentável do ponto de vista do avanço técnico-científico.

A crise econômica de finais da década de 1960 mostrou justamente os limites dessas políticas econômicas keynesianas. As empresas sofreram uma baixa nas taxas de lucro e aplicaram reajustes salariais e demissões que desencadearam grandes mobilizações dos assalariados. A alta inflação, amplificada pela alteração do padrão ouro-dólar e pelas crises do petróleo na década de 1970, intensificou a situação e teve como consequência a redução na arrecadação que financiava a operação do Estado de bem-estar social. Afinal, se o Estado Social é sustentado pelo manejo do endividamento público e é esse endividamento que vem à tona, esse endividamento precisaria acabar, por isso o enxugamento dos gastos do Estado no neoliberalismo (BATISTA, 1990).

Os impactos dessas transformações foram sentidos fortemente na América Latina, sobretudo a partir da década de 1980, quando a elevação das taxas de juros levou à crise do endividamento dos países latino-americanos, em particular do México, em 1982, mas também do Brasil e da Argentina. Os organismos financeiros internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial passaram a impor uma disciplina monetária e orçamentária para a região, por meio da agenda de reestruturação econômica do Consenso de Washington. Por meio de planos de ajuste estrutural e reformas políticas de cunho flexibilizante, essas instituições negociaram as condições de pagamento da dívida externa. Esse se converteu no novo padrão “das políticas anti-inflacionárias no conjunto dos países da OCDE e nos países do Sul, que dependem do crédito do Banco Mundial e do apoio do FMI” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 197).

Mas se a crise de finais de 1960 surgiu com o Estado patrocinando o consumo, sem esse patrocínio, a crise só poderia se intensificar. É por isso que a ascensão do neoliberalismo pode ser entendida como um período de crise estrutural do capitalismo. Nesse cenário, os direitos sociais deixam de ser o ponto central na política econômica, mas se tornam centrais na gestão da miséria. Um dos sinais dessa passagem foi a alteração do investimento público em políticas universais para o desenvolvimento de programas assistenciais focalizados no combate à pobreza e vinculados a condicionalidades, o que se tornou uma estratégia útil ao capitalismo para regular a força de trabalho a baixo custo em um contexto de crise estrutural (BOSCHETTI, 2016).

Essas políticas cumprem a função de injetar recursos dos fundos públicos na ampliação da circulação do dinheiro para lidar com demandas emergenciais, como os programas de transferência de renda voltados a combater a extrema pobreza que foram aplicados de forma generalizada na América Latina. Entre o público-alvo dessas políticas se encontram os

recicladores de base, como pode ser observado no Brasil, com a criação do projeto Cataforte, vinculado ao Programa Brasil sem Miséria, ou então do Uruguai, com o programa *Uruguay Clasifica*, inserido no *Plan de Atención Nacional a la Emergencia Social* (PANES)⁵³. Esses programas se apoiam na inclusão dos recicladores de base nos planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos por meio de sua organização em cooperativas, arranjos que estão intimamente vinculados ao papel desempenhado pelo Terceiro Setor (IZIDORO, 2016).

Acredita-se que as organizações que compõem o Terceiro Setor supririam as incompletudes dos serviços públicos e o desmonte do Estado. Elas seriam organizações concebidas como privadas, mas que atuam com objetivos públicos ou coletivos, como se elas fossem uma alternativa ao “primeiro setor”, o Estado, e ao “segundo setor”, o mercado. No entanto, como tenho argumentado até aqui, o neoliberalismo não significou a retirada do Estado, mas sim uma alteração de suas modalidades de intervenção, em nome do mercado, por meio da “modernização” das empresas e da administração pública (DARDOT e LAVAL, 2016). Nesse contexto, essas organizações desvinculadas do Estado institucionalizam “a solidariedade que está incutida nos direitos humanos de terceira dimensão” (BIONDI, 2015, p. 237), mas atuam como mais um braço dos interesses do capital.

Portanto, com o aumento do desemprego estrutural, houve um deslocamento dos direitos sociais do campo da regulamentação das relações de emprego para a seara das políticas públicas de combate à pobreza, arranjo no qual se inseriram as organizações do Terceiro Setor. Mas não foi só isso, a própria concepção de emprego foi colocada em xeque. O vínculo empregatício, baseado em um contrato de trabalho por tempo indeterminado, com garantia de certa estabilidade laboral e gozo de uma gama de direitos positivados nas legislações trabalhistas nacionais, deixa de ser desejável para o capital. Por isso, a estratégia das grandes empresas para reduzir os custos passou, em um primeiro momento, pela burla pura e simples da fiscalização contábil e da regulamentação do Estado, sobretudo no que se refere aos encargos relacionados aos direitos trabalhistas (JAKOBSEN *et al.*, 2000).

A informalidade passou a ser o conceito mais utilizado para descrever as relações de trabalho “atípicas” não abarcadas nas legislações sociais. Essa pesquisa não se propõe a analisar os diferentes usos desse conceito, mas sim levantar dados que auxiliem no entendimento sobre o cenário no qual estão inseridos os recicladores de base. Dessa forma, basta mencionar que o

⁵³ Uma análise mais aprofundada sobre a inserção dos recicladores de base nos programas de gestão municipal de resíduos sólidos no Uruguai pode ser encontrada em Izidoro (2016).

trabalho informal é definido a partir de seu antônimo, o trabalho formal. É a normatividade que define o que é institucionalizado como formal ou legal, enquanto o que a lei proíbe é ilegal e o que a lei não regulamenta é informal. Como a legislação social é fruto do pacto fordista-keynesiano, o trabalho formal tende a ser definido pela existência de um vínculo de emprego, enquanto o informal pela inexistência desse vínculo. Dessa forma, fica evidente que o que hoje é entendido como trabalho informal não é um fenômeno novo, pois não é a regulamentação do trabalho que define a sua existência, assim como não é a norma que define a realidade socioeconômica. Em uma análise da história do capitalismo, é possível identificar que, ao contrário, são as políticas de pleno emprego do pacto fordista-keynesiano que fazem parte de um fenômeno novo e específico de maiores garantias sociais.

Na América Latina, onde a heterogeneidade do mercado de trabalho possui suas raízes na divisão internacional do trabalho e no desenvolvimento desigual e combinado, a informalidade sempre esteve presente. No regime fordista, os trabalhos precários e não regulamentados pela legislação social também existiram, mas de forma marginal (HARVEY, 2008). A informalidade do trabalho só adquire centralidade a partir do desenvolvimento do padrão de acumulação flexível, quando há a persistência da tendência ao trabalho desprotegido pela legislação social e se amplia sua funcionalidade ao sistema (TAVARES, 2018). As diferentes formas de subcontratação (trabalho avulso, temporário, autônomo, cooperado, terceirizado, pejetizado, uberizado, etc.) foram uma das estratégias que as empresas adotaram para reduzir seus custos. Estas modalidades de subcontratação reúnem grupos cujos mecanismos de proteção social são mais frágeis em virtude da descaracterização do vínculo de emprego, sobretudo porque se argumenta que não há relação de subordinação entre prestadores e tomadores desses serviços.

Os recicladores de base se inserem nesse contexto em que as condições de compra e venda da força de trabalho foram se tornando mais flexíveis, ao ponto de os próprios trabalhadores serem entendidos como autossuficientes. Os direitos sociais típicos do padrão de acumulação fordista garantiam um assalariamento indireto com o objetivo de fomentar o consumo. Na acumulação flexível, por outro lado, as finalidades são reconfiguradas e o trabalhador se vê cada vez mais como um sujeito autônomo de frente para o mercado. Nesse sentido, o assalariamento indireto financiado pelo Estado por meio dos direitos sociais se esvai. Caso *queiram* trabalhar, os trabalhadores devem organizar o seu próprio negócio, caso *queiram* alguma proteção social, devem contribuir de forma autônoma como segurados da previdência social. Assim, os custos

com a reprodução social e com a própria atividade econômica a qual se dedicam ficam cada vez mais nas mãos dos próprios recicladores como empresários de si mesmo.

Para além de burlar a legislação social, as empresas também participam ativamente do *lobby* para a aprovação de novas regulamentações do trabalho, mais flexíveis, com o objetivo de legalizar o que até então era considerado ilícito (como a terceirização no Brasil) e formalizar o que até então era informal, para que tudo passe a ser plenamente aceitável nos termos da lei. Na verdade, essa tem sido uma tendência mundial, pois os organismos financeiros internacionais têm desempenhado um papel importante na construção de uma nova regulamentação do trabalho ao incluir a questão da informalidade em suas agendas.

Na América Latina, as mesmas instituições que tiveram um papel central nas políticas de ajuste estrutural nos anos 1980, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, foram as primeiras a estabelecer recomendações em políticas para aumentar o desenvolvimento produtivo na região por meio da formalização do trabalho informal. Um destaque especial deve ser dado à Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada pelo Tratado de Versalhes, que pôs fim à Primeira Guerra Mundial, e incorporada, ao final da Segunda Guerra Mundial, à Organização das Nações Unidas (ONU). A criação da OIT foi essencial para uniformizar o mercado mundial de mão de obra e estabelecer os limites da compra e venda da mercadoria força de trabalho (BATISTA, 2015). Suas recomendações também expressam as alterações nos padrões de acumulação do capital e, em especial, fornecem pistas para o entendimento dado à questão do emprego em tempos de informalidade laboral.

Na região, o conceito de informalidade foi utilizado pela primeira vez pela OIT para impulsionar o Programa Regional de Emprego na América Latina e Caribe (PREALC), na década de 1970. Esse programa, que vigorou durante duas décadas e reuniu uma série de políticas compensatórias de apoio ao setor informal, definia esse setor como aquele composto por pequenas unidades produtivas, como o trabalho por conta própria, trabalho em economia familiar, trabalho em microempresas com até cinco empregados e o trabalho doméstico (OIT, 2016a). Naquele momento, a OIT entendia que esses setores informais “artesanais” eram subordinados aos setores modernos, mediante lógicas de exploração, com a finalidade de reduzir custos e aumentar a competitividade das empresas maiores.

De acordo com Ramos (2007), ao longo dos anos, houve uma alteração na concepção de informalidade por parte dos organismos internacionais: de relacionada ao atraso e ao subdesenvolvimento passou a ser concebida como reflexo da livre iniciativa dos trabalhadores.

Assim, todo desemprego deveria ser identificado como desemprego voluntário, ignorando os impactos do padrão de acumulação flexível na organização do trabalho e no aumento do desemprego estrutural. Além disso, o reconhecimento estatal dessas pequenas unidades produtivas facilitaria o exercício dos direitos de propriedade e o acesso formal ao crédito, o que era incentivado pelas políticas de financeirização da pobreza e de concessão de microcréditos por parte dos organismos financeiros internacionais.

Esse impulso à regulamentação da informalidade foi consolidado na Conferência Internacional do Trabalho de 2015, na qual foi ratificada a Recomendação 204, sobre a Transição da Economia Informal à Economia Formal. A Recomendação 204 pode ser considerada um marco na conformação de um novo entendimento da OIT sobre políticas de emprego. Segundo o item 15, c, desta recomendação, entre tais políticas de emprego estão:

Políticas empresariais que promovam empresas sustentáveis e, em particular, as condições para um contexto propício, tendo em conta a resolução e as Conclusões relativas à promoção de empresas sustentáveis adotadas na 96.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho (2007), incluindo o apoio a micro, pequenas e médias empresas, ao espírito empreendedor e as regulamentações bem concebidas, transparentes e bem divulgadas, para facilitar a formalização e uma concorrência leal (OIT, 2015, grifos meus)

A Recomendação 204, nesse sentido, prevê a formalização de micro e pequenas empresas como uma política de emprego. Nesse processo, fomenta a adoção de medidas para a redução de custos a partir da introdução de regimes simplificados de cálculo para o pagamento de contribuições e impostos, além de políticas de formação em empreendedorismo (item 25 da Recomendação). Assim, a OIT passou a utilizar o conceito de emprego – antes vinculado apenas aos direitos trabalhistas – para abarcar relações trabalhistas até então informais, que passam a ser regulamentadas sob a forma jurídica empresarial. Não é que os direitos sociais relacionados à garantia de emprego tenham se estendido a formas de trabalho até então desprotegidas de certo limite exploratório. Ao contrário, foi a própria necessidade de expansão do capital em diminuir seus custos que ampliou a exploração e elevou o que antes era considerado trabalho atípico e informal como a nova definição de emprego, baseada na lógica concorrencial e no modelo da empresa.

Aqui é possível observar a forma mais bem-acabada da subjetividade jurídica: se elimina a distância entre o trabalhador e a empresa, uma vez que o trabalhador é a empresa, capital humano que deve crescer indefinidamente. Os recicladores de base são, assim, produtos de sua época, sujeitos de direito “empreendedores” que realizam os mais variados contratos privados

com outros empreendedores e reproduzem as relações de competição entre eles e com outros atores da cadeia global da reciclagem e da gestão de resíduos sólidos municipais. De acordo com Dardot e Laval (2016, p. 353), “o esporte de competição, mais ainda que as figuras idealizadas dos dirigentes de empresa, continua a ser o grande teatro social que revela os deuses, os semideuses e os heróis modernos”.

Na América Latina, a introdução de novas formas de contratação e de pagamento foram aprovadas em leis esparsas até grandes reformas nas legislações trabalhistas flexibilizarem as normas de forma mais substancial, como ocorreu no México, em 2012, e no Brasil, em 2017. No Brasil e no México, mais de 50% do apoio a políticas ativas de mercado de trabalho, entre 2000 e 2010, foi direcionado à formação profissional de trabalhadores por conta própria e aos microempreendedores (OIT, 2018). Em ambos os países foram implementados novos mecanismos fiscais para incentivar a inscrição formal dos trabalhadores como “empresas”⁵⁴. Nesse sentido:

Pode-se afirmar que as transformações no mercado de trabalho estão criando um ambiente de reconstrução jurídica dos contratos de trabalho individuais e coletivos para a mão de obra assalariada e para o trabalho por conta própria ou sob a forma de microempresas, bem como de suas relações com o Direito Social e com o Sistema de Seguridade Social, criando as bases para mudanças no Regime de Proteção Social (CACCIAMALI, 2001, p. 8).

Ainda, a positivação dos direitos humanos ditos de terceira geração, aqueles relacionados à solidariedade e ao meio ambiente, tem reconfigurado até mesmo os direitos humanos de segunda geração, isto é, os direitos sociais positivados durante o consenso fordista-keynesiano. Essa dimensão é visível atualmente pela adoção da Agenda 2030 da ONU como uma agenda do trabalho digno pela OIT, o que se traduz na emergência do conceito de “empregos verdes”. De acordo com a OIT (2016b), os empregos verdes são empregos decentes que ajudam a preservar e restaurar o meio ambiente, seja em setores tradicionais, como manufatura ou construção, ou em novos setores emergentes, como energia renovável e eficiência energética.

Como parte da Iniciativa Empregos Verdes estabelecida em conjunto pelo PNUMA, OIT, Organização Mundial da Saúde Animal e Confederação Sindical Internacional, o relatório “*Green Jobs: Towards Decent Work in a Sustainable, Low-Carbon World*” (2008) foi o

⁵⁴ Esse foi o caso da criação do programa federal *Crecemos Juntos*, do Sistema de Apertura Rápida de Empresas (SARE), do *Régimen de Incorporación a la Seguridad Social* (RISS) e do *Régimen de la Incorporación Fiscal* (RIF) no México. No Brasil, houve a elaboração de um regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte (Simples Nacional) e o Sistema de Escrituração Fiscal Digital das Obrigações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas (E-Social).

primeiro estudo abrangente sobre a emergência de uma “economia verde” e seu impacto no mundo do trabalho a partir da necessidade de uma transição justa para alcançar uma sociedade sustentável e de baixo carbono. Nesse documento, já se mencionava o trabalho dos recicladores de base como benéfico do ponto de vista da conservação de recursos, mas perigoso, insalubre e mal pago, o que poderia ser melhorado a partir da formação de cooperativas (RENNER *et al.*, 2008).

Em 2015, mesmo ano em que foi realizado o Acordo de Paris, difundida a Agenda 2030 e ratificada a Recomendação 204, a OIT estabeleceu as diretrizes de política para uma transição justa a economias e sociedades ambientalmente sustentáveis para todos (OIT, 2015), aplicando o marco básico das normas da ONU. Logo, a agenda da transição justa a economias e sociedades ambientalmente sustentáveis para todos está relacionada à transição da economia informal à economia formal. A gestão de resíduos e a economia circular passaram a integrar os setores chave da Agenda de Transição Justa da OIT, pois contribuem para a criação de empregos verdes e para a transição de uma economia com baixa produção de carbono. A formalização do trabalho em torno da recuperação e reciclagem de materiais por meio de certificações e capacitações, além de medidas legislativas, foi incluída nessas diretrizes.

Um dos eixos prioritários de trabalho da OIT na América Latina e no Caribe é o objetivo 8 da Agenda 2030 – garantir um crescimento sustentado, inclusivo e sustentável com geração de emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos – aliada ao objetivo 10, que busca reduzir a desigualdade e melhorar a justiça social (OIT, 2016a). No entanto, ao analisar mais a fundo o que seria esse emprego pleno, encontra-se, novamente, que ele está relacionado à contribuição do trabalho autônomo e da pequena e microempresa na gestão ambiental e na geração de renda. Também é assim que o “Relatório da Avaliação Regional da Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos na América Latina e Caribe”, organizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento em 2010, situa o tema, na perspectiva dos recicladores de base:

Em vários países da ALC, a participação de microempresas privadas, cooperativas e ONGs na varrição, coleta e transporte de resíduos sólidos aumentou consideravelmente. Esta modalidade é uma alternativa mais econômica para os municípios e/ou empresas municipais de limpeza. As vantagens estão no uso intensivo da mão de obra, a utilização de tecnologias de muito baixo custo que empregam tração animal, humana ou mecânica (triciclos), a promoção de maior participação comunitária para facilitar a operação de coleta e separação de materiais na fonte de geração, e o emprego de mão de obra desocupada da mesma comunidade onde se presta o serviço (ESPINOZA *et al.*, 2011, p. 79).

A necessidade de formalização do trabalho dos recicladores de base tem sido expressa em diversos documentos de organismos internacionais e o modelo de contratação dos catadores de materiais recicláveis do Brasil tem sido frequentemente mencionado como um caso de sucesso. É o que se extrai do relatório “*Working towards sustainable development: Opportunities for decent work and social inclusion in a green economy*” (2012), da OIT:

A reciclagem só se tornará uma atividade verdadeiramente verde se houver um certo grau de formalização. Na verdade, a formalização e a organização dos trabalhadores podem fazer da gestão de resíduos e da reciclagem uma oportunidade muito significativa de inclusão social. Uma maneira de conseguir isso é que as cooperativas de catadores sejam reconhecidas pelas autoridades municipais, como é demonstrado em vários exemplos na América Latina. De fato, trabalhar com organizações comunitárias e de catadores é infinitamente preferível a tentar marginalizá-las por meio de esforços de privatização mal concebidos que não levam em consideração as realidades locais. O Brasil, por exemplo, implementou uma combinação eficaz de políticas, incluindo reconhecimento legal, organização local e nacional, desenvolvimento empresarial, contratos e instalações do governo municipal (estações de triagem), métodos modernos de reciclagem, treinamento de habilidades e instruções de segurança e saúde ocupacional, bem como medidas para prevenir e desencorajar o trabalho infantil. Essas medidas podem desencadear melhorias em grande escala na eficiência da reciclagem, nas condições de trabalho e na renda. A estratégia de erradicação da pobreza brasileira visa formalizar mais 250.000 catadores, além dos mais de 60.000 já organizados (OIT, 2012b, p. 111, tradução minha).

A ONU estima que na América Latina e Caribe poderão ser gerados, até 2030, 15 milhões de novos empregos que contribuam para a economia de emissão zero, sendo o Brasil responsável por 7,1 milhões do total (SAGET *et al.*, 2020) – o que equivaleria a metade da população desempregada no país no primeiro trimestre de 2021 (IBGE, 2021). A partir dessa formalização de trabalhos que até então eram entendidos como informais, por meio do trabalho autônomo e da constituição de micro e pequenas empresas, o capital consegue socializar os seus custos e o Estado receber os tributos relacionados aos empreendimentos.

Assim parece que o que está em desenvolvimento no âmbito internacional é uma nova regulamentação do trabalho alinhada à proposta do *Green New Deal*. Tal como mencionado no capítulo anterior, o “*New Deal Verde*” se apresentou como uma agenda capaz de oferecer um novo acordo entre capital e trabalho frente aos impactos destrutivos do capitalismo neoliberal. Esse acordo alinharia uma abordagem pretensamente keynesiana na regulamentação do trabalho às políticas de descarbonização da economia, que se dariam por meio de um setor financeiro que forneça programas de empréstimos verdes para os países periféricos. Enquanto isso, a exploração da força de trabalho e das matérias-primas e recursos naturais nessas regiões continuaria ocorrendo em favor dos grandes monopólios, em uma espécie de “imperialismo

verde”. Como o *New Deal* de Roosevelt, o *Green New Deal* e a “Revolução Industrial Verde⁵⁵” tentam forjar um compromisso social entre exploradores e explorados e:

Em vez de nomear a crise climática como um espaço de luta de classes – e seguir com as consequências desse diagnóstico – essas políticas visam amenizar as rachaduras que estão aparecendo no edifício do capital enquanto nos lançamos de cabeça em um mundo em aquecimento. Ao mascarar a lógica brutal, exploradora e insustentável da acumulação de capital, ambos os planos cumprem uma função ideológica (HERON e DEAN, 2021).

Portanto, neste tópico apresentei como o debate sobre a informalidade tende a entendê-la enquanto organização em unidade ou empresa – micro ou pequena – e não enquanto trabalho, dificultando o entendimento sobre a exploração da força de trabalho nos arranjos de subcontratação. Nega-se também a participação dos trabalhadores informais no trabalho coletivo, o que os faz parecer meros comerciantes, cuja relação com o capital se restringe à esfera da circulação. Esse é o caso dos recicladores, nega-se que haja venda de força de trabalho e assalariamento, aparecendo apenas a comercialização dos recicláveis.

A cisão entre mais ou menos formal, mais ou menos ilegal, não interfere no fato de que para a configuração enquanto sujeito de direito basta que os recicladores estejam envolvidos nas relações de troca capitalista, o que de fato estão. É irrelevante do ponto de vista das relações de produção se o setor é formal ou informal, pois o capitalismo não está preocupado em gerar empregos, mas sim em explorar a força de trabalho como meio de expandir sua autovalorização. Os materiais recicláveis oriundos de fontes formais ou informais acabam na mesma cadeia de valor e, até certo ponto, não há distinção entre eles. Ainda assim é relevante entender o conteúdo que essa subjetividade jurídica adquire de acordo com o desenvolvimento do próprio modo de produção capitalista.

A análise das alterações na superestrutura jurídico-política nos permite analisar o papel que a máquina estatal tem desempenhado, historicamente, na acumulação de capital. O Estado é o reflexo das necessidades econômicas da classe dominante na esfera da produção e, por meio de sua atuação, a apropriação da mais-valia é realizada pelo capital. Não é por meio do uso direto da violência, mas sim por meio da troca de mercadorias equivalentes, inclusive a força de trabalho, que a exploração da força de trabalho ocorre sem maiores perturbações. A exploração pode atingir graus mais ou menos elevados de acordo com a correlação de forças entre capital

⁵⁵ Os mesmos temas que têm sido discutidos nos EUA com o *Green New Deal* têm sido propostos no Reino Unido sob o nome de “Revolução Industrial Verde”. Não confundir com o processo de desenvolvimento técnico-científico que levou à Revolução Verde nos campos.

e trabalho, o que, cedo ou tarde, é refletido no conteúdo da forma jurídica, isto é, na superestrutura jurídico-política a ela historicamente relacionada.

Em um padrão de acumulação flexível, as condições em que a força de trabalho pode ser comprada e vendida também se tornam mais maleáveis. Por esse motivo, um dos efeitos da regulamentação laboral no neoliberalismo é o esvaziamento das relações de trabalho que o pacto fordista-keynesiano caracterizava como relações de emprego, com determinadas garantias sociais. Assim, há o desenvolvimento de uma regulamentação do trabalho que garante uma liberdade contratual em sua máxima, como qualquer outra relação de compra e venda de mercadorias regulada pelo direito civil. Outro aspecto relevante é que ainda que nem todas as relações flexíveis de trabalho sejam reguladas pela superestrutura jurídica, o princípio da atipicidade dos contratos privados garante que é permitido tudo que não esteja proibido por lei⁵⁶. Assim, o contrato tornou-se mais do que nunca a medida de todas as relações humanas, como reflexo da plena e total autonomia de compromisso voluntário que caracteriza o “individualismo moderno” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 324). O contrato não prevalece apenas nas relações entre trabalhadores e capitalistas individuais, mas também no âmbito da chamada autonomia privada coletiva. Um exemplo disso é a prevalência do negociado sob o legislado, que se traduziu, no Brasil, na aprovação da lei que instituiu a Reforma Trabalhista em 2017⁵⁷.

Trata-se de um processo em curso que envolve a tentativa de redesenhar a regulamentação do trabalho e de reconfigurar o conteúdo dos direitos sociais, sobretudo pelo apagamento das relações de emprego delineadas pelo direito do trabalho. Esse processo parte da materialidade das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora, que já tem se precarizado frente ao desemprego estrutural. Uma primeira reação a esse movimento é o impulso a defender os direitos sociais que estão sendo retirados, cada vez mais, da classe trabalhadora. Esse é o posicionamento de Maia e Leite (2017), que entendem que a precarização das relações de trabalho dos catadores de materiais recicláveis, no Brasil, ocorre porque não há reconhecimento da atividade como profissão, pela Justiça do Trabalho, que não a caracteriza como um trabalho formal.

⁵⁶ No ordenamento jurídico brasileiro, esse princípio pode ser encontrado no artigo 425 do Código Civil, que garante que “é lícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas neste Código” (BRASIL, 2002).

⁵⁷ A Lei 13.467/2017 alterou a redação do artigo 611 da Consolidação das Leis do Trabalho, incluindo em seu rol uma série de matérias trabalhistas que podem ser decididas em contratos coletivos, a despeito da existência de normas mais favoráveis aos trabalhadores.

De fato, na arena judicial, não exclui a possibilidade de utilizar a legislação social com a finalidade de beneficiar a classe trabalhadora. No entanto, tal como preconizam Dardot e Laval (2016), a pior atitude, nesse cenário, é preconizar um retorno ao compromisso socialdemocrata, keynesiano e fordista, sem se dar conta da mudança na dimensão do problema. O desenvolvimento do padrão de acumulação flexível implicou a reconfiguração das estruturas de acordo com a necessidade do capital, o que impactou na construção da subjetividade dos trabalhadores. Ao transferir os riscos para os assalariados, a responsabilidade do indivíduo pela valorização de seu trabalho no mercado tornou-se um princípio absoluto. Como a medida do trabalho se tornou mais precisa, por meio da ampliação do salário por peça, foi possível substituir o contrato salarial por uma relação contratual entre “empresas de si mesmo” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 335).

O processo de legalização da profissão dos recicladores de base descrito nesse tópico a partir da “elevação” de um “trabalho sujo”, alvo de criminalização, para um “emprego verde”, sustentável e inclusivo, não é homogêneo e linear, como será observado no caso das cidades de São Paulo e Cidade do México. No entanto, essa lavagem verde (*greenwashing*) do trabalho dos recicladores tem sido construída para legitimar o que o salário por peça já faz na materialidade da vida do trabalhador: incentivar sua pretensa independência e autonomia, reduzindo o horizonte dos trabalhadores ao horizonte da empresa. Por isso é possível identificar que a subjetividade jurídica que tem sido incutida a esses trabalhadores é como sujeitos de direitos “empreendedores”.

No neoliberalismo o contrato aparece novamente como a única forma admissível de relações entre assalariados e capitalistas, em torno dos objetivos supostamente desejáveis a todos. Assim, não há que se opor à precarização do trabalho dos recicladores de base uma defesa ingênua do contrato de emprego. Isso porque os direitos sociais tampouco são capazes de romper a subjetividade jurídica relacionada à assunção de obrigações submetidas ao princípio da equivalência da troca mercantil (BATISTA, 2013). O horizonte para a libertação da classe trabalhadora ainda é o terreno da luta de classes, cujo alvo deve ser “uma insurgência contra a exploração capitalista materializada no assalariamento. Fazer o contrário significa contestar a exploração do capital apenas até a metade do caminho, santificando-se a coleta de mais-valia na modalidade contratual tradicional” (BIONDI, 2020, p. 311).

3.3. Do trabalho autônomo ao trabalho associado: o sujeito de direito “empreendedor”

Diante do cenário de desemprego estrutural e de aumento da chamada informalidade, as estratégias de sobrevivência dos trabalhadores, isto é, de produção para a própria subsistência e para o mercado, passaram a ser abarcadas pelo conceito de economia social e solidária. De acordo com a OIT, este é um conceito guarda-chuva que designa organizações como as mutuais, cooperativas, associações, fundações e empresas sociais, que têm a característica específica de produzir bens, serviços e conhecimento ao mesmo tempo que buscam objetivos econômicos e sociais e promovem a solidariedade (BORZAGA *et al.*, 2018). Essas iniciativas são entendidas como uma opção viável de geração de renda e de preservação de postos de trabalho frente a crises econômicas.

Nesse contexto, a organização dos recicladores de base por meio de cooperativas e associações tem sido entendida como uma forma de solidariedade de classe, em busca de melhores condições de renda, inclusive como um meio de fazer frente aos atravessadores e alcançar degraus mais altos da cadeia de valor da reciclagem. De acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, 10% dos recicladores de base na América Latina se encontram formalizados na figura jurídica de cooperativas ou associações, enquanto a grande maioria trabalha de maneira independente (STURZENEGGER, 2020). Assim, o objetivo deste tópico é tratar da realidade dessa parcela de recicladores de base, evidenciando o impulso a sua organização e legalização da profissão dentro da superestrutura jurídico-política. Busca-se evidenciar que as organizações de economia social e solidária fazem parte daquilo que se conhece como empreendedorismo social.

A proposta política da economia solidária é definida por Singer (2002) como outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. Para o autor, a diferença entre empresas capitalistas e empresas solidárias reside na gestão interna democrática. A perspectiva de Singer, que se tornou bastante relevante no Brasil e em outras partes da América Latina, representa um resgate do trabalho associado como alternativa ao modo de produção capitalista. Essa perspectiva já tem sido teorizada como projeto alternativo de sociedade desde o início do século XIX, a partir dos ideais de socialistas utópicos como Charles Fourier e Robert Owen.

Fourier criou organizações denominadas falanstérios, onde acreditava que a propriedade privada, o dinheiro e as práticas de mercado não assumiriam as características capitalistas, porque esses espaços comunitários influenciariam as ações dos indivíduos (KONDER, 1998). Owen, por sua vez, foi um industrial filantropo que disseminou experiências de “fábrica ideal”, onde garantia melhores condições de vida e de trabalho aos operários frente às jornadas exaustivas das concorrentes. No entanto, como argumenta Engels (1984), ainda que Owen garantisse condições mínimas de trabalho aos seus empregados, suas empresas continuaram rendendo enormes lucros durante o seu funcionamento. Por essa razão, Marx e Engels (2008, p. 63) entendiam que os socialistas utópicos precisavam “apelar à filantropia dos corações e dos bolsos burgueses”.

Na mesma esteira se encontra a polêmica entre anarquistas e socialistas, travada na metade do século XIX. Proudhon, em seu livro *Filosofia da Miséria*, considera que a exploração da força de trabalho é injusta e se baseia na existência da propriedade privada. Assim, em sua perspectiva, deve-se abolir a propriedade privada, o Estado e suas leis, permanecendo os princípios do acordo mútuo e da vontade geral. Marx tece críticas ao pensamento de Proudhon, o que fica evidenciado na ironia contida no título de sua obra *Miséria da Filosofia*. A concepção de troca justa expressa por Proudhon é considerada uma tentativa de remodelar a materialidade das relações sociais de acordo com idealismos, quando, na realidade:

O produtor, a partir do momento em que produziu numa sociedade fundada na divisão do trabalho e nas trocas, e essa é a hipótese do sr. Proudhon, é obrigado a vender. O sr. Proudhon faz do produtor o dono dos meios de produção; mas há de convir conosco em que não é do livre-arbítrio que dependem seus meios de produção. Mais: esses meios de produção são, em grande parte, produtos que lhe chegam de fora e, na produção moderna, ele não é livre nem sequer para produzir a quantidade que quer. O grau atual do desenvolvimento das forças produtivas obriga o produtor a produzir em tal ou qual escala (MARX, 2017c, p. 62, grifos meus)

Como bem colocou Pachukanis (1977, p. 153), os anarquistas se posicionavam contrários apenas aos “sinais externos do direito burguês”, isto é, repudiavam a coerção estatal e as leis. Ao manter a essência da forma jurídica, o contrato entre produtores livres e iguais, aqueles que se levantassem contra a propriedade teriam que reafirmá-la, no dia seguinte, ao se encontrar novamente no mercado. Essa divergência entre as concepções socialistas e anarquistas com relação à origem da exploração no capitalismo e caminhos para sua superação tornou-se mais evidente na construção da Associação Internacional dos Trabalhadores, também conhecida como Primeira Internacional, em 1864.

A Primeira Internacional reuniu trabalhadores de várias partes do mundo das mais diversas correntes do pensamento de esquerda; ali estavam socialistas como Marx e anarquistas como Kropotkin e Bakunin⁵⁸. Conforme Konder (1999, p. 109), uma das primeiras tarefas com as quais a Internacional se deparou foi a luta contra as manobras de Napoleão III, que procurava conter o ímpeto combativo do proletariado francês incentivando a formação de cooperativas de trabalhadores com uma contrapartida de quinhentos mil francos para cada organização criada. O combate à vinculação dos trabalhadores a essas organizações cooperativas foi incluído entre os objetivos da Primeira Internacional. A concepção sobre o cooperativismo é assim expressa no texto de lançamento da associação:

A experiência do período decorrido entre 1848 e 1864 provou acima de qualquer dúvida que, por melhor que seja em princípio, e por mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria. É talvez por essa mesma razão que aristocratas bem intencionados, porta-vozes filantrópicos da burguesia e até economistas penetrantes passaram de repente a elogiar *ad nauseam* o mesmo sistema cooperativista de trabalho que tinham tentado em vão cortar no nascedouro, cognominando de utopia de sonhadores, ou denunciando-o como o sacrilégio de socialistas. Para salvar as massas laboriosas, o trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido em dimensões nacionais e, conseqüentemente, incrementado por meios nacionais. Não obstante, os senhores da terra e os senhores do capital usarão sempre seus privilégios políticos para a defesa e perpetuação de seus monopólios econômicos. Em vez de promoverem, continuarão a colocar todos os obstáculos possíveis no caminho da emancipação do operariado (MARX, 1977, pp. 319-320)

Esse debate veio à tona novamente no final do século XIX, com a crítica realizada por Rosa Luxemburgo ao reformismo do socialdemocrata Eduard Bernstein. Este autor incluía o cooperativismo entre os meios pelos quais acreditava ser possível a supressão das contradições capitalistas, e, ao mesmo tempo, a adaptação rumo ao socialismo. Luxemburgo (2015), por sua vez, ressalta que reformas na distribuição capitalista não levam, progressivamente, ao desenvolvimento do modo de produção socialista; o único caminho que guia à revolução socialista é a organização dos trabalhadores enquanto classe. A autora ressalta que “o próprio Bernstein várias vezes qualifica o seu socialismo de esforço tendente a um modo de repartição ‘justo’, ‘mais justo’, e até mesmo ‘ainda mais justo’” (LUXEMBURGO, 2015, p. 90). Por fim, sintetiza sua divergência quanto ao potencial transformador das cooperativas no capitalismo:

⁵⁸ Bakunin e seus seguidores foram expulsos da Primeira Internacional, sob a acusação de estarem organizando uma sociedade secreta dentro da organização.

Quanto às cooperativas, e antes de tudo, às cooperativas de produção, são elas pela sua essência um ser híbrido dentro da economia capitalista: a pequena produção socializada dentro de uma troca capitalista. Mas, na economia capitalista, a troca domina a produção, fazendo da exploração impiedosa, isto é, da completa dominação do processo de produção pelos interesses do capital, em face da concorrência, uma condição de existência da empresa. Praticamente, exprime-se isso pela necessidade de intensificar o trabalho o mais possível, de reduzir ou prolongar as horas de trabalho conforme a situação do mercado, de empregar a força de trabalho segundo as necessidades do mercado ou de atirá-la na rua, em suma, de praticar todos os métodos muito conhecidos que permitem a uma empresa capitalista enfrentar a concorrência das outras. Resulta daí, por conseguinte, para a cooperativa de produção, verem-se os operários na necessidade contraditória de governar-se a si mesmos com todo o absolutismo necessário e desempenhar entre eles mesmos o papel do patrão capitalista (LUXEMBURGO, 2015, pp. 85-86).

Os debates históricos sobre o cooperativismo são aqui elencados pois muitos dos seus argumentos idealistas são replicados como uma justificativa de ser da economia social e solidária na atualidade, inclusive pela literatura que analisa a organização dos recicladores de base como uma forma de fazer frente a uma injustiça social. Tal injustiça estaria relacionada ao fato de que o valor de uso do trabalho que realizam para o meio ambiente e para a cidade não estaria sendo convertido em um valor de troca correspondente. A exploração da força de trabalho dos recicladores é colocada, então, como uma questão moral que pode ser resolvida por meio de uma visão romântica sobre a economia. A partir de sua teoria do valor trabalho, Marx assim sintetiza esse ponto:

O possuidor de dinheiro pagou o valor de um dia de força de trabalho; a ele pertence, portanto, o valor de uso dessa força de trabalho durante um dia, isto é, o trabalho de uma jornada. A circunstância na qual a manutenção diária da força de trabalho custa apenas meia jornada de trabalho, embora a força de trabalho possa atuar por uma jornada inteira, e, conseqüentemente, o valor que ela cria durante uma jornada seja o dobro de seu próprio valor diário – tal circunstância é, certamente, uma grande vantagem para o comprador, mas de modo algum uma injustiça para com o vendedor (MARX, 2017a, p. 270, grifos meus).

Por meio da concepção solidária da economia também é frequentemente estabelecida uma distinção entre as cooperativas que seguem os preceitos solidários e aquelas que seriam formadas apenas por conveniência, com intuito de fraudar os princípios cooperativos ou a legislação trabalhista. Schamber *et al.* (2018), por exemplo, ao discutirem a realidade das cooperativas de recicladores de base na América Latina, argumentam que existem situações muito diferentes que são identificadas por meio da figura jurídica de cooperativas, entre as quais se encontram organizações que utilizam esta figura apenas como um meio de buscar recursos financeiros. Quanto ao desvirtuamento do vínculo empregatício por meio de formação de falsas cooperativas de trabalho (as chamadas “cooperगतos”), elas seriam assim configuradas quando

não respeitam a autonomia dos trabalhadores e buscam a redução de custos. Assim, evidencia-se, mais uma vez, que os princípios das empresas solidárias, que diferenciam as cooperativas das empresas capitalistas, dizem respeito à autonomia dos trabalhadores na gestão interna dos empreendimentos e à forma de distribuição da propriedade privada.

No entanto, para os tomadores de serviço e para o modo de produção, como um todo, é indiferente como as empresas se organizam internamente, se de forma solidária ou não. O que interessa é que elas permanecem como parte do processo de produção e de circulação, dando continuidade à reprodução do capital. Assim, independentemente da estrutura interna de organização do trabalho, tanto as empresas solidárias como as empresas capitalistas estão subordinadas aos interesses do capital. As cooperativas e associações de recicladores de base, em especial, não sobrevivem de forma isolada ao modo de produção, pois coletam e separam recicláveis com o objetivo de comercialização, por meio de acordos que permitem o fluxo dessas mercadorias para as empresas do topo da cadeia de valor.

Aqui se fazem presentes, na materialidade do trabalho e de vida dos recicladores, os argumentos expostos por Marx e Luxemburgo. As cooperativas de recicladores de base não são livres para produzirem o que querem, ao contrário, entram apenas com a mão de obra e com os insumos que serão reprocessados nas grandes empresas, que controlam as decisões técnicas relacionadas à cadeia produtiva (GONÇALVES-DIAS, 2009). Essas cooperativas estão inseridas numa relação instrumental e precisam se ajustar constantemente às exigências técnicas de produtividade, intensificando seu trabalho conforme a situação de mercado. Conforme Gonçalves-Dias (2009, p. 254), os recicladores de base aparecem apenas como coadjuvantes da indústria da reciclagem e “precisam se manter sob o formato cooperativo para legitimar sua própria instrumentalização”, ou seja, os interesses do poder público e da grande empresa.

Nesse sentido, estou de acordo com Wellen (2009, p. 161), que entende que a distinção categorial entre empresas cooperativas e empresas capitalistas é apenas uma forma de apresentação que busca um pretexto para “purificar” as “autênticas experiências solidárias”. Esse também é o terreno mais fértil da ideologia jurídica enquanto mediação necessária da sociabilidade do modo de produção capitalista (BATISTA, 2015). As relações econômicas dentro do modo de produção são apresentadas aqui por uma visão romântica que não condiz com a materialidade, qual seja, que independentemente de as cooperativas serem “desvirtuadas” ou “puras”, cumprem com o propósito, sobretudo dos monopólios comerciais, de redução de custos sobre a produção e competem entre si em aparente igualdade de condições.

Mas a distinção entre empresas sociais-solidárias e empresas capitalistas é importante do ponto de vista da regulamentação jurídico-estatal, uma vez que os programas sociais destinados à geração de renda e ao combate à pobreza definem critérios para o recebimento de determinados benefícios sociais. Por meio da técnica jurídica, toda a potência dos trabalhadores em fazer frente ao capital é resumida a uma condição particular de incapacidade, dependência e hipossuficiência financeira. No caso brasileiro, isso se evidencia por meio da definição dos recicladores de base como “pessoas de baixa renda”. É a partir desse entendimento que a Lei de Licitações (Lei 8.666/93) dispensa a licitação para a contratação de associações e cooperativas “formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis” (BRASIL, 1993). A Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) também estabelece a prioridade, na gestão integrada de resíduos sólidos, em contratar “cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda”⁵⁹ (BRASIL, 2010).

Aqui observamos que a equivalência, nessas parcerias, se estabelece por meio da prestação do trabalho de recuperação de resíduos realizado por organizações de recicladores de base em troca de uma contraprestação financeira oriunda da venda dos recicláveis. A distinção entre indivíduos de baixa renda e de alta renda, hipossuficientes e autossuficientes, mais ou menos pobres ou ricos, afasta a existência material da exploração do trabalho dos recicladores, que ocorre tanto por parte dos grandes monopólios que compõem a indústria da reciclagem, como por parte do Estado, que os contrata de forma “facilitada” e “flexível” para realizar a gestão de resíduos nos municípios. Portanto, como evidencia Biondi (2015), esta hipossuficiência introduzida pelo direito é uma maneira de se negar a luta de classes, pois:

A subjetividade jurídica até admite distintos graus de responsabilidade jurídica para o sujeito (há as nuances entre o capaz e o incapaz, o maior e o menor, o suficiente e o hipossuficiente etc.), mas é somente neste nível que ela trabalha com as desigualdades. O indivíduo não deixa de ser a referência abstrata do homem de mercado; o que muda, apenas, é a inclusão de uma “dosagem” das suas potencialidades. Esta abstração quantitativa é a mesma sugerida pelo mercado, o qual coloca, na aparência, que a desigualdade social é uma diferença de renda, de quantidade de riqueza portada, e não de classe – o capital nos convida a fechar os olhos para a produção e a olharmos apenas para a circulação, pois ela é o aparente que omite o essencial das relações de produção (BIONDI, 2015, pp. 216-217).

⁵⁹ Termo citado quatro vezes no texto da Lei 12.305/2010, nos artigos 18, § 1º, II; artigo 19, XI; artigo 42, III e artigo 44, II.

Nesse cenário se legitimam os agentes que organizam os “pobres”, “incapazes” e “hipossuficientes” recicladores de base: as organizações do Terceiro Setor, que são os braços do capital monopolista que entram com capacitações em empreendedorismo e com incentivos à inserção desses trabalhadores como cooperados na gestão integrada de resíduos sólidos. Assim, é possível identificar, mais uma vez, que a organização dos recicladores de base em cooperativas e associações, para além de sua inserção em um mercado capitalista, não são fruto de uma estratégia dos próprios trabalhadores em fornecer uma alternativa ao capitalismo. Como ressalta Gonçalves-Dias (2009, p. 242), a formação de cooperativas e outros empreendimentos de economia solidária é resultante da ação normativa de atores externos ao trabalho com a revalorização dos resíduos, tal como uma “profissionalização reguladora da produção de produtores”.

Existe uma conexão entre o Terceiro Setor e a economia solidária, que cumpre a função de repassar os custos da reprodução social da força de trabalho, que antes eram divididos entre as empresas e o Estado, para a coletividade dos trabalhadores. A auto-organização aparece, então, como uma alternativa de fortalecimento do modo de produção capitalista, em sua fase neoliberal. A função da economia solidária é garantir condições básicas para o autoconsumo de seus integrantes em uma sociedade em que o consumo está cada vez mais destinado a poucas classes sociais. A formalização das cooperativas por agentes externos parte de uma concepção de “incubação” de empreendimentos, mas apenas algumas cooperativas conseguem produzir em escala ampliada, sobretudo aquelas destinadas à exportação, não sendo esse o caso das cooperativas de recicladores de base.

As cooperativas de recicladores de base geralmente possuem baixa produtividade, pequena escala de comercialização e dificuldades de articulação em rede. Assim, os desafios do cooperativismo estão relacionados a sua própria viabilidade econômica, a partir de um perfil muito mais empreendedor do que solidário (MAGERA, 2003). Diante dessas dificuldades de gestão, esses trabalhadores dependem da articulação de redes de comercialização internas e de incentivos do Estado e de instituições privadas. Andrade (2017, p. 118), por exemplo, em seu trabalho de campo no interior do estado de São Paulo, identificou que a gestão empresarial, a articulação das cooperativas de catadores em redes de comercialização e a formalização de contratos com municípios garantiram retiradas mínimas, capazes “de gerar renda suficiente para alçar os cooperados acima da linha da pobreza”. Tal associação entre ideais solidários, práticas empresariais e baixa remuneração demonstram, na verdade, as tensões que compõem um setor

altamente competitivo em sua base – onde se encontra o exército de reserva – subordinada a um oligopsônio – a um número reduzido de empresas compradoras. Assim, aquelas cooperativas que se demonstram incapazes de atender às expectativas de eficiência da indústria da reciclagem e dos sistemas de gestão municipal de resíduos são simplesmente excluídas do mercado (GONÇALVES-DIAS, 2009).

No Brasil, o crescimento das organizações de economia solidária se deu no final dos anos 1980 e 75% das cooperativas existentes foram criadas a partir de 1992 (FONSECA e VEIGA, 2001; WELLEN, 2009). Curiosamente, dois anos depois, a Lei 8.949/1994 aprovou uma alteração no artigo 442 da CLT, que passou a garantir a inexistência de vínculo empregatício não apenas entre a cooperativa e seus associados, como também entre os associados e o tomador de seus serviços⁶⁰. Dessa maneira, as relações entre cooperativas e empresas tornavam-se juridicamente legais, permitindo a desoneração da folha de pagamento dos contratantes com encargos trabalhistas.

Do ponto de vista da técnica jurídica, as cooperativas se tornaram uma figura perfeitamente adequada à organização flexível dos trabalhadores em um contexto neoliberal. Ao contrário das associações, as cooperativas possuem capital social, o que facilita financiamentos junto a instituições financeiras e o recebimento de doações. Também gerem fundos obrigatórios, destinados a responder por eventuais perdas do empreendimento e a realizar atividades sociais voltadas para o desenvolvimento, ensino e difusão do cooperativismo. As cooperativas também devem realizar o pagamento da Previdência Social de seus associados e embora estejam desobrigadas de encargos trabalhistas inerentes ao vínculo de emprego, a existência de fundos permite a elas garantir, com as próprias receitas da comercialização, alguns benefícios sociais, como retiradas acima do salário-mínimo, férias remuneradas e valores equivalentes ao décimo terceiro salário.

Com relação ao impulso específico de formalização dos recicladores de base em cooperativas, destaco o papel que organismos financeiros internacionais, grandes empresas e suas organizações filantrópicas desempenharam na formulação de programas de gestão integrada de resíduos sólidos na América Latina desde o início da década de 1990. De acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, “uma vez legalmente constituídas, as organizações encontram-se em condições de estabelecer contratos com governos locais, facilitando sua

⁶⁰ A Política Nacional de Cooperativismo (Lei 5.746/1971), em seu artigo 90, já versava a inexistência de vínculo empregatício entre cooperativa e seus associados.

integração ao sistema formal de RSM e adesão a convênios com organizações não governamentais ou organismos internacionais, facilitando seu acesso a financiamentos” (ESPINOZA *et al.*, 2011, p. 144). Assim, a concepção de “gestão integrada de resíduos sólidos” também está baseada em um arranjo de exploração da força de trabalho dos recicladores como parceiros empreendedores solidários. Esse movimento também pode ser entendido na lógica do sujeito de direito “empreendedor”, pois é apenas sob essa roupagem institucional que os recicladores de base estão aptos a participarem dos projetos de gestão de resíduos sólidos.

Dessa forma, a concepção sobre a adesão voluntária e livre das cooperativas deve ser questionada quando o resgate de alternativas solidárias tem sido colocado por diversos agentes externos à própria organização dos trabalhadores como uma saída para o desemprego estrutural. A Organização Internacional do Trabalho, por exemplo, justifica a criação de sua Recomendação 193 de 2002, sobre a Promoção de Cooperativas, a partir da importância das cooperativas na geração de renda. Elenca, ainda, os princípios cooperativistas de solidariedade, ao mesmo tempo que realça as virtudes empresariais e gerenciais das cooperativas, bem como as vantagens de acesso ao crédito e a mercados.

É curioso notar como essa discussão não tem sido colocada em debate nos países de capitalismo avançado, como os da União Europeia, que não foram golpeados pelo desemprego na mesma intensidade que os países periféricos e onde a gestão de resíduos é majoritariamente mecanizada. Por outro lado, na América Latina, a formalização de recicladores de base em cooperativas tem sido celebrada como uma política pública que visa o desenvolvimento sustentável e inclusivo. Em um cenário de crise econômica, o caráter voluntário e autônomo da adesão às cooperativas fica comprometido, ainda mais quando essa figura jurídica é exigida para a formalização da própria existência desses trabalhadores no mercado.

Conforme Burgos (2013), a institucionalização da base da indústria da reciclagem promove um ajuste jurídico que mantém velada e cindida a relação capital-trabalho, de forma que as políticas de “geração de renda” escondem toda a parcela de trabalho não pago desenvolvido pelos recicladores de base. No mesmo sentido, Lacerda (2014, p. 119) entende que a formalização dos recicladores de base “através da mediação jurídica pode ajudar a entender que há um imbróglio na concepção de empreendedorismo coletivo ou individual a qual grande parte da sociedade está sendo determinada a se adequar”. Assim, a figura jurídica da “cooperativa” corresponde a uma forma determinada por uma nova regulamentação da força de trabalho, que,

no caso dos recicladores, também está relacionada a uma nova gestão dos resíduos sólidos urbanos.

Estamos diante daquilo que Bernard Edelman chamou de legalização da classe operária. O autor, ao tratar do direito de greve na França, argumenta que a greve, enquanto fato social, passou a ser contida ao ser inserida dentro dos limites impostos pelo direito à sua legalidade. A legalização da greve enquanto um direito limitou a atuação política do movimento operário, pois ela só atingiria a legalidade em certas condições, e essas condições são as mesmas que permitem a reprodução do capital (EDELMAN, 2016). No caso dos recicladores de base, a legalização de seus empreendimentos significa que esses trabalhadores só poderão exercer a atividade de recuperação de resíduos e comercialização de recicláveis nos limites estritos da lei. Trata-se, assim da legalização da classe operária enquanto empreendedora, pois o trabalho dos recicladores de base é regulamentado pela legislação a partir do momento em que são entendidos como *sujeitos empresariais* (DARDOT e LAVAL, 2016).

Esse sujeito empresarial nada mais é do que o resultado da combinação de práticas já conhecidas do capitalismo – salário por peça, extração de mais-valia absoluta e relativa, trabalho autônomo e associado – aliadas às mesmas necessidades expansivas do capital que levaram ao padrão de acumulação flexível neoliberal e à transformação do “lixo” e do meio ambiente/clima em mercadoria. Da mesma forma que o direito de greve limita a ação dos trabalhadores ao horizonte profissional, a legalização dos recicladores de base em cooperativas pode ser entendida como uma forma de limitar suas reivindicações ao horizonte contratual e profissional – busca pela diminuição de exigências burocráticas nos contratos com municípios, captação de recursos e apoio financeiro para suas organizações empreendedoras, capacitação profissional para gerirem as cooperativas, formação de redes de comercialização, etc. Essa captura dos recicladores de base pela legalização do setor perpetua a reprodução do modo de produção capitalista e enfraquece a mobilização desses trabalhadores por transformações mais estruturais na sociedade, que visem a instauração de um novo modo de produção.

A construção da subjetividade jurídica dos trabalhadores que atuam na revalorização de resíduos enquanto empreendedores da cadeia produtiva da reciclagem tem tido como um dos seus palcos o sistema de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos. O Estado, ao mesmo tempo que adota medidas coercitivas para dispersar os recicladores de base, tem se beneficiado com a diminuição de custos que esses trabalhadores proporcionam ao deslocar os resíduos do sistema municipal para as redes de comercialização. Um estudo realizado pela Agência Alemã

de Cooperação Internacional em seis cidades ao redor do mundo identificou que o custo médio evitado pelos municípios com o trabalho dos recicladores seria ao redor de 571 euros mensais por trabalhador, que em muitas cidades é mais do que um reciclador de base ganha em um ano (SCHEINBERG *et al.*, 2010)⁶¹. Para identificar em que medida as tensões apontadas até aqui se colocam na materialidade dos recicladores de base, proponho uma aproximação com a realidade de duas cidades distintas da América Latina: São Paulo e Cidade do México. Na sequência será apresentado o estudo de caso comparado proposto, com a finalidade de identificar como se deu a inserção dos recicladores de base na gestão integrada de resíduos sólidos urbanos em ambas as cidades.

⁶¹ Por depender de fatores como quantidade, qualidade e preços das matérias primas no mercado internacional, a remuneração dos recicladores de base é bastante variável. Segundo Medina (2005), em Ciudad Nezahualcoyotl, na zona metropolitana da Cidade do México, os *pepenadores* ganham cinco vezes o salário mínimo, que é mais do que ganha um trabalhador de fábrica.

CAPÍTULO 4 –OS RECICLADORES NA GESTÃO DE RSU EM SÃO PAULO E NA CIDADE DO MÉXICO

Antes de qualquer coisa, portanto, a classe trabalhadora é a parte animada do capital, a parte que acionará o processo que faz brotar do capital total seu aumento de valor excedente. Nessa condição, a classe trabalhadora é antes de tudo matéria-prima para exploração. Esta classe trabalhadora vive uma existência social e política por si mesma. Protesta e submete-se, rebela-se ou é integrada na sociedade burguesa, percebe-se como uma classe ou perde de vista sua própria existência, de acordo com as forças que agem sobre ela e os sentimentos, conjunturas e conflitos da vida social e política (BRAVERMAN, 1981, pp. 319-320).

Ao longo desta pesquisa parti das categorias mais abstratas para as mais concretas, a fim de entender as determinações que atuam na realidade dos recicladores de base na América Latina. Agora é a hora de analisar mais de perto como tais determinações se apresentam na construção da subjetividade jurídica desses trabalhadores em duas cidades: São Paulo e Cidade do México. Por meio de um estudo de caso comparado, apresento as conjunturas históricas da organização dos recicladores de base em cada uma das cidades, até a sua inserção em sistemas de gestão integrada de resíduos sólidos, identificando as suas particularidades e semelhanças. Em um primeiro momento será apresentado o caso da Cidade do México, pois foi identificado ao longo da pesquisa que o histórico da organização desses trabalhadores nesta cidade é mais remoto. Em um segundo momento, será tratado o caso de São Paulo, que é conhecido pela adoção de um modelo semi-mecanizado de triagem de resíduos com inclusão dos recicladores de base, pioneiro na América Latina.

A partir da descrição de fatos mediatos e conjunturais, será possível reconstruir movimentos semelhantes ocorridos em ambos os casos: a expulsão dos recicladores de base dos lixões a céu aberto, a criminalização da sua presença nas ruas da cidade e a paulatina regulamentação do seu trabalho. Tais medidas emergem em um contexto de reestruturação produtiva e de implementação de políticas neoliberais que impactaram os recicladores de base por meio de três processos concomitantes, descritos detalhadamente nos capítulos anteriores: a conformação de redes de subcontratação e o aprofundamento da exploração do trabalho, a financeirização do meio ambiente promovida por organismos financeiros internacionais e o avanço de parcerias público-privadas no setor de infraestrutura urbana.

Assim, é possível identificar que ambos os casos considerados isoladamente se articulam e se constituem em uma totalidade na qual atuam mediações que constroem a subjetividade jurídica “empreendedora” dos recicladores de base. Neste sentido, o estudo de caso comparado não se

propõe a analisar apenas o conteúdo material da regulamentação do trabalho dos recicladores de base nas diferentes épocas históricas em ambas as cidades, mas sim conectar este estudo a uma interpretação materialista da própria regulamentação jurídica como forma histórica determinada (PACHUKANIS, 2017). Localizar a construção da subjetividade jurídica dos recicladores de base em um padrão de acumulação flexível significa entender como, no neoliberalismo, a necessidade de adaptação permanente a uma ordem econômica baseada na concorrência generalizada se expressa na superestrutura jurídico-política, o que será retomado nas conclusões finais do capítulo.

4.1. Pepena e pre pepena na Cidade do México

Definir quem são os recicladores de base na Cidade do México é uma tarefa complexa. O comércio de recicláveis é realizado por toda a parte: pelos trabalhadores da limpeza urbana (motoristas, varredores e coletores), que classificam os resíduos no próprio caminhão, pelos *pepenadores* e intermediários nas plantas de seleção, lixões e ferros-velhos, pelos trabalhadores ambulantes nos mercados de pulgas e por carroceiros e *perifoneadores* que atravessam as ruas ao som do anúncio mais característico da cidade – *Se compran colchones, tambores, refrigeradores, estufas, lavadoras, microondas, o algo de fierro viejo que vendan*. Todos esses trabalhadores vivem, em alguma medida, da venda dos recicláveis.

Nesse estudo serão considerados apenas os grupos de trabalhadores englobados na cadeia de valor da reciclagem que atuam diretamente na gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, isto é, aqueles que se encontram na coleta domiciliar e nas plantas de seleção. Os dados aqui apresentados foram coletados a partir de revisão de literatura e de trabalho de campo realizado no primeiro semestre de 2020 na Cidade do México, com a finalidade de entender como se constrói a subjetividade jurídica desses trabalhadores na realidade mexicana.

A recuperação de resíduos não é uma novidade no Vale do México. Bernal Diaz de Castillo, em seus escritos sobre o Império Asteca, relata que próximo ao grandioso mercado de Tlatelolco havia canoas, amarradas nos pântanos, “que se vendiam cheias de excremento humano, e que era utilizado para curtir peles” (SOUSTELLE, 1990, p. 54). No México-Tenochtitlán, os resíduos orgânicos eram utilizados como fertilizantes agrícolas nas *chinampas*, plantações flutuantes em ilhas artificiais construídas sobre o Lago de Texcoco. Esse cenário mudou completamente após a conquista espanhola, que devastou a civilização asteca e iniciou

o processo de drenagem do Lago de Texcoco⁶², reorganizando de maneira profunda a região, que se tornou a capital do Vice-Reino da Nova Espanha (1535-1821).

O objetivo desse tópico não é realizar uma reconstituição de como o trabalho com a recuperação de resíduos foi realizado em toda a longa história da Cidade do México, mas sim localizar os fatores que foram materialmente determinantes para a organização dos recicladores de base na atualidade. Essas condições foram colocadas após a Revolução Mexicana de 1910, quando da criação do Partido Revolucionário Institucional (PRI)⁶³, que se orientava por uma concepção muito próxima do que Engels e Kautsky (2012) entendiam como “socialismo jurídico”. Tal fato deu-se porque, em sua constituição, o partido buscou realizar o programa da Revolução Mexicana por meio do fortalecimento do Estado Democrático de Direito. O PRI governou o México durante 70 anos seguidos, ganhando legitimidade nas eleições presidenciais por meio de filiações massivas e de práticas clientelistas típicas de um governo burocrata e corporativista. De acordo com Garrido (1987), para o trabalhador ou camponês receber uma doação de terras ou ocupar um posto de trabalho, era necessário estar afiliado e ser “militante” de uma organização priista, seja um sindicato, uma liga campesina ou uma associação profissional.

É nesse cenário que o Sindicato de Limpeza e Transporte se organiza entre as décadas de 1920 e 1940, sendo posteriormente abarcado como Seção 1 dentro do Sindicato Único dos Trabalhadores do Governo do Distrito Federal (SUTGDF)⁶⁴. O Sindicato de Limpeza e Transportes foi terreno fértil para o desenvolvimento de uma “máfia do lixo”, a partir da qual foram estabelecidos os maiores negócios envolvendo a gestão de resíduos sólidos e a comercialização de recicláveis na Cidade do México. Esses negócios foram possíveis a partir da exploração de uma grande quantidade de trabalhadores desempregados que passaram a sobreviver da revalorização de resíduos, atuando como *pepenadores*.

A palavra *pepenar* é de origem náhuatl e significa “vasculhar”, “separar”. Tem sido utilizada para designar a atividade dos trabalhadores que realizam a coleta e separação de utensílios

⁶² Tal fato levou a Cidade do México a inúmeras inundações, o que foi solucionado em parte apenas em meados do século XX, com a adoção do sistema de “drenagem profunda” da água residual. Um dos trabalhos mais perigosos do mundo é o realizado pelos “mergulhadores” desse sistema nos canais subterrâneos da Cidade do México. Algumas das consequências da drenagem da região é a escassez de água, a desertificação do solo e sua liquefação em caso de terremotos, e o afundamento da superfície, o que pode ser observado pela inclinação de alguns edifícios.

⁶³ Em 1929 foi criado o Partido Nacional Revolucionário (PNR), que em 1938 passou a se chamar Partido da Revolução Mexicana (PRM) e, finalmente, em 1946, como Partido Revolucionário Institucional (PRI).

⁶⁴ Em 2016 houve uma reforma política que alterou o nome do Distrito Federal para Cidade do México. Alguns órgãos ainda mantêm em suas siglas o termo “Distrito Federal”.

descartados nas ruas e em locais de disposição final de resíduos para serem vendidos no mercado. Na Cidade do México, assim como na maioria das cidades na América Latina, os lixões a céu aberto têm sido historicamente a principal forma de lidar com a disposição final de resíduos. Nos anos 1940, os maiores lixões da cidade eram o de Santa Cruz Meyehualco, localizado no terreno do atual Parque Cuitláhuac, ao lado do aterro do Cerro de las Estrellas, e o vertedouro de Santa Fé, onde se localiza hoje a Alameda Poniente, próximo a outro aterro, o do Parque Prados de la Montaña.

A maior parte dos lixões existentes nessa época era controlada por Agustín Padilla Tavares, concessionário comprador e Secretário Geral do Sindicato de Limpeza e Transporte, que exercia seu direito de propriedade por meio de seus capatazes. Rafael Gutiérrez Moreno, ex-motorista do serviço de coleta de lixo e membro do sindicato, era um dos dirigentes desses vertedouros controlados pela burocracia sindical. Esse esquema era possível porque dele também fazia parte Benjamín Carpio Mendívil, diretor do Departamento de Limpeza e Transportes⁶⁵ (BERTHIER, 1990). Esses agentes cumpriam o papel de intermediários entre os trabalhadores e as empresas compradoras de recicláveis e seus lucros advinham da diferença entre o que era pago pelos trabalhadores e o que recebiam das empresas.

Nesse sentido, o Estado não apenas dava o aval à exploração da força de trabalho dos *pepenadores* – porque isso significaria uma redução de custos –, como também lucrava diretamente com esse negócio. Aqui se percebe o papel do Estado como empresa, já que esses grupos não se legitimam apenas pela coerção privada de seus líderes, senão que são formados pela própria estrutura estatal e dela dependem. Nessas relações escusas pouco importam as fronteiras entre a informalidade e a formalidade, entre a ilegalidade e a legalidade, porque a acumulação de capital não depende de nenhuma regulamentação da superestrutura jurídico-política para que ocorra. Nessa toada, Harvey (2019, p. 28) argumenta que “o investimento em corrupção (ou sua versão legalizada chamada *lobby*) é um grande (e lucrativo) negócio nos nossos dias. Alguns dos negócios mais lucrativos são ilegais e as várias máfias ao redor do mundo são grandes centros de acumulação de capital”.

Ainda na década de 1950, um grupo de *pepenadores* sem terra ocupou terrenos próximos de Santa Cruz Meyehualco, na zona oeste da Cidade do México, posteriormente sendo expulsos,

⁶⁵ Nesta pesquisa não me atentarei a delinear todas as reconfigurações político-administrativas do setor responsável pela gestão de resíduos sólidos da Cidade do México. Dessa forma, quando trato do Departamento de Limpeza e Transporte, da Direção Geral de Serviços Urbanos ou da Secretaria de Obras e Serviços, estou fazendo referência à parte do governo da cidade diretamente encarregada da prestação do serviço de limpeza urbana.

se deslocaram para o aterro de Santa Fé, no outro extremo da cidade. Nos anos seguintes, esses trabalhadores vieram a ser conhecidos por sua organização, a associação *Frente Único de Pepenadores*, historicamente liderada por Pablo Téllez desde a década de 1970. Seu pai, Luis Téllez, se mudou de Hidalgo à capital em busca de melhores condições de vida e acabou encontrando trabalho como um dos *pepenadores* de Santa Fé. Lá o grupo era liderado por Fernando Padilla e quando este faleceu, Pablo Téllez assumiu a liderança e formalizou a associação legalmente em 1977 (BERENICE, 2010).

O aterro de Santa Cruz Meyehualco, por sua vez, era monopolizado pela *Unión de Pepenadores de los Tiraderos del Distrito Federal*, cuja influência se expandia a outros lixões da cidade, sob as ordens de Agustín Padilla⁶⁶. Na década de 1960 ele também passou a exercer o seu poder no vertedouro de Santa Fé, que foi dividido em duas partes. A parte alta ficava à cargo do grupo de Pablo Téllez e a parte baixa era comandada pelos homens de confiança de Agustín Padilla⁶⁷. Foi Padilla quem impulsionou a criação do *Frente Único de Pepenadores de los Tiraderos y Similares del Distrito Federal*, que anos depois passou a ser conhecido como *Unión de los Tiraderos del Distrito Federal*, sob comando de Rafael Gutiérrez Moreno (LAJOUS, 1965, BERTHIER, 1990).

Nessa época, foram construídas cerca de 3.000 casas populares na Unidade Habitacional Santa Cruz Meyehualco (GÓMEZ, 2021) e uma associação civil chamada *Buena Voluntad y Servicio Social* começou a fazer um trabalho social com a população local. Uma de suas principais ações foi promover a criação de uma cooperativa, que chegou a contar com 650 *pepenadores* organizados e passou a se chamar *Cooperativa de Pepenadores Libres del Distrito Federal*. O nome da cooperativa já sugeria as principais reivindicações dos trabalhadores, que buscavam romper com os líderes concessionários que monopolizavam as vendas dos resíduos e proibiam o fluxo de *pepenadores* e de recicláveis fora do lixão (BERTHIER, 1990).

A cooperativa buscava melhores compradores e apoio para a aquisição de maquinários, negociando diretamente com as fábricas. No entanto, naquele momento esses trabalhadores não

⁶⁶ Esse é o caso do Bordo de Xochiaca, localizado no Estado do México e registrado oficialmente como vertedouro no final da década de 1960. A organização que geria o espaço nessa época era a *Comercializadora de Desechos Sólidos Nezahualcóyotl*, liderada por Celestino Fernández Reyes, cumprindo ordens do PRI. Na pesquisa de Frykman (2006), essa associação aparece com outro nome, *Unión de Recolectores, Colonos del Sol y Ciudad Lago*, sendo seu líder o filho de Celestino, Norberto Reyes.

⁶⁷ Na pesquisa, apareceram uma série de líderes que já atuaram em Santa Fé a mando de Agustín Padilla e, posteriormente, de Rafael Gutiérrez Moreno, entre os quais: Fernando Ríos Rayado (“él Dientón”), José Flores Valdéz, Pedro Ruíz Aldana (“el Perico”) e Luis Rojas.

estavam apenas indo contra os líderes dos lixões, estavam indo contra o sindicato e contra o próprio Estado. Assim, não é de se espantar que não tenha havido apoio estatal para a formalização dessa cooperativa. Ao contrário, Berthier (1990) demonstra como, em 1964, a mando do Estado, esses trabalhadores foram desapropriados arbitrariamente da Unidade Habitacional e suas famílias reprimidas pelas forças policiais. Esse cenário de luta de classes e de competição pelo negócio do lixo, entre os *pepenadores* e os intermediários que monopolizavam a comercialização dos recicláveis, marca toda a história da gestão de resíduos sólidos urbanos na Cidade do México.

A criação da *Unión de Pepenadores de los Tiraderos del Distrito Federal*, em 1965, se insere justamente nesse panorama de contenção dos trabalhadores. Seu presidente era Rafael Gutiérrez Moreno⁶⁸, que inaugurou um novo período de repressão àqueles trabalhadores que não concordassem com a sua liderança, utilizando para isso seu próprio exército e o braço armado do Estado. Por outro lado, sua gestão foi marcada pela autorização da circulação dos *pepenadores* e da venda de alguns materiais fora do lixão, e pela realização de uma imensa lista de filantropias dentro da comunidade dos recicladores. Entre elas, podem ser citadas a criação de um time de futebol que levava o seu nome, a construção de quadras esportivas, igrejas e monumentos religiosos, a instalação de mercados, a organização de festas e celebrações anuais e de excursões para milhares de *pepenadores* passarem as férias na praia (BERTHIER, 1990).

De acordo com os relatos de Berthier (1990), na entrada do lixão de Santa Cruz Meyehualco eram estampados cartazes com dizeres como “Nós também somos mexicanos”, “A terra é de quem trabalha, o lixo é dos *pepenadores* que o trabalham” e “União é compartilhar”. Com isso, Gutiérrez Moreno buscou trazer uma imagem de dignidade do trabalho para os *pepenadores* do lixão e uma consciência entre esses trabalhadores de que eles eram os donos do negócio, quando na verdade era Rafael quem lucrava com a exploração dessa força de trabalho. Sua fortuna era fruto tanto da venda de recicláveis a preços de 8 a 10 vezes superiores ao montante pago aos trabalhadores (BERTHIER, 2006), como também de uma rede de negócios ilícitos ligada ao Partido Revolucionário Institucional, do qual fazia parte.

⁶⁸ De acordo com Colmenares (2018), foi porque Othón Rangel, o antigo líder de Santa Cruz Meyehualco, não quis fazer um acordo com o presidente Gustavo Díaz Ordaz, que buscava cobrar uma cota periódica dos líderes pelo uso do lixo, que o governo negociou com Gutiérrez Moreno a liderança dos *pepenadores*. Ao longo dos anos, o império construído por Rafael Gutiérrez Moreno lhe garantiu o título de “rei do lixo”.

É por ser uma figura tirana e ao mesmo tempo benfeitora aos olhos dos *pepenadores* que os líderes do negócio do lixo têm sido enquadrados pela literatura mexicana como uma espécie de “cacique urbano” (BERTHIER, 2006). O “cacique” seria um líder personalista e autocrático da política local, apoiado por um grupo de parentes e vários dependentes econômicos, que exerce seu poder pela violência e serve de ponte entre os trabalhadores de sua base e a superestrutura jurídico-política estatal. Essa forma de organização da comunidade, ainda que ocorra pelo poder coercitivo dos líderes, está historicamente articulada com os objetivos do Estado e ambos atuam com a finalidade de reprodução do próprio modo de produção (ÁLVAREZ MARTÍN, 1998). O “cacique” é um membro da mesma comunidade que explora, mas não é assim que a relação se apresenta, já que existem laços familiares e comunitários de respeito e admiração ao líder, que está articulado a uma rede – o Estado, o sindicato e os seus capatazes e ajudantes, que controlam a operação dos *pepenadores* em cada uma das unidades de produção, dentro dos locais de trabalho. É o controle sobre o processo de comercialização que faz com que esses intermediários lucrem com o trabalho dos *pepenadores* e é a participação direta do Estado que permite que essas condições de compra e venda da força de trabalho dentro dos lixões sejam consideradas adequadas.

O sindicato comandado por Gutiérrez Moreno utilizava os *pepenadores* como massa de manobra em manifestações cívicas, protestos, desfiles e na recepção de políticos do partido. Esses trabalhadores eram parte de seu reduto eleitoral, faziam campanhas com camisetas estampadas com o seu rosto e garantiram que Gutiérrez Moreno chegasse ao cargo de deputado federal em 1979. Tal uso dos *pepenadores* e dos trabalhadores ligados ao Sindicato de Limpeza e Transporte serviu para o fortalecimento do Partido Revolucionário Institucional e para a contenção dos interesses dos próprios trabalhadores, o que se tornou mais evidente pelo papel que eles desempenharam no ano de 1968.

Às vésperas dos Jogos Olímpicos, a Cidade do México foi tomada por uma série de protestos de trabalhadores e estudantes organizados, que convocavam uma greve geral⁶⁹. A reação do Estado foi de intensa repressão, culminando em uma ofensiva sangrenta à uma manifestação realizada na Praça das Três Culturas, em Tlatelolco. Um grupo paramilitar (Batalhão Olímpia) abriu fogo contra os manifestantes, sob ordens do governo mexicano. Muitos manifestantes

⁶⁹ As principais pautas dos protestos de 1968 eram contra o regime autoritário e ditatorial do PRI – que proibia reuniões com mais de duas pessoas, consideradas uma ameaça à ordem pública – e a favor da defesa da autonomia universitária e da liberdade de presos políticos.

conseguiram escapar do tiroteio, escondendo-se nos edifícios do Conjunto Habitacional Nonoalco Tlatelolco, onde a chacina continuou. Esse episódio ficou conhecido como Massacre de Tlatelolco e a maioria das vítimas eram jovens estudantes. Segundo testemunhas, seus corpos foram retirados em caminhões da coleta de lixo (ÁVILA, 2016). Nos relatos de Colmenares (2018) sobre o movimento estudantil em 1968, fica evidente que não só Rafael Gutiérrez Moreno, como sua família, estiveram estreitamente relacionados ao grupo paramilitar que garantiu a repressão dos estudantes naquele momento. Os conflitos entre estudantes e trabalhadores da limpeza urbana demonstra como estes foram utilizados como uma força reacionária. Mas ainda que os trabalhadores quisessem se somar às manifestações contra o governo, não eram autorizados pelo líder, que utilizava da coerção e do assassinato puro e simples como forma de poder.

Quanto ao grupo que ocupava a parte alta do aterro de Santa Fé, o *Frente Único de Pепенadores*, não há relatos de que fizesse parte ativa desse movimento, mas tampouco de que se somasse ao levante popular. Pablo Téllez Falcón era um adepto do partido governista e, ainda que não obrigasse seus associados a apoiarem o PRI, os incentivava a estar nesses espaços. Assim como Gutiérrez Moreno, Téllez Falcón foi motorista da coleta domiciliar do Sindicato de Limpeza e Transporte, sendo demitido por desavenças políticas, mas, ao contrário do “rei do lixo”, recusou propostas de cargos políticos, evitava trazer para si a figura de autoridade e tinha uma visão mais social do negócio. Ainda que os trabalhadores tivessem melhores condições de vida aí e que Téllez buscasse oferecer benefícios⁷⁰ aos *pepenadores*, ele ainda atuava como um intermediário entre os trabalhadores e as empresas, comprando mais barato e vendendo mais caro.

A partir de 1971, o governo do então Distrito Federal desconcentrou os serviços públicos em 16 delegações políticas, que começaram a realizar a limpeza urbana de acordo com as suas áreas de atuação. Esse movimento se relaciona à construção de um Estado mais eficiente do ponto de vista da própria reestruturação produtiva. Nessa época, também foram criadas estações de transferência para os resíduos urbanos e a tentativa de funcionamento de uma Planta Industrial de Resíduos Sólidos em San Juan de Aragón. Segundo Berthier (1990), a planta, inaugurada em 1974, empregou 80 pessoas, a metade eram trabalhadores que foram deslocados de Santa

⁷⁰ Berthier (1990) menciona que nessa época Pablo Téllez conseguiu obter terrenos e materiais financiados pelas autoridades do então Distrito Federal por meio de créditos a longo prazo para a construção de moradia em um bairro próximo à Santa Fé, chamado *El Cuervo*.

Cruz Meyehualco e que depois dos primeiros dois meses abandonaram os seus postos. Essa foi a primeira iniciativa de incorporação dos *pepenadores* em um esquema de recuperação de resíduos industrial e, nos anos seguintes, outras medidas como essa seriam tomadas com o anúncio da transição de lixões a céu aberto para aterros sanitários, que foi indicada no “Plan Maestro de Basura” da cidade, em 1980, e no Programa Nacional de Ecologia 1984-1988.

Nesse momento, a reciclagem ainda era timidamente mencionada, as prioridades eram a construções de aterros sanitários, incineradores e cimenteiras industriais. Segundo Espinoza *et al.* (2011), há mais experiências na América Latina em termos de incorporação dos grupos de recicladores de base informais ao sistema de gestão integrada de resíduos sólidos nos casos em que se tentou fechar o lixão para implantar aterros sanitários. Foi exatamente esse movimento que levou à discussão do que fazer com os *pepenadores* deslocados dos vertedouros da Cidade do México. Essa tensão foi colocada pelo avanço da inversão privada no uso do solo e na extração de gás, facilitada pelas concessões previstas na Lei Orgânica do Distrito Federal de 1979. Nesse contexto é que foi criada a Direção Geral de Serviços Urbanos e, no mesmo ano de sua criação, iniciou a abertura de um novo aterro sanitário, de propriedade do governo, o Bordo Poniente, que funcionou de 1984 à 2011.

As negociações da saída de Rafael Gutiérrez Moreno do lixão de Santa Cruz Meyehualco, em 1983, foram realizadas com a finalidade de não modificar as condições existentes de controle da compra e venda dos resíduos e de exploração dos *pepenadores*⁷¹. De acordo com Berthier (1990), naquele momento, qualquer mudança no sentido de modernizar o aproveitamento dos resíduos deveria considerar a integração desses líderes em alguma fase do processo. Isso de fato ocorreu, uma vez que Rafael Gutiérrez negociou a transferência dos resíduos e dos *pepenadores* para Santa Catarina, onde havia comprado ilegalmente mais de 60 hectares de terras ejidais⁷² para a instalação do novo “aterro sanitário”, que seria por ele gerido livremente como um negócio privado.

⁷¹ Na região do vertedouro de Santa Cruz Meyehualco se desenvolveu a *Colonia Renovación*, um bairro que até hoje é formado por trabalhadores que vivem da venda de recicláveis.

⁷² Os *ejidos* são uma modalidade de propriedade comunal da terra que cumpre uma função social e econômica de pequena produção agrícola. Surgiram na legislação de 1915, após a Revolução Mexicana, quando houve a expropriação de latifúndios. Foram regulamentados pelo Código Agrário de 1934, que limitava as formas de transferência dessa modalidade de propriedade. Nos anos seguintes, foram realizadas reformas que flexibilizaram a transferência de terras ejidais, favorecendo grandes latifundiários, que, ainda que burlando a legislação, encontravam formas de se apropriar desses terrenos. Essa modalidade de propriedade é garantida no artigo 27 da Constituição Mexicana, que sofreu uma grande reforma em 1992, flexibilizando as formas de compra e venda dos *ejidos* em um contexto de abertura econômica neoliberal ao capital estrangeiro.

Em 1987 ocorreu o fechamento do vertedouro de Santa Fé, o que impactou especialmente o *Frente Único de Pepenadores*, que foi trasladado aos Prados de la Montaña até 1994. Segundo Guillermoprieto (1995), enquanto os *pepenadores* do grupo alinhado à José Flores Valdéz protestavam a saída de Santa Fé ateando fogo em propriedades, Téllez fazia um acordo com o governo para a construção da Unidade Habitacional Tlayapaca, que abrigou 5 mil *pepenadores* e suas famílias, com um jardim da infância, uma escola, um mercado e casas com eletricidade e água. Poucos anos depois de sua construção, o bairro ficou obsoleto, já que todos os lixões da região foram fechados para a construção de um dos maiores centros comerciais do país e todos os trabalhadores que ali moraram foram deslocados antes de os terrenos se valorizarem⁷³.

A partir dos anos 1980, muitas mudanças ocorreram no México. Essa época foi marcada pelo descobrimento de grandes jazidas de petróleo, o que demandou empréstimos estrangeiros e gerou endividamento do Estado – seu ápice foi a crise da dívida externa de 1982. A Crise do Petróleo intensificou essa situação e então veio o terremoto de 1985, que deixou um rastro de destruição e morte na Cidade do México. Esse momento bastante dramático da história também demonstra como o capital se destrói e se renasce nos escombros dessas tragédias. Tudo o que foi destruído naquele momento se tornou mercantilizado nas cadeias de valor da reciclagem (sobretudo concreto e metais), o que também repercutiu no interesse por atuar nesse mercado.

Todos esses eventos – a descentralização administrativa, o fechamento dos lixões, a crise econômica, o desemprego e o aumento na geração de resíduos – fez com que crescesse o número de trabalhadores voluntários na coleta domiciliar. Esses coletores de lixo não possuem nenhum tipo de contrato de trabalho com o governo, não recebem um salário e por isso são chamados de voluntários. Eles atuam tanto como varredores como junto aos motoristas assalariados e sindicalizados e com eles possuem alguma relação de parentesco ou amizade. Sua remuneração provém das gorjetas recebidas dos munícipes e da venda de recicláveis selecionados na *pepena* a ferros-velhos ou *centros de acopio* [centros de coleta], nome formal dado a esses negócios no México.

Ainda que não sejam membros da Seção 1 do SUTGDF, os voluntários atuam sob uma hierarquia formal definida pelo Secretário Geral do Sindicato de Limpeza e Transporte, seus

⁷³ Ainda em 2001 a região era palco de conflitos entre os *pepenadores* desalojados, empresas e autoridades, como evidencia matéria do *El Universal* (CUENCA, 2001) sobre o contexto de construção do campus Santa Fé do Instituto Tecnológico de Monterrey. O motivo dos protestos era a baixa indenização que receberam frente ao preço do metro quadrado, que se valorizou enormemente nos anos seguintes ao deslocamento dos trabalhadores.

representantes em cada delegação, os chefes do setor e os próprios motoristas dos caminhões (ESPINOSA e PARRA, 2019). O montante de dinheiro recebido pela venda dos recicláveis e pelas gorjetas deve ser repartido entre esses intermediários, o que já indica que a comercialização de recicláveis dentro da gestão oficial de resíduos é um negócio de longa data. Existem disputas entre os motoristas pelas melhores rotas de coleta domiciliar, pelos bairros em que são gerados resíduos com melhores preços de comercialização. Além disso, existem rotas não autorizadas, as *fincas*, que se realizam por meio da coleta de resíduos de comércio que não estão abarcados pela coleta domiciliar. Ainda que o Regulamento do Serviço de Limpeza de 1989, ainda vigente, garanta que os geradores de mais de 200 kg de resíduos diários não sejam contemplados pela gratuidade do serviço de coleta domiciliar, esse serviço tem sido realizado por meio das *fincas*. Para os grandes geradores, esse trabalho representa uma economia nos custos e, para os trabalhadores, são as horas extras que complementam a sua renda.

Em 1987, Rafael Gutiérrez foi assassinado e na disputa pelo seu trono a viúva Guillermina de la Torre assume a liderança da então *Unión de Pepenadores Rafael Gutiérrez Moreno*⁷⁴. De acordo com Berthier (1990), uma das primeiras ações de Guillermina de la Torre foi subir os preços dos resíduos pagos aos trabalhadores e anunciar publicamente que renunciaria parte de sua herança se eles formassem uma cooperativa que repartisse os benefícios do negócio coletivamente, o que foi consolidado posteriormente na administração da planta de Santa Catarina. A cooperativa foi usada como um pretexto para que se definisse o pagamento de um salário fixo de igual quantia a todos os cooperados, exceto aos líderes, que com essa medida conseguiam que os *pepenadores* entregassem determinados materiais de forma gratuita, já que seriam remunerados por um salário pré-estabelecido e de baixa quantia. É por isso que Álvarez Martín (1998) argumenta que o incentivo à produtividade na planta de seleção de Santa Catarina não derivava de vantagens econômicas diretas aos *pepenadores*, mas sim da coação exercida pelos líderes.

A Lei Geral de Equilíbrio Ecológico e Proteção ao Ambiente (LGEEPA), de 1988, representou um marco na regulamentação ambiental do setor, pois estabeleceu as formas com que a movimentação de resíduos sólidos, industriais e perigosos, se tornou permitida em território

⁷⁴ Rafael Gutiérrez Moreno era reconhecidamente um misógino violador e foi assassinado por uma de suas esposas. Seu filho, Cuauhtémoc Gutiérrez de la Torre, é investigado atualmente por organizar uma rede de prostituição dentro do PRI.

mexicano, visando a mitigação de seus impactos negativos no meio ambiente. A lei elenca, entre as medidas de prevenção e controle da contaminação do solo, a incorporação de técnicas de reutilização e reciclagem de resíduos, assim como a regulamentação de uma gestão e disposição final eficientes. Tal legislação veio acompanhada, no ano seguinte, pelo já mencionado Regulamento para o Serviço de Limpeza do Distrito Federal, que define que o serviço de limpeza urbana inclui a varrição de vias públicas e áreas comuns, a coleta de resíduos sólidos e as operações de armazenamento, transporte, reutilização, tratamento e destinação final desses resíduos.

O Regulamento não estabeleceu obrigações apenas entre Departamento de Limpeza e as 16 áreas administrativas (delegações), como também estendeu a responsabilidade pela limpeza da cidade aos seus habitantes, proprietários ou inquilinos de casas, lojas e mercados. Na prática, muitas dessas obrigações foram repassadas para os varredores de rua. Ainda hoje não existe um horário definido para a coleta domiciliar, que varia dentro de um mesmo bairro, porque depende das rotas dos caminhões. Não é permitido deixar o lixo na calçada à espera da coleta, é preciso entregá-lo diretamente aos trabalhadores do caminhão, que anunciam sua chegada ao som de um sino. Os horários são os mais diversos possíveis e nem sempre se acomodam à rotina dos habitantes. Os varredores, por sua vez, trabalham logo cedo e por isso muitas casas entregam seu lixo a esses trabalhadores mediante o pagamento de uma gorjeta. Quando da chegada dos caminhões, os varredores negociam com os demais trabalhadores a entrega dos descartes, recicláveis e gorjetas.

A industrialização dos processos de reciclagem com a participação dos *pepenadores* que atuavam nos lixões teve um impulso no ano de 1994, que foi marcado como um período de intensa crise econômica, de aumento da dívida externa e de implementação de políticas neoliberais. Essa situação levou a inúmeros protestos populares e à guerrilha armada do Levante Zapatista. O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), formado por camponeses-indígenas de etnias maias, ocupou vários municípios em Chiapas, questionando as promessas de modernidade e de desenvolvimento do governo, que acabava de assinar o acordo do NAFTA. Foi nesse cenário que as Plantas de Seleção de resíduos do então Distrito Federal foram

inauguradas e houve a regionalização dos aterros sanitários fora dos limites territoriais da Cidade do México⁷⁵.

Essas iniciativas se inserem nos marcos de um projeto do Banco Mundial em coordenação com o governo mexicano e que não chegou a ser implementado em sua completude. Nos diagnósticos do Banco sobre a situação dos resíduos sólidos municipais no México, as organizações de *pepenadores* e os trabalhadores voluntários da limpeza urbana foram entendidos como um dos obstáculos para a implementação de um modelo de gestão integrada de resíduos sólidos, o que explica porque um dos objetivos desses projetos tenha sido frear a proliferação desses trabalhadores e modernizar o sistema de limpeza urbana (NAVARRETE & LEÓN, 2005). Navarrete e León (2005) comentam que esses projetos fizeram parte do “Programa de 100 cidades: Prevenção e mitigação de desastres através da regulação do uso do solo” e se basearam em três ações: fortalecer as instituições federais e locais do setor; impulsionar investimentos privados nas cidades participantes por meio de planos integrais de manejo de resíduos sólidos e apoiar os recicladores de base afetados pela modernização do setor.

O empréstimo do Banco Mundial deveria financiar 48% dos custos totais e os 52% corresponderiam a fundos federais e locais. O *Banco Nacional de Obras y Servicios Públicos* (BANOBRAS) é quem iria emprestar os recursos do Banco Mundial aos agentes nacionais, abrindo novas linhas de crédito, e a então *Secretaría de Desarrollo Social* (SEDESOL) ficaria a cargo, entre outras coisas, de elaborar uma estratégia nacional para a reciclagem, incluindo uma análise de mercado, incentivos à cadeia produtiva e campanhas de conscientização. Com relação aos *pepenadores*, seriam investidos cerca de 6 milhões de dólares para financiar planos de ação social para minimizar o efeito negativo da modernização sobre o seu trabalho. No entanto, de acordo com Navarrete e León (2005), o montante destinado aos *pepenadores* foi nulo, o projeto não cumpriu com os empréstimos estabelecidos pelo Banco Mundial e a maior parte do investimento no programa veio do governo federal, por meio da SEDESOL. O motivo apontado pelos autores foi a crise financeira de 1994, que significou o fim do projeto, sem alterar o destino dos trabalhadores e a criação de novos aterros para exploração de biogás pela iniciativa privada.

⁷⁵ Atualmente os locais de disposição final de resíduos são aterros privados: La Cañada, Cuautitlán, Milagro e Chicoloapan, no Estado do México, e Cuautla, em Morelos (SEDEMA, 2018).

Assim, a partir de 1994 começaram a operar a Planta de Seleção de Bordo Poniente, entre o aeroporto e o Lago Nabor Carrillo, sob a coordenação de Pablo Téllez Falcón, e a Planta de Seleção de San Juan de Aragón, próximo à estação Villa de Aragón, sob o comando de José Valdéz. A planta de Santa Catarina, por sua vez, teve um processo mais longo de negociação com Guillermina de la Torre, sendo inaugurada em 1996, ao lado do vulcão La Caldera, na rodovia México-Puebla. A formalização desses grupos dentro da gestão de resíduos sólidos legitimou o trabalho desempenhado historicamente pelos *pepenadores*, mas sobretudo reconheceu o papel dos líderes como concessionários e como elo entre o sistema jurídico-político que regulamenta a prestação do serviço público de limpeza urbana e os interesses privados da cadeia de valor da reciclagem.

As organizações que comandam as plantas de seleção se desenvolveram como sociedades mercantis e muitas vezes recebem resíduos de particulares e de outros municípios do Estado do México, não apenas da Cidade do México (ÁLVAREZ MARTÍN, 1998). Tanto nos lixões como nas plantas, as organizações não fazem muitas inversões de capital, é o Estado que entra com os riscos e negocia investimentos nesses projetos a partir da iniciativa privada. Nesse sentido, o fechamento dos lixões e a abertura de novos aterros, respeitando todas as normas de concessão de resíduos em favor das principais organizações que lideravam os *pepenadores*, só significou uma mudança de endereço, sem que houvesse alterações significativas na sua forma de gestão (BERTHIER, 1990).

É possível argumentar que houve uma melhora no nível de vida dos trabalhadores, mas ela foi parcial. Segundo Mondragón (1997), tanto em Bordo Poniente como em San Juan de Aragón os trabalhadores faziam turnos de seis ou oito horas, recebiam equipamentos de proteção, melhores salários e o trabalho infantil havia sido erradicado nesses espaços. No entanto, boa parte dos *pepenadores* entendia que no lixão tinham a possibilidade de trabalhar de acordo com a sua necessidade, sem ter que respeitar uma jornada fixa de trabalho e que lá podiam cuidar melhor de seus filhos. Nas plantas, ganhavam um pouco a mais, mas também gastavam mais, não apenas com transporte e alimentação, mas para pagar para alguém cuidar das crianças.

A planta de Santa Catarina, por sua vez, desde a sua concepção tem sido um local praticamente impenetrável. Na sua entrada existem guardas armados que custodiam a movimentação de pessoas e mercadorias e evitam a entrada de gente “alheia ao negócio” (BERTHIER, 1990). Segundo Hernandez Rojas (2006), a planta de Santa Catarina é formada por uma série de microempresas, nas quais muitas famílias se empregam. De acordo com esse autor, uma família

de *pepenadores* é composta em média por seis pessoas e dentro dessas empresas familiares há uma divisão sexual do trabalho em que as mulheres selecionavam o papel e o papelão, os jovens procuravam papel, ferro e vidro, as crianças selecionavam garrafas, plásticos, pequenos objetos; enquanto os homens classificam os resíduos em feixes, fardos e sacos, os amarram e levam para a balança.

O deslocamento dos *pepenadores* dos lixões para as plantas de seleção apresentou mudanças significativas na organização do seu trabalho. Antes a seleção era realizada de forma artesanal e os trabalhadores também realizavam a coleta, já nas plantas de seleção os trabalhadores deixaram de ter acesso à coleta e foram inseridos em um modelo semi-industrial de triagem, com uma jornada de trabalho definida e dependência de inversão de capital em maquinaria. A inserção das organizações de *pepenadores* nas Plantas de Seleção significou não apenas que esses trabalhadores e seus representantes continuaram exercendo o trabalho que vinham realizando por mais de trinta anos, mas também que esses grupos até então tidos como informais passaram a fazer parte da gestão integrada de resíduos sólidos.

O exemplo da “reciclagem inclusiva” proposta pelo governo do então Distrito Federal na década de 1990 demonstra que a exploração da força de trabalho dos recicladores se legitimou a partir da figura jurídica da associação, legalmente registrada. A institucionalização das plantas de seleção foi o “reconhecimento de direitos de propriedade desses atores sobre o lixo” (ÁLVAREZ MARTÍN, 1998, p. 85). O reconhecimento do direito de propriedade dessas organizações sobre o lixo, no contexto de transmissão da propriedade do governo sobre os resíduos sólidos municipais, se dá porque já houve uma apropriação dessas mercadorias anteriormente. A forma jurídica já estava presente desde a constituição do negócio do lixo, pois havia relações de compra e venda de recicláveis como matérias-primas para indústrias desde ao menos a década de 1940. Nesse sentido, se torna evidente que a divisão entre atividades consideradas formais ou informais é apenas uma questão de como elas se relacionam com a normatividade e com a superestrutura jurídico-política, sendo estruturais e não conjunturais, como a regulamentação do setor pretende transparecer.

Em 2002, foi estabelecido um acordo entre Secretaria do Meio Ambiente (SEDEMA), Secretaria de Obras e Serviços (SOBSE) e grupos de indústrias geradoras de resíduos de embalagens para reduzir o descarte inadequado de resíduos de embalagens plásticas, sobretudo de polietileno tereftalato (PET) e de polietileno de alta densidade (PEAD) (GUSMÁN ESTRELLA, 2006). Essas empresas se conformaram na associação “sem fins lucrativos”

Ecología y Compromiso Empresarial (ECOCE) e elaboraram o Primeiro Plano Nacional Voluntário de Manejo de Resíduos de embalagens PET. De acordo com o diretor da ECOCE, Jorge Treviño Aguado, o determinante para o surgimento da empresa foi que, em 2001, o governo da cidade exigiu que a indústria engarrafadora tomasse ações para solucionar a alta demanda de reciclagem de PET no espaço do Bordo Poniente (REVISTA PLÁSTICO, 2011). Aqui se iniciam de forma mais concreta as ações relacionadas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos lançados no mercado.

Para que isso fosse possível, a ECOCE viu que era viável contratar *pepenadores* para a coleta do PET, que seriam remunerados pela própria venda do material, cujo preço seria subsidiado por um fundo da própria empresa, que é utilizado apenas quando há grande queda do preço do PET no mercado. Essa iniciativa surgiu antes mesmo da publicação da Lei Geral para a Prevenção e Gestão Integral dos Resíduos (LGPGIR), de 2003, que passou a regulamentar a responsabilidade compartilhada e a gestão integrada de resíduos sólidos no México. Neste mesmo ano foi publicada a Lei de Resíduos Sólidos do Distrito Federal⁷⁶, estabelecendo o dever da Secretaria de Obras e Serviços (SOBSE) pela coleta de resíduos nas vias primárias, transporte às estações de transferência, às plantas de seleção e tratamento e à disposição final de resíduos; e das 16 delegações, encarregadas da coleta domiciliar e da varrição manual nas vias secundárias.

A Lei de Resíduos Sólidos do Distrito Federal, que implementa a gestão integrada de resíduos na Cidade do México, proíbe expressamente a atividade de *pepena*, que é descrita como “ação de catar, entre os resíduos sólidos, aqueles que têm valor em qualquer estágio do sistema de gestão” (CIDADE DO MÉXICO, 2003). De acordo com a lei, a proibição se estende ao ato de coleta e triagem de resíduos dispostos em contêineres instalados nas vias públicas e nos locais de disposição final e arredores. As multas pelo descumprimento são medidas entre 10 a 150 dias de salários-mínimos vigentes na cidade. Percebe-se, assim, no texto da lei, que os recicladores de base não são incluídos na gestão integrada de resíduos sólidos municipais da Cidade do México porque a *pepena* é vista como uma atividade indesejada e incompatível com a modernização do setor. Mas isso não corresponde à realidade, já que as organizações de *pepenadores* foram formalmente incluídas nas plantas de seleção da gestão integrada de

⁷⁶ Naquele momento, o atual presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, era chefe de governo do Distrito Federal, representando o Partido da Revolução Democrática. Em sua administração foi implementado o projeto Cidades Sustentáveis do Banco Interamericano de Desenvolvimento, dentro do qual se encontrava o programa “Basura Cero”, que ainda hoje está vigente (OSORIO, 2017).

resíduos sólidos e os “voluntários” da coleta domiciliar também atuam nos caminhões oficiais das delegações e estão inseridos no sistema formal de limpeza urbana, ainda que não sejam regulamentados pelo governo local.

Além disso, o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade do México, de 2004, reconhece a existência da *pepena* tanto na fonte, como nas plantas. A importância das associações de *pepenadores* também é destacada no relatório “Environmental Performance Reviews – Mexico”, da OCDE (2003, p. 89), que descreve os três grupos organizados nas plantas de seleção da Cidade do México como “associações bem-organizadas que se tornaram importantes atores sociais”.

Essa ambivalência entre a formalidade e a informalidade e entre a legalidade e a ilegalidade da atividade exercida pelos recicladores de base, expressa nos textos legais e em documentos oficiais, é reflexo da relação paradoxal entre as autoridades e esses trabalhadores na materialidade das relações sociais. Uma notícia da Televisa relata que um *pepenador* da planta de San Juan de Aragón foi detido em 2017 ao tentar entrar no seu local de trabalho carregando ferro e papel. Segundo os oficiais da Secretaria de Segurança Pública, o trabalhador estava descartando lixo naquele local, o que caracterizaria uma forma de má gestão dos resíduos. Segundo o trabalhador, a polícia estava impedindo o seu acesso ao seu local de trabalho e o exercício da sua própria atividade econômica, que era beneficiar o ferro e papel comprado para venda posterior (TOVAR, 2017).

Em 2011, o Bordo Poniente fechou. Novamente, os motivos estiveram relacionados à própria vida útil do local e à concessão do aterro para a extração de gás metano por parte de um consórcio de empresas chamado BMLMX Power, que transformaria o Bordo Poniente em uma usina de geração de energia para a Cidade do México. De acordo com Marelló e Helwege (2017), a proposta inicial do projeto era que os *pepenadores* fossem incluídos na planta de biogás e oitenta empregos foram prometidos em uma instalação de compostagem, com renda proveniente da venda de composto. Essa proposta, que incluía uma porcentagem muito pequena de trabalhadores e baixa remuneração, foi rejeitada pelo *Frente Único*, que realizou uma série de protestos contra a privatização do aterro a empresas estrangeiras.

Nesse contexto, o *Frente Único de Pepenadores* foi transferido para a Planta de San Juan Aragón Fase II, em espaço próximo onde já trabalhava a *Asociación de Selectores de Desechos Sólidos de la Metrópoli*. Esse deslocamento foi marcado pela alteração na forma de

remuneração dos trabalhadores. No Bordo Poniente, a associação funcionava como uma cooperativa, tudo era dividido de forma igual entre os *pepenadores*, de acordo com a produção coletiva. A partir do momento em que se mudaram para San Juan de Aragón, o pagamento passou a ser individual, conforme a produção de cada um. O salário depende, hoje, do conhecimento que cada *pepenador* tem do trabalho de separação e revalorização de resíduos e da sorte de encontrar mais e melhores mercadorias em meio ao descarte. Essa sorte é determinada pelo local em que cada um ocupa na esteira de seleção, por isso fazem uma rotação periódica de postos, para que todos tenham a mesma garantia e vantagem.

Desde 2015, Javier Téllez, filho de Pablo Téllez, é o representante do *Frente Único*. Conversamos no início de 2020, quando o questionei sobre as tentativas de organização dos trabalhadores por meio de cooperativas. Segundo ele, a cooperativização do grupo de *pepenadores* é uma demanda recorrente por parte do Estado desde que eles se inseriram no esquema das plantas de seleção:

A verdade é que sim, já de muito tempo temos tido contato com o governo. Eles têm gerido esta situação desde que fomos desalojados do que eram os lixões a céu aberto. Na verdade, durante toda a nossa vida estivemos envolvidos na *pepena*, na separação de produtos que podemos reciclar, e vivíamos e trabalhávamos em lixões a céu aberto. Depois, quando nos tiraram de lá e fomos encaminhados para outra situação de trabalho, nas áreas das plantas de seleção, eles nos colocaram essa questão de formar cooperativas. Mas elas não são funcionais para nós. Não procuramos esse tipo de alternativa. Inclusive, há um mês e meio, dois meses atrás, tive uma reunião com o diretor [da Direção-Geral de Serviços Urbanos e Sustentabilidade] que está no cargo e novamente a mesma coisa, nos propõe as famosas cooperativas, as quais não vemos nenhum benefício (Javier Téllez, em entrevista à pesquisadora em maio de 2020, tradução minha).

Nos primeiros três meses de funcionamento da planta de Bordo Poniente, os mais de 1.000 trabalhadores receberam um apoio econômico de 160 pesos mexicanos por semana, e conseguiram uma renda de comercialização de resíduos muito baixa, de cerca de 300 mil pesos mexicanos. Naquele momento foi contratado um contador, responsável pela gestão financeira da organização e foi quando perceberam que a recuperação de resíduos na planta não seria muito funcional, “era muita gente e pouca recuperação”, recorda Javier Téllez. Esse parece ter sido um dos principais problemas enfrentados pela organização na manutenção de um fundo de amortização, alimentado pelos próprios *pepenadores* por meio da redução de 25% do pagamento sobre o preço de cada quilo de material recuperado (ÁLVAREZ MARTÍN, 1998). Esse fundo era utilizado para garantir alguma proteção social a esses trabalhadores que não são enquadrados dentro da legislação trabalhista, e englobava, basicamente, o pagamento de

seguros de vida que cobriam a indenização por acidentes de trabalho. Com o passar dos meses, o dinheiro do fundo foi se diluindo até terminar.

A pouca recuperação das plantas de seleção diz respeito à quantidade e qualidade dos resíduos que chegam nesses espaços. Existe uma concorrência pelo acesso dos recicláveis, sobretudo com os trabalhadores da limpeza urbana que atuam na coleta domiciliar, que realizam a *pre pepena*, isto é, fazem uma primeira separação dos resíduos e vendem para centros de coleta antes que os caminhões façam o transporte para as plantas de seleção. Isso faz com que as plantas recebam menos material e de menor qualidade, o que implica diretamente na fonte de renda dos *pepenadores* que ali trabalham e dos seus representantes, que são intermediários. Javier Téllez comenta que na primeira planta, no Bordo Poniente, a recuperação era de 18% dos resíduos que recebiam e hoje essa porcentagem caiu para 5%; antes vendiam uma média de 50 toneladas de PET por semana e hoje não chegam nem em 20 toneladas semanais:

Já existem casas que separam seus produtos e vendem para o estabelecimento vizinho, depois tem o varredor, tem o caminhão da coleta, então o lucro vai se dispersando no caminho, já não chega integralmente para a gente (Javier Téllez, em entrevista à pesquisadora em maio de 2020, tradução minha).

Foi o cenário de desemprego e de acirrada competição pelos resíduos que levou a protestos contra a *pre pepena* na coleta domiciliar. Javier Téllez entende que o governo faz vista grossa para esse tipo de reivindicação porque o interesse do Estado é que chegue menos resíduos na disposição final, independentemente de quem esteja comercializando, porque isso significa menos gastos. Segundo ele, a *pepena* se generalizou tanto nos últimos anos, que cerca de 30% dos trabalhadores da Cidade do México atuam de alguma forma no setor. Anteriormente, entre os anos 1980 e 1990, era possível realizar certos acordos com o sindicato:

Porque, *vaya*, o sindicato é o defensor dos empregados, que de alguma maneira têm todas as garantias, eles têm salário fixo, têm plano de saúde, têm férias, têm muitos benefícios. Então, meu pai [Pablo Téllez] dizia: “Bom, tudo bem que eles tenham um benefício, mas estão tirando o que poderia ser o benefício dos *pepenadores*”. Então, com esse acordo, a gente buscava ver o que cada um poderia coletar. Pois que eles coletem papelão, que coletem *cháchara* [bugiganga], basicamente. Foi assim que os acordos foram assinados e eram tratados dessa forma. Hoje, infelizmente, não é mais assim, porque o sindicato faz o que é melhor para o sindicato. O grupo diz: “É conveniente que a gente colete tudo e vamos coletar”. Então para eles é uma luta social e entendem que assim eles estão conquistando algo para seu benefício, mesmo que já tenham uma renda, digamos assim. Com a gente, enquanto organização, já não chega a quantidade de produto que deveria chegar. Não temos mais aquele benefício que em algum momento tivemos (Javier Téllez, em entrevista à pesquisadora em maio de 2020).

Além da concorrência com os trabalhadores que realizam a coleta domiciliar e a limpeza urbana da cidade, o *Frente Único de Pepenadores* também compartilhou espaço com a *Asociación de Selectores de Desechos Sólidos de la Metrópoli*, tanto em Santa Fé, como hoje, novamente, em espaços separados dentro das plantas de San Juan de Aragón. Esse compartilhamento de espaços, na realidade, sempre foi conflituoso, do ponto de vista concorrencial. De acordo com Javier Téllez, ambos os grupos procuram se respeitar, porque não convém estarem em conflito, mas ressaltou que são administrados de forma diferente e que não tem um bom relacionamento com eles. “Em uma ocasião nós os convidamos para um congresso ou algo assim e eles não gostaram porque são do tipo que pensam que estávamos procurando por eles para prejudicá-los. E não é assim. Prefiro ficar longe deles”, comenta.

As transformações que ocorreram ao longo da história do *Frente Único de Pepenadores*, de serem expulsos do lixão de Santa Fé, trasladados à planta de seleção de Bordo Poniente e, hoje, atuarem na planta de San Juan de Aragón, são entendidas como limitações do trabalho da organização. “Você sabe que há mudanças que às vezes são boas, às vezes são ruins. E acho que essa mudança foi ruim para nós”. Além do impacto da concorrência na quantidade e na qualidade de resíduos que recebem na planta, sobretudo por conta da *pre pepena*, também se destaca certo incômodo com as formas de organização do trabalho na atualidade e com o fato de não terem um espaço apenas para eles, como no Bordo Poniente. “A questão é que hoje temos uma gestão de controle de tempos da qual a gente não estava acostumado quando éramos *pepenadores*, porque aí podíamos trabalhar dois ou três horas e ir para casa. E hoje já não, a gente tem um horário”, diz Javier.

A história do *Frente Único* demonstra que a subjetividade jurídica dos *pepenadores* está relacionada a uma alta capacidade de recriação e de adaptação à indústria da reciclagem, e de luta pela garantia do exercício do seu trabalho, até mesmo nos conflitos em torno do acesso aos resíduos. O poder recriador dos *pepenadores* é justamente o de dar nova vida aos resíduos e, enquanto possuidores dessa mercadoria reciclável, lançá-los novamente no mercado. Em um contexto cada vez mais competitivo, Javier Téllez expressa que a organização desistiu de buscar realizar acordos com outros recicladores de base com relação à posse de determinadas mercadorias, para que pudessem determinar que tipos de materiais cada um poderia coletar:

No final das contas, desistimos de continuar lutando por essa situação e encontramos novas alternativas de como sobreviver do lixo. Somos esse grupo de pessoas que se adaptam, que se condicionam e que se ajustam de alguma maneira para continuar trabalhando naquilo que temos feito durante toda a nossa vida. Porque basicamente

um *pepenador* vive assim: se me proíbe de coletar PET, por exemplo, eu busco outro material. E lhe dou mercado, lhe dou vida. É nisso que a *pepena* se concentrou durante toda a vida. Claro que existem grandes empresas, empresários que têm visão e veem produtos e dizem: bom, podemos usar este [material] para isso, aquele outro para aquilo. É aqui que a iniciativa privada começa a se envolver com a *pepena* (Javier Téllez, em entrevista à pesquisadora em maio de 2020, tradução minha).

Quanto à relação dos grupos de *pepenadores* com a indústria da reciclagem, Berthier (1990) descreve, em pesquisa de campo realizada na década de 1980, que entre as principais indústrias que compravam os recicláveis diretamente com os líderes e seus ajudantes estavam: Coca-Cola, Pepsi-Cola, Bacardí, Dormi-Mundo, Simmons, Avon, Kimberly Clark, entre outras empresas nacionais e transnacionais. Aqui fica evidente as relações comerciais entre as “máfias do lixo” e grandes empresas transnacionais, que hoje estão cada vez mais preocupadas com a sua imagem no mercado. Assim, aqui não basta fazer uma crítica à exploração da força de trabalho dos *pepenadores* por parte dos intermediários e das “máfias do lixo” nascidas da estrutura corporativista estatal, sem visibilizar o papel central das empresas compradoras de resíduos que se encontram no topo da cadeia da reciclagem.

O México sempre foi um dos grandes exportadores de resíduos para a China, que utilizou esses recicláveis para o desenvolvimento de sua indústria doméstica. No entanto, atualmente, as grandes compradoras de recicláveis, ao menos nas plantas de seleção, são as maiores geradoras de embalagem. É por conta da necessidade do capital em encurtar o tempo de sua rotação que essas empresas lançam cada vez mais embalagens no mercado, e é para garantir que isso continue se repetindo que buscam recuperar parte delas em novos ciclos produtivos.

Atualmente, o material mais vendido pelo *Frente Único* é o plástico e a maior parte da renda da organização vem da venda de PET para uma das maiores empresas do México, a PetStar. A planta processadora Petstar, localizada próximo a Toluca, foi criada em 2009, a partir de uma parceria com a Promotora Ambiental (PASA) e é um investimento da Coca-Cola em conjunto com suas empresas engarrafadoras⁷⁷. Segundo Javier Téllez, essa planta processa cerca de 7.200 toneladas de PET por mês e faz mais de vinte anos que o *Frente Único* vende praticamente todo PET que coleta para a PetStar, desde que estavam no Bordo Poniente. Na verdade, a PetStar faz parte do grupo ECOCE, surgido em 2001, e que conta com a Coca-Cola como uma das suas sócias majoritárias, mas também inclui empresas como Pepsi, Danone, Lala, entre outras empresas geradoras de embalagens. As vantagens de vender para uma empresa grande é a

⁷⁷ A Petstar é a segunda planta de reciclagem da Coca-cola, a primeira é a IMER, inaugurada em 2002.

certeza do pagamento e a segurança de que ele será realizado rapidamente: “preciso de liquidez, porque tenho que pagar os *pepenadores*”.

Javier Téllez comenta que na época em que a ECOCE trabalhava no Bordo Poniente houve uma comunicação muito boa com o governo, o que possibilitou que a empresa pudesse fazer uma instalação dentro da planta para trabalhar o seu produto ali mesmo, com controle de qualidade e entrega direta a sua fábrica. Foram instaladas máquinas como prensas e esteiras e contratados trabalhadores pela ECOCE; todo o processo era controlado pela própria empresa, o *Frente Único* proporcionava apenas o terreno da planta. Com isso, a organização vendia diretamente o PET para o seu beneficiamento pela ECOCE, no mesmo local da planta, algo que não acontece agora em San Juan de Aragón, já que foi criada a planta Petstar.

Agora que estamos aqui, a PetStar está disposta a colocar prensas e esteiras para que eles possam processar seu produto aqui mesmo e economizar nos custos de vir carregar [o material] e levá-lo a um depósito, trabalhar lá, e depois ir para a planta [da Petstar]. Ou seja, economizar com tudo isso. Se pudesse fazer lá, mas as autoridades anteriores não permitiam. E já hoje tenho conversado com essas novas autoridades e elas não veem com maus olhos, apenas é uma questão de como a questão do lixo está sendo tratada agora, estamos de mãos atadas porque consideramos que em um determinado momento eles podem fechar a planta e então toda a nossa fonte de trabalho será perdida. (...) Se eu estou vendendo 20 toneladas, não é tão funcional para a empresa colocar todo o equipamento necessário para movimentar 20 toneladas. É um custo excessivo, penso eu, e é mais fácil transportar o produto a granel e trabalhá-lo onde eles [trabalhadores da Petstar] estão trabalhando. Talvez seja mais funcional para eles dessa forma. Levar para seu depósito e lá fazem o processo e depois sai diretamente para a fábrica (Javier Téllez, em entrevista à pesquisadora em maio de 2020, tradução minha).

Em São Paulo há diversos casos de parcerias entre cooperativas de catadores de materiais recicláveis e empresas/instituições bancárias que fazem investimentos em melhorias no processo produtivo das organizações, por meio do fornecimento de prensas, esteiras, caminhões, cursos de capacitação, entre outros. Essas práticas, no entanto, não são tão comuns entre as organizações de *pepenadores* na Cidade do México. Ao ser questionado sobre a possibilidade desse tipo de parceria com a ECOCE, que já se mostrou interessada, Javier Téllez diz entender que elas podem trazer melhorias no processo produtivo, com relação à qualidade dos materiais processados, mas não significa que trará melhores condições de trabalho ou de renda para os seus associados:

Para ser sincero, acho que não faria diferença para os trabalhadores. Eles [Petstar] dizem: “Eu te dou o produto e o que você faz com ele é problema seu”. Se isso te beneficia de uma forma ou de outra, é problema seu, certo? Eu te dou o produto, você me paga e pronto. Esse é o contrato, digamos. (...) No final das contas, para a gente não é tão funcional valorizar [os recicláveis]. Vamos dizer que esse serviço fosse feito lá. Por quê? Porque na melhor das hipóteses isso vai melhorar meu preço, mas tenho

que contratar mais gente, tenho que fazer mais serviço. É relativo, porque o ganho seria o mesmo. Ou seja, a única diferença seria que talvez gerasse um pouco mais de emprego e, com isso, entregaríamos o produto de melhor qualidade. É basicamente isso que temos visto (Javier Téllez, em entrevista à pesquisadora em maio de 2020, tradução minha).

A ECOCE é uma parceira comercial do *Frente Único de Pepenadores* e de várias outras organizações intermediárias de recicladores de base na região. Sua preocupação é recuperar a maior quantidade de PET possível, por uma questão de redução de custos com matéria prima virgem, mas sobretudo para garantir a logística reversa e o marketing verde das empresas que compõe essa instituição “sem fins lucrativos”, que são as maiores poluidoras de plástico do mundo. Entre elas, encontram-se a Coca-cola, Pepsico, Unilever, Grupo Bimbo, Danone, Lala, Quaker, La Costeña, entre outras que desde 2013 vem implementando o Plano Nacional Privado Coletivo de Gestão de Resíduos de Embalagens Pós-consumo de PET, PEAD, alumínio e outros materiais. Essas são iniciativas voluntárias de reciclagem e de fomento à chamada economia circular, mas que partem de interesses das próprias empresas que enxergam na pauta ambiental uma nova forma de gerar lucros. Por isso, a ECOCE também investe na instalação de pontos de coleta em diferentes locais da cidade, para que os consumidores descartem seus recicláveis com uma pequena contraprestação financeira, e divulga essas iniciativas em seus relatórios de sustentabilidade.

Nesses relatórios, essas empresas entendem os recicladores de base como seus *socios acopiadores* [“sócios coletores”]. É assim que a Petstar (2018) denomina os *pepenadores* de vertedouros, recicladores urbanos, coletores de lixo e consumidores que lhes garante a comercialização de recicláveis⁷⁸. Segundo o Relatório de Sustentabilidade de 2017 da empresa, seu modelo de “coleta inclusiva” visa dignificar o trabalho desses *pepenadores*, dando a eles um papel formal dentro da cadeia de suprimentos da reciclagem. A responsabilidade socioambiental de empresas como Petstar não difere muito das ações empreendidas pelas organizações históricas de *pepenadores*. Entre os avanços reportados pela empresa no ano de 2017, com relação aos seus “sócios coletores”, encontram-se:

Oferecemos suporte para seus eventos:

- (i) Festa patronal de Mineral de la Reforma para 15 funcionários da Mineral de la Reforma, amigos e familiares;
- (ii) “Copa PetStar” de recicladores de Nezahualcóyotl, com a participação mais de 120 *pepenadores*, amigos e familiares;

⁷⁸ Em reportagem da Univision, foi denunciada a existência de exploração de trabalho infantil na cadeia de reciclagem da Coca-Cola, pois suas plantas de seleção têm como seus “sócios coletores” organizações de *pepenadores* de vertedouros, como do Bordo de Xochiaca, onde crianças e adolescentes fazem a *pepena* (FERNÁNDEZ, 2017).

- (iii) Batismos, primeira comunhão e casamentos comunitários para 120 *pepenadores* do lixão de Sol Neza, amigos e familiares;
- (iv) Despensa de fim de ano para 200 *pepenadores* do lixão de Aragón-Bordo; (v) Festa de fim de ano para 70 catadores e funcionários da Tecámac;
- (vi) Apoio a 30 catadores do lixão de Acapulco no 10 de maio [dia das mães];
- (vii) Festa de fim de ano para 75 recuperadores do lixão de Acapulco;
- (viii) Visita dos “sócios coletores” e seus familiares ao Museu-Auditório;
- (ix) Treinamento em classificação de plástico e processo de reciclagem ministrado pelo Chefe de Qualidade e Materiais da fábrica (PETSTAR, 2018, p. 66, tradução minha).

Aqui é possível observar como essas empresas se utilizam de costumes populares, da religião e do futebol como forma de desmobilização de classe, e incluem iniciativas de profissionalização desses trabalhadores por meio de capacitações na classificação de plástico. A ECOCE é a principal recicladora de PET, papelão, alumínio, cobre e demais materiais recicláveis no México e o seu monopólio diz respeito ao fato de ser um braço socioambiental de grandes empresas geradoras de resíduos, que buscam ter maior controle do ciclo de vida do seu produto, com a finalidade de transmitir segurança para os consumidores e continuarem líderes de mercado em sua área de atuação. Assim, hoje ela é a maior concorrente e parceira comercial de milhares de micro, pequenos e médios empresários, *pepenadores* e trabalhadores da coleta domiciliar que atuam na comercialização de recicláveis no México. Esses atores podem realizar uma espécie de cooperação, mas apenas nos termos estabelecidos pela ECOCE, que é um monopólio de empresas que possuem controle sobre a comercialização desses materiais.

Os centros de coleta parecem ser os mais ameaçados por essas empresas transnacionais. São eles que recebem os recicláveis provenientes da *pre pepena* na coleta domiciliar, o restante é destinado a 12 estações de transferência e às 3 plantas de seleção. Os donos dos centros de coleta são intermediários e nesses espaços também trabalham alguns *pepenadores*, que costumam receber uma compensação financeira fixa por parte desses “ferros-velhos”. O intermediário tem a sua própria tabela de preços de compra, que varia conforme o mercado, e entrega o material classificado e limpo às indústrias a um preço mais elevado com relação ao pago inicialmente. Muitas vezes são encontrados laços comunitários entre *pepenadores* e seus intermediários nos centros de coleta, o mesmo que ocorre nas plantas de seleção e na coleta domiciliar.

Segundo Nuñez Espinosa (2016), em 2012 o governo da Cidade do México passou a regulamentar o uso do solo para a instalação desses centros de coleta, e esses trabalhadores também começaram a se organizar coletivamente em busca de soluções frente aos problemas burocráticos que começaram a enfrentar. Este é o caso da *Asociación Mexicana por los*

Derechos del Reciclador (MEXIDER). Em fevereiro de 2020 encontrei os seis associados dessa organização em frente ao centro de coleta de um deles, na rodovia que leva à Cuernavaca. Entre os associados presentes estavam Antonio Manjarréz, Leonardo Reyes e Jéssica Peña. De acordo com Antonio Manjarréz, a associação surgiu da luta pelo direito ao trabalho, o que não está sendo negado, mas também não estão sendo garantido pelo governo, que prioriza celebrar contratos com grandes empresas. O direito ao trabalho não está sendo negado porque é garantida a possibilidade de obter a permissão de uso do solo. No entanto, ainda que apresentem os documentos necessários para obter a permissão, ser catalogado oficialmente como “centro de coleta de materiais recicláveis” na lista oficial da Secretaria do Meio Ambiente (SEDEMA) não é tarefa fácil, já que não há previsão legal desse uso.

Essa situação abre espaço para que esses centros de coleta sejam ameaçados de fechar suas portas por visitas do Instituto de Verificação Administrativa (INVEA), que recebe denúncias anônimas e fiscaliza se os locais estão cumprindo o uso do solo designado para aquela localidade. “Eles chegam filmando e qualquer detalhezinho te dão uma sanção, uma multa e até mesmo o fechamento do negócio”, diz Antonio Manjarréz ⁷⁹. Jéssica Peña explica que na permissão de uso do solo que os centros de coleta conseguem tramitar diz “compra e venda de não perecíveis” ou “venda de manufaturados”, mas essa permissão não tem sido suficiente para o INVEA. “Precisamos que criem algo em separado e muito provavelmente vamos conseguir para toda a associação, porque o tema do meio ambiente está aumentando de importância aqui no México e no mundo todo”, diz ela.

Os associados do MEXIDER dizem que o que está acontecendo na Cidade do México é que o governo quer dar a concessão das plantas de seleção à ECOCE e que os seus caminhões serão os únicos que coletam o lixo e o seu pessoal o que separa os resíduos. Assim, eles denunciam a monopolização do setor, que tem sido entendida como uma espécie de “privatização do lixo”, já que eles temem perder o seu trabalho. Como destacado até aqui, a gestão de resíduos na Cidade do México tem sido um negócio privado há muito mais tempo, desde a constituição das organizações dos *pepenadores* nos lixões e do próprio sindicato de limpeza e transporte, antes mesmo de se falar em gestão integrada de resíduos sólidos. Mas é a partir da década de 1980

⁷⁹ Durante os primeiros meses do estágio de pesquisa realizado na UNAM, conheci bem o INVEA porque frequentemente apareciam fiscais deste órgão alegando o mal uso do solo no lugar onde eu morava. Essas visitas partiam de denúncias anônimas de vizinhos que tinham inimizade com a locadora da casa, que havia feito uma reforma recentemente no local. Embora ela tivesse todos os comprovantes de legalidade da obra, até que isso fosse comprovado administrativamente, cheguei a receber até uma ameaça de interdição na porta da casa.

que o setor começa a receber investimentos estrangeiros cada vez maiores, sobretudo pelas facilidades das parcerias público-privadas na infraestrutura urbana e pelo avanço da financeirização da natureza.

Enquanto eles enfrentam problemas com o uso do solo, essas empresas estão colocando máquinas na cidade para receber da própria população as garrafas PET, em troca de pontos para o metrô ou para o *metrobus*. Leonardo Reyes entende que esses lugares são como centros móveis de coleta de reciclagem, mas eles não correm o risco de serem fechados pelo governo, que está garantindo às empresas geradoras todas as facilidades. “Se o governo está dando uso de solo e permissões para essas empresas, nós também queremos. Nós só queremos que nos deem as permissões e que nos deixem trabalhar e queremos as facilidades que estão dando às empresas”.

Essas reivindicações também estão presentes nas pautas da *Confederación Nacional de Industriales de Metales y Recicladores* (CONIMER), com quem os associados do MEXIDER se uniram em protestos nos últimos anos. No entanto, a relação entre as duas organizações não é de muita proximidade: “estivemos envolvidos nessas discussões durante um ano e meio e aí vimos que eles estavam lucrando com os nossos interesses. Se estamos lutando por nossos negócios e temos que desembolsar dinheiro para isso, pois vamos perder nossos negócios, não?”, questiona Antonio Manjarréz. Segundo carta escrita à sociedade civil e aos meios de comunicação, assinada pelo presidente da CONIMER, Francisco Uriostegui Pineda: “Os recicladores somos os verdadeiros ecologistas e ambientalistas do México, longe de contaminar, descontaminamos com esta nobre atividade que é a RECICLAGEM” (CONIMER, 2020).

A palavra “reciclador”, utilizada tanto por MEXIDER como por CONIMER no nome de suas organizações, traz um sentido mais amplo para o termo, já que não é utilizada para designar exclusivamente os recicladores de base, mas sim trabalhadores que atuam em alguma etapa da cadeia da reciclagem. No caso do MEXIDER, “recicladores” são praticamente todos os trabalhadores autônomos ou pequenos negócios que atuam na indústria da reciclagem. Já o CONIMER é uma agrupação que integra empresas médias e grandes e tem uma concepção mais empresarial da reciclagem⁸⁰. Ainda assim, o CONIMER tem conseguido articular diversos

⁸⁰ Segundo os integrantes do MEXIDER, Francisco Uriostegui, presidente do CONIMER, sequer tem uma trajetória como reciclador, seu negócio é a associação. Também existe o Instituto Nacional de Recicladores

degraus da cadeia da reciclagem, inclusive *pepenadores* que trabalham em pequenos negócios em outras localidades do Vale do México.

A discussão na qual o CONIMER mais tem se envolvido é a do projeto de lei de Economia Circular, que se encontra em tramitação no Senado Mexicano (SENADO DE LA REPÚBLICA MEXICANA, 2019). De autoria de Ricardo Monreal, do Partido Verde Ecologista, em parceria com o Partido da Regeneração Nacional (MORENA), o projeto busca contemplar todos os recicladores, desde os recicladores de base até os que atuam nas fases de maior transformação dos recicláveis. Nesse projeto, a palavra “*pepena*” aparece para designar que os trabalhadores sejam incluídos na gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, que seu trabalho seja regulamentado, sem mencionar de que forma isso se realizaria⁸¹. Conforme os associados do MEXIDER, não existe nenhuma novidade na ideia de economia circular, pois se refere, basicamente, às relações de compra e venda na circulação de recicláveis nas quais estão inseridos há muito tempo:

O governo fala muito agora da economia circular, o que já conhecemos bem o que é, porque é o que já estamos fazendo durante anos. Eu vendo alguns materiais para ele, ele vende outros para mim, entre nós vendemos e compramos. Ele compacta e pode enviar às plantas transformadoras. Temos centros de coleta que já empacotam o papel, que são enviados às empresas. Então a ideia de economia circular que temos já vem de gerações. O México, em algum momento, chegou a fazer um papel de grande captador de matéria prima para a China. As grandes empresas daqui transformavam uma parte e outra levavam para a China. Foi um benefício que durou muito pouco tempo, porque depois o governo quer fazer justamente essa parte, captar esses materiais para eles enviarem para a China. Como a China já não está aceitando materiais muito misturados, muito contaminados, é a ideia que querem dar para a sociedade: separem seus materiais. Para que? Para que eles recebam os materiais com maior facilidade e menos trabalho: só compactar, empacotar e enviar. Então o processo que faz toda essa gente que não tem uma remuneração, de separar, limpar e vender seria substituído por esses pontos em que a população leva suas garrafas de PET, de vidro. Nós estamos lutando para seguir existindo, para que eles sejam remunerados e nós também, para que possamos fazer também o transporte dos materiais. Por isso queremos nos definir como centro de coleta de recicláveis, para que as pessoas possam trazer aqui os resíduos para vender e para que a gente possa vender diretamente para o destino final (Antonio Manjarréz, em entrevista à pesquisadora em fevereiro de 2020, tradução minha).

(INARE), que é uma associação ainda mais empresarial, que realiza um estudo socioeconômico dos que desejam se filiar e só aceitam no instituto aqueles que tem muito capital ou um espaço maior.

⁸¹ De acordo com o projeto de lei, os grupos informais dedicados à *pepena* que atuam em qualquer vertedouro administrado por governos municipais ou onde sejam dispostos os resíduos da coleta municipal deverão ser regularizados, com o objetivo de melhorar sua qualidade de vida, aumentando as taxas de recuperação de materiais recicláveis, melhorando o funcionamento dos aterros e cumprindo com as Normas Oficiais Mexicanas aplicáveis.

Diante da maior regulamentação do setor, as principais reivindicações dos recicladores – em sentido amplo – têm sido, majoritariamente, por garantir seu espaço no mercado. Os intermediários, sejam os representantes do MEXIDER, do CONIMER ou do *Frente Único*, se colocam como porta-vozes dos interesses da base da cadeia da reciclagem. É o que está presente na fala de Javier Téllez, que não se considera um líder, mas sim um representante “que trata de fazer com que as coisas funcionem como já vinham funcionando” e que dialoga com o governo. “O que fazíamos no aterro, hoje nas plantas, é que o que os *pepenadores* trabalham, a gente compra. E obviamente somos como intermediários e vendemos para empresas. Isso é o que temos feito e assim procuramos um benefício geral”, comenta o presidente da associação.

Atualmente, a Recomendação 07/2016 da Comissão de Direitos Humanos da Cidade do México (CDHCM) é considerada como um marco no reconhecimento do trabalho dos recicladores de base dentro do serviço público de limpeza da Cidade do México. A Comissão realizou uma investigação acerca das condições em que a coleta domiciliar é realizada na cidade, de forma que seu foco foi o trabalho dos “voluntários”, varredores e motoristas. Conforme o apurado, um dos requisitos impostos para que as pessoas sejam autorizadas a trabalhar em determinadas delegações é assinar um documento no qual se estabelece que a autoridade delegacional é isenta de toda responsabilidade caso eles sofram qualquer acidente no desempenho do trabalho de limpeza (CDHCM, 2016). Também se indica, no documento, que não foi encontrada nenhuma autorização que dê aval para que essas pessoas trabalhem no lugar mencionado, no entanto essa tarefa é realizada há aproximadamente 15 anos ou mais, de forma que os governos delegacionais tomaram a decisão de não prejudicar os trabalhadores por duas razões: “i) é sua fonte de trabalho e ii) ao realizar a separação de materiais, possibilitam que os contêineres descarreguem menos lixo no aterro sanitário” (CDHCM, 2016, p. 51).

Essas são mais evidências de que a *pepena* e a *pre pepena* são atividades toleradas porque servem aos interesses do Estado e das empresas. Nesse sentido, Javier Téllez explica muito bem a relação entre Estado e os recicladores de base na Cidade do México:

Para o governo, somos apenas pessoas funcionais para eles, porque tudo que procuramos encontramos: um mercado, uma saída para os produtos, a redução de resíduos que vão para aterros. Porque ainda que nos chegue menos lixo de qualidade, buscamos um mercado, uma saída aos produtos que nos chegam. Obviamente sai mais rejeito do que podemos recuperar, mas, no final das contas está se recuperando algo, está reduzindo o gasto do governo (Javier Téllez, em entrevista à pesquisadora em maio de 2020, tradução minha).

Quanto aos trabalhadores voluntários da coleta domiciliar, a sua principal reivindicação é o reconhecimento como trabalhadores formais, por meio de contratos individuais com as delegações (ESPINOSA e PARRA, 2019). O Sindicato de Limpeza e Transporte não tem sido um espaço para a defesa das reivindicações desses trabalhadores, pelo contrário, estabelece uma barreira para o acesso ao trabalho, já que os voluntários devem pedir permissão para acessar as rotas dos caminhões e também pagar *cuotas* a seus superiores, uma percentagem da quantidade recebida em gorjetas e venda de recicláveis. Por essa razão, os voluntários se organizaram em torno de seus próprios interesses em grupos como o de *Trabajadores Voluntarios y Desempleados de la Ciudad de México A.C.* Essas organizações reivindicam a incorporação de mais de 10.000 trabalhadores nesta condição como empregados do governo, por meio do *Programa de Estabilidad Laboral – Nómina 8*, uma espécie de contrato com prazo determinado de um ano e que inclui prestações sociais reduzidas, como gratificações de fim de ano (ESPINOSA e PARRA, 2019)⁸².

A solução apontada pela Recomendação 07/2016 é que a precariedade laboral dos recicladores de base na Cidade do México deve ser resolvida da seguinte forma: que aqueles grupos que queiram buscar capacitação para formação de cooperativas ou para trabalhar por conta própria comecem a trabalhar fora do sistema oficial de gestão de resíduos sólidos urbanos. Não é excluída a possibilidade de subsídios financeiros, mas este apoio seria um meio para capacitar para o trabalho, na promoção organizacional e empresarial das organizações. Entre as recomendações dirigidas à *Secretaria de Trabajo y Fomento Al Empleo* da Cidade do México, é mencionada a capacitação dentro do *Programa para la Promoción del Autoempleo*, dirigida àquelas pessoas que busquem essa capacitação de maneira voluntária e que desenvolvam o serviço público de limpeza, “a fim de informá-las sobre os conhecimentos e habilidades de trabalho por conta própria como uma alternativa de trabalho distinta do serviço público de limpeza” (CDHCM, 2016, p. 99-100).

Entrei em contato com Perla Gómez Gallardo, ex-presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Cidade do México responsável pela assinatura da Recomendação, que comentou que o

⁸² Em 2017, o ex-chefe de governo da Cidade do México, Miguel Ángel Mancera, anunciou que esses trabalhadores seriam incorporados no plano de construção da planta incineradora de resíduos “*El Sarape*”, projeto da transnacional francesa Veolia. Esse anúncio foi, obviamente, uma medida eleitoreira já que seria impossível que uma planta de termovalorização de alta tecnologia empregasse essa quantidade de trabalhadores para garantir o seu funcionamento. O projeto da planta incineradora foi abandonado pela gestão seguinte, de Claudia Sheinbaum.

objetivo, naquele momento, era alcançar a reparação integral das vítimas, por meio de indenizações para os trabalhadores que tinham até doze anos de antiguidade no serviço, e a incidência nas políticas públicas, priorizando a elaboração de iniciativas de lei e não a apresentação de ações de inconstitucionalidade das leis existentes. Assim, pode-se entender que a recomendação de estimular a organização dos trabalhadores voluntários em cooperativas e a capacitação para o trabalho autônomo não se adequa à reivindicação dos trabalhadores. A formalização do trabalho por conta própria na figura jurídica de cooperativas significa que o governo reestruturará o serviço de coleta domiciliar, do qual os “voluntários” não farão mais parte. Se esses trabalhadores vão ser incluídos nessa etapa ou em outra da gestão de resíduos sólidos, isso depende da capacidade de organização desses trabalhadores a partir de uma subjetividade jurídica “empreendedora” e das possibilidades de formalização de contratos com o governo.

Esse tipo de formalização da precariedade laboral dos recicladores de base na Cidade do México, que representa uma nova forma de regulamentação do trabalho em tempos neoliberais, parece estar em desenvolvimento nos projetos do governo junto à ECOCE. A atual chefe de governo, Claudia Sheinbaum, está no cargo desde 2018, mesmo ano em que Andrés Manuel López Obrador assumiu a presidência do país. Ambos representam o Movimento Regeneración Nacional (MORENA), partido de centro-esquerda cujo principal programa de governo é a chamada Quarta Transformação (4T)⁸³. No que se refere ao tema da gestão de resíduos sólidos municipais, o governo de MORENA, que teve um apoio significativo dos recicladores da Cidade do México, tem realizado convênios com a ECOCE e aberto convocatórias para a instalação de novas Plantas de Seleção, conhecidas como Centros de Tratamento e Aproveitamento de Resíduos Sólidos (CPTARs).

A relação comercial entre as plantas de seleção e a ECOCE é estabelecida por meio de um contrato entre a empresa e o governo da Cidade do México, cuja finalidade é garantir a responsabilidade compartilhada de ambos. De acordo com o contrato celebrado em 2019 – o qual tive acesso por meio da *Ley de Transparencia, Acceso a la Información Pública y Rendición de Cuentas de la Ciudad de México* –, o objeto desta relação é garantir à ECOCE a valorização de resíduos, sobretudo de polietileno de baixa densidade (PEBD) e de polipropileno biorientado (BOPP). No caso desses últimos, há a determinação de que o valor pago aos

⁸³ A primeira transformação seria a Guerra de Independência do México, no início do século XIX, a segunda a Guerra da Reforma, na metade do século XIX e a terceira a Revolução Mexicana, no início do século XX.

provedores autorizados (as organizações de *pepenadores*) não exceda a 385 pesos mexicanos por tonelada de material processado. O pressuposto anual daquele ano para a realização desse serviço era de 20 milhões de pesos mexicanos, que devem ser pagos diretamente aos provedores autorizados nas plantas de San Juan de Aragón, que apenas no grupo de Javier Téllez são cerca de 500 *pepenadores*.

O contrato garante à ECOCE a valorização de resíduos recebidos nas Plantas de San Juan de Aragón e nas plantas de seleção que estão em fase de construção, como é o caso da Planta de Seleção Azcapotzalco, primeiro projeto de uma central mecanizada de triagem de resíduos do México. A Secretaria de Obras e Serviços (SOBSE) é quem garante a triangulação da relação entre as empresas geradoras de resíduos conformadas na instituição “sem fins lucrativos” ECOCE e as organizações de *pepenadores*, garantindo que estas sejam pagas pela remuneração dos recicláveis e que entreguem à ECOCE não apenas os materiais comercializados em troca de um equivalente em dinheiro, como também um certificado da disposição dos resíduos que são recuperados nas instalações como combustível alternativo e que funcionam como uma espécie de equivalente em crédito de carbono dos danos provocados por essas geradoras ao meio ambiente.

A relação de subcontratação entre ECOCE e organizações de *pepenadores* nas plantas é intermediada pelo governo da Cidade do México, que também está terceirizando o serviço de gestão de resíduos urbanos tanto aos trabalhadores das plantas, como às empresas geradoras reunidas na ECOCE, sem contar os trabalhadores da coleta domiciliar. A responsabilidade compartilhada, nesse sentido, compartilha a precarização desses trabalhadores, que não são empregados de ninguém, e dilui a subordinação entre esses agentes. A responsabilidade compartilhada e a economia circular, citadas no contrato entre o governo da cidade e a ECOCE como justificativa de sua celebração, não incluem a responsabilidade por encargos trabalhistas, conforme se depreende de sua cláusula 10^a:

Para fins trabalhistas, fica acordado que o pessoal que cada uma das partes designar, comissionar ou contratar para a realização e cumprimento deste instrumento, será entendido como vinculado exclusivamente com aquele que o designou, comissionou ou contratou, permanecendo sob sua absoluta responsabilidade e direção, sem que isso resulte na aquisição de algum tipo de relação de trabalho, ou outros direitos ou obrigações para a outra parte, de modo que em nenhum caso as partes podem ser consideradas mutuamente como intermediários, ou empregadores substitutos ou solidários, desligando-os de qualquer responsabilidade de caráter trabalhista, cível, criminal, administrativa ou de qualquer outra natureza jurídica que, nesse sentido, lhes queiram atribuir, devendo a parte que contratou o trabalhador em questão isentar as

demais partes em caso de litígio trabalhista ocasionado pelo pessoal da primeira (CIDADE DO MÉXICO, 2019, tradução minha)

A Planta de Azcapotzalco foi inaugurada em 2020, dentro do Projeto Vallejo-i Indústria e Inovação, na zona industrial de Vallejo, que tem sido considerada uma aposta de recuperação econômica na Cidade do México nesse momento de pandemia. Entre as indústrias instaladas nessa região encontram-se a Pepsico, Coppel, Coca-Cola FEMSA, P&G, entre outras que compõem a própria ECOCE. A planta possui uma capacidade de processamento de 1.000 toneladas ao dia, das quais 60 toneladas são recicláveis e 300 toneladas são combustíveis derivados de resíduos que alimentam fornos de cimento e usinas de energia. A previsão é de que esse projeto leve à economia de 89 milhões de pesos mexicanos por ano, ao reduzir a quantidade de lixo que vai para os aterros sanitários (SEDECO, 2020).

De acordo com a Secretaria do Meio Ambiente da Cidade do México, em resposta à consulta de acesso à informação, atualmente se encontra em elaboração a atualização do Programa de Gestão Integrada de Resíduos 2021-2025, no qual se buscam ações e metas que revalorizem e assegurem a inclusão dos trabalhadores. São as mesmas metas que foram revisadas em coordenação com a Secretaria do Trabalho e Fomento ao Emprego, a Secretaria de Obras e Serviços, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, setor privado e associações civis: i) fomentar a criação de cooperativas e microempresas orientadas à gestão e reciclagem de resíduos; ii) promover a capacitação no setor de trabalhadores da limpeza e gestão de resíduos; iii) desenvolver campanhas de comunicação permanente para dignificar o trabalho dos trabalhadores de limpeza; iv) para 2025, incentivar a formalização dos trabalhadores imersos no serviço público de limpeza.

Assim, a responsabilidade compartilhada com relação aos resíduos consiste na integração de diversos setores sociais em uma nova empresa denominada Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, na qual o capital entra como investidor e os trabalhadores como “empreendedores” (OCHOA CHI, 2019). As definições sobre o setor acabam se dando a partir dos investidores, grandes monopólios empresariais e instituições financeiras, restando aos recicladores de base se adequarem a essa nova realidade, de maior concorrência entre trabalhadores autônomos e subempregados, que encontram apenas na gestão de si mesmo como empresa uma fonte de renda. No caso dos *pepenadores*, nem sempre essa adequação é pacífica e sem questionamos, mas o que leva à materialização da subjetividade jurídica desses trabalhadores enquanto

“empreendedores” é o próprio trabalho por peça que realizam, que faz com que busquem formas de ampliar a sua produção para obter maior remuneração.

Quando negociam diretamente as vendas dos recicláveis e criam os seus próprios centros de coleta, como intermediários, a visão empreendedora do negócio se torna ainda mais latente. Isso se traduz na forma com que enxergam as relações com empresas e governos, não buscam benefícios além de poder realizar o seu trabalho e serem remunerados pela venda dos recicláveis. Assim, entendem que são os únicos responsáveis pela gestão do seu negócio. É o que Javier Téllez diz, quando perguntado sobre quais seriam as conquistas que o *Frente Único* teve, ao longo dos seus mais de cinquenta anos de atuação: “na época houve [conquistas], mas elas foram se reduzindo e se perderam. Mas às vezes penso que é por causa de nós mesmos, porque não fazemos o que temos que fazer ou não fazemos como deveria ser feito”.

4.2. Catação na cidade de São Paulo

Na cidade de São Paulo, assim como em todo o Brasil, os trabalhadores que atuam na recuperação de resíduos são conhecidos como catadores de materiais recicláveis. Nesta pesquisa, serão considerados apenas os catadores que estão inseridos no sistema de gestão integrada de resíduos sólidos, ou seja, aqueles organizados em cooperativas que possuem algum tipo de habilitação com a Prefeitura e, sobretudo, aqueles empreendimentos que gerem as centrais mecanizadas de triagem. Esse modelo de gestão de resíduos sólidos é recente, enquanto a história dos catadores de materiais recicláveis na cidade de São Paulo é de longa data. Um dos registros mais conhecidos desta história encontra-se nas obras de Carolina Maria de Jesus, importante escritora da literatura marginal brasileira, que, em meio à pobreza e à fama, trabalhou como catadora de materiais recicláveis entre os anos 1940 e 1960.

O trabalho com a recuperação de resíduos, no entanto, pode ser localizado anteriormente na história da cidade de São Paulo. Foi a partir do início do século XX, com a crescente industrialização e urbanização, que a manipulação dos restos, que antes era vista como uma forma de punição, passou a ser inserida na lógica de produção capitalista. As instituições passaram a se ocupar da limpeza pública e, em São Paulo, incorporaram um número significativo de trabalhadores assalariados. Enquanto isso, “os trapeiros e sucateiros eram considerados ‘sujos’ e dificilmente eram vistos como trabalhadores, na medida em que seu ofício não era regido ou dominado pela ‘indústria higiênica’ do período” (MIZIARA, 2001, p.

91). Assim, a ocupação dos catadores de materiais recicláveis já existia naquele momento, mas não era regulamentada pelo direito positivado.

Naquele momento, as atividades de subsistência e de pequeno comércio realizadas pela superpopulação relativa, que tem cumprido um papel de reserva de mão-de-obra em todas as etapas do capitalismo, ainda não haviam adquirido a centralidade que possuem hoje nas redes de subcontratação e de flexibilização do trabalho. Assim, naquele momento, enquanto os trabalhadores que prestavam os serviços de limpeza urbana passavam a ter a sua profissão regulamentada pela normatividade, os trabalhadores que sobreviviam da recuperação de materiais recicláveis eram vistos como uma externalidade e como um risco. Isso ficou ainda mais evidente no Código de Posturas da cidade de São Paulo de 1916, que criminalizava os catadores, considerados ameaça à ordem pelas práticas da “catagem, da utilização pura e simples do lixo como adubo ou utilização dos restos para qualquer fim” (MIZIARA, 2001, p. 46).

Naquele período a coerção estatal era a única forma com que se tratava os trabalhadores que atuavam na recuperação de recicláveis, o que é sintetizado pela famosa frase do prefeito da cidade na época, Washington Luís: “a questão social é caso de polícia”. Nesse contexto, Miziera (2001) aponta que as tentativas de recuperação energética por meio da incineração foram utilizadas como um meio de contenção da prática da catação⁸⁴. No entanto, a incineração tem sido uma tecnologia importada e custosa e por isso, ainda que fosse utilizada, a maior parte dos resíduos descartados da cidade de São Paulo era depositada em vertedouros a céu aberto.

Os primeiros lixões foram construídos no começo dos anos 1910, na Barra Funda e no Belenzinho, e foram substituídos na década de 1930 por um grande vertedouro localizado na Estrada do Bairro do Limão e outro na Av. General Olímpio da Silveira (OGATA, 1983). Da década de 1940 até a década de 1970, acompanhando um período de expansão industrial e de crescente urbanização, houve uma proliferação de novos lixões, que permaneceram como a forma predominante de gestão dos resíduos urbanos. De acordo com Ogata (1983), a cada

⁸⁴ Segundo Ogata (1983), o primeiro incinerador da cidade de São Paulo operou na Ponte Pequena, entre 1893 e 1900. Após esse período, a incineração ainda foi incentivada na construção do Incinerador do Araçá, localizado onde hoje é o metrô Sumaré, e que foi inaugurado em 1913 e funcionou até 1948, sendo demolido em 1953. Na década de 1950, foi instalado o Incinerador de Pinheiros, que foi desativado apenas em 1990, dando lugar, nas décadas seguintes, à atual Praça Victor Civita. Um novo Incinerador da Ponte Pequena foi inaugurado em 1959 e posteriormente desativado em 2002. E, por fim, o último incinerador que se tem notícia na cidade foi o Incinerador Vergueiro, inaugurado em 1966, no bairro do Ipiranga, e também desativado em 2002 e onde hoje se localiza a Central de Transbordo Vergueiro, ao lado do metrô Santos-Imigrantes.

deslocamento para novas áreas receptoras de lixo, sempre em direção às novas periferias da cidade, verificava-se a consequente expulsão da população que fazia dos resíduos seu meio de vida.

Nos lixões havia a presença de pessoas que sobreviviam da recuperação e do reaproveitamento dos resíduos, o que mudou a partir de 1974, quando se dá o início da construção de aterros sanitários em São Paulo e a consequente proibição da catação nesses espaços. Por isso, esse período foi marcado pelo êxodo de grandes contingentes de catadores para os municípios vizinhos, onde ainda existiam muitos lixões a céu aberto (OGATA, 1983). Além disso, com a proibição da catação nos aterros sanitários, muitos catadores passaram a trabalhar nas ruas da cidade. De fato, ao analisar a história da organização desses trabalhadores na cidade de São Paulo, observa-se que ela está mais conectada à criação de associações de bairro e de projetos direcionados à população em situação de rua do que à mobilização de trabalhadores que atuam nos locais de disposição final do “lixo”, como é o caso da Cidade do México e de outros municípios brasileiros e latino-americanos.

A história de criação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), no Brasil, está intimamente relacionada à origem do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), localizada no cotidiano assistencial do centro da cidade de São Paulo, sobretudo no bairro do Glicério⁸⁵. A Organização do Auxílio Fraterno (OAF), entidade religiosa fundada em 1955, passou a atuar de forma mais propositiva com a população de rua no centro da cidade a partir de 1978 (HIRATA, 2011). De acordo com Costa (2007), a atuação da OAF baseou-se nas práticas católicas e humanistas que vinham sendo realizadas no Uruguai⁸⁶, e seu trabalho se concentrou tanto no Glicério, como na Luz e no Parque Dom Pedro, a partir da criação da Comunidade dos Sofredores de Rua. Em meados da década de 1980, um grupo de catadores que vivia em situação de rua e era apoiado pela OAF decidiu organizar a Associação dos Catadores de Papel, visando eliminar a intermediação dos ferros-velhos e negociar diretamente com os aparistas da região do Glicério. De acordo com o relato de irmã Regina da OAF, concedido a Costa (2007), o que motivou a organização da Associação foram as medidas

⁸⁵ O MNCR surge oficialmente em 2001, como será apresentado mais a frente, enquanto o MNPR nasce em 2004, tendo como referência o primeiro (COSTA, 2007).

⁸⁶ Em pesquisa anterior, realizei um resgate histórico da organização dos recicladores de base uruguaios na cidade de Montevidéu, que remonta à associação de bairro impulsionada pela obra do Padre Cacho na *Organización San Vicente* (IZIDORO, 2016).

repressivas da gestão municipal de Jânio Quadros (1986-1989), que com seu lema higienista da vassourinha começou a proibir a circulação de carroceiros nas ruas.

A Lei 10.315/1987, que dispunha sobre a limpeza pública do município, proibia, em seu artigo 38, a realização de “triagem ou catação, no lixo, de qualquer objeto, material, resto ou sobra, mesmo se de valor insignificante, seja qual for sua origem, sujeitando-se o infrator às sanções previstas e à apreensão do produto da coleta” (SÃO PAULO, 1987). Nesse contexto de criminalização, os catadores organizados pela Comunidade dos Sofredores de Rua protagonizaram um conflito político com a administração de Jânio Quadros, marchando pelas principais ruas da cidade, exigindo o acesso à circulação de seus veículos no centro. O conflito se estendeu à gestão de Luiza Erundina (1989-1993), quando passaram a ser discutidas políticas públicas para a população em situação de rua, como a criação do albergue São Francisco e a Associação Minha Rua Minha Casa (HIRATA, 2011).

A formação de cooperativas de catadores de materiais recicláveis se inseria nestas políticas voltadas à população em situação de rua e, nesse contexto, a Associação dos Catadores de Papel conseguiu negociar com a Prefeitura a cessão de um espaço sob o viaduto Paulo VI, em Pinheiros, para realizar seu trabalho. A partir de 1989, essa associação passou a se organizar oficialmente na forma de uma cooperativa, a Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (COOPAMARE), que foi a primeira cooperativa de catadores de materiais recicláveis registrada oficialmente no Brasil⁸⁷.

No governo Erundina foi aprovado o Decreto Municipal 28.649/1990, que regulamentou o trabalho organizado dos catadores de papel, papelão e assemelhados no município. O decreto foi emitido na mesma época que começava a tramitar o que viria a ser a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) – que se iniciou como Projeto de Lei 354/1989, de autoria do senador Francisco Rollemberg. O Decreto 28.649/1990 mantém a proibição da catação, nos termos da lei anterior, mas garante a legalização da triagem ou catação realizada em caráter excepcional. Assim, tanto organizações de catadores como catadores avulsos assistidos por programas sociais se tornaram potenciais prestadores do serviço de limpeza urbana do município de São Paulo. A regulamentação do trabalho dos catadores começa, assim, a

⁸⁷ De forma semelhante, no ano seguinte foi fundada, em Minas Gerais, a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE), com o apoio da Pastoral de Rua da Arquidiocese de Belo Horizonte.

reconhecer a atividade em caráter excepcional, que é entendida como uma prestação de serviços sem qualquer vínculo empregatício com o Estado.

Outro aspecto importante que consta no Decreto 28.649/1990 é a previsão de Termo de Permissão de Uso de áreas municipais. A partir dele, a organização permissionária fica obrigada a devolver a área recebida em permissão de uso, no estado em que a recebeu, no prazo de trinta dias, a contar da notificação expedida pela Prefeitura. Na hipótese de necessidade de execução de obra pública na área dada em permissão, a desocupação deve ser imediata. Esse tipo de permissão de uso foi reforçado em legislações posteriores e vigora até hoje, gerando insegurança aos catadores de materiais recicláveis, que historicamente são alvo de expulsão dos terrenos cedidos, sobretudo nas trocas de gestão do governo municipal.

A partir da Lei 10.954/1991 passou a ser implementada a coleta seletiva na cidade de São Paulo, com a separação na fonte. Esta mudança na forma de gestão dos resíduos sólidos urbanos tornou o governo de Luiza Erundina bastante reconhecido, sobretudo por realizar projetos pilotos com as cooperativas e associações de catadores na coleta porta a porta. O Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE), que nascia nessa época, também passou a elaborar vários estudos de gestão de resíduos sólidos e a estabelecer parcerias com municípios para a implementação da coleta seletiva. Segundo Gonçalves (2003), foram identificados 82 programas de coleta seletiva apoiados pelo CEMPRE durante a década de 1990, 26 deles no estado de São Paulo.

Em junho de 1998, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) tomou a iniciativa de organizar um seminário em Brasília para debater o problema da presença de famílias inteiras vivendo nos lixões no Brasil. Deste evento resultou a criação de um programa, o Fórum Nacional Lixo e Cidadania, cujo objetivo era a inclusão social dos catadores adultos após o encerramento dos lixões (GRIMBERG, 2007). Dessa movimentação surgiu o Fórum Lixo e Cidadania da cidade de São Paulo, que foi uma iniciativa do poder público municipal para apoiar e fomentar o cooperativismo dos catadores, tendo como seu apogeu a gestão de Marta Suplicy (2001-2005) (Cabanés *et al.*, 2011).

Entre as propostas da plataforma Lixo e Cidadania para a cidade de São Paulo, estavam medidas que garantissem o fortalecimento do catador enquanto categoria profissional autônoma, por meio de acesso ao processo licitatório, da criação da figura de “cessão” de áreas para utilização dos catadores e da capacitação e orientação sobre as formas de associativismo. Um ponto importante é que se reivindicou a organização dos trabalhadores em cooperativas e outras

formas de pessoa jurídica para que eles pudessem dispor de subsídios e abatimento de tributos, estabelecer parcerias e convênios com o poder público e empresas por meio de contratos formais, receber a autorização legal para a apropriação dos resíduos e acessar linhas de crédito para financiamento e incentivo ao mercado de reciclados (GRIMBERG, 2007).

O desenvolvimento da organização política dos catadores de materiais recicláveis no Brasil esteve, assim, entrelaçado a essas reivindicações e ao apoio de organizações do Terceiro Setor, tanto de cunho popular como empresarial. Em 2001, foi realizado o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis em Brasília, que reuniu mais de 1.700 trabalhadores e formalizou o nascimento do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR)⁸⁸. No ano seguinte, a profissão foi incluída formalmente no Código Brasileiro de Ocupações (CBO nº 5192-05), o que foi considerado uma vitória para o movimento, já que a atividade passou a ser reconhecida como um trabalho. Nesse sentido, ao longo da história do MNCR, o movimento tem exigido a criação de postos de trabalho em cooperativas e associações, buscando o controle da cadeia produtiva da reciclagem por meio de redes de produção e de comercialização que possam fazer frente a um ambiente cada vez mais competitivo.

No âmbito federal, houve um impulso à criação de políticas públicas voltadas aos catadores durante o governo do Partido dos Trabalhadores. Logo no início do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego. O então secretário da SENAES era Paul Singer, reconhecido defensor da economia solidária como uma alternativa ao capitalismo dominante (SINGER, 2002)⁸⁹. Por meio da SENAES foram financiados cursos e capacitações em cooperativismo e estabelecidas linhas de microcrédito para as organizações de economia social e solidária. Nessa mesma época, foi criado o Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis, que

⁸⁸ Na realidade, o MNCR surgiu em meados de 1999 com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, mas foi oficializado apenas em 2001. O MNCR já nasceu internacionalista, já que em 2003, no 1º Congresso Latino-Americano de Catadores, no Rio Grande do Sul, foi divulgada a Carta de Caxias, que difunde a situação dos catadores na América Latina, unificando as lutas. Em 2005, no 2º Congresso Latino-Americano de Catadores, o lema era “Não há fronteiras para os que exploram, não deverá haver para os que lutam”. No entanto, os exploradores, por meio de iniciativas de responsabilidade socioambiental, apoiam as iniciativas políticas dos recicladores de base organizados, o que limita uma atuação mais radical desses movimentos. Além disso, os catadores travam uma luta pela sobrevivência no mercado e se veem dependentes dos financiamentos e aportes empresariais. Esse é o caso da Rede Latino-americana e do Caribe de Recicladores (REDLACRE), organização política que é apoiada por instituições financeiras e grandes empresas, como a Iniciativa Regional para a Reciclagem Inclusiva (IRR), hoje *Latitud R*.

⁸⁹ Para uma crítica a esta concepção revolucionária da economia solidária, ver o capítulo 3, tópico 3.3.

coordenou o Projeto Interministerial “Lixo e Cidadania: Combate à Fome Associado à Inclusão de Catadores e à Erradicação de Lixões”.

Com relação à cidade de São Paulo, no começo dos anos 2000 a coleta seletiva voltou a ser prioridade do governo municipal com a implementação do Programa Socioambiental Cooperativa de Catadores de Material Reciclável, da gestão Marta Suplicy⁹⁰. A Lei Municipal nº 13.478/2002 estabeleceu uma nova organização do sistema de limpeza urbana. Em primeiro lugar, os serviços prestados pela Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB), autarquia vinculada à Secretaria de Serviços Municipais, foram decompostos entre divisíveis e indivisíveis. Os serviços divisíveis são aqueles que incluem a coleta, transbordo, tratamento e disposição final de resíduos domésticos e a coleta e destinação final de resíduos sanitários. Já os serviços indivisíveis são os de varrição das vias públicas, lavagem de monumentos, remoção de resíduos de construção civil e similares.

Com relação aos serviços divisíveis, que se inserem no escopo desta pesquisa, a Prefeitura passou a ser autorizada a delegar a sua execução mediante concessão e permissão. De acordo com o artigo 67 da Lei Municipal nº 13.478/2002, a AMLURB outorga permissão às cooperativas de catadores de materiais recicláveis para a prestação de serviços de limpeza urbana de coleta seletiva de lixo e de triagem do material coletado, em regime público. Essa possibilidade de prestação de serviços no Programa Socioambiental da cidade fez com que fossem criados mecanismos de formalização das cooperativas, tanto é assim que grande parte das organizações de catadores de São Paulo adquiriram personalidade jurídica nessa época.

No entanto, a hipótese de permissão para a prestação dos serviços de coleta seletiva e de triagem pelas cooperativas de catadores foi combinada com a exclusividade de empresas concessionárias em áreas da mesma atividade. Desde 2004, a concessão da prestação dos serviços divisíveis da limpeza urbana foi concedida para as empresas Logística Ambiental (LOGA) e Ecourbis Ambiental, em contratos válidos por vinte anos, isto é, até 2024, e que podem ser renováveis até 2044. Assim, as cooperativas permissionárias passaram a gerir seus galpões, entendidos como centrais de triagem manuais, que coexistem com o modelo das empresas concessionárias. Ao final de 2004, existiam 15 centrais implantadas em áreas públicas, sob a gestão e operação de catadores e a expectativa era a implementação de 31

⁹⁰ De acordo com o Decreto Municipal 42.290/2002, o Programa tinha, entre os seus objetivos, o de estimular a geração de emprego e renda, fomentar a formação de cooperativas de trabalho e apoiá-las no aprimoramento de sua atividade. Os mesmos objetivos constam do Decreto Municipal 48.799/2007, que substituiu esse programa pelo Programa Socioambiental de Coleta Seletiva de Resíduos Recicláveis, na gestão de Gilberto Kassab.

centrais, uma em cada subprefeitura⁹¹ da cidade de São Paulo, para incluir os grupos de catadores que naquele momento eram mais de 70 (SOUZA, 2016).

A permissão para a prestação de serviços de gestão de resíduos sólidos por parte das organizações de catadores significou a transferência da propriedade dos resíduos do município para o conjunto desses trabalhadores. No entanto, o trabalho que antes era realizado sem nenhuma regulamentação, agora passou a seguir as condições estipuladas em leis para que o direito à utilização econômica dos resíduos sólidos municipais fosse garantido. Nesse sentido, a Lei Municipal nº 13.478/2002, em seu artigo 169, V, ainda considerava a triagem ou catação fora das condições legais como uma infração administrativa passível de penalidade. Aqui fica evidente que a legalização da profissão dos catadores e catadoras de materiais recicláveis significou uma espécie de proibição da atividade, uma vez que o acesso aos resíduos passou a se dar apenas sob determinadas condições impostas pela legislação, que eram as mesmas que beneficiavam os grandes capitais do setor.

Em 2002 também foi criada a Lei Municipal 13.316/2002, que obrigou fabricantes e importadores de embalagens, garrafas plásticas e pneumáticos a manterem procedimentos de recompra dos resíduos pós-consumo, prática que ainda não era designada sob o termo “logística reversa”. A lei já mencionava a possibilidade de as empresas celebrarem acordos de parceria com cooperativas populares no campo da economia solidária e de instituir linhas de financiamento para esses projetos. Essa legislação apenas regulamentou as condições em que se tornou permitida a troca dos recicláveis e da força de trabalho dos catadores enquanto mercadoria, troca que já vinha acontecendo na prática, ainda que intermediada por uma série de agentes.

Nessa mesma toada, passou a ser permitida a inexigibilidade e a dispensa de licitações para contratação de cooperativas e associações de catadores na coleta seletiva municipal, a partir da alteração trazida pela Lei 11.445 de 2007, que instituiu a Política Federal de Saneamento Básico, na Lei 8.666 de 1993, que estabelece as normas para licitações feitas pela administração pública⁹². A inexigibilidade ocorreria porque podem ser contratadas todas as cooperativas,

⁹¹ Em 2002, com a aprovação da Lei 13.399, houve a descentralização administrativa do município de São Paulo, com a criação de 32 subprefeituras.

⁹² O Decreto Municipal 48.799 de 2007, que estabelece o Programa Socioambiental de Coleta Seletiva de Resíduos Recicláveis no município de São Paulo na gestão de Gilberto Kassab, incorporou essa dispensa de licitação na contratação de cooperativas e associações.

tornando-se desnecessário o processo de escolha. Já a dispensa decorreria do fato de os catadores serem pessoas de baixa renda. Ambas não significam que as prefeituras preferem, na prática, cooperativas formadas por trabalhadores hipossuficientes em detrimento de empresas que cumpram critérios de formalização jurídica, idoneidade financeira, regularidade fiscal e capacidade técnica, que são satisfeitos a duras custas por poucas cooperativas.

O primeiro projeto de apoio aos catadores no âmbito nacional ocorre em 2008, com o Cataforte I, que teve aporte financeiro da Fundação Banco do Brasil. No ano seguinte o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) estabeleceu linha de crédito de 125 milhões de dólares para as organizações dos catadores e o projeto Cata Ação foi implementado em cinco cidades brasileiras, com formação profissional e assistência para a integração econômica dos catadores. Em 2010, houve a criação do Programa Pró Catador, cujo lema era “Inclusão social de catadores no fechamento de lixões”, em uma interação com o Plano Brasil Sem Miséria (STELLA, 2018). Dentro do Plano Brasil Sem Miséria também foi incluída a “Bolsa Verde”, política focalizada direcionada às famílias em situação de extrema pobreza que realizavam atividades de conservação ambiental, como os catadores de materiais recicláveis. Nessa mesma toada foram desenvolvidos o Cataforte II, que se iniciou em 2010, em parceria com a Fundação Banco do Brasil, BNDES e Petrobrás, e o Cataforte III – Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias, em 2013, que visava potencializar as ações do Pró-Catador.

Segundo Andrade (2017), o Cataforte estaria contribuindo para o cumprimento de um dos objetivos do MNCR, a consolidação da coleta seletiva solidária, ao mesmo tempo que é um componente de uma política mais ampla, cuja gestão passa pela mediação do Terceiro Setor. Apesar da aproximação do MNCR com a SENAES, o autor argumenta que os programas do governo federal que buscavam a ampliação da eficiência dos empreendimentos dos catadores eram direcionados para um perfil de gestão mais próximo das empresas tradicionais do que das cooperativas da economia social e solidária (ANDRADE, 2017). Conforme apontei no capítulo anterior, do ponto de vista da produção capitalista, é irrelevante se o empreendimento é solidário ou não, pois ao estabelecer relações de troca no mercado, ele é englobado pela concorrência capitalista, que determina a sua atuação tal qual uma empresa convencional.

O ano de 2010 foi emblemático para a regulamentação dos empreendimentos dos catadores no Brasil, nele foi aprovada a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) – Lei 12.305/2010 – sancionada depois de cerca de 20 anos de tramitação. A PNRS é um marco na legislação

brasileira sobre o chamado “direito dos resíduos”, isto é, é a lei federal que regulamenta os fluxos dos resíduos enquanto mercadoria, reflexo de uma tendência em todo o mundo⁹³. Tal legislação instituiu a obrigação dos municípios e do Distrito Federal de realizarem seus planos de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos com uma racionalização de recursos, focando na reciclagem. Para cumprir com esses objetivos, a Lei 12.305/2010 prevê a inclusão social dos catadores nos planos de gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, regulamentando as condições em que a força de trabalho desses trabalhadores pode ser trocada no mercado. Assim, a PNRS se tornou a primeira legislação nacional a regulamentar o trabalho dos catadores de materiais recicláveis sob o desenho das cooperativas e de outras formas de associação.

A PNRS também estabeleceu responsabilidades para as empresas geradoras no que se refere à logística reversa pós-consumo. Dessa maneira, a parceria com cooperativas e associações de catadores também se fortaleceu como uma das medidas passíveis de adoção pelo setor empresarial para garantir a responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos que lançam no mercado. A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos é definida na lei como uma responsabilidade da coletividade. Nesse sentido, a responsabilidade do pós-consumo não se trata de uma responsabilidade civil objetiva por parte das empresas, mas sim do cumprimento de um dever originário instituído aos agentes econômicos (CIPRIANO, 2016)⁹⁴.

Assim, a legislação apenas menciona que existe uma obrigação empresarial em elaborar planos de gerenciamento de resíduos sólidos, que são negociados com o poder público em acordos setoriais ou termos de compromisso. O acordo setorial da logística reversa das embalagens, mediado pelo Ministério do Meio Ambiente, foi assinado em 2015 e reuniu as empresas geradoras de embalagens, representadas por suas vinte associações, de um lado, e, de outro, o CEMPRE e a Associação Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (ANCAT), adaptação do MNCR para poder participar do acordo (ANDRADE, 2017). A meta nacional estipulada nos acordos setoriais é de recuperação de 22% dos resíduos gerados, e é comprovada por meio das notas fiscais emitidas por empresas e cooperativas no momento da

⁹³ De acordo com Cipriano (2016, p. 177), o direito dos resíduos “é o campo do direito ambiental que tem protagonizado a incorporação da lógica de ciclo de vida conjugada à perspectiva metabólica, sendo a instituição da responsabilidade de pós-consumo, indubitavelmente, bastante ilustrativa dessa constatação”. Conforme exposto ao longo deste estudo, há uma tendência à positivação de leis que regulamentem o fluxo internacional de resíduos, bem como a gestão integrada de resíduos sólidos municipais a partir de finais da década de 1980.

⁹⁴ Por isso a PNRS não prevê sanção nem reparação de eventuais danos ambientais provocados pelos resíduos, quando trata da responsabilidade compartilhada. Exceção ocorre quando há menção expressa à responsabilidade por danos – como no art. 27, § 1º da PNRS –, essa sim um dever jurídico sucessivo, consequência da violação de um dever originário (BRASIL, 2010; CIPRIANO, 2016).

comercialização. Além disso, no estado de São Paulo, a implementação de sistemas de logística reversa é obrigatória para as empresas obterem o licenciamento ambiental.

Nesse sentido, não apenas governos municipais incluíram cooperativas de reciclagem na gestão municipal de resíduos sólidos, como empresas passaram a subcontratar organizações de catadores de materiais recicláveis com a finalidade de cumprir com a meta de logística reversa. A logística reversa pode ser organizada diretamente pela empresa, por meio de pontos de coleta, onde costumam estabelecer parcerias com cooperativas de catadores (ex: em programas de reciclagem de supermercados, como no Pão de Açúcar). Por meio de investimentos financeiros nos processos produtivos das cooperativas de catadores, as empresas também garantem que os materiais recicláveis sejam destinados prioritariamente aos seus projetos de logística reversa. Muitas cooperativas recebem esse tipo de apoio achando que se trata de uma doação, mas elas estavam sendo contabilizadas nacionalmente pelas empresas para o cumprimento das metas de logística reversa. Outra forma de cumprir a responsabilidade pós-consumo é por meio de leilões de crédito de logística reversa. Nesse esquema, as cooperativas de catadores de recicláveis vendem os materiais e emitem a nota fiscal com base na qual é gerado um crédito ambiental que também é comercializado. Dessa forma, existe a possibilidade de as organizações de catadores receberem uma remuneração tanto pelo material comercializado como pelos créditos da logística reversa, o que é considerado uma forma de pagamento por serviço ambiental⁹⁵.

Todo esse cenário é muito diferente daquele vivido pelos sucateiros e trapeiros do início do século XX, quando não havia qualquer regulamentação jurídica do setor. Os trabalhadores que viviam da recuperação de recicláveis enfrentavam todo tipo de criminalização e medidas coercitivas por parte do Estado. Como já apontado, o desemprego estrutural foi um dos fatores determinantes para que mais trabalhadores sem trabalho integrassem na ocupação ao longo dos anos. Com a reestruturação produtiva e as medidas neoliberais que se desenvolveram após a década de 1970, não só houve o avanço de parcerias público-privadas no setor de infraestrutura urbana e a financeirização do meio ambiente como uma reorganização do trabalho em redes de subcontratação. A regulamentação do trabalho dos catadores de materiais recicláveis no Brasil e, particularmente, em São Paulo, é fruto dessas alterações.

O Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da cidade de São Paulo (PGIRS) foi pulicado em 2014, durante a gestão de Fernando Haddad, e dividiu o gerenciamento de resíduos sólidos

⁹⁵ No Capítulo 3, tópico 3.1., trato de forma mais detalhada sobre o que seria esse pagamento, que não é uma realidade para a maioria dos recicladores de base.

da cidade em dois grupos: Noroeste, com 13 subprefeituras e 5 milhões de habitantes, administrado pela Logística Ambiental (LOGA), e Sudeste, com 18 subprefeituras e 7 milhões de habitantes, sob responsabilidade da EcoUrbis Ambiental (PMSP, 2014). Até o início da discussão do PGIRS de São Paulo, em 2012, o plano era a construção de 17 galpões de triagem convencionais, sem mecanização intensiva, que seriam capazes de incluir mais de 1.000 catadores (SOUZA, 2016). A Prefeitura Municipal de São Paulo apresentou uma contraproposta de converter os recursos destinados para a construção dos 17 galpões para promover uma industrialização da reciclagem por meio da implementação de quatro Centrais Mecanizadas de Triagem (CMTs) com tecnologia importada⁹⁶. Duas dessas centrais foram construídas com os recursos previstos para a construção desses 17 galpões, enquanto as outras duas não saíram do papel até hoje.

As duas CMTs implantadas foram a CMT da Ponte Pequena e a CMT Carolina Maria de Jesus, administradas, respectivamente, pela Logística Ambiental (LOGA) e pela EcoUrbis Ambiental. Elas foram criadas a partir de uma negociação sobre a aplicação de recursos previstos no contrato entre a Prefeitura e as empresas concessionárias para a ampliação da capacidade de processamento do material proveniente da coleta seletiva. Assim, a mudança de planos com relação ao sistema a ser adotado se deu por conta da capacidade de processamento, que nas centrais mecanizadas de triagem construídas gira em torno de 250 toneladas de resíduos ao dia, enquanto a capacidade de processamento das cooperativas convencionais, naquele momento, era de 10 toneladas ao dia (SOUZA, 2016). A propriedade das instalações das Centrais Mecanizadas de Triagem é pública, já que foram instaladas em terreno da Prefeitura, no entanto, nele atuam as concessionárias, que são as responsáveis técnicas pelas centrais, e as cooperativas de catadores de materiais recicláveis, que se presume que possuam autonomia na gestão da produção da CMT.

A Resolução 28 de 2014 da AMLURB, atualmente revogada, instituiu o Contrato de Prestação de Serviços de Processamento, provenientes da coleta seletiva do município de São Paulo, e criou a figura do “Fundo Municipal de Coleta Seletiva, Logística Reversa e Inclusão de Catadores”, conhecido por Fundo Paulistano de Reciclagem. Todas as estratégias de melhoria para os catadores organizados e formalizados da cidade de São Paulo têm, ainda hoje, forte dependência desse fundo, que recebe os recursos provenientes da comercialização dos

⁹⁶ Em 2013 a Autoridade Municipal de Limpeza Urbana alterou o marco contratual das centrais de triagem, de manuais para mecanizadas, por meio dos Ofícios nº 520/AMLURB-P/DGS/2013 e 399/AMLURB-P/DGS/2013.

recicláveis das CMTs e de outras fontes de logística reversa, que são viabilizadas pelos acordos setoriais com as indústrias de embalagens. Com parte desses recursos, financia-se a remuneração das cooperativas, tanto as das CMTs como as conveniadas do Programa Socioambiental da Prefeitura, custos logísticos de comercialização dos materiais, investimento em infraestrutura de organizações de catadores, qualificação e inclusão de catadores no sistema formal, venda de certificados de logística reversa, entre outros.

Assim, a partir da criação do Fundo Paulistano de Reciclagem foram estabelecidos três regimes de execução contratual com a Prefeitura: regime pleno, regime especial e regime de transição. No regime especial, o material triado é propriedade de todas as cooperativas do Programa Socioambiental da Prefeitura, em regime de condomínio, representadas por um terceiro gestor do Fundo⁹⁷. As cooperativas nesse regime só são remuneradas mediante distribuição dos resultados do Fundo Paulistano de Reciclagem, porque elas recebem uma remuneração fixa por hora de trabalho pela prestação de serviços. É o caso das cooperativas que atuam nas Centrais Mecanizadas de Triagem, em que as quantias recebidas pela comercialização dos recicláveis são direcionadas ao Fundo⁹⁸.

No regime de transição, os resíduos se tornam propriedade das cooperativas que triam e elas podem comercializar livremente desde que os preços praticados não sejam inferiores aos ofertados pelo gestor do Fundo. Recebem uma parcela, em dinheiro, mediante distribuição dos resultados do Fundo Paulistano de Reciclagem. Esse é o caso das cooperativas que possuem convênio com a Prefeitura e recebem não apenas os materiais coletados como apoios financeiros para o pagamento dos custos operacionais, como cessão ou aluguel de galpões, cessão de equipamentos, entre outros. No regime pleno, encontram-se as cooperativas que embora não conveniadas com a Prefeitura, tenham aderido ao contrato e são habilitadas para recebimento dos resíduos sólidos urbanos coletados e são certificadas, mas não recebem nenhum tipo de contraprestação financeira.

Essa transferência de resíduos da coleta seletiva de São Paulo se dá por meio de Termos de Doação Social com Encargos para o Processamento de Resíduos Sólidos Domiciliares Secos

⁹⁷ O gestor do Fundo Paulistano de Reciclagem emite as notas fiscais e recebe os materiais a serem triados como pagamento por tais serviços em nome de todo o condomínio de cooperativas, a partir do Auto de Entrega e Desembaraço de Bens da AMLURB. No caso das cooperativas que não atuam nas CMTs, igualmente devem emitir nota fiscal dos serviços prestados e receber materiais triados como pagamento por tais serviços, a partir do Auto de Entrega e Desembaraço de Bens da AMLURB.

⁹⁸ Foi estabelecida a aplicação de até 50% dos recursos auferidos pela comercialização do material triado no Fundo, visando à autossuficiência das cooperativas.

entre as organizações de catadores e o poder público, nos termos da Resolução nº 082/AMLURB/2016, já revogada, e atualmente, pela Resolução nº 109/AMLURB/2017, que reestruturou o Programa Socioambiental de Coleta Seletiva de Resíduos Recicláveis, e a Doação Social com Encargos. Anteriormente, quem geria tanto o Fundo Paulistano de Reciclagem e a comercialização dos recicláveis era uma ONG denominada Agente Operador (HIDAKA, 2016). A partir de 2016 as próprias cooperativas que geriam produtivamente as centrais e comercializavam o material triado passaram a ser denominadas gerenciadoras. O Fundo Paulistano de Reciclagem passou a ser gerido, nos anos seguintes, por cooperativas de segundo grau, redes de comercialização de materiais recicláveis compostas pelas cooperativas atuantes nas CMTs.

Neste mesmo período foi criado um sistema informatizado para leilão on-line dos recicláveis, unificado para as duas CMTs: o Reciclômetro⁹⁹. A primeira questão que se coloca é: como os catadores de materiais recicláveis considerados hipossuficientes perante a lei poderiam gerir tal sistema? A resposta está relacionada à maior profissionalização dessas organizações na lógica empresarial, com a contratação de auditoria independente aprovada por um Conselho de Acompanhamento, cujo relatório contábil e financeiro da operação de comercialização deveria ser disponibilizado na página da internet do leilão. Na prática, os desafios das cooperativas atuantes nas CMTs foram muitos e eles serão apresentados abaixo conforme as experiências das organizações que atuam nestes espaços são descritas.

Assim, em 2014, quando do início das atividades das Centrais Mecanizadas de Triagem, foram feitos contratos com a Cooperativa dos Catadores Autônomos de Materiais Reaproveitáveis (Coopere-Centro), na CMT Ponte Pequena, e com a Cooperativa de Trabalho e Produção, Coleta, Triagem, Beneficiamento e Comercialização de Materiais Recicláveis da Capela do Socorro (COOPERCAPS), na CMT Carolina Maria de Jesus. A CMT Carolina Maria de Jesus ainda hoje é operada pela Coopercaps, enquanto a CMT Ponte Pequena apresentou uma rotatividade em sua gestão, com a saída da Coopere Centro em 2016 e a entrada da Cooperativa Vira Lata no mesmo ano, que permaneceu na gestão da central até março de 2020, quando a Coopercaps também passou a assumir a gestão desta CMT, atuando hoje como gerenciadora de ambas as centrais.

⁹⁹ O Reciclômetro é um sistema criado por uma startup, composto por site, *software* em nuvem e aplicativos que fornecem dados sobre a gestão da coleta, produção e destinação de resíduos recicláveis na cidade de São Paulo. O público-alvo do projeto são cooperativas, prefeituras e grandes geradores, atores responsáveis pela logística reversa, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A CMT Ponte Pequena foi a primeira a ser inaugurada, construída no mesmo lugar em que se encontra o Transbordo da Ponte Pequena, em terreno utilizado historicamente para a gestão de resíduos em São Paulo e que atualmente é concessionado à LOGA. A primeira cooperativa a ser gerenciadora da Central Mecanizada, a Coopere-Centro, foi convidada a fazer parte da primeira experiência de trabalho de triagem mecanizada da cidade de São Paulo por sua proximidade da CMT, já que o terreno da cooperativa fica ao lado da central. A Coopere-Centro nasceu em 2003 da parceria entre as entidades ligadas ao Glicério – Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Organização de Auxílio Fraternal e Serviço Franciscano de Ação Social – e faz parte do MNCR (HIRATA, 2011).

Em fevereiro de 2016 os cooperados da Coopere-Centro decidiram em assembleia se retirar da instalação e romper com o contrato de prestação de serviço na CMT Ponte Pequena. Em abril do mesmo ano foi divulgada uma carta assinada tanto pela Coopere-Centro como pelo MNCR, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e demais movimentos sociais ligados ao campo democrático popular (MNCR, 2016a). A carta fazia uma denúncia sobre os constantes casos de assédio moral aos catadores da Coopere, a exigência de porte físico para aguentar o trabalho exaustivo das esteiras e dos equipamentos mecanizados, o ritmo intenso de trabalho e a insalubridade do local. A carta informava que os problemas em relação à segurança, infraestrutura e bem estar dos cooperados dentro da CMT Ponte Pequena, notificados à AMLURB e à concessionária, não foram solucionados. Também foram denunciadas as ameaças de retirada da Coopere do terreno ao lado da Central Mecanizada para ampliação deste espaço, “além de tratamento desrespeitoso de funcionários da Loga e da AMLURB com os cooperados” (MNCR, 2016a).

Após mais de um ano de tentativas de negociação, a Coopere-Centro foi convidada a se retirar da operação da Central de Triagem Mecanizada Ponte Pequena. A cooperativa não se adequou ao ritmo intenso de trabalho e de produtividade esperado pela AMLURB e pela empresa concessionária. Essa expectativa de gestão pró-mercado não condizia com a realidade dos trabalhadores que compunham a cooperativa, que eram parte da superpopulação relativa, subempregados, muitos deles já idosos e acometidos por doenças ocupacionais. Além disso, durante a operação na central, a relação de subcontratação do trabalho dos catadores se tornou evidente:

A cooperativa perdeu sua autonomia na tomada de decisões devido à maior ingerência da concessionária e da AMLURB, mantendo, com a Cooperativa, uma relação de subordinação, hierarquizada, pouco democrática e pouco participativa. Não houve

sequer, ao longo do tempo, cursos de capacitação ou encontros de formação. Mais grave ainda foi o impedimento de realização das assembleias mensais e a diferenciação salarial nos regimes mecanizados e manuais (MNCR, 2016a, grifos meus).

Na avaliação dos catadores a cooperativa precisou se adaptar como empresa para cumprir as exigências da Prefeitura e estava perdendo sua missão de desenvolver um trabalho solidário voltado à inclusão social de pessoas em situação de rua (MNCR, 2016b, grifos meus).

Assim, de 2016 a março de 2020, a operação da CMT Ponte Pequena ficou a cargo da Cooperativa Vira Lata, que teve seu plano de trabalho aprovado em um edital extraoficial aberto pela Prefeitura em concorrência com outras cooperativas. Na transição da operação para a Vira Lata, alguns cooperados da Coopere ao invés de voltar para a operação manual no galpão da cooperativa, acabaram se desvinculando da cooperativa para continuar na central mecanizada como parte da Cooperativa Vira Lata (HIDAKA, 2016), que teve que criar uma filial. A Cooper Vira Lata atua na zona oeste da cidade de São Paulo desde 1998, quando foi criada a partir do Projeto Vira-Lata, no Jardim Boa Vista. A cooperativa passou a adquirir personalidade jurídica em 2006, quando estabeleceu parcerias com o Estado, na gestão de resíduos sólidos urbanos, e com empresas, na logística reversa de recicláveis (DEMAJOROVIC *et al.*, 2014).

A Cooper Vira Lata foi beneficiária de projetos do governo federal direcionados às cooperativas de catadores de materiais recicláveis, com apoio da Petrobrás e do Banco do Brasil, por meio dos quais adquiriu equipamentos e um galpão de trabalho. Em maio de 2021 encontrei o presidente da Cooperativa Vira Lata, Wilson Santos Pereira, na sede da cooperativa Vira Lata, ao lado do Parque Raposo Tavares, na zona oeste de São Paulo. Em entrevista, ele contou que, ao longo da história da cooperativa, os cooperados foram deslocados várias vezes até conseguirem um local fixo de trabalho, que hoje é compartilhado com a cooperativa Recicla Butantã.

Começou no Jardim Boa Vista, aqui no Butantã. Depois de lá fomos para Pinheiros, de Pinheiros fomos para Leopoldina. Da Leopoldina fomos para o Jaraguá, e do Jaraguá a gente voltou para cá. Até dez anos atrás éramos igual ciganos. (...) E quando você faz essa mudança, você tem muitos impactos. Você está trabalhando num bairro, com os cooperados daquela comunidade, quando você vai para outra região, aí esses cooperados já não podem ir por uma série de fatores, principalmente o problema de mobilidade (...). Quando a gente veio para cá, isso antes de ir para a mega central, a Recicla Butantã estava para ser despejada do galpão no Jardim Esther, e a gente concedeu para eles ficarem aqui por seis meses. E eles estão até hoje aqui e a prefeitura está pensando formas de eles irem para outro espaço, porque aqui no galpão não *vai* poder ficar duas cooperativas. Porque estamos fazendo o AVCB [Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros] e o AVCB tem toda uma limitação de espaço, não vai poder ter

dois grupos aqui (Wilson Santos Pereira, em entrevista à pesquisadora em maio de 2021).

Em março de 2020, a Cooper Vira Lata saiu da gestão da CMT Ponte Pequena, que passou a ser gerida pela Coopercaps, que já atuava na CMT Carolina Maria de Jesus desde a sua concepção. A CMT Carolina Maria de Jesus localiza-se próximo à Usina Piratininga, na zona sul da cidade de São Paulo, e foi construída do zero no terreno onde atua a concessionária EcoUrbis. A Coopercaps, por sua vez, foi criada em 2003, na Cidade Dutra, também na zona sul de São Paulo, contando com apenas 20 trabalhadores, o que representa cerca de 5% do número de seu quadro atual de cooperados. Desde 2008, o presidente da cooperativa é Telines Basílio Nascimento Júnior, o Carioca, conhecido por aliar uma visão empreendedora à cooperativa, que se iniciou como um projeto social impulsionado por programas da Prefeitura de São Paulo (RECICLASAMPA, 2018)¹⁰⁰.

De forma geral, as duas centrais mecanizadas de triagem funcionam da seguinte forma: na área de recepção de resíduos, há um pátio grande onde os resíduos da coleta seletiva são descarregados pelos caminhões compactadores. Um operador vem com uma pá carregadeira, com a tremonha de armazenamento do rasga-sacos. É a velocidade do rasga-sacos que determina o restante dos processos (SOUZA, 2016). Nas cooperativas convencionais, são os próprios catadores que regulam essa velocidade, na CMT são os operadores da sala de controle. Depois do rasga-sacos, o material cai em um fosso, de onde sai uma esteira de elevação que o descarrega no Trommel, uma peneira rotativa de separação mecânica por tamanho. Os operadores conseguem alterar a velocidade de rotação do Trommel, quanto maior a rotação, maior a capacidade operacional e menor a qualidade da separação (SOUZA, 2016). Na CMT Ponte Pequena foi incluída uma etapa de separação manual em cabines de pré-seleção, onde os trabalhadores fazem a retirada de vidros e materiais de grandes volumes.

Depois os resíduos passam pelo separador balístico, cuja velocidade de rotação e a inclinação das lâminas podem ser alteradas: quanto mais inclinado, menos material passa para o próximo fluxo (SOUZA, 2016). A linha de classificação ótica se divide em 2 D e 3D, com leitores infravermelhos, que identificam as estruturas moleculares e cores dos resíduos e, a partir de “régua de sopro”, jatos de ar direcionados segregam os materiais de acordo com essas características. Essa separação é importante tanto para separar os diversos tipos de papel, como

¹⁰⁰ Em entrevista para o Podcast Recicla Sampa, o presidente da Coopercaps comenta que, em 2009, São Paulo fez um projeto com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA, na sigla inglesa) e a cooperativa foi escolhida para fazer um projeto piloto de educação ambiental com um grupo de Osaka (NASCIMENTO JÚNIOR, 2020).

também os diversos tipos de plásticos: PEAD branco e colorido, PET cristal, verde e colorido. Na CMT Ponte Pequena existem menos sensores que na CMT Carolina Maria de Jesus e as diferenças nos projetos de ambas as centrais se relacionam à menor eficácia dessas máquinas.

Assim, a triagem mecânica, por si só, não garante uma boa separação dos recicláveis, até mesmo porque as máquinas não funcionam de forma adequada. Por isso, na sequência do processo existe uma linha de triagem manual, onde os trabalhadores monitoram e corrigem os erros na separação do maquinário. Os refugos do processo são centralizados em uma linha com separador magnético e separador de não ferrosos antes de serem descartados. No separador magnético, materiais ferrosos são atraídos pela esteira magnética e depois repelidos, caindo em um contêiner abaixo do equipamento. O separador de não ferrosos utiliza uma corrente de Foucault produzida por um tambor rotativo em que os materiais não ferrosos são repelidos e caem num compartimento (SOUZA, 2016). Os silos automáticos recebem os materiais do mesmo tipo que depois são prensados em fardos.

Nas CMTs mecanizadas o trabalho manual é muito importante porque os catadores corrigem os erros de separação do maquinário na tentativa de conferir maior qualidade ao produto, reduzir a quantidade de material reciclável no rejeito e evitar a paralisação da linha. No que se refere à qualidade, Souza (2016) menciona que alguns compradores de PET e PEAD tiveram problemas com o material recebido pela quantidade de vidro moído que segue junto com os produtos. No início da operação das CMTs também houve dificuldade na venda do papel misto, pois nenhum comprador queria o material, que vinha muito misturado e estava sendo vendido para uma empresa que o revendia para a China (SOUZA, 2016; HIDAKA, 2016).

Quando a Cooper Viralata iniciou seu trabalho na CMT Ponte Pequena, com um grupo de 48 trabalhadores, foram introduzidas melhorias a fim de obter materiais mais bem separados e evitar o rejeito de recicláveis. O plano de trabalho da cooperativa envolveu, entre outras medidas, a criação de uma equipe para a recuperação de latas de alumínio, outra para a separação do papelão ondulado, a instalação de uma prensa de papelão e de compacteiners, e a criação de uma equipe para a separação do vidro, que antes era rejeito. Para a triagem do papelão ondulado, a cooperativa fez a parceria com a KAPER, uma das empresas líder de mercado no setor de aparas, que instalou alguns maquinários na CMT Ponte Pequena para a separação e a compactação do papelão ondulado. Além disso, conforme comenta Wilson Pereira, havia um motorista lá dentro que operacionalizava as caçambas – de sucata, de papel branco, de papelão

ondulado, de vidro: “ele era da empresa que foi feita a parceria com a KAPER para garantir o funcionamento desses equipamentos que foram adicionados”.

Assim, para que houvesse um aumento na recuperação dos resíduos, foi necessário ampliar o número de trabalhadores, que passou de 48 para cerca de 80 cooperados, e realizar parcerias, a partir da concepção da responsabilidade pelo ciclo de vida do produto, com empresas que pudessem investir em melhorias no próprio processo produtivo das quais se beneficiavam enquanto compradoras. Essas parcerias envolviam até mesmo a presença de trabalhadores das empresas compradoras nas instalações das centrais mecanizadas de triagem do município, o que também foi identificado no caso da Cidade do México, sobretudo no beneficiamento de embalagens plásticas. Durante o tempo em que a Cooperativa Vira Lata esteve na gestão da CMT Ponte Pequena, foram realizadas parcerias também com a Gerdau e a Owens Illinois, para o vidro, e a Novelis, para o alumínio, além de outras empresas papeleiras do sul.

Ainda assim há uma grande quantidade de rejeito nas centrais mecanizadas de triagem e todos os materiais são desperdiçados, inclusive os passíveis de comercialização. A meta estabelecida pela AMLURB para as concessionárias foi de no máximo 40% de rejeito, meta que tem que ser cumprida pelos trabalhadores das cooperativas gerenciadoras. De acordo com o presidente da Coopercaps, ainda hoje ambas as CMTs têm recuperado cerca de 60 a 70% da capacidade total, que ainda é a de 250 toneladas ao dia (NASCIMENTO JÚNIOR, 2020). Dos resíduos recuperados na cidade de São Paulo, mais de 60% é papel, em torno de 20% é plástico, 10% vidro, 6% é metal e 0,5% alumínio. No entanto, a comercialização do plástico representa praticamente metade da receita das cooperativas e, em segundo lugar, aparece o papel, com cerca de 40% da receita, de forma que ambos os materiais representam a maior parte da renda auferida atualmente¹⁰¹. Por essa razão, as CMTs investem sobretudo na mecanização da separação de papéis e de plásticos.

Do ponto de vista da ergonomia do trabalho, as esteiras de triagem manual foram projetadas para uma população de trabalhadores significativamente mais alta do que a brasileira. De acordo com Souza (2016), na CMT Carolina Maria de Jesus as esteiras têm 1,12 metro de altura e são ocupadas por uma população majoritariamente feminina, com altura média abaixo de 1,60 metro, o que dificulta o alcance dos materiais que passam pelo centro da máquina. A solução adotada para contornar o problema da altura foi a colocação de *steps* nos postos de trabalho,

¹⁰¹ Dados retirados do site Reciclômetro.

que geraram reclamações de incômodo por parte dos trabalhadores, principalmente dos mais velhos. Na CMT Ponte Pequena, o mesmo cenário foi identificado, embora a colocação de *steps* não tinha sido considerada um problema para o presidente da Cooper Vira Lata. De acordo com ele, para os cooperados com estatura mediana, “a gente comprava tipo um banquinho, um *step* para eles trabalharem. E muitos não precisavam disso. Então a gente não teve dificuldades, porque quando a esteira foi instalada, a empresa fez todas essas avaliações”.

Na carta de saída da Coopere-Centro da operação da CMT Ponte Pequena, é possível observar que os trabalhadores enfrentaram uma série de problemas relacionados ao meio ambiente de trabalho naquela central. Além disso, é destacada a incompatibilidade do maquinário não apenas para a realidade do espaço e da coleta seletiva, como também do ponto de vista da produtividade e da ergonomia do trabalho:

O maquinário adquirido para a triagem era e é incompatível com o espaço físico de instalação e com a realidade do material reciclável recebido, se considerando a falta de sensibilização dos munícipes para a coleta seletiva. A meta de produção, em torno de 125/250 toneladas dia, impunha um ritmo das máquinas e dinâmica do trabalho incompatível com a capacidade do trabalho humano, exigindo adaptações e ajustes ergonômicos devido aos prejuízos na saúde do trabalhador. Eram comuns dores nas costas e articulações devido ao trabalho excessivo e volume exagerado de material nas esteiras. Há no espaço mau cheiro proveniente de resíduos orgânicos (restos de comida, animais mortos, fraldas geriátricas, bolsa de sangue...) misturados com material reciclável e falta de adequação dos EPI's, conforme especificidade das atividades (MNCR, 2016a, grifos meus).

O trecho selecionado destaca um problema estrutural de insalubridade muito evidente na CMT da Ponte Pequena, que identifiquei em visita realizada no local em outubro de 2019 e que também foi apontado na entrevista com o presidente da Cooperativa Vira Lata: a estação de transbordo está localizada no mesmo galpão da central mecanizada onde trabalha a cooperativa. Isso significa que os resíduos da coleta domiciliar são despejados no mesmo galpão onde trabalham os catadores, que ficam expostos a diversos riscos, devido ao mau cheiro e à presença de vetores e de resíduos contaminantes¹⁰². Além disso, a Cooperativa Vira Lata enfrentou a ausência de refeitórios, vestiários e banheiros dentro do espaço de trabalho. Por esses e outros

¹⁰² É possível encontrar uma série de vídeos na internet sobre o funcionamento do Transbordo da CMT Ponte Pequena que demonstram, por si só, o problema enfrentado pelos catadores que trabalham neste espaço. Na visita realizada no local, impressionou-me a quantidade de pombos que circulavam no local, que é divulgado como um dos empreendimentos mais tecnológicos e modernos do ramo da América Latina. Na CMT Carolina Maria de Jesus o cenário que encontrei foi bem diferente, nesse quesito, a começar pelo fato de terem instalado uma espécie de cortina que evita a entrada de vetores logo na entrada da CMT.

problemas de insalubridade enfrentados na central mecanizada, o presidente da Cooper Vira Lata avalia que foi um equívoco a CMT Ponte Pequena ter sido construída naquele espaço:

A cooperativa que estava operando na Ponte Pequena tinha um problema de insalubridade, inclusive, dos cooperados. Isso é um problema que não foi gerado pela cooperativa, mas sim pela situação, que a cooperativa quando foi convidada, a gente não passou por este processo de avaliação, senão a gente não teria ido. (...) E todas as cooperativas que entrarem para operar a Central Mecanizada Ponte Pequena vão ter esse problema. Quem entrar lá, vai ter esse problema, porque vai trabalhar num ambiente insalubre. (...) Vou falar para você, foi um equívoco a instalação da Central Mecanizada na Ponte Pequena. A Ponte Pequena não estava preparada para receber uma Central Mecanizada. Foi instalada porque lá tinha o transbordo, que acabou fazendo com que os materiais recicláveis que anteriormente iriam pelo aterro passassem a ser triados. Mas o espaço da Ponte Pequena não comportava uma quantidade de mais de 50 pessoas, porque quando a LOGA foi operacionalizar o transbordo, ela construiu um refeitório para as pessoas que lá trabalhavam. Então quem chegou depois, não teve. Uma coisa é você primeiro construir para depois as pessoas irem. A LOGA já existia, a cooperativa vem depois (Wilson Santos Pereira, em entrevista à pesquisadora, maio de 2021).

Aqui fica evidente que a subcontratação do trabalho dos catadores neste sistema de gestão integrada de resíduos sólidos sequer levou em consideração o estabelecimento de um espaço apropriado para a construção de banheiros, vestiários e refeitórios para os cooperados dentro da CMT. Diante dessa realidade e a pedido da cooperativa, foram instalados contêineres alugados pela concessionária em conjunto com a Prefeitura fora do espaço de atuação da LOGA. Conforme relata Wilson Pereira: “a gente não pôde utilizar o refeitório e aí foi construído o refeitório e banheiros nos contêineres”. No entanto, na medida que foi aumentando a quantidade de cooperados atuando na CMT, os contêineres que existiam se tornaram insuficientes para todo mundo. “Foi a necessidade que levou ao aluguel dos contêineres. Foram feitos vestiários, banheiros e dois contêineres para refeitórios”. Embora a LOGA tivesse seus próprios banheiros, vestiários e refeitório para seus funcionários, apenas uma minoria de cooperados utilizava esses espaços, o que também ficou evidenciado na fala de um dos funcionários da LOGA, responsável técnico da CMT, quando da visita que realizei no local: “não é que não tem [refeitório], eles [cooperados] é que preferem ir lá fora”.

A criação das Centrais Mecanizadas de Triagem representou uma quebra com relação ao modelo de coleta seletiva que existia na cidade de São Paulo até então, realizada de forma descentralizada pelas cooperativas. No modelo atual de gestão de resíduos sólidos da cidade de São Paulo, a coleta é realizada pelas empresas concessionárias em caminhões compactadores e destinada tanto às cooperativas gerenciadoras das CMTs, como às cooperativas habilitadas no Programa Socioambiental da cidade, diferentemente do modelo porta a porta de gestões

anteriores¹⁰³. Anteriormente, na coleta também eram utilizados caminhões-gaiola e não caminhões compactadores, que tornam o trabalho das cooperativas manuais mais complicado, porque na compactação o material vem mais misturado e mais difícil de separar. Por outro lado:

Os caminhões-gaiolas, quando eles fazem a coleta, o material chega solto, vamos dizer assim. Nas cooperativas para você manusear é muito mais rápido, você aumenta a produtividade. No caso da mega central, como você tem uma *bobcat* que alimenta as esteiras, ela já manuseia os materiais e o material já vai soltando para a esteira, e na cooperativa já é manual. (...) Mas por que o caminhão compactador? Para você otimizar recurso e dar escala no material, porque o compactador traz 2 toneladas e meia. Para fazer isso com caminhões gaiola, vai precisar de pelo menos 4 caminhões gaiola. Aí tem que pensar no custo, é caminhão rodando na cidade, é combustível. É mais caro. E, evidentemente, você pode pensar no formato de PEVs [Pontos de Entrega Voluntária], coisas assim (Wilson Santos Pereira, em entrevista à pesquisadora, em maio de 2021).

As Centrais Mecanizadas de Triagem representam, então, a transição de um modelo de tratamento de RSU essencialmente artesanal, manufatureiro em alguns casos, para um modelo em escala industrial e semi-mecanizado. No entanto, a industrialização da reciclagem na América Latina é feita por meio do trabalho dos catadores de materiais recicláveis, “proletários autônomos” (BIRKBECK, 1978). Como observado até aqui, são esses trabalhadores que, a despeito de todos os riscos do negócio que devem assumir enquanto sujeitos de direito “empreendedores”, fazem funcionar até mesmo uma central de triagem com inúmeros problemas estruturais. Ao serem inseridos nos sistemas semi-mecanizados de trabalho, há uma ampliação da extração de mais-valia relativa, porque em um mesmo tempo de trabalho que uma cooperativa manual, é possível processar muito mais materiais recicláveis, diminuindo assim o tempo de trabalho socialmente necessário para processar cada um deles.

Para ampliar a escala de processamento de recicláveis, é preciso um ritmo de trabalho muito mais intenso que nas cooperativas manuais, por conta das exigências de alta produção, impostas pela política de reciclagem do município, pela contínua chegada de caminhões da coleta seletiva na limitada área de descarregamento e pela reduzida área de estoque de produtos acabados, que devem ser vendidos rapidamente. O aumento da produtividade é benéfico para a Prefeitura, porque com isso reduz o volume de resíduos que é destinado aos três aterros sanitários privados

¹⁰³ Os contratos de coleta porta-a-porta com cooperativas habilitadas encerraram-se em 2018 e atualmente apenas as duas concessionárias responsáveis pela coleta seletiva (LOGA e EcoUrbis) realizam a coleta em caminhões compactadores. Esse modelo não é o defendido pelo MNCR, que reivindica o retorno dos caminhões-gaiola e acredita que a coleta porta a porta possibilita melhores qualidades dos materiais recebidos, pois também possibilita a educação ambiental diretamente com os munícipes/consumidores. O modelo atual também gera tensões para as cooperativas convencionais, que perdem o controle sobre a coleta e têm denunciado uma queda acentuada na quantidade de material que recebe para triagem, com a desconfiança de que os materiais estejam sendo destinados prioritariamente às CMTs (MNCR, 2015).

da cidade: a Central de Tratamento de Resíduos Leste – CTL, localizado na zona leste e operado pela EcoUrbis Ambiental, o Centro de Disposição de Resíduos de Pedreira, operado pela multinacional Veolia, e o Centro de Tratamento de Resíduos de Caieiras, localizado no município de Caieiras, região metropolitana de São Paulo, operada pela Essencis Soluções Ambientais¹⁰⁴.

Além disso, o aumento do volume de materiais reciclados beneficia as empresas geradoras. Tomando como exemplo apenas a Cooperativa Vira Lata, em 2005, a cooperativa estabeleceu uma parceria com a Gerdau, maior empresa brasileira do ramo siderúrgico que compra a maior parte de sua matéria-prima no mercado secundário de sucata. Essa parceria foi possível por meio de um projeto de responsabilidade socioambiental encabeçado pelo CEMPRE em 2003 (DEMAJOROVIC *et al.*, 2014). A partir dessa parceria, a Cooper Vira Lata vendia a sucata coletada em condomínios, supermercados e outras empresas para a Gerdau, recebendo em troca o pagamento pelo material, a cessão em comodato de um triturador e uma caçamba para o armazenamento de sucata, além de cursos de capacitação para a triagem. A Porto Seguro, a maior seguradora brasileira, entrou nesse fluxo em 2008, doando a sucata ferrosa de seus escritórios de São Paulo para a Cooper Vira-Lata, que viabilizava o fluxo reverso da sucata, que era destinada à produção do aço na Gerdau. A Vira-Lata garantiu o transporte, triagem e armazenamento do material recebido pela Porto Seguro e seu destino à Gerdau, parceria que durou cerca de seis anos e foi interrompida pela mudança de direção da Porto Seguro, que passou a vender a sucata em vez de doá-la para as cooperativas de catadores (BELLACOSTA, 2020)¹⁰⁵.

Desde 2010, a Cooper Vira-Lata integra também o programa de logística reversa *Glass is Good*, da Diageo, empresa transnacional inglesa do ramo de bebidas. Esse programa levou em consideração que, para a empresa, os custos com a logística reversa do vidro seriam muito maiores se o mesmo caminhão que entregasse as bebidas levasse os cascos vazios, pois a quantidade de garrafas vazias era maior do que o lote de produtos novos a serem comercializados. Como o vidro é um material pouco atrativo para os recicladores, por seu baixo

¹⁰⁴ A cidade de São Paulo também possui dois aterros sanitários públicos desativados, o Aterro Bandeirantes (desativado em 2007) e o São João (desativado em 2009). Ambos os projetos se encontram entre os cinco maiores programas de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo aprovados sobre créditos de carbono a partir do controle de emissões de gases estufa via gerenciamento de resíduos (PMSP, 2012).

¹⁰⁵ A cooperativa também manteve parceria com a Suzano para vender papel branco e papelão, mas todos os projetos foram encerrados há cerca de cinco anos, porque outras empresas foram surgindo com melhores preços no mercado e porque a Suzano foi deixando de comprar das cooperativas (BELLACOSTA, 2020).

valor de mercado, risco no manuseio e dificuldade de transporte, a empresa passou a financiar parcerias que garantissem melhores preços do material, a fim de estimular a sua coleta (DEMAJOROVIC *et al.*, 2014). O retorno financeiro de materiais menos valorizados pode ocorrer por meio da adição de um valor estimado pelo potencial de dano ambiental, o que amplia as possibilidades de comercialização dos catadores a despeito das flutuações de preço no mercado. Atualmente esse programa possui abrangência nacional e, em São Paulo, foi estimulado a partir do Decreto Nº 58.701 de 2019, que autorizou a coleta de grandes geradores por parte de cooperativas de catadores de recicláveis¹⁰⁶.

A necessidade de escala também é um dos motivos da criação de redes de comercialização formadas por cooperativas de catadores de materiais recicláveis. A Cooperativa Vira Lata, por exemplo, faz parte da Rede Paulista de Comercialização Solidária de Materiais Recicláveis, junto a outras seis cooperativas¹⁰⁷. De acordo com Giglio et al. (2020), a Rede Paulista tem um modelo de negócio que busca o aumento da competitividade de suas cooperativas em um ambiente de alta concorrência. A rede foi criada por determinação da Prefeitura quando a Cooper Vira Lata ingressou na CMT Ponte Pequena, e se tornou responsável pela administração de parte do Fundo Paulistano de Reciclagem. Após a saída da Cooper Vira Lata da central mecanizada, o fundo ficou *sub judice*.

Quanto aos motivos que levaram à saída da Cooper Vira Lata da central mecanizada, Wilson Santos comenta que houve uma alteração de turnos que desagradou parte dos cooperados, que passaram a mover ações trabalhistas contra a cooperativa. No início da operação, os cooperados tinham uma jornada laboral de 44 horas semanais e, em 2019, houve a necessidade de criar um turno adicional, o que diminuiu a carga horária de cada um dos turnos. Como os cooperados das centrais mecanizadas são remunerados por hora trabalhada, isso significou uma diminuição salarial. Além disso, as ações trabalhistas movidas contra a cooperativa também apontavam a questão da insalubridade do local de trabalho, embora a cooperativa só estivesse na CMT subcontratada na etapa da triagem. O presidente da cooperativa assim sintetiza esse processo de saída:

¹⁰⁶ Organizações devidamente cadastradas na plataforma Controle de Transporte de Resíduos – Eletrônico (CTR-E) podem prestar serviço de coleta, manuseio e destinação final dos resíduos produzidos por esses geradores, que também devem estar registrados no sistema. Segundo Bellacosa (2020), apenas três, em um universo de 116 organizações cadastradas no CTR-E, são cooperativas, o restante é empresa. Além da Cooperativa Vira Lata, as demais cooperativas autorizadas pela AMLURB para coleta de grandes geradores são a Coopercaps e a Yougreen Cooperativa.

¹⁰⁷ Entre as cooperativas que fazem parte da Rede Paulista estão: Recifavela, Cooperativa Caminho Certo, Coopergaia, Cooperativa Recicla Butantã, CooperGlicério e Cooperativa Cara Limpa

Primeiro, como a gente mudou os turnos, diminuiu as horas trabalhadas e diminuiu a retirada dos operários. Então você pega em torno de 10 a 15 cooperados que não concordaram e fizeram várias denúncias para a prefeitura denunciando que a Cooper Vira Lata tinha diminuído a renda deles. Na verdade, não diminuiu, pagou para eles conforme as horas trabalhadas. Muitos não concordaram e fizeram uma série de reclamações para a prefeitura e nós fomos chamados pela AMLURB e aí eu falei para o Monty [Dahan], o diretor: se têm essas reclamações e a gente não consegue resolver, a Cooper Vira Lata passa a entregar a mega para eles. Aí nós entregamos a mega (Wilson Santos Pereira, em entrevista à pesquisadora, maio de 2021).

Com a entrada da Coopercaps como gerenciadora de ambas as centrais, o Fundo Paulistano de Reciclagem passou a ser gerido pela Rede Sul, rede de comercialização cuja presidência também é de Telines Basílio, o Carioca¹⁰⁸. Atualmente, a Coopercaps possui 340 cooperados que atuam em cinco localidades: na matriz, na Cidade Dutra, nas unidades de Paraisópolis e em Socorro, e nas CMTs Carolina Maria de Jesus e Ponte Pequena. Com a saída da Cooper Vira Lata, foi acordado com a AMLURB e a Coopercaps que todos os cooperados que atuavam na CMT Ponte Pequena permaneceriam no local e seriam englobados pela Coopercaps, que instalou ali nova filial. “Se saiu alguém depois, é por decisão do cooperado ou da cooperativa, porque tem um regimento interno, um estatuto, o cooperado que não seguir, tem que sair da cooperativa”, comenta Wilson Pereira.

De acordo com informações obtidas por meio da Lei de Acesso à Informação, embora as cooperativas sejam entes autônomos e autogeridos sob as premissas do cooperativismo, a AMLURB estuda a contratação de consultoria com a finalidade de desenvolver estratégias de mercado para qualificar os mecanismos de produção e de comercialização dos resíduos recicláveis da coleta seletiva da cidade de São Paulo. Além disso, a Coopercaps também tem implementado novos projetos na operação da CMT Ponte Pequena:

Estamos fazendo um trabalho na Central Mecanizada da Ponte Pequena com refugiados, já contamos com mais de 20 refugiados trabalhando com a gente, cooperados da Coopercaps, e a gente tem um orgulho muito grande. (...) A grande maioria é da África. Mas a gente tem pessoal do Equador, do Chile também, trabalhando com a gente. (...) É um projeto da Coopercaps tentar criar uma Central de Triagem para dar visibilidade e apoio a essas pessoas refugiadas, pessoal LGBTQ, moradores de rua, esse é um projeto da cooperativa que ainda não saiu do papel, mas espero que dê certo (NASCIMENTO JÚNIOR, 2020, min. 9).

A comercialização e a remuneração nas centrais mecanizadas de triagem ocorrem de forma distinta das cooperativas convencionais, porque nas gerenciadoras os cooperados são

¹⁰⁸ Ele também é presidente da Confederação Nacional das Cooperativas de Reciclagem (CONATREC), que foi criada “com o intuito de gerar emprego e renda e poder profissionalizar essa profissão que há mais de 100 anos já faziam, sem nem entender e sem nem ter ainda a economia circular” (NASCIMENTO JÚNIOR, 2020, min. 9).

remunerados pela Prefeitura de acordo com um valor-hora, que durante todo o tempo em que a Cooper Vira Lata esteve na CMT Ponte Pequena era em torno de R\$12,50. Com isso, percebe-se que a intensificação do trabalho nas CMTs não gera um aumento automático na remuneração desses catadores, porque eles não são remunerados por peça. A quantia recebida pela venda dos recicláveis nos leilões e pelos créditos de logística reversa é direcionada ao Fundo e aos gastos ordinários da operação¹⁰⁹. Em uma jornada de 44 horas semanais, a remuneração de um cooperado na CMT era de pouco mais que dois salários mínimos, enquanto na matriz da cooperativa, no Butantã, os cooperados recebiam um salário mínimo. Atualmente, no galpão do Butantã, os cooperados recebem ao menos dois salários mínimos, oriundos da comercialização dos recicláveis. Na cooperativa manual, a remuneração dos cooperados depende da produção coletiva, e, no final do mês, tudo o que foi produzido é convertido em horas, cuja quantia está, hoje, praticamente equiparado ao que recebiam na CMT. Assim, o pagamento é realizado de acordo com a produtividade e a jornada de trabalho de cada cooperado.

De acordo com informações passadas pela Prefeitura, baseadas em relatórios mensais de prestação de contas entregues pelas cooperativas habilitadas de São Paulo, em 2019 a retirada total das cooperativas habilitadas no Programa Sociambiental da cidade foi de R\$8.918.610,29, com uma média de R\$424.695,73 por cooperativa e um desvio-padrão de R\$267.717,61. Considerando uma média de 800 cooperados (as) no total de cooperativas habilitadas que entregaram informações suficientes para a mensuração da retirada total, a retirada média estimada naquele ano foi de R\$929,02 por mês, sem considerar o bônus anual fornecido a partir do Fundo Paulistano de Reciclagem, que foi de até R\$3.000 por cooperado de cooperativa habilitada.

Atualmente, apenas 26 das cerca de 100 cooperativas de catadores de materiais recicláveis da cidade de São Paulo possuem habilitação da AMLURB para o recebimento da coleta seletiva realizada pelas concessionárias. Em 2019, a gestão Covas aumentou os requisitos burocráticos para o convênio com as cooperativas e 27 cooperativas habilitadas em 2018 perderam sua

¹⁰⁹ A relação entre cooperativas e compradores também é diferente no sistema de leilão, em que as empresas comprovadoras vão até os vendedores. No entanto, nem todos os recicláveis eram vendidos nos leilões, as dificuldades na venda por esse meio também faziam com que a cooperativa fosse atrás de parceiros compradores, que é o que ocorre também nas cooperativas manuais.

habilitação por não conseguiram atender aos termos do novo edital da AMLURB¹¹⁰. No segundo semestre de 2019, acompanhei algumas reuniões do Comitê de Catadores da Cidade de São Paulo, espaço construído pelo MNCR, e as reivindicações dos catadores giravam em torno da desburocratização da relação entre a Prefeitura e organizações de catadores. Além disso, buscava-se uma solução jurídica para apoiar as cooperativas que estavam passando por maiores dificuldades de operação, incluindo-as legalmente como filiais das organizações mais estruturadas em cada região da cidade (MNCR, 2019).

Portanto, na cidade de São Paulo há uma divisão bastante visível entre organizações de catadores de materiais recicláveis a partir dos seus diferentes graus de formalização. Isso cria uma cisão de classe entre os trabalhadores e fortalece a concorrência entre as organizações mais bem sucedidas do ponto de vista empresarial, como é o caso da Coopercaps. Mesmo sem remunerar os serviços das cooperativas habilitadas que apenas recebem os resíduos da coleta seletiva, o município exige muitos documentos para credenciá-las e autorizá-las a realizar o seu trabalho legalmente. Como são trabalhadores considerados de baixa renda, eles não podem obter toda a documentação exigida. Por essa razão, os catadores têm buscado, por meio de estratégias jurídicas, obter acesso a contratos formais que os permita trabalhar, tanto por meio da permissão de acesso dos resíduos para triagem e comercialização, como por outras formas de incremento de renda, como o pagamento por serviços ambientais prestados por meio de créditos de logística reversa.

4.3. Recicladores de base e a subjetividade jurídica “empreendedora”: uma síntese

A partir de uma visão do conjunto da inserção dos recicladores de base nos sistemas de gestão integrada de resíduos sólidos em São Paulo e na Cidade do México é possível identificar as contradições e mediações que as realidades apresentadas encerram. Ambos os casos não podem ser entendidos isoladamente pois diversos aspectos entrelaçam a história dos trabalhadores que atuam na coleta e triagem de resíduos nas duas cidades. Proponho, então, uma análise dos principais pontos identificados na pesquisa com base em uma reconstrução de como a subjetividade jurídica se apresenta na sociedade capitalista e, especialmente, no contexto

¹¹⁰ Ao menos desde a Resolução nº 109/AMLURB/2017 é exigido que as cooperativas sejam cadastradas no Cadastro Municipal Único de Entidades Parceiras do Terceiro Setor – CENTS. Para isso, a cooperativa precisa comprovar, por meio de uma série de documentos, sua habilitação jurídica e sua regularidade fiscal e contábil.

neoliberal. A limitação desta exposição é a própria complexidade das realidades de ambas as cidades, de maneira que sempre existirão questões que escaparão à síntese apresentada.

Conforme exposto ao longo dos dois casos, a origem da organização dos recicladores de base, em ambas as cidades, está conectada a um movimento de famílias e trabalhadores que são privados dos meios de produção e, como parte da superpopulação relativa, não conseguem realizar a venda da única mercadoria que possuem: a sua força de trabalho. A expropriação dos meios de produção dos trabalhadores é uma das facetas do processo de acumulação primitiva de capital, fundante do modo de produção capitalista. Na qualidade de expropriados, estes trabalhadores passaram a alçar a condição formal de proprietários da sua capacidade de trabalho. O modo de produção capitalista ainda se revigora a cada período de crise, lançando novas estratégias de acumulação que definem ciclos, regimes ou padrões cada vez mais complexos na busca por autovalorização. Esses processos impactam no crescimento e na reabsorção da superpopulação relativa, que cumpre um papel de reguladora da exploração do trabalho.

Quando os recicladores são reinseridos na produção e na circulação capitalistas por meio da venda da sua força de trabalho na cadeia de valor da reciclagem, os atributos sociais do seu trabalho passam a ser entendidos como características dos próprios materiais recicláveis. Isso ocorre porque as relações sociais em uma sociedade marcada pela troca capitalista se apresentam como relações entre objetos, por meio de um processo de subjetivação dos objetos e, ao mesmo tempo, de objetificação dos sujeitos. É nessa esfera da circulação que aparece a subjetividade jurídica:

É o movimento das coisas, como mercadorias, que exige o aparecimento de uma vontade livre, como sujeito. É o movimento das mercadorias que exige a constituição de sujeitos capazes de propriedade e, portanto, o sujeito de direito é antes, por assim dizer, uma “interiorização” da propriedade: é porque a propriedade precisa deslocar-se para a troca que os indivíduos são alçados à condição de proprietários (KASHIURA JÚNIOR, 2012, p. 123).

Assim, por meio da subjetividade jurídica, ainda que expropriados dos meios de produção, os trabalhadores são definidos como pessoas igualmente “dignas” de serem proprietárias desses meios, ainda que isso não corresponda à realidade. A única propriedade que possuem, na condição de sujeitos de direito, é a propriedade de si mesmos. No caso dos recicladores de base, essa circulação da força de trabalho se materializa na circulação dos recicláveis, mas ela decorre das relações capitalistas de produção na base da indústria da reciclagem. O trabalho artesanal e familiar dos recicladores de base passou a ser inserido, ao longo dos anos, nas bases da indústria

da reciclagem e de redes de comercialização locais e internacionais. Esse processo significou a inserção da força de trabalho dos recicladores nos circuitos de extração de mais-valia. Por meio de relações capitalistas de compra e venda de materiais recicláveis, é a força de trabalho dos recicladores que tem sido colocada à venda nas cadeias de valor de papéis, metais, plásticos e outros materiais, em um contexto de mundialização do capital.

O domínio sobre a propriedade dos resíduos não interessa tanto para a definição desta relação entre sujeitos de direito, pois o que a delimita é a possibilidade de troca das mercadorias. O proprietário é aquele que dispõe da coisa, não interessando a forma com que esta coisa foi apropriada. O ato de vasculhar o “lixo”, conhecido em alguns países como “*dumpster diving*”, é considerado uma violação à propriedade privada, sendo entendido como roubo, furto ou invasão de privacidade em casos julgados na Europa, EUA e Canadá. No entanto, nas periferias do capitalismo, essa atividade tem se tornado um meio de subsistência e de profissionalização, benéfico para as empresas que compõem a indústria da reciclagem e para o Estado. Nesse sentido, tanto faz se o “lixo” é uma propriedade abandonada pelos munícipes, doada pelo Estado ou furtada pelos recicladores, pois o que interessa é que, por meio da coleta, triagem e beneficiamento de resíduos, estes trabalhadores recuperam materiais descartados, que são trocados novamente no mercado como recicláveis. Este ponto é especialmente importante ao tratar do trabalho dos recicladores de base, evitando interpretações como a de Sicular (1992), que entende serem estes trabalhadores os proprietários dos meios de produção.

Assim, em um primeiro momento, os recicladores de base são definidos como sujeitos de direito porque esta é uma condição *per se* da sociabilidade capitalista. É na redução da força de trabalho à mercadoria que o ser humano é elevado à categoria de sujeito de direito (KASHIURA JR, 2009). Na condição de superpopulação relativa que não consegue trocar a sua força de trabalho, os recicladores de base não escapam da subjetividade jurídica, pois também são alvo da criminalização da pobreza e da equivalência das penas. No entanto, é possível dar um tratamento mais aprofundado sobre o tema tomando como base a própria constituição desta ocupação. Nesse sentido, enquanto recicladores de base, estes trabalhadores se movem como sujeitos de direito por meio das determinações da própria mercadoria reciclável que é produto do seu trabalho. Essa análise é possível porque a circulação pressupõe a abstração dos processos de trabalho e a igualação entre mercadorias e seus produtores.

Quando os recicladores de base conseguem realizar a sua força de trabalho, que passa a ser utilizada como meio de fornecer matéria-prima para a indústria da reciclagem, eles são inseridos

nas cadeias de extração de mais-valia e sua subjetividade jurídica passa a adquirir novos contornos. Ela é definida pela equivalência na venda da sua força de trabalho por meio da troca de recicláveis. Conforme estes trabalhadores se organizam produtivamente em torno da indústria da reciclagem, em associações e cooperativas, eles passam a estabelecer relações de troca com novos fornecedores e, inclusive, com recicladores avulsos e carroceiros. A remuneração dos recicladores de base ocorre, essencialmente, pelo salário por peça, o que também impulsiona a organização produtiva destes trabalhadores em redes de comercialização que possibilitam o aumento no volume de materiais a serem trocados no mercado. Esse processo de relativa ascensão dentro da cadeia da reciclagem, que atinge os recicladores de forma desigual, eleva estes trabalhadores do “quarto de despejo” ao “quarto de visita” da sociabilidade capitalista¹¹¹.

Os recicladores de base são entendidos como sujeitos de direito porque estão inseridos dentro das relações capitalistas de troca e, por meio do consumo da sua força de trabalho, a indústria da reciclagem adquire matéria-prima reciclável. A subjetividade jurídica não está atrelada, assim, a uma determinação da normatividade estatal, tampouco a uma ideologia propagada pelas classes dominantes, ela é uma abstração real, identificável nas relações sociais capitalistas. Esse fato pode ser constatado ao observar as relações travadas pelos *pepenadores* com grandes empresas antes mesmo de sua inserção, pelo governo da Cidade do México, nas plantas de seleção que fazem parte do sistema de gestão integrada de RSU. Na década de 1980 essas organizações de *pepenadores* já comercializavam com empresas como Coca-Cola, Pepsi-Cola, Bacardí, Dormi-Mundo, Simmons, Avon e Kimberly Clark (BERTHIER, 1990). Ainda hoje, algumas dessas empresas possuem como seus “sócios coletores” famílias de recicladores de base que atuam em lixões a céu aberto, de modo que a ausência de uma regulamentação estatal – ou a existência de uma proibição do trabalho infantil ou análogo ao escravo – não impede, na prática, a exploração da força de trabalho dos recicladores na base da indústria da reciclagem, nem a sua realização na circulação de recicláveis, momento em que empresas e trabalhadores aparecem como sujeitos jurídicos com iguais deveres e direitos.

Embora a organização dos recicladores tenha se dado em períodos distintos na Cidade do México e em São Paulo, em ambos os casos estes trabalhadores passaram a ter maior relevância

¹¹¹ Aqui faço menção à Carolina Maria de Jesus, que em sua obra *Casa de Alvenaria* faz uma reflexão sobre sua ascensão social: “Eu era do quarto de despejo. Agora sou da sala de visita. Estou na casa de alvenaria. No quarto de despejo eu conhecia os pé-rapados, os corvos e os mendigos. Na casa de alvenaria estou mesclada com as classes variadas. Os ricos e os da classe média” (DE JESUS, 1961, p. 130).

nas agendas internacionais, nacionais e locais a partir da década de 1980. Tal fato relaciona-se aos processos descritos de maneira detalhada nos capítulos anteriores. Destaco os três processos que considero que impactaram mais diretamente na construção deste cenário. O primeiro deles é a financeirização do meio ambiente promovida por organismos internacionais, que transformou o “lixo”, produzido em escala cada vez maior, em mercadoria. A segunda é o avanço de parcerias público-privadas no setor de infraestrutura urbana, que ampliou os interesses de grandes empresas que passaram a constituir a gestão integrada de resíduos sólidos urbanos. O terceiro é a conformação de redes de subcontratação e o aprofundamento da exploração do trabalho em tempos de acumulação flexível, cenário em que a flexibilidade da força de trabalho dos recicladores tornou-se ideal.

Esses processos dão pistas sobre novos estágios de desenvolvimento do modo de produção capitalista, na busca constante do capital pela sua autovalorização. Ao longo desse processo, há uma expansão da forma mercadoria e uma sofisticação da forma jurídica, que impactam na construção de novas subjetividades jurídicas conforme o contexto. Argumento, então, que a expansão, em escala cada vez mais ampliada, da produção de resíduos complexos e poluentes, e o crescimento da superpopulação relativa em tempos de desemprego estrutural, desencadearam a conjuntura na qual emerge o processo de financeirização do meio ambiente, fundamentado em premissas que invertem a realidade material. O crescimento da superpopulação relativa é entendido como o causador da poluição e o capital é alçado à posição do grande incentivador do desenvolvimento sustentável nas periferias do capitalismo.

É com base neste discurso que os organismos financeiros internacionais, porta-vozes do capital mundializado, têm incentivado programas de geração de renda, de concessão de microcréditos, de formalização da precariedade do trabalho, com a finalidade de combate à pobreza. Ao mesmo tempo, estes organismos internacionais têm fomentado a compra e venda de créditos de carbono, entre outros mecanismos que possibilitam a troca de um equivalente aos danos prevenidos ou causados no meio ambiente. A realidade aparece invertida aqui porque o aumento da pobreza e a degradação ambiental estão intimamente relacionados ao impulso expansivo da reprodução ampliada do capital e ao próprio desenvolvimento desigual e combinado que define o modo de produção capitalista enquanto totalidade. De forma bastante simplificada, tanto os trabalhadores *descartáveis* são reutilizáveis pelo capitalismo quanto for mais vantajoso para o seu desenvolvimento, como os materiais descartados poderão ser recuperados quando a racionalização de recursos for benéfica, sobretudo em tempos de crise.

Esse é o cenário de construção dos direitos de solidariedade, sobretudo dos direitos do meio ambiente, e de ascensão de uma regulamentação trabalhista mais alinhada ao padrão de acumulação flexível. Também é o contexto no qual a atividade dos recicladores de base passa a ganhar certa relevância. Nas partes do mundo em que a revalorização do “lixo” depende da força de trabalho dos recicladores de base, tem-se naturalizado um modelo de gestão integrada de resíduos sólidos com inclusão social – também denominado de “reciclagem inclusiva”¹¹² – cuja implementação tem sido um sinal de modernidade. A relação do Estado perante estes trabalhadores não se resume mais à criminalização de seu trabalho. O Estado, por meio de políticas público-privadas de geração de renda, aparece também como manifestação do interesse comum da “empregabilidade com economia circular”¹¹³, cenário em que são anuladas todas as contradições de classes e os recicladores de base são elevados à categoria de “empreendedores”.

Existe uma tendência à formalização dos recicladores por meio da figura jurídica empresarial – como prestadores de serviços autônomos e pessoas jurídicas organizadas em associações e cooperativas. A presença do Estado nesses arranjos é providencial, pois as alterações na regulamentação do trabalho, por meio de normas jurídicas, abrem pistas para entender como o capital tem buscado transformar a força de trabalho em uma empresa (TAVARES, 2018). Ainda que essa formalização ocorra em menos de 5% das cidades na América Latina (STURZENEGGER, 2020), os recicladores de base atuam, na prática, nos sistemas de gestão integrada de RSU. Esse é o caso dos “voluntários” da coleta domiciliar na Cidade do México, que trabalham nos caminhões das delegações administrativas, ainda que não sejam remunerados por elas, não tenham nenhum tipo de contrato formalizado, nem sejam mencionados nos programas do setor. Isso significa que as relações jurídicas não dependem da normatividade estatal para que existam e que o contrato entre recicladores de base, Estado e empresa é um contrato que se coloca nas próprias relações capitalistas de troca.

A crítica da forma jurídica proposta por Pachukanis implica uma posição teórica antinormativista, que recusa a premissa de que a norma jurídica gere a relação jurídica, pois a

¹¹² Esse é o projeto da Fundação Avina e da Iniciativa Regional para Reciclagem (hoje *Latitud R*), que busca implementar a reciclagem inclusiva como um paradigma na gestão de resíduos na América Latina, priorizando a formalização do trabalho dos recicladores de base e reconhecendo o papel do seu trabalho no desenvolvimento da economia circular na região. Tal projeto tem como apoiador o Banco Interamericano de Desenvolvimento, Coca-Cola e outras grandes empresas geradoras de embalagens.

¹¹³ Faço referência aqui ao título de um evento promovido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo da cidade de São Paulo, em parceria com a Agência São Paulo de Desenvolvimento (ADE SAMPA – Empreender para transformar), em maio de 2021.

relação jurídica entre sujeitos de direito, proprietários de mercadorias, ocorre por meio de contratos sociais de compra e venda de mercadorias, com diferentes conteúdos. Ao analisar estas relações jurídicas historicamente determinadas, dentro do próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista, é possível observar que há uma conformação da forma jurídica segundo os seus contextos. As alterações nos padrões de acumulação de capital, por exemplo, demonstram novos estágios de desenvolvimento da subjetividade jurídica dos trabalhadores e de sofisticação das relações de subordinação do trabalho ao capital. Para o padrão de acumulação flexível, a força de trabalho das parcelas da superpopulação relativa é a força de trabalho ideal, pois se insere nas redes de subcontratação e de ampliação da extração de mais-valia. Esse é o caso dos recicladores de base, que atuam em redes de subcontratação, tanto dentro da indústria da reciclagem, como na prestação do serviço de limpeza urbana, já que competem para os fins do modelo de gestão de RSU implementado nas duas cidades analisadas nesta pesquisa.

No padrão de acumulação flexível, o capital não depende mais do consumo de todos para continuar se reproduzindo, graças à obsolescência programada e à própria concepção de economia circular, que buscam acelerar a rotação do capital, isto é, lançar novas mercadorias no mercado em velocidade acelerada. De acordo com Chesnais e Serfati (2003), em meados da década de 1970, o capital passava por uma crise de insuficiência de mais-valia, devido a um ritmo muito fraco de acumulação. Com a mundialização do capital, somada às tecnologias informacionais, o capital conseguiu uma elevação da taxa de extração de mais-valia, que foi possível também por meio da queda do custo de produção da força de trabalho, facilitada pela situação de competição entre um exército de reserva cada vez maior. Como a força de trabalho se tornou uma mercadoria que pode ser medida de maneira cada vez mais precisa, o neoliberalismo representou, assim, a substituição do “contrato salarial” pela relação contratual entre “empresas de si mesmo” (DARDOT e LAVAL, 2016).

O Estado neoliberal não é, portanto, o mesmo Estado que garantia certos direitos sociais que permitiam o consumo da classe trabalhadora e serviam como uma proteção contra as variações cíclicas da atividade econômica. Em detrimento da universalização de direitos sociais, passaram a ser incentivadas políticas focalizadas no combate à pobreza e no empreendedorismo social. Não seria correto afirmar, então, que o neoliberalismo representaria um esvaziamento do Estado, pelo contrário, foram os Estados “que introduziram e universalizaram na economia, na sociedade e até neles próprios a lógica da concorrência e o modelo de empresa” (DARDOT e

LAVAL, 2016, p. 19). Nesse sentido, a novidade do neoliberalismo seria a produção em cadeia de sujeitos “empreendedores” que “reproduzirão, ampliarão e reforçarão as relações de competição entre eles, o que exigirá (...) que eles se adaptem subjetivamente às condições cada vez mais duras que eles mesmos produziram” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 329).

É nesse contexto que os recicladores de base, enquanto sujeitos de direito, são qualificados como “empreendedores”. Esta subjetividade jurídica “empreendedora” representa uma relação do sujeito consigo mesmo enquanto capital humano, que deve desenvolver “estratégias de vida” e crescer indefinidamente. Esta “técnica de si mesmo é uma técnica de bom desempenho num campo concorrencial”, que não visa apenas a adaptação e a integração, como também a intensificação do desempenho (DARDOT e LAVAL, 2016, pp. 352). Tanto em São Paulo como na Cidade do México, essa subjetividade jurídica empreendedora dos recicladores de base é identificada pelas relações que possuem com a indústria da reciclagem, de um lado, e com a gestão integrada de resíduos sólidos, de outro.

Em São Paulo, apenas duas das cooperativas de catadores de materiais recicláveis são habilitadas para realizar a coleta de grandes geradores, Coopercaps e a Cooperativa Vira Lata, as mesmas que tiveram experiência na gestão das Centrais Mecanizadas de Triagem. É preciso uma gestão empreendedora para atuar em uma central mecanizada que processa 100 toneladas de resíduos ao dia, o que também garante a necessária experiência para a coleta de grandes geradores. Tanto na entrevista com a Cooperativa Vira Lata, como na realizada com o *Frente Único de Pepenadores*, foi destacado que a ausência de um capital de giro dificulta a expansão do empreendimento. Mas os trabalhadores se mantêm, de certa forma, ao comercializar com grandes empresas, que garantem pagamentos mais rápidos e a liquidez do negócio, e ao pensar outras estratégias dentro da reciclagem para fazer frente à concorrência.

Os casos de São Paulo e da Cidade do México demonstram que as relações entre os recicladores de base e a cadeia da reciclagem ocorrem independentemente de haver uma lei local ou nacional regulamentando o setor. A tendência à formalização, no entanto, pode ser identificada por meio das políticas neoliberais de regulamentação do trabalho, impulsionadas por organismos financeiros internacionais. Há um incentivo à formação de cooperativas e de outras formas de organização em que os trabalhadores atuem como microempreendedores. Gonçalves-Dias (2009), em seu estudo sobre a inserção dos catadores de materiais recicláveis na indústria da reciclagem do PET, constata que as cooperativas se degeneram em empresas capitalistas:

Os mecanismos de formação de Redes de Economia Solidária no âmbito da catação são experimentais: valem por seu significado intrínseco, não pelo seu impacto de intervenção efetiva de caráter estratégico na cadeia produtiva. As cooperativas não têm condições de estabelecer as “regras do jogo” para se manterem como cooperativas; estão inseridas numa relação instrumental, na qual necessitam se ajustar a exigências técnicas e de produtividade (interesses da grande empresa). No entanto, precisam se manter sob o formato cooperativo para legitimar sua própria instrumentalização (interesses do poder público e da grande empresa) (GONÇALVES-DIAS, 2009, p. 254).

No mercado, estas cooperativas são influenciadas pela concorrência e devem atuar como empresas para sobreviver à competição entre elas, outros trabalhadores não organizados e, sobretudo, com empresas de pequeno, médio e grande porte. Na prática, as cooperativas e demais organizações de recicladores de base devem manter uma gestão empreendedora, ainda que não tenham condições de competir com as grandes empresas e se coloquem como pequenos empreendimentos que fazem parte da cadeia de suprimentos de empresas transnacionais. Assim, os empresários do lixo são o paradoxo da modernidade (MAGERA, 2003), porque são colocados como empreendedores, mas são, de fato, trabalhadores sobrantes (BURGOS, 2013), parte da superpopulação relativa, população excedente e necessária para a continuidade da reprodução do capital. É o mesmo movimento que exclui a superpopulação relativa da esfera da circulação que a inclui novamente como força de trabalho cada vez mais explorada, pois não possui alternativa de sobrevivência senão vender a sua capacidade para o trabalho. A construção de uma subjetividade jurídica “empreendedora” dos recicladores relaciona-se, assim, ao conteúdo das relações sociais capitalistas em tempos de acumulação flexível e significa um aprofundamento da subordinação do trabalho ao capital.

Nas cooperativas de reciclagem de São Paulo, os catadores não apenas enfrentam dificuldades financeiras por diversas flutuações de preço, quantidade e qualidade dos recicláveis, como também porque precisam pagar, além das suas contas, as de seus empreendimentos. Durante a pandemia da COVID-19, essa situação se tornou ainda mais latente. A Coopamare, a primeira cooperativa de catadores da cidade de São Paulo, perdeu 70% da sua coleta e os trabalhadores mal têm conseguido pagar as suas contas. Eduardo Ferreira (2021), presidente da Coopamare, caracterizou a pandemia como uma verdadeira “perdemia” para os catadores de materiais recicláveis no Brasil.

As cooperativas habilitadas no Programa Socioambiental de coleta seletiva da Prefeitura paralisaram suas atividades nos primeiros meses da pandemia¹¹⁴ e receberam uma remuneração

¹¹⁴ As únicas cooperativas que operaram com capacidade de trabalhadores reduzida foram as que atuam nas Centrais Mecanizadas de Triagem.

oriunda do Fundo Paulistano de Reciclagem, ou seja, fruto do próprio trabalho de recuperação. Além de não alcançar toda a parcela de catadores da cidade, os montantes recebidos eram destinados como remuneração dos catadores e não como pagamento dos custos de seus empreendimentos. Na Cidade do México, a pandemia também paralisou o funcionamento das plantas de seleção durante os primeiros meses de 2020, e, conforme relatado pelo *Frente Único de Pепенadores*, a associação recebeu um apoio governamental para as despesas correntes. Enquanto isso, metade do quadro oficial de trabalhadores da limpeza urbana da cidade foi afastada por fazer parte do grupo de risco da COVID-19 e, nos caminhões de coleta domiciliar e nas ruas, trabalharam, ainda mais, os “voluntários”¹¹⁵.

Espero ter demonstrado até aqui que o conteúdo dessa relação entre capital e trabalho, na indústria da reciclagem, é a exploração da força de trabalho dos recicladores de base, o que pode se dar de maneiras variadas e sempre benéficas para o capital. A forma com que essa relação aparece é a da igualdade jurídica dos contratos de compra e venda de recicláveis, tanto com empresas compradoras, como com o Estado. A subjetividade jurídica é a face luminosa da exploração da força de trabalho pelo capital, mas ela só existe porque existe a relação econômica de troca. Tanto a forma mercadoria como a forma sujeito de direito são categorias de análise e, ao mesmo tempo, abstrações reais. O estudo de caso comparado demonstra, em uma esfera mais concreta da realidade social, como os sujeitos de direito também são construídos, segundo o contexto apresentado, como empreendedores de si mesmos.

As realidades dos recicladores de base em São Paulo e na Cidade do México demonstram que não basta apresentar a forma jurídica sem analisar a sua relação com as transformações dos seus conteúdos, que são definidos pelo próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista. Ao tratar das alterações do padrão de acumulação fordista para o regime de acumulação flexível, é relevante identificar as características que dão especificidade a este momento histórico do capitalismo neoliberal, a partir de uma análise das próprias relações sociais e da regulamentação estatal, que (re)definem as condições em que as mercadorias podem ser vendidas e compradas. Assim como a forma mercadoria se torna mais complexa e avança para novos limites, a forma jurídica também “se adapta segundo as necessidades de sobrevivência do capitalismo” (LENZI, 2019, p. 92).

¹¹⁵ No caminhão que fazia a rota da minha casa, na Colônia Del Carmen, em Coyoacán, os trabalhadores da coleta domiciliar passaram a usar máscaras contra o COVID-19 depois de mais de um mês que havia sido declarada a pandemia mundial. Assim como o uso de equipamentos de proteção individual, as máscaras nem sempre eram utilizadas por todos os trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi o de analisar a subjetividade jurídica dos recicladores de base que atuam nos sistemas de gestão integrada de RSU na América Latina. Para tal, parti de uma análise da produção de resíduos no modo de produção capitalista e da constituição da indústria da reciclagem para recompor a totalidade concreta que envolve a ocupação dos recicladores de base como uma unidade composta por sobredeterminações. Por meio do método materialista histórico-dialético, busquei repensar o papel destes trabalhadores na economia capitalista, evidenciando as formas de exploração de sua força de trabalho. Com base em um estudo de caso comparado entre São Paulo e Cidade do México, foi possível identificar como tem se construído uma subjetividade jurídica “empreendedora” relacionada aos trabalhadores que atuam na base da cadeia da reciclagem, em um contexto de acumulação flexível.

Para chegar até aí, trilhei um caminho de quatro capítulos. Apresentei, em um primeiro momento, o estudo de caso comparado proposto e, de forma não exaustiva, apontei o que tem se entendido por “subjetividade jurídica dos recicladores de base” na literatura corrente. A partir da identificação de limitações metodológicas desta literatura e da necessidade de apresentar uma análise voltada à realidade concreta desses trabalhadores e não ao “dever ser” e à normatividade, foi possível traçar um caminho materialista histórico-dialético para o estudo e apresentação do tema. Ao localizar o trabalho dos recicladores de base no modo de produção capitalista, avancei no entendimento da caracterização da força de trabalho como mercadoria e como sua troca ocorre, por meio de contratos de compra e venda entre proprietários de mercadorias, sujeitos de direito, abstração real que permeia a ideia da igualdade jurídica na circulação.

Na sequência, discuti os caminhos pelos quais o que é chamado de “lixo” se torna uma mercadoria, o que só é possível a partir da produção de resíduos em massa, no desenvolvimento do modo de produção capitalista. Essa produção, no entanto, se intensifica no padrão de acumulação flexível, em que há o estímulo à obsolescência programada como forma de garantir o consumo constante. É nesse momento histórico determinado do desenvolvimento do capitalismo que entra em cena a financeirização do meio ambiente, por meio do comércio de créditos de carbono que seriam equivalentes aos danos causados ao aquecimento global. Este movimento dá novo impulso ao comércio internacional de resíduos e torna mais visíveis os interesses econômicos no modelo de gestão integrada de resíduos sólidos, que, na América Latina, tem englobado a força de trabalho dos recicladores de base.

No terceiro capítulo identifiquei que os recicladores de base estão no primeiro degrau da cadeia da reciclagem e realizam um trabalho de logística essencial para empresas e Estado, que reduzem custos com a exploração de sua força de trabalho. Os recicladores de base, desde a constituição desta ocupação, são remunerados por peça e compartilham os riscos da atividade econômica, porque sua remuneração flutua conforme a quantidade, qualidade e preço dos recicláveis. Ainda que se organizem em empreendimentos de economia social e solidária, para que sobrevivam à concorrência no mercado, devem adotar os mesmos métodos de competitividade que as empresas tradicionais. Além disso, a própria formalização dos recicladores como autônomos, associados ou cooperados tem sido estimulada nas políticas internacionais e nacionais de empregabilidade. Tal fato indica um esvaziamento dos direitos sociais, tal como foram construídos desde meados do século XX, abrindo espaço para uma nova regulamentação do trabalho, mais flexível e adequada ao capitalismo neoliberal.

Também há a legitimação do papel do Estado como intermediador da mão de obra dos recicladores para a indústria da reciclagem, ao mesmo tempo que ele se beneficia diretamente com a subcontratação destes trabalhadores na gestão municipal de resíduos sólidos. É o que fica mais evidenciado no quarto e último capítulo, em que apresento o estudo de caso comparado das cidades de São Paulo e Cidade do México. Apesar das diferenças encontradas nas duas realidades quanto à regulamentação do trabalho dos recicladores de base, em ambos os cenários estes trabalhadores estão totalmente imersos tanto na indústria da reciclagem como no sistema de gestão integrada de RSU. O objetivo dessa exposição foi demonstrar como, nos dois contextos sociais e políticos, tem se construído a subjetividade jurídica destes trabalhadores enquanto empreendedores de si mesmos.

Após este percurso, foi possível responder as questões que guiaram a elaboração desta pesquisa: Em que medida os recicladores de base podem ser entendidos enquanto sujeitos de direito a partir de sua inserção nos sistemas de gestão de RSU? Que realidades concretas de exploração de sua força de trabalho na base das cadeias da reciclagem são dissimuladas em sua inserção na prestação de um serviço essencial de limpeza urbana? O que as estratégias de formalização destes trabalhadores em sistemas de gestão integrada de RSU podem nos dizer sobre a construção de um sujeito de direito “empreendedor”?

A partir da crítica da forma jurídica de Pachukanis, argumentei que a subjetividade jurídica dos recicladores de base está atrelada ao papel que ocupam dentro do modo de produção capitalista. Assim, a inserção dos recicladores de base nos sistemas de gestão de RSU, seja ela

regulamentada ou não, não pode ser colocada como o momento determinante da condição de sujeito de direito destes trabalhadores, que já vinham atuando na base da indústria da reciclagem e, desde o nascimento, se encontram em uma sociedade capitalista. O que é possível identificar, no entanto, é que a força de trabalho dos recicladores de base se tornou a ideal para o padrão de acumulação flexível, no qual emerge uma subjetividade jurídica específica, associada ao empreendedorismo de si mesmo.

A regulamentação do trabalho dos recicladores de base tem estabelecido, em certa medida, como a atividade da *pepena*, no México, e a catação, no Brasil, deve ser realizada. Na materialidade das relações sociais, essa regulamentação é um espelho daquilo que já vem acontecendo nas relações socioeconômicas e jurídicas entre recicladores, Estado e empresas desde a constituição da indústria da reciclagem. A formalização dos recicladores de base enquanto trabalhadores tem apontado, assim, para a sua legalização enquanto sujeitos de direito “empreendedores”, que são ao mesmo tempo hipossuficientes e autossuficientes perante a lei. Essas contradições se colocam como os princípios básicos pelos quais os recicladores de base são conformados dentro dos sistemas de gestão integrada de resíduos sólidos. Com isso não se pretendeu realizar uma análise de conjuntura descolada da estrutura, pois a categoria sujeito de direito expressa uma relação entre os seres humanos reduzidos à troca mercantil-capitalista de mercadorias e à abstração do trabalho, e não uma forma social criada pela normatividade do Estado em determinado momento histórico.

A formalização dos recicladores de base nos sistemas de gestão integrada de resíduos sólidos, como é evidente no caso de São Paulo, fornece pistas para a construção da subjetividade jurídica “empreendedora” dos recicladores de base. No entanto, não é pela regulamentação do trabalho que essa subjetividade jurídica “empreendedora” é construída, a sua regulamentação é apenas um sinal dessa tendência alinhada à lógica de acumulação flexível. Tanto é assim que, mesmo no caso da Cidade do México, onde não há uma regulamentação específica sobre o trabalho dos recicladores de base, estes trabalhadores estão inseridos de igual maneira no sistema de gestão integrada de resíduos sólidos. Nesse sentido, a principal contribuição deste estudo é a tentativa de uma atualização da crítica pachukaniana do direito, ao analisar como a forma jurídica se adequa segundo o contexto de necessidade de expansão do capitalismo. Esse processo resulta na existência de sujeitos de direito historicamente determinados no processo de desenvolvimento do modo de produção, de acordo com os regimes ou padrões de acumulação de capital.

Os recicladores de base estão entre os trabalhadores mais afetados pela lógica destrutiva do capital, que, por sua vez, não tem nenhuma preocupação com o equilíbrio do meio ambiente e o bem-estar dos seres humanos. Assim como os valores de uso são apenas condição para a realização dos valores de troca, os seres humanos concretos, em sua diversidade, são o suporte de uma vontade igual e livre nas relações capitalistas de troca, como sujeitos de direito abstratos e indiferenciados. Diante desse cenário, acredito que este estudo também contribua para repensar o papel do direito nas lutas sociais. A crítica da forma jurídica destrói as ilusões de igualdade jurídica e aponta para um caminho de transformação social radical, devolvendo os problemas da coletividade para o campo das lutas políticas para além da institucionalidade e dos entraves colocados pela forma jurídica.

É preciso resgatar a unidade entre as necessidades humanas e a produção, colocando-se contra a produção destrutiva dos valores de troca. O horizonte de luta social deve ser a eliminação da sociedade baseada no trabalho abstrato, ou seja, o fim da sociedade capitalista. Esse não é o fim do trabalho como atividade útil, concreta e fundante do ser humano, pelo contrário, é a busca pelo trabalho que produz valores de uso e coisas socialmente úteis, pois tem como critério o tempo de trabalho disponível e não o tempo excedente. Essas tarefas não são concretizadas no campo das ideias e demandam a organização não apenas dos recicladores de base, como de toda a classe trabalhadora.

Os recicladores estão organizados internacionalmente e seus desafios são muito maiores do que os das tradicionais organizações sindicais, pois lidam com o mercado diretamente, sem a figura de um só patrão. Além disso, a luta dos movimentos dos recicladores de base possui um potencial transformador que constantemente é captado pelo capital, instrumentalizado para os seus fins de valorização infinita. Visibilizar essa realidade, a partir do método materialista histórico-dialético é, por si só, uma contribuição para entender os desafios de nossos tempos e um convite para a realização de novos estudos de largo fôlego sobre o tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRALATAS – Associação Brasileira de Latas de Alumínio. **Brasil reciclou mais de 97% das latas de alumínio para bebidas.** 3 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://www.abralatas.org.br/brasil-reciclou-mais-de-97-das-latas-de-aluminio-para-bebidas/>>.

ABREU, Marcelo de Paiva. Crise, crescimento e modernização autoritária, 1930 - 1945. IN: ABREU, Marcelo de Paiva (org). **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil.** Rio de Janeiro Campus-Elsevier, 2014.

ALEXANDER, Catherine; RENO, Joshua. **Economies of Recycling: the global transformation of materials, values, and social relations.** Londres: Zed Books, 2012.

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado: notas para uma investigação. In: ŽIŽEK, S. (Org.). **Um mapa da ideologia.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ÁLVAREZ MARTÍN, María José. Las plantas de selección de basura de México, Distrito Federal: escenografía de la modernidad. **Estudios Demográficos y Urbanos**, v. 13, n. 1, 1998.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na Era da Globalização.** Londrina: Praxis, 1999.

AMLURB – Autoridade Municipal de Limpeza Urbana. **Resolução nº 109 de 17 de setembro de 2017.** Reestrutura o Programa Socioambiental de Coleta Seletiva de Resíduos Recicláveis, e aprimora a Doação Social com Encargos para o Processamento de Resíduos Sólidos Domiciliares Secos provenientes do serviço público de coleta seletiva do Município de São Paulo. Disponível em: < <http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/resolucao-autoridade-municipal-de-limpeza-amlurb-109-de-15-de-setembro-de-2017>>.

AMLURB – Autoridade Municipal de Limpeza Urbana. **Resolução nº 28 de 1 de maio de 2014.** Institui o Contrato de Prestação de Serviços de Processamento, provenientes da coleta seletiva do Município de São Paulo. Disponível em: < <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/servicos/resolucao.pdf>>.

AMLURB – Autoridade Municipal de Limpeza Urbana. **Resolução nº 82 de 26 de maio de 2016.** Estrutura o Programa Socioambiental de Inclusão de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis do Município de São Paulo, e Institui o Instrumento de

Doação Social com Encargos dos Resíduos Sólidos Domiciliares Secos provenientes do serviço público de coleta seletiva. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/resolucao-autoridade-municipal-de-limpeza-amlurb-82-de-26-de-maio-de-2016//detalhe>>.

ANDRADE, Marconi Tabosa. **O Programa Cataforte e o trabalho dos catadores de recicláveis: as ambivalências da economia solidária no limiar da precarização**. Tese de Doutorado (Sociologia). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do trabalho**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

ÁVILA, Rafael Olivera. Los cuerpos fueron sacados en camiones de basura. **La Jornada Baja California**, 4 de outubro de 2016. Disponível em: <<https://jornadabc.mx/opinion/04-10-2016/los-cuerpos-fueron-sacados-en-camiones-de-basura>>.

BARRANCO, Miriam Apia. **¿La Ley De Residuos Solidos Reconfigura Las Practicas De Trabajo (Formal E Informal) Existentes En El Servicio De Limpia? Estudio De Caso: Delegacion Cuauhtemoc**. Trabalho de Conclusão de Curso (Sociologia). Universidade Nacional Autônoma do México, 1990.

BARSALOU, Olivier; PICARD, Michael Hennessy. International Environmental Law in an Era of Globalized Waste. **Chinese Journal of International Law**, vol. 17, n. 3, pp. 887-906, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/chinesejil/jmy016>>.

BARTLETT, Lesley; VAVRUS, Frances. Estudos de Caso Comparado. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n.3, p. 899-920, Julho de 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362017000300899&lng=en&nrm=iso>.

BATISTA, Flávio Roberto. **Crítica da tecnologia dos direitos sociais**. São Paulo: Outras Expressões/Dobra Editorial, 2013.

BATISTA, Flávio Roberto. O mundo do trabalho e a crise estrutural do capital. **Revista Direito e Práxis**, v. 9, n. 3, p. 1655-1676, ago. 2018. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/36550>>.

BATISTA, Flávio Roberto. Os limites do bem-estar no Brasil. In: KASHIURA JR., Celso Naoto; AKAMINE JR., Oswaldo; MELO, Tarso de. (Org.). **Para a crítica do direito**. 1ed. São Paulo: Outras Expressões/Dobra editorial, 2015, v. 1, p. 613-639.

BATISTA, Nilo. **Punidos e mal pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1990.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BELLACOSA, Caroline. **Os desafios na gestão dos resíduos sólidos por cooperativas em São Paulo e os efeitos do Decreto Nº 58.701/2019 na coleta de grandes geradores: o caso da Cooperativa Vira Lata**. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia de Produção), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

BERENICE, Ayala Hernandez Cristal. **Análisis de la evolución de la gestión de los residuos sólidos urbanos en el Distrito Federal: 1980 – 2008**. Dissertação de mestrado (Meio Ambiente e Desenvolvimento Integrado). Instituto Politécnico Nacional, Cidade do México, 2010.

BERTHIER, Héctor Castillo. El Zar de la Basura: caciquismo en la Ciudad de México. **Revista Veredas**, UAM-Xochimilco, Año 9, n. 13, pp. 43-79, 2006.

BERTHIER, Héctor Castillo. **La sociedad de la basura: caciquismo urbano en la Ciudad de México**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1990.

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Se lanza programa de US\$8,4 millones para que los recolectores de materiales reciclables ingresen al mercado formal**. Comunicado de imprensa, Assunção, Paraguai, 2011. Disponível em: <<https://www.iadb.org/es/noticias/comunicados-de-prensa/2011-05-26/fomin-recolectores-de-materiales-reciclables%2C9387.html>>.

BIONDI, Pablo. A Terceirização e a Lógica do Capital. **Revista Direito e Práxis**, v. 11, n. 1, p. 300-318, 2020. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2019/37816>>.

BIONDI, Pablo. **Capitalismo e direitos humanos de solidariedade: elementos para uma crítica**. Tese de Doutorado (Direito). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BIONDI, Pablo. Fetichismo, ideologia e direito em O capital: conexões e implicações teóricas. **Verinotio**, v. 24, n. 1, Dossiê 150 anos de O capital, 2018. Disponível em: <www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/277/265>.

BIRKBECK, Chris. Self-Employed Proletarians in an Informal Factory: The case of Cali's Garbage Dump. **World Development**, 1978, v. 6, n. 9/10, pp. 1173-1185. Pergamon Press, 1978.

BLOOMBERG NEWS. **Pandemia deixa sucata de cobre mais cara que metal refinado**. 16 de abril de 2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2020/04/16/pandemia-deixa-sucata-de-cobre-mais-cara-que-metal-refinado.html>>.

BORZAGA, Carlo; SALVATORI, Gianluca; BODINI, Riccardo. **La Economía Social y Solidaria y el Futuro del Trabajo**. Genebra: OIT, 2018.

BOSCHETTI, Ivanete. Tensões e possibilidades da política de assistência social em contexto de crise do capital. **Revista Argumentum**, v. 8, n. 2, pp. 16-29, 2016. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/12800>>.

BOSI, Antônio de Pádua. A organização capitalista do trabalho “informal”: o caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, p. 101-116, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092008000200008&lng=en&nrm=iso>.

BRASIL. **Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>.

BRASIL. **Lei 12.305 de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, altera a Lei no 9.605/1998 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>.

BRASIL. **Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/10406compilada.htm>.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>.

BRASIL. **Lei nº 8.949 de 9 de dezembro de 1994.** Acrescenta parágrafo ao art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para declarar a inexistência de vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18949.htm>.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BURGOS, Rosalina. **Periferias Urbanas: o chão dos catadores no urbano periférico.** São Paulo: Humanitas, 2013.

BURKETT, Paul. Marx and nature. **A red and green perspective.** Chicago: Haymarket Books, 2014.

CABANES, Robert *et al.* **Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo.** São Paulo: Boitempo, 2011.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Padrão de acumulação e processo de informalidade na América Latina Contemporânea: Brasil e México. **Pesquisa e Debate**, v. 12, n. 1 (19), 2001. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/rpe/article/viewFile/12004/8697>>.

CALAFATE-FARIA, Francisco. **Countercycling: An Ethnographic Study of Waste, Recycling, and Waste-Pickers in Curitiba, Brazil.** Tese de Doutorado (Sociologia). University of London, Londres, 2013.

CALDERONI, Sabetai. **Os bilhões perdidos no lixo.** São Paulo: Humanitas, 2ª ed., 1998.

CDHCM – Comisión de Derechos Humanos de la Ciudad de México. **Recomendación 07/2016,** 2016. Disponível em: <https://cdhdf.org.mx/wp-content/uploads/2016/07/reco_0716.pdf>.

CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem. **CEMPRE Review 2019,** 2019. Disponível em: <<https://cempre.org.br/cempre-review/>>.

CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem. **CEMPRE Review 2013,** 2013.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe e OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe. La dinámica**

laboral en una crisis de características inéditas: desafíos de política. Série Boletín CEPAL-OIT, n. 23, 2020. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11362/46308>>.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. “Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Crítica Marxista**, n. 16, São Paulo: Boitempo, 2003.

CIDADE DO MÉXICO. **Convenio de concertación entre el gobierno de la Ciudad de México y ECOCE Asociación Civil.** 23 de setembro de 2019.

CIDADE DO MÉXICO. **Ley de Residuos sólidos del Distrito Federal de 22 de abril de 2003.** Última reforma publicada em 25/06/2019. Disponível em: <http://www.paot.org.mx/centro/leyes/df/pdf/2019/LEY%20_RESIDUOS%20_SOLIDOS_25_06_2019.pdf>.

CIPRIANO, Tasso Alexandre Richetti Pires. A juridificação dos resíduos no Brasil. IN: PHILIPPI JR, Arlindo; FREITAS, Vladimir P., SPÍNOLA, Ana Luiza S (org.). **Direito Ambiental e Sustentabilidade.** Barueri, SP: Manole, 2016.

COLMENARES, Ismael. 1969-1: **Palabras cerca del color, calor y olor.** Cidade do México: UNAM-Centro Cultural Universitario Tlatelolco, Coleção Brigadistas, 2018.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos.** São Paulo: Saraiva, 2010.

CONIMER – CONFEDERACIÓN NACIONAL DE INDUSTRIALES DE METALES Y RECICLADORES. **Sociedad Civil y Medios de Comunicación.** Cidade do México, 18 de fevereiro, 2020. Facebook: CONIMER. Disponível em: <<https://www.facebook.com/CONIMER/photos/a.1546930775613834/2237618283211743>>.

COOPER, Timothy. Recycling Modernity: Waste and Environmental History. **History Compass**, v. 8, pp. 1114–1125, 2010.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves; BIONDI, Pablo. Uma leitura marxista do trabalho doméstico. **Revista Ltr: legislação do trabalho**, São Paulo, SP, v. 75, n. 3, p. 311-317, mar. 2011.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. Subsunção hiper-real do trabalho ao capital e Estado - Análise da Justiça do Trabalho. **Revista Ltr: legislação do trabalho**, n. 5, maio de 2021.

CORTEZ, Ana Carolina. Catadores dobram jornada para compensar queda no preço da sucata. **El país**, 18 outubro de 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/06/economia/1444089370_321764.html>.

COSTA, Daniel de Lucca Reis. **A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua**. Dissertação de Mestrado (Antropologia Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CUENCA, Alberto. Se reaviva el conflicto territorial en Tlayapaca. **El Universal**, agosto de 2001. Disponível em: <<https://archivo.eluniversal.com.mx/ciudad/31683.html>>.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian Laval. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE JESUS, Carolina Maria. **Casa de Alvenaria**. Rio de Janeiro: Editora Paulo de Azevedo, 1961.

DEMAJOROVIC, Jacques, CAIRES, Elisangela Ferreira; GONÇALVES, Laudicéia Nunes da Silva; SILVA, Maria Janielly da Costa. Integrando empresas e cooperativas de catadores em fluxos reversos de resíduos sólidos pós-consumo: o caso Vira-Lata. **Caderno EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 12, n. especial, p. 513-532, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512014000700009&lng=en&nrm=iso>.

DIAS, Sônia Maria. Coleta seletiva e inserção cidadã – A parceria poder público / Asmare. In: Jacobi, P. (Org.) **Gestão Compartilhada dos Resíduos Sólidos no Brasil: Inovação com Inclusão Social**. São Paulo: Annablume, 2006, pp.65-86.

DÍAZ, Marcos González. Refrescos en México: Chiapas, el estado de México donde el consumo de refrescos es 30 veces superior al promedio mundial. **BBB News**, agosto de 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-53746039>>.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Editora Perspectiva/Coleção Debates, 2012.

EDELMAN, Bernard. **A legalização da classe operária**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

ELHACHAM, Emily, BEN-URI, Liad, GROZOVSKI, Jonhathan; BAR-ON, Yinon. Global human-made mass exceeds all living biomass. **Nature**, 588, pp. 442–444, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1038/s41586-020-3010-5>>.

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. Signatories. **Global Commitment 2020 Progress Report**, 2020. Disponível em: <<https://www.ellenmacarthurfoundation.org/resources/apply/global-commitment-progress-report/signatories>>.

ENGELS, Friedrich, KAUTSKY, Karl. **O socialismo jurídico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring**.. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

ENGELS, Friedrich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. São Paulo: Global Editora, Coleção Bases, 1984.

ESPINOSA, Tania; PARRA, Federico. **Proyecto de reconocimiento de la situación de derechos humanos de los recicladores en Latinoamérica: El caso de Ciudad de México, México**. Manchester: Mujeres en Empleo Informal: Globalizando y Organizando (WIEGO), 2019. Disponível em: <https://www.wiego.org/sites/default/files/publications/files/CDMX2_Espinosa-Parra-Ciudad-Mexico-WPHR_ForWeb.pdf>.

ESPINOZA, Pillar; ARCE, Evelyn; FAURE, Martín; TERRAZA, Horacio. **Relatório de Avaliação Regional da Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos na América Latina e Caribe 2010**. Banco Interamericano de Desenvolvimento e Organização Pan-Americana da Saúde, 2011.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante e Coletivo Sycorax, 2017.

FERNÁNDEZ, Peniley Ramírez. Niños mexicanos en extrema pobreza arriesgan su vida para reciclar el plástico de Coca-cola. Sin **Embargo MX**, 2017. Disponível em: <<https://www.sinembargo.mx/13-03-2017/3171372>>.

FERRAZ, Lucimare; GOMES, Mara Helena de Andrea; BUSATO, Maria Assunta. O catador de materiais recicláveis: um agente ambiental. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, p. 763 a 768, set. 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/5495>>.

FERREIRA, Eduardo [entrevista]. IN: **Resíduo Zero e Geração de Trabalho Pós-Pandemia**. Direção: MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, 23 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://youtu.be/p-TbmtQbcf8>>.

FONSECA, Isaque; VEIGA, Sanda Mayrink. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: FASE, 2001.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FREITAS, Maria Vany de Oliveira. **Entre Ruas, Lembranças e Palavras. A trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2005.

FRYKMAN, Carina. **The Power of Waste: A Study of Socio-Political Relations in Mexico City's Waste Management System**. Dissertação de Mestrado (Antropologia Cultural). Uppsala University, Uppsala, 2006.

GARRIDO, Luis Javier. Un partido sin militantes. IN: LOAEZA, Soledad; SEGOVIA, Rafael (compiladores). **La vida política mexicana en la crisis**. Cidade do México: El Colegio de México, 1987.

GEYER, Roland; JAMBECK, Jenna R.; LAVENDER LAW, Kara. Production, Use, and Fate of All Plastics Ever Made. **Science Advances** 3.7, pp. 1–5, 2017.

GIGLIO, Ernesto; RYNGELBLUM, Arnaldo; JABBOUR, Ana Beatriz Lopes de Sousa. Relational governance in recycling cooperatives: A proposal for managing tensions in sustainability. **Journal of Cleaner Production**, v. 260, jul. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2020.121036>>.

GILES, David. The Anatomy of a Dumpster: Abject Capital and the Looking Glass of Value. **Social Text**, 118, vol. 32, pp. 93–113, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1215/01642472-2391351>>.

GÓMEZ, Carlos Villasana. Santa Cruz Meyehualco, una de las primeras unidades habitacionales. **El Universal**, 10 de abril de 2021. Disponível em: <<https://www.eluniversal.com.mx/opinion/mochilazo-en-el-tiempo/santa-cruz-meyehualco-una-de-las-primeras-unidades-habitacionales>>.

GONÇALVES-DIAS, Sylmara Lopes Francelino. **Catadores: uma perspectiva de sua inserção no campo da indústria da reciclagem**. Tese de Doutorado (Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GONÇALVES, Pólita. **A Reciclagem Integradora dos Apectos Ambientais, Sociais e Econômicos**. FASE, 2003.

GRAEBER, David. Afterword: the apocalypse of objects – degradation, redemption and transcendence in the world of consumer goods. IN: ALEXANDER, Catherine; RENO, Joshua. **Economies of Recycling: the global transformation of materials, values, and social relations**. Londres: Zed Books, 2012.

GRESPLAN, Jorge Luís. **Marx e a crítica do modo de representação capitalista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

GRESPLAN, Jorge Luís. **O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GRIMBERG, Elisabeth. **Coleta seletiva com inclusão social: Fórum Lixo e Cidadania na Cidade de São Paulo. Experiência e desafios**. São Paulo: Instituto Pólis, 2007.

GUILLERMOPRIETO, Alma. **The Heart Bleeds: Latin America Now**. Nova York: Vintage Books, 1995.

GUNSILIUS, Ellen; CHATURVEDI, Bharati; SCHEINBERG, Anne. **The economics of the informal sector in Solid Waste Management**. KlarmannDruck GmbH, 2011.

GUSMÁN ESTRELLA, Rodrigo A. **Manejo básico y normatividad para el control de los residuos sólidos urbanos del Distrito Federal**. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia). Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, 2006.

HAGER, Carol; HADDAD, Mary Alice. **NIMBY Is Beautiful: Cases of Local Activism and Environmental Innovation around the World**. Estados Unidos: Berghahn Books, 2015.

HARNECKER, Marta. **O capital: conceitos fundamentais**. São Paulo: Global Editora, 1978.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, David. Teoria da crise e a queda da taxa de lucro. **Geografares**, n. 28, p. 15–35, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/24381>>.

HERNANDEZ ROJAS, Guillermo. **Enfoque económico del manejo y reciclaje de residuos solidos domésticos, en el Distrito Federal, en la década de 1990**. Trabalho de conclusão de curso (Economia). FES Acatlán UNAM, Cidade do México, 2006.

HERON, Kai; DEAN, Jodi. Ruína ou Revolução. Trad. Marcelo Bamonte. **Lavrapalavra**, 26 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://lavrapalavra.com/2021/02/26/ruina-ou-revolucao/>>.

HIDAKA, Gustavo Setsuo. **As Centrais Mecanizadas de Triagem no município de São Paulo e a catação: primeiras impressões**. Trabalho de conclusão de curso em Gestão Ambiental – Universidade de São Paulo, 2016.

HIRATA, Márcia Saeko. **Desperdícios e centralidade urbana na cidade de São Paulo: uma discussão sobre o catador de materiais recicláveis no Glicério**. Tese de Doutorado (Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, 2011.

HIRSCH, Joachim. ¿Qué significa Estado? Reflexiones acerca de la teoría del Estado capitalista. **Revista Sociologia Política**, 24, p. 165-175, jun. 2005.

HORTON, Stephen. Value, Waste and the Built Environment: A Marxian Analysis. **Capitalism Nature Socialism**, 1997, 8:2, 127-139, Disponível em: <[10.1080/10455759709358740](https://doi.org/10.1080/10455759709358740)>.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNAD Contínua Indicadores mensais produzidos com informações do trimestre móvel terminado em janeiro de 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível

em:<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/cecd019b9a6f3c77cecd0910a3f1ac9b.pdf>.

INECC-SEMARNAT – INSTITUTO NACIONAL DE ECOLOGÍA Y CAMBIO CLIMÁTICO e SECRETARÍA DE MEDIO AMBIENTE Y RECURSOS NATURALES. **Diagnóstico Básico para la Gestión Integral de los Residuos**. INECC, Semarnat. México. 2012. Disponível em: <https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/187440/diagnostico_basico_extenso_2012.pdf>.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Relatório de Pesquisa: **Pesquisa sobre Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos para Gestão de Resíduos Sólidos**. Brasília: Governo Federal, 2010.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável**. Brasília: Governo Federal, 2013.

IZIDORO, Leila Giovana. Pagamento por serviços ambientais a organizações de catadores: uma revisão da literatura. **Anais do 10º Fórum Internacional de Resíduos Sólidos**, 2019. Disponível em: <www.institutoventuri.org.br/ojs/index.php/firs/article/Review/1525>.

IZIDORO, Leila Giovana. **Representação sindical de trabalhadores cooperados: o caso da UCRUS-PIT CNT no Uruguai**. Trabalho de Conclusão de Curso (Direito). Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

JACOBI, Pedro Roberto; BESEN, Gina Rizpah. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. *Estudos Avançados*, 25 (71), 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/YgnDNBgW633Y8nfLF5pqLxc/?lang=pt>>.

JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (org.). **Mapa do trabalho informal: Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

KASHIURA JR, Celso Naoto. **Sujeito de Direito e Capitalismo**. Tese de Doutorado (Filosofia e Teoria Geral do Direito), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

KASHIURA JR., Celso Naoto. **Crítica da igualdade jurídica: contribuição ao pensamento jurídico marxista**. São Paulo: Editora Quartier Latin, 2009.

KASHIURA JR., Celso Naoto. Sujeito de direito e interpelação ideológica: considerações sobre a ideologia jurídica a partir de Pachukanis e Althusser. **Revista Direito e Práxis**, v. 6, n. 1, p. 49-70, mar. 2015. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/12742>>.

KONDER, Leandro. **Fourier, o socialismo do prazer**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

KONDER, Leandro. **Marx – vida e obra**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

LACERDA, Leonardo Mamede. **O lixo do capital: uma crítica ao processo de reciclagem de materiais enquanto reposição crítica das categorias modernas**. Dissertação de Mestrado (Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2014.

LAJOUS, Evangelina. **Los habitantes de los tiraderos de basura de Iztapalapa**. Trabalho de conclusão de curso (Ciências Sociais). Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, 1965.

LAYRARGUES, Philippe. **A natureza da ideologia e a ideologia da natureza: elementos para uma sociologia da educação ambiental**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Sociologia, IFCH. Unicamp: 2003.

LIEBER, Chavie. Why fashion brands destroy billions' worth of their own merchandise every year. **Vox**. 17 det. 2018. Disponível em: <<https://www.vox.com/the-goods/2018/9/17/17852294/fashion-brands-burning-merchandise-burberry-nike-h-and-m>>.

LIMA, Maria Raquel Passos. Paradoxos da formalização: a inclusão social dos catadores de recicláveis a partir do caso do encerramento do aterro de Jardim Gramacho (RJ). **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 24, n. 50, p. 145-180, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832018000100145&lng=en&nrm=iso>.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LOBO, Susy; MARIN, Maritza, SALAS, Fiorella; RUDIN, Victoria. **Análisis de los retos para el desarrollo de la cadena de valor del reciclaje en Centroamérica**. BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2016.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MAGERA, Márcio. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade. Análise interdisciplinar das cooperativas de reciclagem de lixo**. Campinas: Editora Átomo, 2003.

MAIA, Fernando Joaquim Ferreira; LEITE, Anna Maria Mendonça. A regulamentação da atividade dos catadores de material reciclável no âmbito da Justiça do Trabalho: como as decisões trabalhistas ainda não efetivam o direito à dignidade humana para este segmento da sociedade brasileira. **Revista da Faculdade de Direito**, Porto Alegre, RS, n. 36, p. 105-125, 2017. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/revfacdir/article/view/73057>>.

MARELLO, Marta, & HELWEGE, Ann. Solid Waste Management and Social Inclusion of Wastepickers: Opportunities and Challenges. **Latin American Perspectives**, vol. 45, n. 1, pp. 108–129, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0094582X17726083>>.

MARQUES, Helena Duarte. **A cidade é direito? Uma investigação marxista sobre a cidade e a forma jurídica**. Tese de Mestrado (Direitos Humanos), 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Textos 3**. São Paulo: Edições Sociais, p. 313 – 321, 1977.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2017c.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017a.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro II: o processo de circulação do capital**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo, Boitempo Editorial, 2014.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017b.

MARX, Karl. Salário, preço e lucro. IN: **Obras escolhidas de Marx e Engels**. Moscou: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1953.

MAXWELL, Joseph. **Qualitative Research Design: an interactive approach**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2013.

MEDINA LÓPEZ, Diana Mariana. **Y la basura ¿dónde queda?: una aproximación al servicio de limpia y los sitios de disposición final de la basura en el Departamento del Distrito Federal, 1941-1987**. Trabalho de conclusão de curso (História), Universidade Nacional Autônoma do México, 2017.

MEDINA, Martin. Serving the unserved: informal refuse collection in Mexico. **Waste Management & Research**, 23, pp. 390-397, 2005.

MEDINA, Martín. The informal Waste Sector. IN: GUNSILIUS, Ellen; SPIES, Sandra; GARCÍA-CORTÉS, Sofía (editoras). **Recovering resources, creating opportunities: integrating the informal sector into solid waste management**. GIZ – Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. São Paulo: Editora Ensaio/Série Pequenos Formatos, 2ª edição, 1996.

MÉXICO. **Ley Federal del Trabajo de 1 de abril de 1970**. Última reforma publicada em 12/06/2015. Disponível em: <
https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/156203/1044_Ley_Federal_del_Trabajo.pdf>.

MÉXICO. **Ley General del Equilibrio Ecológico y la Protección al Ambiente**, de 28 de janeiro de 1988. Última reforma publicada em 04/06/2012. Disponível em: <
<https://www.conacyt.gob.mx/cibiogem/images/cibiogem/protocolo/LGEEPA.pdf>>.

MÉXICO. **Ley General para la Prevención y Gestión Integral de los Residuos**. Última reforma publicada em 22/05/2015. Disponível em: <
https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/131748/23_LEY_GENERAL_PARA_LA_PREVENCION_Y_GESTION_INTEGRAL_DE_LOS_RESIDUOS.pdf>.

MILLET, Damien; TOUSSAINT, Eric. **Who owes who? 50 questions about world debt**. Zed Books, 2004.

MIZIARA, Rosana. **Nos rastros dos restos: as trajetórias do lixo na cidade de São Paulo**. São Paulo: EDUC, 2001.

MNCR – MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Prefeitura de São Paulo proíbe doação de reciclável a catadores**. 13 de março de 2012. Disponível em: <www.mnrc.org.br/noticias/blog-sudeste/prefeitura-de-sao-paulo-proibe-doacao-de-reciclavel-a-catadores>.

MNCR – MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Catadores x Mecanização**. 13 de agosto de 2015. Disponível em: <www.mnrc.org.br/noticias/blog-sudeste/catadores-x-mecanizadas-1>.

MNCR – MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Prefeitura e empreiteira querem tirar espaço de trabalho de cooperativa de catadores**. 27 de abril de 2016, 2016a. Disponível em: <www.mnrc.org.br/noticias/blog-sudeste/prefeitura-e-empreiteira-querem-tirar-espaco-de-trabalho-de-cooperativa-de-catadores>.

MNCR – MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Cooperativa de catadores luta pela sobrevivência com a solidariedade de movimentos sociais**. 31 de maio de 2016, 2016b. Disponível em: <www.mnrc.org.br/noticias/blog-sudeste/cooperativa-de-catadores-luta-pela-sobrevivencia-com-a-solidariedade-de-movimentos-sociais>.

MNCR – MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. **Catadores ficam sem acesso ao material da Coleta Seletiva**. 5 de junho de 2019. Disponível em: <www.mnrc.org.br/noticias/blog-sudeste/catadores-ficam-sem-acesso-ao-material-da-coleta-seletiva>.

MODEFICA, FGVCS – CENTRO DE ESTUDOS EM SUSTENTABILIDADE DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, REGENERATE FASHION. **Fios da Moda: Perspectiva sistêmica para circularidade**. São Paulo, 2020.

MONDRAGÓN, Blanca L. R. De pepenador a selector. **Nuevos métodos para seleccionar basura en el Distrito Federal**. Trabalho de conclusão de curso (Ciências da Comunicação). Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, 1997.

MOORE, Jason W. **Capitalism in the web of life: ecology and the accumulation of capital**. Nova York: Verso Book, 2015.

NADAI, Eva; MAEDER, Christoph. Fuzzy fields: Multi-sited ethnography in sociological research. **Forum: Qualitative Social Research**, v. 6, n. 3, Sep. 2005. Disponível em: <<http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/22/47>>.

NASCIMENTO JÚNIOR, Telines Basílio. **Podcast Recicla Sampa [Entrevistado por Matthew Shirts e Cazé Pecini]**, 18 de dezembro de 2020. Disponível em: <<https://youtu.be/NPAHAWD1czc>>.

NAVARRETE, Manuel J.; LEÓN, Cuauhtémoc. El manejo de residuos sólidos municipales en México y la participación del Banco Mundial. **Comercio Exterior**, vol. 55, n. 4, abril de 2005. Disponível em: <<http://revistas.bancomext.gob.mx/rce/magazines/77/8/RCE.pdf>>.

NAVES, Márcio Bilharinho. **Marxismo e direito: um estudo sobre Pachukanis**. São Paulo: Boitempo, 2008.

NUNEZ ESPINOZA, Juan Felipe. Patrones de organización social en la gestión de residuos sólidos urbanos en el continuo regional Distrito Federal-Estado de México. **Región y sociedad**, Hermosillo, v. 28, n. 65, p. 187-233, abr. 2016. Disponível em <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-39252016000100187&lng=es&nrm=iso>.

O'CONNOR, James. **Natural causes: Essays in Ecological Marxism**. Nova York: The Guilford Press, 1998.

O'NEILL, Kate. **Waste**. Cambridge, RU; Medford, EUA: Polity Press, 2019.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Opening markets for environmental goods and services**. Setembro de 2005. Disponível em: <www.oas.org/dsd/Tool-kit/Documentos/ModuleIIIIdoc/Opening%20Markets%20for%20Environmental%20Goods%20and%20Services.pdf>.

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Environmental Performance Reviews – Mexico**. Paris: OCDE, 2003.

OCHOA CHI, Juanita. **La crisis de la basura: una aproximación crítica desde la perspectiva de los pueblos. El caso de la resistencia de la comunidad de Alpuyeca (Xochitepec, Morelos, México)**. Cidade do México: UACM-ITACA, 2019.

OGATA, Maria Gravina. **Os resíduos sólidos na organização do espaço e na qualidade do espaço e na qualidade do ambiente urbano: uma contribuição geográfica ao estudo do problema na cidade de São Paulo**. IBGE: Rio de Janeiro, 1983.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **¿Qué es un empleo verde?** 13 de abril de 2016b. Disponível em: <https://www.ilo.org/global/topics/green-jobs/news/WCMS_325253/lang--es/index.htm>.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Desarrollo productivo, formalización laboral y normas del trabajo: áreas prioritarias de trabajo de la OIT en América Latina y el Caribe**. Lima: OIT, Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2016a.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Hacia el desarrollo sostenible: oportunidades de trabajo decente e inclusión social en una economía verde**. Ginebra: OIT, 2012a.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Políticas de Formalización en América latina – Avances y Desafíos**. OIT, Oficina Regional para América Latina y el Caribe, FORLAC, 2018.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Recomendação 204 de 2015 sobre a Transição da Economia Informal para a Economia Formal**, 2015. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/genericdocument/wcms_619831.pdf>.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. **Working towards sustainable development: opportunities for decent work and social inclusion in a green economy**. Ginebra: OIT, 2012b.

OLIVEIRA, Denilson. **Parceria entre indústria e redes de catadores empurra reciclagem. Folha de São Paulo**, 30 de outubro de 2017. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/10/1931015-parceria-entre-industria-e-redes-de-catadores-empurra-reciclagem.shtml>>.

ONU-HABITAT – Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. **Estado de las ciudades de América Latina y el Caribe 2012: Rumbo a una nueva transición urbana.** Agosto de 2012.

ONU-HABITAT – Programa das Nações Unidas para os Assentamentos. **World Cities Report 2020: Key Findings and Messages.** Nairobi, 2020.

OSORIO, Alex. ¿Qué hay detrás del programa “Basura cero”? **La Izquierda Diario**, agosto de 2017. Disponível em: <www.laizquierdadiario.mx/Que-hay-detras-del-programa-Basura-cero>.

PACHUKANIS, Evgeny. **Teoria geral do direito e o marxismo.** Trad. Lucas Simone. São Paulo: Sundermann, 2017.

PAGOTTO, Érico Luciano. **Greenwashing: os conflitos éticos da propaganda ambiental.** Dissertação de Mestrado (Mudanças Sociais e Participação Política), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PASQUALETO, Olívia Quintana Figueiredo. O (in)sustentável trabalho dos catadores de material reciclável no Brasil. **Revista Direito do Trabalho e Processos do Trabalho**, v. 1., n. 2, 2019. Disponível em: <<https://revistas.anchieta.br/index.php/Dirdotrabalhoeprocessodotrabalho/article/view/1498>>.

PÉREZ, Wendy Selene. “El imperio de la basura”. **Revista Expansión**. Noviembre 2014., no. 1153, pág. 137-144. Disponible en: <https://bit.ly/2j0s6bx>.

PETSTAR. **Informe de Sustentabilidad 2017**, 2018. Disponível em: <<https://www.petstar.mx/media/1055/informe-de-sustentabilidad-2017-esp.pdf>>.

PINHEIRO, Priscila Tinelli. **Os desafios do trabalho digno: diálogos com o sistema de justiça e histórias de vida dos catadores de materiais recicláveis de Vitória/ES.** Tese de Doutorado (Direitos e Garantias Fundamentais). Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2018.

PMSP – PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Aterro São João e Bandeirantes: Aterros convertidos em usinas termoeletricas agora fornecem eletricidade para cerca de 700.000 pessoas.** 8 de novembro de 2012. Disponível

em:<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/comite_do_clima/c40/iniciativas/index.php?p=47655>.

PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo. **Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Cidade de São Paulo**. São Paulo: 2014. Disponível em: <<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/servicos/arquivos/PGIRS-2014.pdf>>.

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. **Rumo a uma economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza**, 2011.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. **Monografia jurídica passo a passo: projeto, pesquisa, redação e formatação**. São Paulo: Método, 2015.

RAMÍREZ, Nelson Adrián. **El problema económico de la basura: un límite material al modo de producción capitalista**. Trabalho de Conclusão de Curso (Economia), Universidad Nacional Autónoma de México, Cidade do México, 2010.

RAMOS, Carlos Alberto. Setor Informal: do excedente estrutural à escolha individual. Marcos interpretativos e alternativas de política. **Revista Econômica**, v. 9, n. 1, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistaeconomica/article/view/34897>>.

RECICLASAMPA. **Coopercaps alia visão empreendedora com olhar social**. 9 de agosto de 2018. Disponível em: <<https://www.reciclasampa.com.br/artigo/coopercaps-alia-visao-empreendedora-com-olhar-social>>.

RENNER, Michael; SWEENEY, Sean; KUBIT, Jill. **Green Jobs: Towards Decent Work in a Sustainable, Low-Carbon World**. UNEP, ILO, IOE, ITUC, 2008. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/documents/publication/wcms_158727.pdf>.

REVISTA PLÁSTICO. **Reciclaje PET: de tendencia a negocio**. Edição 4, volume 26, agosto-setembro, 2011. Disponível em: <<http://www.plastico.com/documenta/contenido/160058/TPAUG2011.pdf?asAttachment=S>>.

RIBEIRO-BROOMHEAD, John; TANGRI, Neil. **Basura cero y reactivación económica: el potencial de creación de empleos de las soluciones de basura cero**. GAIA – Global Alliance for Incinerator Alternatives, 2021.

ROCKOFF, Hugh. **Keep on scrapping: The Salvage Drives of World War II**. National Bureau of economic research, setembro de 2007. Disponível em: <<https://www.nber.org/papers/w13418>>.

ROSA, Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. São Paulo: Editora Nova Aguilar, 1994.

ROSALDO, Manuel. Revolution in the Garbage Dump: The Political and Economic Foundations of the Colombian Recycler Movement, 1986-2011. **Social Problems**, 2016, 63, pp. 351-372, 2016.

RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Pólis, 1987.

SABADINI, Maurício S.; NAKATANI, Paulo. Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Venezuelana de Conyuntura**, Caracas, n.2, jul./dez., 2002.

SAGET, Catherine; VOGT-SCHILB, Adrien; LUU, Trang. **Jobs in a Net-Zero Emissions Future in Latin America and the Caribbean**. Washington D.C. e Genebra: BID e OIT, 2020.

SALVIATTI, Ana Paula. **A financeirização do Meio Ambiente: o caso do mercado de créditos de carbono**. Dissertação de Mestrado (História Econômica). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SÃO PAULO (SP). **Decreto Municipal 28.649 de 5 de abril de 1990**. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-28964-de-16-de-agosto-de-1990>>.

SÃO PAULO (SP). **Decreto Nº 58.701 de 4 de abril de 2019**. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/decreto-58701-de-4-de-abril-de-2019>>.

SÃO PAULO (SP). **Lei 10.315 de 13 de maio de 1987**. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-10315-de-30-de-abril-de-1987/consolidado>>.

SÃO PAULO (SP). **Lei 10.954 de 28 de janeiro de 1991**. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-10954-de-28-de-janeiro-de-1991>>.

SÃO PAULO (SP). **Lei Municipal 13.316 de 1 de fevereiro de 2002**. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-13316-de-1-de-fevereiro-de-2002/detalhe>>.

SÃO PAULO (SP). **Lei Municipal nº 13.478 de 30 de dezembro de 2002**. Disponível em: <<http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-13478-de-30-de-dezembro-de-2002>>.

SCHAMBER, Pablo. Morfologia del fenómeno cartonero em Buenos Aires. IN: WILDE, Guillermo; SCHAMBER, Pablo. (Orgs.), **Culturas, comunidades y procesos urbanos contemporâneos**. Buenos Aires: Homo Sapiens, pp. 14-41, 2006.

SCHAMBER, Pablo.; TAGLIAFICO, Juan Pablo; SARANDÓN, Faustina. **Cooperativas de recicladores en América Latina**. V Cumbre Cooperativa de las Américas, 2018.

SCHEINBERG, Anne; SIMPSON, Michael; GUPT, Yashwant. **Economic Aspects of the Informal Sector in Solid Waste Management**. Eschborn: Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) e Grupo de Trabalho Colaborativo sobre Gestão de Resíduos Sólidos em Países de Renda Baixa e Média (CWG), 2010.

SCHNEIDER, Ben Ross. The *Desarrollista* State in Brazil and Mexico. In: WOO-CUMINGS, Meredith (Ed.). **The developmental State**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1999.

SEDECO – Secretaría de Desarrollo Económico. **Boletín Semanal de la Dirección General de Desarrollo Económico sobre la coyuntura económica**, 30 nov - 4-dez, 2020. Disponível em: <<https://www.sedeco.cdmx.gob.mx/storage/app/media/uploaded-files/boletin-1s-30-noviembre-al-4-diciembre-2020.pdf>>.

SEDEMA – Secretaria do Meio Ambiente da Cidade do México. **Inventario de residuos sólidos de la Ciudad de México 2017**, 2018. Disponível em: <https://www.sedema.cdmx.gob.mx/storage/app/media/IRS_2017_FINAL_BAJA.pdf>.

SEDEMA – Secretaria do Meio Ambiente da Cidade do México. **Inventario de residuos sólidos de la Ciudad de México 2019**, 2020. Disponível em: <https://www.sedema.cdmx.gob.mx/storage/app/media/DGCPCA/InventarioDeResiduosSolidosDeLaCiudadDeMexico_2019.pdf>.

SENADO DE LA REPÚBLICA MEXICANA. **Iniciativa con Proyecto de Decreto por el que se expide la Ley General de Economía Circular**. 29 out. 2019. Disponível em: https://infosen.senado.gob.mx/sgsp/gaceta/64/2/2019-11-121/assets/documentos/Ini_Morena_Sen_Monreal_Ley_Conomia_Circular.pdf.

SEVERI, Fabiana Cristina. Os catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis na Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Revista Direito e Práxis**, v. 5, n. 1, p. 152 - 171, jul. 2014. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/9437>>.

SICULAR, Daniel. Scavenger, **Recyclers and Solution for Solid Waste Management in Indonesia**. Berkeley: Center for Southeast Asia Studies, University of California, pp: 12-26, 1992.

SILVA, Júlia Lenzi. **Para uma crítica além da universalidade: forma jurídica e previdência social no Brasil**. 2019. Tese de Doutorado (Direito), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Introducao-economia-solidaria-WEB-1.pdf>>.

SOUSTELLE, Jacques. **A vida quotidiana dos Aztecas nas vésperas da conquista espanhola**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SOUZA, Marcelo Alves de. **O catador e a máquina: transferência de tecnologia e reprojeto em Centrais Mecanizadas de Triagem**. Dissertação de Mestrado (Engenharia de Produção), Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

STAROSTA, Guido; CALLIGARIS, Gastón. **Trabajo, valor y capital: de la crítica marxiana de la economía política al capitalismo contemporáneo**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2017.

STATISTA. **Generation of municipal solid waste worldwide in 2017, by select country**, 2018. Disponível em: < <https://www.statista.com/statistics/916749/global-generation-of-municipal-solid-waste-by-country/>>.

STATISTA. **Projected global waste management Market size from 2010 to 2020**, 2012. Disponível em: <<https://www.statista.com/statistics/246185/projected-global-waste-management-market-size-by-region/>>.

STELLA, Erica Aparhyan. **Interações intersetoriais nas políticas públicas de apoio aos catadores: a atuação do Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC) entre 2008 e 2014**. Dissertação de Mestrado (Gestão de Políticas Públicas), Universidade de São Paulo, 2018.

STEPHENSON, Derek; FAUCHER, Isabelle. **Estudio comparativo de legislación y políticas públicas de Responsabilidad Extendida del Productor – REP para empaques y envases.** Iniciativa Regional para el Reciclaje Inclusivo, 2018.

STURZENEGGER, German. **Reciclaje en tiempos de pandemia.** Banco Interamericano de Desenvolvimento, 18 de maio de 2020. Disponível em: <<https://blogs.iadb.org/agua/es/reciclaje-en-tiempos-de-pandemia/>>.

TANGPUORI, Alice Delemare; HARDING-ROLLS, George; URBANCIC, Nusa; ZALLIO, Ximena P. B. **Talking Trash: the corporate playbook of false solutions to the plastic crisis.** Changing Markets Foundation, 2020.

TAVARES, Maria Augusta. O empreendedorismo à luz da tradição marxista. **Revista Em Pauta**, n. 41, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/rep.2018.36687>>.

TAVARES, Maria Augusta. Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista. **Revista Outubro (São Paulo)**, n. 7, 2002. Disponível em: <<https://img.fae.edu/galeria/getImage/1/361633460249798.pdf>>.

TEIXEIRA, Adriano Lopes Almeida. Mais-valia ou mais-valor? **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, 34 (2), jan/jun. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.14393/REE-v34n2a2020-45288>>.

THE ECONOMIST. **Let them eat pollution**, 8 fevereiro de 1992, edição inglesa, 1992.

TORRES, María Fernanda Solíz. **Salud colectiva y ecología política: La basura en Ecuador.** Quito: Ediciones La Tierra, 2016.

TOVAR, Rocío Mandujano. Detienen a pepenadores por mal uso de residuos sólidos en la CDMX. **Televisa News**, 14 de julho de 2017. Disponível em: <<https://noticieros.televisa.com/ultimas-noticias/detienen-pepenadores-mal-uso-residuos-solidos-cdmx/>>.

TROTSKY, Leon. **A história da Revolução Russa.** Brasília: Editora do Centenário/Edições do Senado Federal, 2017. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/530450/A_historia_revolucao_russa-v.1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

UNFCCC – Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima. **The Kyoto Protocol Mechanisms: International Emissions Trading Clean Development Mechanism Joint Implementation**, 2007. Disponível em: <<https://unfccc.int/resource/docs/publications/mechanisms.pdf>>.

UNFCCC – Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima. **Emissions Trading. Greenhouse gas emissions a new commodity**, 2013. Disponível em: <<https://unfccc.int/process/the-kyoto-protocol/mechanisms/emissions-trading>>.

VEIGA, Edison. Cada pessoa come até 121 mil partículas de plástico por ano, diz estudo. **BBC**. 5 jun. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-48518601>>.

VELIS, Costa. **Global recycling markets: plastic waste. A story from one player – China. A report from the ISWA Task Force on Globalisation and Waste Management**. Viena: Fuelogy, University of Leeds e ISWA - International Solid Waste Association, 2014.

VILLANOVA, Nicolás. ¿Excluidos o incluidos?: Recuperadores de materiales reciclables en Latinoamérica. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 74, n. 2, p. 245-274, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-250320120002000003&lng=es&nrm=iso>.

WATERFIELD, Bruno. EU butter mountain to return. **The Telegraph**. 22 jan. 2009. Disponível em: <<https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/eu/4316726/EU-butter-mountain-to-return.html>>.

WELLEN, Henrique André Ramos. **Para a crítica da “economia solidária”**. Tese de Doutorado (Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

WILSON, David; RODIC, Ljiljana; MODAK, Prasad; REKA, Soos; CARPINTERO, Ainhoa; VELIS, Costa; IYER, Mona; SIMONETT, Otto. **Global Waste Management Outlook: Summary for Decision-Makers**. United Nations Environment Programme, 2015.

WONG, Aidan Marc Yew Fai. **“Waste”, Value, and Informal Labour: The Regional E-Waste Recycling Production Network in Malaysia and Singapore**. Tese de Doutorado (Geografia). School of Business and Management Queen Mary University of London, Londres, 2014.

ZIMRING, Carl. Dirty Work: Hygiene and Xenophobia Marginalized the American Waste Trades, 1870-1930. **Environmental History**, vol. 9, n. 1, pp. 80-101, 2004. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3985946>>.